

MEMÓRIAS
e
MEMÓRIAS INACABADAS



Humberto de Campos

MEMÓRIAS
e
MEMÓRIAS INACABADAS



INSTITUTO GEIA

Av. Colares Moreira, Quadra 121, nº 1, Renascença

65075-440 – São Luís – Maranhão – Brasil

Tel. 55 98 3227 6655

www.geia.org.br

e-mail: geia@geia.org.br

INSTITUTO GEIA

Empresas Associadas

Alpha Máquinas e Veículos do Nordeste

ALUMAR

Atlântica Serviços Gerais

Agropecuária e Industrial Serra Grande

Bel Sul Administração e Participações

Bunge Alimentos

CEMAR – Companhia Energética do Maranhão

CIGLA – Cia. Ind. Galletti de Laminados

Ducol Engenharia

Lojas Gabryella

Mardisa Veículos

Moinhos Cruzeiro do Sul

Niágara Empreendimentos

Oi

Rápido London

SempreVerde

Televisão Mirante

UDI Hospital

VALE

HUMBERTO DE CAMPOS

MEMÓRIAS

Primeira Parte
1886-1900

MEMÓRIAS INACABADAS

Obra póstuma



São Luís
2009

Copyright 2009

Direitos desta edição reservados em nome de
INSTITUTO GEIA

COLEÇÃO GEIA DE TEMAS MARANHENSES
Volume 13

Supervisão Editorial
Jorge Murad

Revisão
Sebastião Moreira Duarte

Editoração Eletrônica
Roberto Sousa Carvalho

Capa
Albani Ramos e Jorge Murad

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Campos, Humberto de

Memórias e Memórias inacabadas/Humberto de Campos. – São Luís:
Instituto Geia, 2009.

364 p.; 22,5 cm. (Coleção Geia de Temas Maranhenses, v. 13)

ISBN 978-85-89786-17-1

1. Literatura brasileira – Memórias. 2. Literatura maranhense – Memórias.
I. Título.

CDD 869.91

CDU 821.134.3(81)-82-94

Proibida a reprodução total ou parcial.
Infratores serão processados na forma da lei.

HUMBERTO DE CAMPOS VIVO

Sebastião Moreira Duarte

Humberto de Campos (1886-1934) é bem um caso, dos mais patentes e pungentes, no ambiente literário brasileiro, a comprovar que as letras e as artes também estão sujeitas, como o mercado de capitais, a uma bolsa de valores, não isenta de flutuações e falências, conforme, na passagem do tempo, se alteram ou alternam o gosto e a moda. A memória do ilustre maranhense está perpetuada em ruas, praças, avenidas, monumentos e instituições várias, através do Brasil. Honra merecida a raros indivíduos, o pequeno lugarejo em que nasceu designa-se hoje com o nome de seu filho mais ilustre.¹ Nos céus da pátria, seu vulto se materializou por muitos instantes sobre mesas brancas de centros espíritas, consolando infelizes e ditando títulos de muito discutível qualidade, como a levar adiante a obra que o infatigável trabalhador não chegou a concluir em sua curta existência de 48 anos. Mas o “sol dos mortos” – lembremos Balzac – não brilha mais em raios fúlgidos sobre as páginas deixadas por Humberto de Campos: na literatura, como na política (o Maranhão deu-lhe uma cadeira de deputado federal de 1927 até o golpe de 1930), ele é a Velha República, e com ela é parte da História. Segundo a conhecida distinção de T. S. Eliot, sua obra é documento, não é monumento. Isso é pouco – e é muito, como veremos.

Ainda há, não resta dúvida, aqueles que reivindicam para o ágil Humberto a mesma eminência que ele desfrutou na literatura de seu tempo. Outros, em sentido contrário, não hesitam em afirmar que o escritor perdeu atualidade, e com relativa rapidez. Curiosamente, uns e outros sustentam o próprio argumento apontando para o mesmo lugar: os “sebos”, os depósitos de livros velhos, onde as edições do autor outrora mais lido do Brasil se amontoam nas sucessivas tiragens de W. M. Jackson Inc. Para uns,

¹ Para se fazer idéia do prestígio do homenageado, vale anotar que o ato governamental (Dec.-Lei n° 743, de 13.12.1934) que mudou o nome da velha Miritiba para Humberto de Campos foi assinado há apenas oito dias de falecido o escritor (5.12.1934).

*Humberto de Campos não é lido porque não é publicado. Para outros, não é publicado porque não é lido.*²

*O retorno destas Memórias, 76 anos depois da primeira edição, e, logo, o Diário secreto, que se publicará por esta mesma Editora, talvez possam contribuir a melhor compreender o destino e a fortuna literária de Humberto de Campos.*³

Nesse sentido, lembremos Santo Agostinho, autor muito da predileção do memorialista, que o invoca já desde as primeiras linhas desta obra, e para quem os homens são o que é a sua vontade: homines sunt voluntates. A confissão desnuda que Humberto de Campos faz dos próprios erros, em detalhes mínimos, como se, à la Rousseau, seu livro tivesse sido escrito como aide-mémoire para a defesa do autor perante o Supremo Juiz, todo esse esforço de sinceridade (a que não falta, por certo, uma forte dose de emocionalismo narcisista) é despendido, se bem visto, não apenas no intuito de tornar o leitor conquistado e convencido quanto à veracidade dos fatos narrados, mas a deixar prova da tese: de pouco ou quase nada vale a inteligência, quando não servida pela vontade que a domine em um sentido finalístico capaz de aperfeiçoar o ser humano.

Basta saber que Humberto de Campos recolheu e rascunhou dados para as suas Memórias em datas esparsas e espaçadas, desde 1912, momentos de autocontemplação em que o seu eu profundo terá enxergado, com maior clareza, as ladeiras e curvas da estrada percorrida: nelas, é certo, se encontra “a confissão pública de falhas particulares, numa penitência de possíveis pecados de egoísmo e de orgulho”, mas com o objetivo de fazer “demonstração de como pode um homem, pelas simples força de sua vontade, desajudado de todos os atributos físicos e morais para a vitória, libertar-se da ignorância absoluta e de defeitos aparentemente incorrigíveis, desviando-se dos caminhos que o levariam ao crime e à prisão para outros que o poderão conduzir a uma poltrona de Academia e a uma cadeira de Parlamento.” (Prefácio das Memórias).

Trata-se de um voluntarismo autodidata, a quem é imperioso louvar-se o empenho, a disciplina, as renúncias que sedimentaram os passos da caminhada, podendo, até mesmo, justificar-se ao self-made intellectual o direito de louvar-se a si mesmo

² Em 1986, por ocasião de celebrar-se o seu centenário de nascimento, a Editora Opus publicou uma série de Obras escolhidas de Humberto de Campos, em dez volumes. A tarefa, porém, não foi suficiente para provocar um revival do escritor. Nem existe mais a editora que tomou a cargo tal empreendimento.

³ As Memórias alcançaram o público, pela primeira vez, em 1933, pela Ed. Marisa; as Memórias inacabadas, em 1935, em edição póstuma da Editora José Olympio; o Diário secreto, em dois volumes, só foi publicado em 1954, pelas Edições O Cruzeiro, do Rio de Janeiro.

no apreçamento das próprias conquistas. Mas não se deixe de levar em conta, ao fechar o balanço, que a aprendizagem pelo esforço pessoal e exclusivo resulta, de algum modo, falha, pelos vieses que lhe são inerentes e por seus limitados benefícios, em confronto com a formação adquirida numa comunidade de aprendizes. Traço distintivo que mais tipifica o autodidata – a hipótese se formula pela facilidade de comprovação empírica – é a monomania.

E Humberto de Campos foi um monomaniaco. Cedo na vida, tendo descoberto o encantamento da leitura, nada mais o seduziu, a não ser a vontade de se fazer escritor, o desejo de imortalizar-se produzindo igual sentimento em outros leitores. Prova documental de tal obsessão é seu Diário secreto, espelho vivo de uma alma em agonia, no qual, ademais da maledicência encontrada a todo instante, tudo é ou termina em literatura. Sua ânsia por fazer nome nas letras o assalta em sofreguidão. Para alcançar a glória literária, ele paga altíssimo preço, sacrifica a saúde e a família, vende os miolos da cabeça para comprar miolos de pão, submete a essa via única qualquer outra possibilidade de fazer-se notável, queixa-se do tempo que lhe é tirado pelo curto interregno em que cedeu aos convites da Política: (“será possível que esse monstro me devore?”, Diário secreto, v. 1, p. 185), trabalha “dez, doze horas por dia, aos domingos e feriados” (op. cit., p. 276), e abre o coração, com extrema sinceridade: “A minha paixão pelo trabalho mental, a minha fome de escrever, de produzir, tem, talvez, as suas raízes mais profundas no meu egoísmo. Que pretendo eu, em verdade, ao idear uma obra vasta, uma bibliografia numerosa? Pretendo, apenas, que meu nome me sobreviva, que se fale de mim quando eu já repousar no seio da terra. / Eu me mato, pois, para dilatar a vida. Quero enganar a Morte, deixando no mundo o meu rastro, para que os estudiosos de amanhã me procurem, depois que ela me tenha levado. / Quem sabe, no entanto, se eu me não estou enganando a mim mesmo?” (Op. cit., p. 273).

Veja-se como a pergunta final da transcrição é sintomática para a identidade do escritor que poderia ter sido Humberto de Campos. Para ele, a glória literária é finalidade, não é efeito. Tomar uma coisa pela outra foi – hoje isso parece indiscutível – um dos maiores equívocos a que sucumbiu boa parte da geração que ocupa as décadas iniciais do século XX brasileiro. Humberto não desconhece os percalços do plano a que se submete: “A glória é feminina” – anota no Diário secreto – “e, como toda entidade feminina, tem os seus caprichos” (1º v., p. 148). Serve, no entanto, à perigosa dama, e empreende a carreira que o seu talento desenvolveria sem dificuldade, se, mirando mais alto, não confundisse literatura com glória literária. Ele não disfarça tal opção, e a si mesmo se aprova, como se vê pela seguinte consideração a respeito de quem lhe serviu de mestre e modelo: “Coelho Neto confessou que a obra por ele realizada não era, absolutamente,

aquela que ideara no início de sua carreira literária. [...] Essa modificação de programa deverá, todavia, ser amaldiçoada ou sequer lamentada pelo grande escritor? A mim, me parece que não. Tivesse corrido tudo, inicialmente, de acordo com o seu desejo, [...] teria o seu nome adquirido o prestígio que hoje desfruta no domínio das letras, e, nele, a repercussão que hoje tem? Coelho Neto é, pois, nesse particular, um homem que deve abençoar o Destino, o qual, interceptando-lhe o caminho por onde ele queria ir por sua vontade, o obrigou a tomar outro, que tinha os seus espinhos, como quase todos os caminhos da terra, mas que, em compensação, tinha à margem algumas flores e lhe permitiu, quase ao termo, o prazer daquela consoladora glorificação...” (Op. cit., p. 252).

Esta sedução da glória, monomania irreprimível, o leva a também escolher terreno mais à mão, de colheita rápida e visível, imediatamente compensadora: dessa forma, em 1933, na curva final de sua existência, publicadas suas Memórias, é ele “o escritor mais em evidência nas letras brasileiras, [...] e a figura mais eminente da Academia.” (Op. cit., v. 2, p. 332).⁴ Suas obras, retiradas de entre as folhas de jornal a que se destinam de saída, multiplicam-se em volumes e edições seguidas. Ainda em 1933, as livrarias exibem nove títulos que, só naquele ano, vêm ou tornam a lume com sua autoria. Seu livro de recordações é impresso quatro vezes em menos de um ano, e chega a 15.200 exemplares. José Olympio, instalando-se no Rio de Janeiro em 1934, aposta na fama do escritor para o êxito de seu projeto editorial. Agenda para o primeiro semestre desse ano: Carvalhos e roseiras, 2.200 exemplares; contos orientais, 6.200; O monstro e outros contos, 3.200; crônicas, 6.200; Os párias, 3.200; Memórias, 2ª parte, 15.200 exemplares; Poesias completas, 3.200 exemplares; Crítica, 3º v., 6.200; 1º v., 2.000; Diário de um enterrado vivo (que seria o título do Diário secreto, ou parte dele), 15.200. No total, 62.800⁵ exemplares em seis meses. (Ver Diário secreto, 2º v., p. 413-14). Homem de letras sob moldes que vão sendo rapidamente ultrapassados, Humberto de Campos leva nos ombros o jovem editor e o alimenta com os grãos de bico de sua pena. Ele não se adapta nem se incorpora aos novos, mas é aceito por eles. No correr dos anos 30, quase um milhão de exemplares são vendidos sob sua assinatura, pela Editora dos modernistas.

Considere-se, neste ponto, que a primeira e mais importante ficção de um escritor é a de esculpir-se pelo modo que aspira permanecer perante o público. Não descuidando

⁴ Tendo sido um desses espíritos que já nascem acadêmicos, e para quem, portanto, nada mais alto há de existir que uma associação literária, Humberto de Campos se glorifica por ver-se membro da Academia Brasileira de Letras, aliás, o mais jovem até hoje, eleito aos 34 anos.

⁵ Corrigidos, acima, os números da fonte bibliográfica, que registra a soma de 62.500 exemplares.

desse pormenor, o laborioso Humberto constroi a própria imagem como a de um homem cuja vocação altaneira desviou-se da trilha originalmente imaginada porque foi abatida por adversidades de saúde, de família, de finanças, do próprio meio. Ele escreve sem parar. Presença diária em periódicos da Capital Federal e de outras cidades brasileiras (é o tempo em que Assis Chateaubriand começa a montar a sua cadeia de jornais), há dias em que assina mais de meia dúzia de artigos. Esse perfil assim desenhado não deixa de ser verdadeiro, mas leva implícito um tanto de soberba cabotina, como se o autor falasse sem precisar dizer: “Em meio a tantas desventuras, faço a obra que me é possível, e pela qual já sou tão aplaudido. Imaginem o quanto de mais e melhor eu poderia ter feito, se melhor me favorecessem as circunstâncias.” Ao secretário de Getúlio Vargas que lhe pergunta o nome completo e estranha seja tão curto, responde: “E, assim tão curto, você não imagina o trabalho que tive para fazê-lo.” (Diário secreto, 2º v., p. 405). Ele racionaliza: “À semelhança de Coelho Neto, eu vejo que a minha vida literária tomou, desde cedo, uma direção que eu nunca previra. O meu grande sonho era realizar uma obra poética uniforme e vasta, de que eram base, já, os dois volumes da Poeira... Ao lado dessa obra poética, viria uma obra crítica, uma série de ensaios, como os de Sainte-Beuve, Brunetière e Doumic. As obrigações de família, agravadas pelo espólio humano do meu sogro — três senhoras idosas que vieram para a minha casa desde que me casei — fizeram-me dedicar inteiramente à imprensa, onde instituí as crônicas miúdas e humorísticas, os contos ligeiros e cotidianos, que deram popularidade ao meu nome e foram formando aos poucos esses livros que [... me] deram dinheiro e nomeada. Essa nomeada fez-me deputado. Tivesse eu ficado a rimar os meus versos e a escrever os meus ensaios, como era do meu programa inicial, e teria chegado onde hoje me encontro? / Deus sabe, pois, mais do que nós, o que faz a nosso respeito. E eu só tenho, por mim, que abençoar o dia em que ele, tomando-me pela orelha, e utilizando as três sogras que me deu, me fez humoristicamente mudar de caminho...” (Op. cit., p. 254-55).

Essa argumentação, ao mesmo tempo em que justifica ao escritor fazer da literatura um meio e não um fim, produz o efeito de iludir o leitor e induzi-lo a aceitar, sem maior exame, que Humberto de Campos fez exceção quanto às condições precárias da criação literária. Em que tempos os criadores, em qualquer campo da arte, encontraram facilidade em seu ofício? Lembremos João do Rio (Paulo Barreto) e Lima Barreto, entre os contemporâneos de Humberto, ou, pouco antes, Augusto dos Anjos, autores, os dois últimos, de mais assegurada permanência em nossas letras.

Dispersão e superficialidade foram o resultado dessa pressa por ganhar conceito literário. Deixando de lado as frivolidades frascárias que lhe celebrizaram o pseudônimo Conselheiro XX, Humberto de Campos escreve poesia — da última extração parna-

siana, nem melhor nem pior que a que, de ordinário, então se lia —, imagina contos-apólogos, orientais, mórbido-realistas, faz anedotas, traça perfis curtos e reminiscências, volta-se à crítica sob a vestimenta de crônica, consagra-se cronista. Suas obras completas reúnem 29 volumes de variedades, cuja apreciação honesta exige não se esquecer que, em seu conjunto, foram produzidos para a leitura de cada dia.

Mas o dito antigo lembra: “Pluribus intentus, minor est ad singula sensus” Tão múltiplas frentes de ação foram causa que Humberto se diminuísse na singularidade de suas realizações, tendo preferido sempre as que lhe trariam resultados previsíveis e palpáveis. Mais de uma vez em seu Diário (p. ex.: 1º v., p. 205-206, 209, 280), ele toma notas e faz observações com vista a escrever um título de ficção longa. Não lhe faltavam qualidades para o cometimento: imaginação fácil (“tu sofres... de excesso de imaginação” — declara-lhe Carlos Malheiro Dias, Diário secreto, 2º v., p. 159), espírito de observação, fixação dos detalhes, movimentação descritiva, agilidade e leveza estilística. Ele conhece de próximo e tem em alta estima os mestres na matéria, em especial os franceses. Mas é significativo que a sua bibliografia não inclua nenhum título do gênero.

“O Sr. Humberto de Campos pertence ao número dos que escrevem porque leram”, afirma, em síntese, um crítico seu contemporâneo, que percebeu e advertiu: “Ninguém mais do que o Sr. Humberto de Campos, entre nós, tem tido tanta preocupação de posar para a Posteridade. [...] Retificador impávido de erros, o futuro castiga sempre com o esquecimento todos os que confundem abundância e excelência. [...] Não acreditamos que o futuro próximo assegure ao Sr. Humberto de Campos os louvores que pleiteia. É pena. É pena, porque, em outras circunstâncias e com menos intenções, ele os conquistaria facilmente”.⁶

Restam, apesar de tudo e depois de tudo, o cronista, o diarista, o memorialista.

O cronista será lembrado, enquanto a crônica fizer parte da literatura. É fato a que não se pode atribuir pouca importância o convívio que Humberto de Campos entretinha e a aceitação que obtinha entre os primeiros nomes do modernismo brasileiro. Ele entendeu, sem dificuldade, para onde sopravam os ventos da mudança. Basta comparar os seus atributos estilísticos com os de Coelho Neto, por esse tempo.⁷ Seu nome constitui o elo de transição que, de Machado de Assis e Bilac, conduz a Rubem

⁶ Eloy Pontes, *Obra alheia, 1ª série*. Rio de Janeiro: Selma Editora, s. d., p. 79-80.

⁷ *Veja-se, de Coelho Neto, Às quintas (janeiro de 1921 a dezembro de 1923)*, edição preparada por Marcos Antônio de Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Braga e Fernando Sabino. Infelizmente, as virtudes de sua produção nesse campo foram obscurecidas pelo excesso do que foi passado para livro. Uma apurada seleção de suas crônicas – tendo-se atenção também ao estilo, descuidado, cá e lá, em alguns trechos – poderia restituir-nos a exata estatura do mestre que estabeleceu e fixou os parâmetros da moderna crônica brasileira.

O diarista – já referimos – fica, pelas características já assinaladas, pela revelação escancarada do caráter do autor e de muitos de seus coevos, sabendo-se, ademais, que os diários são publicação escassa em nossa literatura.

Do memorialista... “Se pudéssemos destacar nela [da obra de Humberto de Campos] alguma coisa – diz Alceu Amoroso Lima – ressaltaríamos suas páginas de Memórias, em que nos conta, com indizível emoção, as vicissitudes da sua própria vida de moço provinciano e paupérrimo, que acabou membro da Academia e de uma popularidade que se equilibrava e mesmo excedia, em certos meios, a de Monteiro Lobato.”⁸

As Memórias são Humberto de Campos todo, o melhor de sua criação, a síntese de suas qualidades e defeitos como contador de histórias, sua sensibilidade (aguçada, mesmo, pela enfermidade já avançada), a decantação estilística que lhe adveio do trato com a matéria de jornal, a sintonia com a preferência dos leitores, a quem aprendeu, desde muito, a agradar, a compreensão experimentada das profundezas do ser humano.

Humberto permanece, sobretudo, com o documento de suas Memórias, lamentavelmente interrompidas quando o autor mal começava a publicá-las. Elas estão para a literatura brasileira como o Cuore, de Edmundo de Amicis, está para a literatura italiana. Duas obras imortais, de dois espíritos voluntaristas (e de voluntário pendor socialista), escritas, uma e outra, para causar emoção.

“Indizível emoção”: sobre uma das passagens mais famosas das Memórias não resiste o escrevinhador destas linhas a deixar um testemunho pessoal. Em seus tempos de iniciante do ginásio, uma antologia da língua vernácula trazia a história do menino Humberto de Campos e de seu cajueiro parnaibano. Certo dia, na sala de aula, o professor, tendo prescrito para o dia seguinte um exercício extraído daquele texto, surpreende-se em ver que a emoção impossibilitava a um de seus alunos ler em voz alta a página exigida.

– Deixe, que eu concluo a leitura – falou-lhe o mestre. E apanhou, não o livro escolar, mas um exemplar das Memórias. Dispunha-se a ler todo o capítulo que se

⁸ In Quadro sintético da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Agir, 1956, p. 68.

intitula Um Amigo de Infância. Mas as lágrimas também o assaltaram, e logo, contagiada, a classe inteira prorrompia em soluços, a ponto de chamar a atenção do Chefe da Disciplina.

– O que aconteceu? – ele veio saber.

– Aconteceu que Humberto de Campos está mais vivo do que quando viveu – respondeu-lhe o professor, sem esconder o rosto ao fiscal.

O aluno daqueles tempos torna a concordar com esse julgamento, se é verdade que a literatura é a arte de criar emoção pela palavra.

NOTÍCIA DESTA EDIÇÃO

Esta reedição das *Memórias* de Humberto de Campos – e do volume seguinte, *Memórias inacabadas* – foi preparada com base no texto publicado pelos editores W. M. Jackson Inc., em sucessivas tiragens, que não especificam data e número de edição. Dados os objetivos e o destino da presente edição, o cotejo com o texto original (Rio de Janeiro: Editora Marisa, 1933) não nos mostrou necessidade de indicar suas diferenças da primeira edição, a não ser em pontos que entendíamos de todo indispensável esclarecer ao/à leitor/a.

Mantivemos as numerosas maiúsculas de origem (o Destino, a Morte, “o viajante da Eternidade”, “o abismo dos Tempos”, “a Pobreza costuma, às vezes, pregar peças à Felicidade”, “o Bom-Senso [...] tapava a boca à Vaidade”, etc.), onde e como as empregou o Autor, e sempre quando nos parecia evidente que seu emprego visava a dar sentido específico ou enfático a determinada palavra ou expressão.

Conservamos também a maior parte dos pontos de exclamação e reticências do texto-base, os quais podem servir para marcar a distância que nos separa dos tempos do Escritor.

Inalterada, ainda, a virgulação, cujo processo, numa sequência de verbos e/ou adjetivos, tem a peculiaridade de sugerir certa hesitação inicial do Estilista e, logo, o acréscimo que lhe advém da palavra que enriquece e completa seu pensamento (“o infalível anúncio, ilustrado, da *Emulsão de Scott*, “o mais velho, e mais ágil, mexia e remexia de longe”, “bigode pequeno, e grisalho, e uns olhos cor de rapé escondidos no fundo das órbitas”, etc.). Essa opção foi tomada sempre que não víamos alterar-se a velocidade e o fluxo de prazer na leitura, que é o que mais há de pôr-se em relevo na obra de Humberto de Campos.

S. M. D.

MEMÓRIAS

Primeira Parte
1886-1900

SUMÁRIO

Prefácio.....	23
I – Meus antepassados	27
II – Dindinha.....	32
III – Meu pai.....	34
IV – Minha mãe	38
V – Miritiba.....	41
VI – Eu.....	45
VII – Figuras miritibanas.....	48
VIII – Massena.....	53
IX – Macacoeira.....	56
X – Travessuras	59
XI – Lembranças soltas.....	63
XII – A primeira escola.....	66
XIII – Primeiro capítulo para Freud.....	68
XIV – Tabual.....	70
XV – A caminho do exílio.....	73
XVI – As surpresas da cidade.....	76
XVII – Um sucesso literário	79
XVIII – Parnaíba	83
XIX – Meus tios: os Veras.....	86
XX – Tio Feliciano	89
XXI – Tios Franklin e Emídio.....	94
XXII – Meus tios: os Campos	97
XXIII – O brinquedo roubado.....	100
XXIV – Um <i>b</i> com <i>a</i> , b-a-bá.....	103
XXV – Pedra do Sal	108
XXVI – Duas impressões.....	112
XXVII – Nossa casinha	115
XXVIII – Mestra Marocas	118
XXIX – Antigamente a escola era risonha e franca	122
XXX – Condiscípulos: os Clarks.....	127
XXXI – Outros condiscípulos – Outros acontecimentos.....	131
XXXII – Um amigo de infância.....	135
XXXIII – Morros	139

XXXIV - Segundo capítulo para Freud.....	143
XXXV – Papagaios.....	144
XXXVI – Um susto.....	147
XXXVII – Linha, agulha e dedal.....	150
XXXVIII – Externato São José.....	154
XXXIX – Zé Miranda.....	157
XL – O continuador de Sienkiewicz.....	162
XLI – Colégio Saraiva.....	166
XLII – É barato!... É barato!... É barato!.....	169
XLIII – Com o diabo no corpo.....	172
XLIV – Heroínas obscuras.....	176
XLV – Regresso ao balcão.....	179
XLVI – Na escola do vício.....	182
XLVII – Outra escola.....	185
XLVIII – Ambições de “glória”.....	188
XLIX – Na escada de sete degraus.....	191
L – Homero e <i>O testamento do macaco</i>	193
LI – O flagrante.....	196
LII – O cálice da amargura.....	199
LIII – Um general que não chegou a soldado.....	201
LIV – Outro degrau da escada.....	204
LV – No rastro de Benjamin Franklin.....	208
LVI – Terceiro capítulo para Freud.....	212
LVII – Preparativos de viagem.....	213
LVIII – Saudade e vinho tinto.....	216
LIX – Em São Luís.....	219
LX – Sem casa e sem pão.....	222
LXI – Fome e fartura.....	225
LXII – Entre os dentes do gato.....	229
LXIII – A Emília.....	231
LXIV – História de três prisioneiros.....	234
LXV – Volta à liberdade.....	238
LXVI – Outra vez com Benjamin Franklin.....	241
LXVII – Orgulho de proletário.....	245
LXVIII – Lavador de garrafas.....	247
LXIX – “Seu” Zé.....	250
LXX – Fim de século.....	252

Que la trompette du jugement dernier sonne quand elle voudra, je viendrai, ce livre à la main, me présenter devant le souverain juge. Je dirai hautement: “Voilà ce que j’ai fait, ce que j’ai pensé, ce que j’ai fus.”

J.-J. Rousseau – *Les confessions*.

PREFÁCIO

NO PREFÁCIO que escreveu para a autobiografia de Pedro Kropotkine, Georges Brandes divide em três grupos as grandes obras literárias desse gênero: o dos que falam de si próprios; o dos que aproveitam a sua história para falar dos contemporâneos e o dos que a utilizam para repetir o que os contemporâneos disseram da sua pessoa. Estão no primeiro caso Sto. Agostinho, Rousseau e Goethe; no segundo, João-Luís Heiberg, Hans Andersen e Kropotkine; e no terceiro, todos os que escreveram sobre si mesmos no século XIX.

Há evidente injustiça ao século passado¹ nesta classificação de Brandes. O processo autobiográfico seguido nele foi o do segundo tipo, melhor definido em Renan: o do aproveitamento da história particular de um homem para discorrer sobre as figuras e as cousas do seu tempo e do seu meio. Seguiram-no Chateaubriand e Legouvé, que não foram, aliás, na França, senão os continuadores de Sully, de Marmontel, do presidente Henault, do Cardeal de Retz e de algumas mulheres de espírito do século anterior.

Os objetivos da obra iniciada com este volume, e principalmente os dele, são, todavia, aqueles que se poderiam descobrir em Santo Agostinho, entre os antigos, em Jean-Jacques, há dois séculos, e em Gorki, entre os contemporâneos: a confissão pública de faltas particulares, numa penitência de possíveis pecados de egoísmo e de orgulho; e a demonstração de como pode um homem, pela simples força da sua vontade, desajudado de todos os atributos físicos e morais para a vitória, libertar-se da ignorância absoluta e de defeitos aparentemente incorrigíveis, desviando-se dos caminhos que o levariam ao crime e à prisão para outros que o poderão conduzir a uma poltrona de Academia e a uma cadeira de Parlamento. Visa, sobretudo, este livro, dizer aos pais que não desesperem dos seus filhos quando eles apresentam, na infância ou na adolescência, inclinações para a ociosidade ou para o vício. Até os vinte anos, há dentro de nós, adormecida, mas pronta a despertar, uma alma que não conhecemos. É nessa altura da viagem que a estrada se bifurca, levando ao Paraíso ou ao Inferno. É nessa estalagem do caminho que o homem se veste para a festa da Vida, tomando a indumentária definitiva. A criação

¹ O século XIX (Nota do Editor).

é um casulo, apenas. E não há entomologista que possa dizer, pelo aspecto exterior desse casulo, as cores do inseto que palpita lá dentro.

Escrevo a história da minha vida não porque se trate de mim; mas porque ela constitui uma lição de coragem aos tímidos, de audácia aos pobres, de esperança aos desenganados, e, dessa maneira, um roteiro útil à mocidade que a manuseie. Os vícios que a afeiam, os erros que a singularizam e que proclamo com inteira tranquilidade de alma, os rochedos, em suma, em que bati, mesmo esses me foram proveitosos, e sê-lo-ão, talvez, aos que me lerem. Conhecendo-os, saberão aqueles que vierem depois de mim, que devem evitá-los, fugindo aos perigos que enfrentei, e, conseqüentemente, procurando, na viagem, caminhos mais limpos e seguros. Como nas cargas de cavalaria de Napoleão em Waterloo, os cavaleiros que vão na frente, na Vida, devem soterrar o fosso para a passagem vitoriosa dos que vêm atrás. “Que a tua experiência seja a mão que guia, a bússola que orienta, o farol que salva os naufragos” – aconselha Amado Nervo, num grito aos que escondem a sua vida e a sua alma. E eu venho trazer, aos que se vão fazer ao mar, e aos que já se acham ao largo, a mão, o farol e a bússola.

Livro novo, no seu gênero, nas nossas letras, eu não tenho ilusões sobre as contrariedades a que dará origem. As famílias brasileiras, as mais modestas e obscuras, são como aqueles varões que Sainte-Beuve comparava ao rio Nilo, que escondia as suas nascentes, e a parte mais curiosa do seu curso. Têm horror à verdade, quando esta lhes ofende a vaidade ingênua, e ocultam o segredo da sua pobreza, mesmo quando heroica e honrada, como se ela constituísse mácula ignominiosa. E eu, fechando o coração, tive de romper com esses escrúpulos, tão lamentáveis quanto ridículos, que são, ainda, em nossa burguesia provinciana, uma das características de mediocridade mental.

Dir-se-á, talvez, que escrevi mais do que devia, e que não merecia obra tão longa existência tão apagada e personagem tão insignificante. Já Luciano de Samosata me havia, porém, justificado, quando dizia que as vidas felizes são sempre curtas, e que, para o desgraçado, uma só noite vale uma eternidade. A vida de um homem não deve ser medida, efetivamente, pela extensão, mas pela intensidade. Senectus non annis computanda, sed factis, diz o velho Sêneca, na sua velha sentença. E, como intensidade, como trabalho, como sofrimento, a minha infância durou um século.

Aqui fica, deste modo, o primeiro volume das minhas Memórias, que são as de um homem que fez sozinho a sua marcha desde as vizinhanças do berço, e lutou, sozinho, contra todos os obstáculos da sua própria condição e contra todas as tentações que o assaltaram pelo caminho. Não cheguei muito alto, de modo a ombrear com os escritores notáveis do meu país, porque vim de muito baixo. Mas percorri maior distância

do que eles, porque vim de mais longe. “Os indivíduos bem nascidos – observou Sainte-Beuve – levam uma vantagem de, pelo menos, dez anos sobre os seus contemporâneos de origem humilde”. Pascal avalia em trinta anos essa diferença. Chego aos quarenta e seis anos ao fim da minha vida. Chego vencido, e fatigado, quando outros se encontram no apogeu da saúde e da força. Eu fiz, porém, repito, caminho mais longo, mais áspero, sem água e sem pão.

E, chegando onde me encontro, faço como aqueles gregos antigos, que cansados de peregrinar pelo mundo, sentavam-se, um dia, para morrer, à porta dos templos, oferecendo aos deuses, numa última bênção à vida, as suas sandálias, o seu cinto e o seu bordão.

H. de C.

MEUS ANTEPASSADOS

NADA é mais difícil no Brasil do que estabelecer as origens de uma família burguesa ou supostamente aristocrática, tentando desenhar, na botânica das vaidades, uma árvore genealógica. O que possuímos nesse sentido assenta, exclusivamente, sobre hipóteses. E eu, voltando-me neste momento para o Passado, sem ascendentes que me orientem e elucidem, não me podia sentir em menores dificuldades. Prefiro confessar a ignorância a recorrer à fantasia.

Que espécie de sangue circula e prevalece nas minhas veias? Português? Espanhol? Tupinambá? Ou africano? Os meus antepassados preponderantes vieram depois de Cabral, com as suas velas borboleteando nas ondas, ou já aqui se encontravam, a flecha em punho, o dente aguçado, animados de instintos sanguinários, devorando os seus semelhantes? Combati com a mão deles em Aljubarrota, matei panteras no areal, ou esperei de cócoras, dias inteiros, no refúgio da sumaumeira monstruosa, o tapir ou o índio adversário?

As informações que tenho dão-me direito a vaidades de europeu. Minha avó materna era filha de mãe brasileira e pai português. Pertencia este à família Bruzaca de que usava o nome. Um dos irmãos de minha avó, nascido no Brasil, emigrou para a África, onde fez fortuna artificial e filhos naturais. Ao falecer em 1870 ou vizinhança desse ano, os parentes de Miritiba mandaram à ilha de São Tomé um representante, para assistir ao inventário. Esse emissário voltou trazendo um açucareiro e algumas colheres de prata. Mas a viagem fora, parece, proveitosa a esse procurador, o qual, confirmando o epigrama bocageano, pouco depois do regresso começava a prosperar, construindo uma casa e comprando uma fazenda de gado com alguns sólidos patações portugueses. Descende, talvez, desse parente remoto e benemérito um poeta africano de nome Bruzaca, que eu encontrava, às vezes, nos meus inícios literários, assinando sonetos, no

Almanaque de lembranças, e no *Almanaque das senhoras*, de Portugal. O mesmo sangue, infiltrado em veias de negros ou de caboclos, ou de portugueses acabocladados pelo ambiente, dava, sob climas diversos, os mesmos frutos de alma e coração. Sob o meu cabelo duro, ou sob a carapinha do meu primo desconhecido, diluía-se ele na névoa dos mesmos sonhos.

Meu avô materno chegou a Miritiba, no Maranhão, vindo de Viana, no norte da Província. Era Oliveira Campos e, pela profissão e nome, devia ser, igualmente, de origem lusitana. Ligava-se, pelo sangue, às principais famílias da região de onde provinha, mas ignoro em que época os seus maiores se fixaram no Brasil. Um dos ramos de que descendia tomou o nome de Conduru, nas campanhas jacobinas pela manutenção da independência nacional, havendo um parente seu que, com esse nome, publicou uma gramática. Professor público, transmitiu os seus honrados e modestos conhecimentos, com o talhe da sua letra, a todos os meninos e meninas da vila em que exerceu o magistério. E a ideia que eu tenho dele, pelas reminiscências de minha mãe, é que era um homem pequeno, miúdo, metódico, manso, e calado. Minha avó, que se chamava Malvina, teve treze filhos, morrendo no parto do último, que, por isso, tomou o nome de Benjamin. Meu avô, de nome Manuel, assumiu o comando da casa e da tribo. Poucos anos depois, porém, sentindo indisposições de estômago, mandou vir do Maranhão um purgativo, em pó. Chegado o remédio, tomou-o. E vinte horas depois morria, deixando nos filhos e na vila a convicção de que fora envenenado por uma troca de medicamentos. Morrera mansamente, como vivera. Deixou na memória da família a recordação que deixam os santos no seu tranquilo trânsito pela terra. Ninguém soube, jamais, se ele sabia queixar-se ou gemer.

Sobre os ascendentes de meu pai, as minhas pesquisas não são mais seguras, embora alcancem um pouco mais longe. No segundo quartel do século passado, chegaram a Pernambuco, procedentes de Portugal, cinco irmãos Veras, os quais, após se terem estabelecido no Recife – onde até há pouco existia o Beco dos Veras, no centro da cidade –, se dispersaram pelo país, como os filhos de Noé depois da confusão em Babel: dois ficaram, parece, em Pernambuco mesmo; um foi para o Rio Grande do Norte; outro fixou residência em Caxias, no Maranhão, onde deixou entre os descendentes o dramaturgo Colaço Veras; e outro foi ter à Tutóia,

na mesma Província, casando-se aí na família Gomes de Almeida, que possuía, na região, importantes propriedades rurais. Este último, que se chamava Joaquim, foi o meu avô, pai do meu pai.

Como se teria formado, porém, a família, na outra margem do Atlântico? Veras será um prenome ou um patronímico? Provirá do latim *Verus*, ou do prenome russo *Vera*, que corresponde ao da primeira das virtudes teológicas?

As probabilidades são, todas, em favor da primeira hipótese. Segundo se lê no *Ementário luso-brasileiro* de José de Sousa Menezes, o prenome *Vera* não era conhecido em Portugal antes de 1860, ano em que foi batizada, ali, com esse nome, a primeira criança. É verdade que, no século XVII, já existia na Argentina, vinda da Espanha, uma família *Vera*. A esposa do poeta cordovês Luis de Tejada, que fundou no Rio da Prata um convento à sua própria custa, chamava-se Francisca de *Vera* (Ricardo Rojas, *La literatura argentina*, v. VIII, p. 771, ed. 1925). Mas é verdade, também, que essa família pode ser perfeitamente de procedência portuguesa. Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Dicionário biográfico*, dá notícia de Álvaro Ferreira de *Vera*, nascido, provavelmente, nos últimos decênios do século XVI. Natural de Lisboa, Ferreira de Vera escreveu e publicou aí, em 1631, duas obras consideráveis: *Origem da nobreza política, brasão d'armas e apelidos, cargos e títulos nobres*, e *Ortografia ou modo de escrever certo na língua portuguesa*, aproveitando, neste último trabalho, “a muita semelhança, que tem a língua portuguesa com a latina”. Achando-se em Madri quando se deu, em 1640, a restauração do trono em Portugal, recusou-se a reconhecer a autoridade real do Duque de Bragança, preferindo permanecer na Espanha, sob a proteção de Filipe IV. Em 1647, informa Inocêncio, ainda vivia ele na corte espanhola. E como a viúva de Luis de Tejada chegou à Argentina em 1667, é provável que se trate de uma descendente, possivelmente filha, do lexicólogo português.

A circunstância de ser o prenome *Álvaro* um dos mais comuns na família Veras, a ponto de ser encontrado em todas as suas gerações brasileiras, fortalece a suspeita dessa origem, isto é, de que os Veras procedem, ou têm sangue, daquele Álvaro Ferreira de Vera, da informação de Inocêncio. Não deixa de ser, todavia, interessante, que essas dúvidas se levantem, precisamente, no espírito de um descendente possível do homem

que escreveu, para evitá-las, um tratado genealógico. E quem nos dirá se os Veras não pluralizaram esse apelido já em terras do Brasil, por terem emigrado em grupo, e vivido inicialmente reunidos, como se verifica pela nomenclatura do beco do Recife, e por informações obtidas há vinte anos por alguns membros da nossa família, dos seus mais antigos moradores?

Homem empreendedor e inteligente, meu avô conseguiu, em pouco tempo, uma pequena fortuna, em gado, terras de cana, escravos e filhos. Destes, teve doze – como Jacó – sendo dez homens e duas mulheres. Ao falecer, um seu empregado e amigo, português também, de nome Farias, casou com a viúva, com as terras, o gado e os escravos. E desbaratou o que pôde, deixando, ao morrer, a prole do outro na mais elogiável pobreza. Conta-se que esse padrasto de meu pai despertava os enteados, pela madrugada, aos pontapés, mandando-os para os trabalhos da roça. E por lembrança da sua pessoa, por não ter filhos dessa união, deixou no nome dos filhos que minha avó tivera do primeiro matrimônio o seu próprio nome. Daí o nome de meu pai: Joaquim Gomes de Farias Veras. Esse intruso, como se vê, bebeu a água e cuspiu no poço. Morreu tragicamente. Tendo ido a Parnaíba em uma canoa a remos tripulada por escravos, teve aí uma discussão com um filho do coronel Simplício Dias da Silva, homem riquíssimo, senhor da Casa Grande, originando-se a desinteligência numa questão de política ou de mulheres. Farias, perseguido, corre para a sua canoa e sobe o rio Igarauçu, a fim de alcançar a sua propriedade, no delta parnaibano. O inimigo tripula também uma embarcação do mesmo gênero, e sai-lhe no encalço. Cada um leva a sua dúzia de negros robustos, prontos a morrer pelo amo. As duas canoas correm a noite toda, arrebatadas pelos remos dos negros. Ao amanhecer, alcança o português Farias o porto do seu engenho. Ao deitar, porém, o pé na terra firme, a canoa da Casa Grande vem abordando a sua. Um tiro de mosquete derruba-o na praia. Os escravos cercam o corpo do senhor. E trava-se o combate entre os dois grupos de pretos, que se exterminam a faca, e que não cessam a luta senão quando não há mais, do grupo dos perseguidos, ninguém para matar.

Meu avô Joaquim, segundo tradição corrente na região em que viveu, era um rapagão alegre e louro, com ares e hábitos de fidalgo jovial. Metido na sua jaqueta de veludo lusitano, punha nos bolsos desta pequenas moedas de ouro que deviam cair quando ele sapateava. E as moças

curvavam-se, sôfregas e contentes, em torno dele, quando ele, o braço erguido, à espanhola, dançava nas salas ou nos terreiros enluardos, nas festas à maneira do Brasil, ou do Reino. Não sei se foi ele, ou se um parente de minha avó, que teve um ataque de catalepsia, e foi enterrado em uma velha capela particular, na Tutóia. O que sei é que ao exumar-lhe, anos depois, os ossos, encontraram o esqueleto retorcido no caixão. A sua sombra percorre, ainda hoje, as regiões onde viveu feliz, perseguindo as sombras daqueles que o sepultaram em vida.

Por esse retrospecto vê-se que, ao contrário do que eu desejara, o meu sangue é, quase todo, se não todo, de origem portuguesa. Nobre ou vilão, ele vem de lá. Se há alguma colaboração do bugre, ela se fez sentir por intermédio da minha bisavó materna, que nasceu no Brasil. Minha avó Malvina apresentava, porém, um claro tipo europeu. Os Veras, irmãos de meu pai, eram, todos, muito louros, patenteando, mesmo, alguns, o tipo de europeu do norte. De modo que, somando todos esses fatores, e especialmente as qualidades negativas, que me caracterizam, eu chego à seguinte conclusão: sou, física, moral e intelectualmente, o produto de quatro ou cinco famílias portuguesas que o tempo e o meio vêm debilitando, e que se aclimatou, sem se integrar, no ambiente americano.

Isso explica, talvez, as tendências disciplinadas e disciplinadoras do meu espírito, a minha paixão pela ordem clássica, e a feição puramente europeia do meu gosto. Tenho horror à insubmissão e à desordem, que assinalam os homens cujos antepassados foram escravos.

Vibram automaticamente, no meu sangue e nos meus nervos, oito séculos de civilização.

II DINDINHA

DOS MEUS avós paternos e maternos, foi o único que eu conheci. Era mãe de meu pai, e chamava-se Emídia. Mas todos nós, seus netos, lhe dávamos o tratamento de *Dindinha*.

Conheci-a em 1893, ao chegar, pequeno e órfão, a Parnaíba. Era uma velha gorda, limpa, alegre e branca. Dava aquela impressão que Fialho de Almeida tivera diante de outra figura feminina, de uma honrada senhora esculpida em toucinho. Estando com todos os filhos sobreviventes em boas condições de fortuna, tinha vida farta e sossegada. Vivia, por esse tempo, com meu tio Emídio, cuja família a tratava com desvelo e carinho. Todos os dias meu tio Feliciano e meu tio Franklin, já encanecidos, iam vê-la e pedir-lhe a bênção. Morava em um quarto espaçoso, que se comunicava com a sala de jantar. Deitada em uma rede branca e de varandas largas, conservava sempre ao lado, armada paralelamente, outra rede, destinada à neta, ou cria caseira, que lhe fazia companhia. O seu maior encanto era escutar a leitura de romances, feita pelas pessoas da casa. Interessava-se pelos personagens dos dramas, como se fossem gente do seu conhecimento e da sua amizade. E assim era que, à custa dos olhos alheios, conhecia quase toda a obra, até então editada, e traduzida, de Júlio Verne, de Ponson, de Escrich, de Alexandre Dumas, de Richebourg, de Adolphe Melot. O seu quarto era, por isso mesmo, um pequeno centro literário, povoado de sombras felizes ou desgraçadas, saídas de romances líricos ou tormentosos, e cuja existência era ali comentada e discutida. Isso atraía as netas já moças, ou pouco mais que meninas, que se alternavam na leitura, transmitindo umas às outras o assunto do capítulo porventura lido na sua ausência.

Nós, os netos pequenos, tínhamos, também, uma atração especialíssima naquele quarto em que a velhice aguardava a mansa visita da morte. É que os meus tios levavam sempre, para a velha mãe, frutas e guloseimas,

que ela não raro distribuía pelos visitantes miúdos. Foi ali, no seu quarto, que travei relações com a doce e tenra marmelada portuguesa, que vinha em pequeninas latas redondas, e que era partida em talhadas flexíveis e morenas. Essa marmelada, e algumas frutas, levavam-me a tomar a bênção à pesada senhora duas e, não raro, três vezes por dia.

Não me lembro se, além dessas manifestações de prodigalidade que me seduziam, essa minha avó me dava a mim, seu neto órfão, outra demonstração de carinho. Parece-me que não. Minha memória infantil guardou, apenas, a lembrança da sua figura, do seu quarto, dos seus romances e da sua marmelada. Depois, só me recordo que, indo um dia, à tarde, à casa de meu tio Emídio, encontrei-a com as janelas todas abertas e, na sala, um grande caixão preto, com enfeites de galão dourado. Não havia lágrimas nem soluços. Apenas tristeza, e conversas em voz baixa. Meu tio, vestido de preto, espalhava pela sala e pelos compartimentos próximos uma esquisita mistura de aguarrás e ácido fênico, destinada, parece, a disfarçar o mau cheiro do corpo em decomposição.

Não sei de que morreu, nem como. Parece-me, porém, que foi do coração. Eu tinha oito anos e no cérebro não cabia tudo. Sei, apenas, e com certeza, que, a mandado de minha mãe, fui me sentar na pedra da calçada e que, metido na minha roupinha nova, olhava dali com uma superioridade orgulhosa os meninos do sr. Antônio Martins Ribeiro, morador da casa fronteira, os quais deviam estar com enorme inveja de mim, pois a avó que tinha morrido era a minha, e não a deles.

E assim foi que, embora por pouco tempo, eu tive uma avó.

III MEU PAI

QUANDO meu pai morreu, eu tinha seis anos e vinte e dois dias. Mas lembro-me, ainda, perfeitamente, dos seus modos e da sua figura.

Era um homem de estatura acima de mediana, ágil, airoso e elegante. Claro e corado, olhos azuis, cabeleira farta e ondulada, de ouro queimado, quase vermelha; bigode da mesma cor; e umas suíças baixas, que lhe chegavam até ao meio da face. Olhando neste momento o retrato que dele me resta, encontro, entre a sua fisionomia e a de Pedro I, curiosa semelhança. Apenas, em meu pai, os traços são mais finos, graciosos e corretos: o nariz bem feito, e sem as bochechas do primeiro Imperador. Um belo tipo de homem, em suma, no porte e nas linhas – ideia que me é confirmada pelas pessoas que o conheceram.

Guapo, alegre, sempre disposto e em movimento, era o que se chama hoje um tipo esportivo. Bom cavaleiro, fazia constantemente viagens de centenas de léguas, em que consumia semanas ou meses, comprando gado e cereais que exportava para São Luís. Quando permanecia em Miritiba, saía, quase todas as manhãs, em cavalos fogosos e inquietos, nos quais gostava de experimentar a sua destreza arrogante e jovial. Quando eu nasci, tinha ele vinte e nove anos; e trinta e cinco quando morreu, pois que havia nascido em 1857. Na sua casa comercial, jamais saía do interior do estabelecimento pela portinhola a isso destinada: espalmava a mão na tábua do balcão, e saltava por cima com extrema agilidade.

A sua figura me vem à lembrança, hoje, apenas em meia dúzia de quadros, que a memória fixou com tintas claras e precisas, sobre fundo brumoso. Vejo-o, primeiro, em nossa casa antiga, apeando-se do cavalo, o chicote na mão, entrando pelo pequeno jardim que há ao lado, e em que floresce grande roseira, *todo-o-ano*, sempre enfeitada de rosas. Eu e minha irmã – eu com quatro anos ou cinco, ela com dois ou três – montamos cada um o seu cavalo humano: ela, a negra Bárbara, a sua Babu; eu, a ne-

gra Antônia – amas de nós ambos. Entrando no jardim, e encontrando as pretas de quatro pés, e nós montados, meu pai descarregava alegremente o seu chicote sobre as nossas cavalgadas, que logo se erguem e disparam na carreira, arrebatando-nos nos seus braços amigos... Vejo-o pulando o balcão da loja, num salto rápido e firme. Vejo-o, ainda, chegando de viagem, estirado na sua rede branca e larga, armada no meio do quarto. Minha mãe acorre, solícita, com um prato de carne seca, picadinha, misturada com ovos, preparada na ocasião e de que ele se serve, deitado mesmo, com farinha d'água amarela – ceia da sua predileção e que lhe era trazida todas as noites no quarto, à hora de dormir... E vejo-o no instante mais trágico do seu destino. Ele havia saído a passeio em um cavalo árdego, que exigia espora de fidalgo e pulso de cavaleiro. De regresso, com o animal coberto de espuma, vai estacar diante da porta num puxão repentino das rédeas, quando minha irmã, que tinha apenas dois anos e vestia uma simples camisinha de rendas, sai na carreira de casa e cai, na rua, sob as patas do animal em marcha. Meu pai sofria o cavalo e solta um grito. Olha para baixo, e vê: a filha está no chão, de braços, entre as patas do animal, que lhe pisam a roupa ligeira. A aproximação de qualquer pessoa é impossível. O quadrúpede resfolega impaciente, mordendo o freio. Um movimento qualquer, e, sentando-lhe uma das patas na espinha frágil, pode matar a menina. Vem, então, a meu pai, uma ideia súbita e desesperada: crava de repente, e com violência, as esporas no ventre do animal, que dá um arranco, saltando longe. A filha estava salva, mas ele estava morto: ao appear-se, muito pálido, pediu um copo d'água. A datar, porém, desse dia, não teve mais saúde. Ano e meio, ou dois anos depois, morria do coração.

Tudo nele era atividade febril, inteligente e irrequieta. Emigrado da Tutóia, onde nascera, chegara a Miritiba ainda rapazola. Antes disso, fora ao Maranhão, tentar a vida. Espírito aventureiro, meteu-se em um navio, que tocava em São Luís, e rumou para o sul, como simples marinheiro e, no ventre do barco, onde avermelhavam as chamas, deu comida às fornalhas famintas. Esteve no Rio de Janeiro como um louro vagabundo de Gorki. E aos dezenove anos encontrava-se, de novo, na sua terra, com um curso completo de ensinamentos do mundo.

Em 1877, achando-se ele, já, estabelecido, teve começo no Ceará o flagelo da seca. Centenas ou milhares de famílias tomaram o caminho do

exílio, espalhando-se pelas províncias mais próximas não atingidas pela calamidade. Na sua inclemência, o sol nivelara, ali, os homens de todas as condições. O rico e o pobre tornaram-se, todos, miseráveis. E é uma família outrora afortunada, mas reduzida à miséria extrema, que vai ter, então, a Miritiba.

Era a família Mendonça Furtado, que tivera as suas fazendas prósperas, para as bandas do Sobral ou do Ipu. O chefe morrera em caminho, de dor e de fome. Os filhos homens tinham-se dispersado, na travessia do Piauí. De modo que apenas chegaram aí, como despojos preciosos de um naufrágio que o oceano atira a praias longínquas, duas pobres moças de excepcional formosura, acompanhadas de uma velha senhora aniquilada pelo tormento da vida. Meu pai era jovem e solteiro. E passou a viver com uma das moças. Um seu sobrinho, quase da sua idade, José Veras Machado, filho da sua irmã Felicidade, assumiu a responsabilidade do destino da outra.

Em março de 1880 nascia o primeiro fruto dessa união que a lei considerava ilícita, mas que meu pai, com seu espírito sem preconceitos, achava naturalíssima. Era uma menina, e foi levada à pia por meu pai e pela moça com que[m] vivia.

- O nome da menina? – pergunta o padre.
- Prosérpina – respondeu meu pai.
- É nome de santo?
- Não, senhor. Prosérpina é mulher de Plutão, rei dos Infernos.

O sacerdote propõe outro nome, mas meu pai recusa. E o padre batiza a menina mesmo com esse nome, o qual define, com outros episódios da sua vida breve, o que era, em um ambiente acanhado e de aldeia, o espírito livre e, mesmo, irreverente, de meu pai.

Na mesma ocasião, o sobrinho e companheiro que vivia com a outra moça, batizou, também, uma filha nascida nas mesmas circunstâncias. E deu-lhe, por inspiração do tio, o nome de Eurídice, que igualmente habitava o Inferno grego. Do que se conclui, talvez, que meu pai, meio século antes do filho, e habitando uma remota vila de uma província do norte, mostrava, já, um pronunciado interesse pela mitologia.

Meu pai possuía um gosto inequívoco pelas letras. Não sei, nem posso avaliar, os limites da sua cultura. Lembro-me, porém, que, ao come-

çar a ler, encontrei, entre os papéis de minha mãe, dois velhos cadernos amarrotados, com letras dele. Eram versos que havia escrito: não versos de amor, líricos e piegas, mas dois poemas no metro dos *Lusíadas*, em oitavas ou décimas rimadas, que eu lia alto, embalando-me em uma grande rede doméstica. Um deles cantava uma viagem a um “sítio São João”, e falava em mangueiras e laranjeiras, num canto virgiliano à natureza mansa da sua terra. O assunto do outro apagou-se na minha memória. Com a minha ida, aos treze anos, para o Maranhão, esses versos, a que minha mãe não emprestava grande importância, desapareceram. A lembrança deles é bastante, entretanto, para que eu reconheça, hoje, que, se o meu gosto pelas letras é hereditário, devo-o, na sua maior parte, a meu pai.

As outras filhas que lhe vieram depois, e das mesmas ligações com a moça cearense, não ficaram mais, todavia, sob o patrocínio de entidades mitológicas, mas sob o de excelentes santos católicos: uma, nascida em 1882, foi batizada com o nome de Lourença; a outra, vinda ao mundo em 1884, tomou o de Raimunda. Nesse ano, morreu a mulher com quem meu pai vivia e tivera essa prole, e que era, segundo o depoimento dos que a conheceram, dedicada e boa.

E um ano depois, a 23 de agosto de 1885, ele casava com uma das filhas do falecido professor Campos, que viria a ser minha mãe.

IV MINHA MÃE

É DIGNO de nota que eu tenha de meu pai recordações muito mais antigas e precisas do que de minha mãe. Em épocas em que a figura dele me aparecia nítida, concreta, definida, a imagem dela é ainda, apenas, uma nebulosa, uma sombra, uma nuvem sem contorno e sem forma. Isso é, todavia, explicável. Meu pai morreu logo, quando eu era pequeno; as impressões primitivas que eu dele tinha não foram substituídas por outras mais frescas. Ao passo que minha mãe há quarenta e seis anos me acompanha na vida, superpondo o seu vulto e as suas atitudes novas às imagens mais remotas. A memória é um grande museu de fotografias, em cujos muros consagramos determinado espaço a cada criatura querida. Uma vez cheio esse espaço, temos que retirar os retratos mais antigos, pondo no lugar outros mais recentes, da mesma pessoa. Meu pai não deixou retratos bastantes para povoar o trecho de muro que lhe estava destinado no meu coração; de modo que conservei todos, mesmo os mais tênues, que dele tive nos seis anos que passamos juntos na terra.

A ideia mais recuada que tenho de minha mãe é a de fins de 1892, isto é, após a morte de meu pai. É, precisamente, da época em que ela o chorava. Tinham ido os dois a São Luís consultar os médicos e tratar de negócios comerciais, quando ele morreu. Ela regressou sozinha para Miritiba. E é, então, que ela me aparece, e grava-se na minha lembrança. Vejo-a chegada da capital na tristeza da sua viuvez. É um quarto espaçoso e fechado, da nossa casa nova, que meu pai construía antes de partir. A um dos cantos, uma rede, em que minha mãe se acha sentada, os olhos vermelhos de chorar. Os cabelos negros, longos e soltos. Amigas, sentadas em torno, em cadeiras, ouvem-na contar como se deu o desenlace. Ela conta, e chora.

Minha mãe tinha, então, trinta anos, pois que nascera em 1862. Não me parece que tivesse tido, jamais, algum traço especial de beleza. Morena, longos cabelos negros, olhos castanho-escuros, havia tido varíola, quando menina, possuindo, por isso, a pele marcada, mas muito fina. Estatura regular, dava-me a impressão de perfeição plástica, e de certa graça natural nos movimentos. Creio, mesmo, que não foi a sua fisionomia, mas a sua elegância, a harmonia do seu tipo, que encantou meu pai. Ele era, todavia, mais bonito do que ela; o que não impedia, no entanto, que vivessem felizes, e que ela se conformasse com as extensas e constantes viagens que ele fazia, e nas quais dava liberdade ao seu gênio folgazão e ao seu gosto pelas amáveis cousas da vida. Minha mãe foi, em síntese, na sua mocidade, uma senhora sem altos atributos de graça feminina, casada com um homem moço e bonito, mas que soube prendê-lo com a sua solicitude, com o seu instinto doméstico, perdoando-lhe as faltas, as pequenas e possíveis infidelidades, em nome da harmonia conjugal. O gênio de meu pai, alegre, festivo, brincalhão, facilitava, aliás, a minha mãe, esse sentimento de renúncia e de resignação, que era uma das virtudes específicas das mulheres do seu meio e do seu tempo.

Define esse feitio a sua atitude em relação às filhas ilegítimas de meu pai; após o seu casamento, minha mãe consentiu não só que ele as reconhecesse, mas, ainda, que delas cuidasse. As duas mais novas foram confiadas a duas senhoras das relações de minha mãe; e a mais velha, ficou minha mãe com ela, tratando-a como se fora fruto do seu sangue e do seu leite, e de tal modo, que teve, sempre, nela, em todas as circunstâncias, amiga solícita, filha carinhosa, e companheira dedicada e leal.

Viúva, moça, com dois filhos, e com essa filha que adotara, minha mãe enfrentou a vida com heroísmo sereno e silencioso, e com um tranqüilo espírito de decisão. Liquidou os negócios comerciais de meu pai; vendeu as casas, o gado, a fazenda, apurou o que pôde, e pelo preço da liquidação e do custo da vida do interior, não ia além de uma dezena de contos de réis. E com os filhos legítimos e a filha adotiva, mudou-se para Parnaíba, no Piauí, onde já se haviam fixado os seus cunhados e irmãos. Do dinheiro apurado, depositou na Caixa Econômica do Maranhão um conto de réis para mim e minha irmã legítima – pois que a parte das ilegítimas foi em gado, que elas venderam com lucro quando se casaram. Com a

parte que lhe coube, adquiriu um terreno, construiu uma casa. E aí passou a viver conosco e com as suas irmãs e irmãos solteiros, trabalhando, lutando, batalhando pela conquista do pão.

Mentalmente, era, talvez, entre as irmãs, o espírito culminante da família. Filha de professor público, e irmã de professor, a quem auxiliara até os 23 anos, idade em que constituíra o seu lar, possuía caligrafia bonita e enérgica, em que fixava os seus pensamentos com clareza e relativa correção. Gostava de romances e modinhas tristes, que cantava baixinho, nas horas de trabalho. Conversava com alegria, e não desdenhava uma risada boa e sadia. Estas foram, porém, se tornando cada vez mais raras, sendo substituídas pelos suspiros. O tempo e a vida fizeram do vinho doce, que extravasava dos cântaros em Caná, o vinagre amargo e ingrato, que encheu a esponja de Cristo no Gólgota.

O resto da sua vida, após a nossa chegada a Parnaíba, acha-se entrelaçado com a minha. As duas aparecerão, assim, unidas, juntas, confundidas, no correr destes capítulos.

V MIRITIBA

FALTAM-ME elementos históricos e geográficos para escrever sobre a pequena vila em que nasci. Sei, apenas, que foi uma antiga aldeia de índios, mas ignoro a data e, mesmo, o século em que a Civilização começou a penetrá-la. Situada a algumas léguas da foz do Piriá, repousa por trás de uma série de dunas, com a primeira fila de casas espiando de cima desses montes de areia clara, solta e leve. Enquanto do lado da vila se debruçam os barrancos ou se erguem os cômoros arenosos coroados de cajueiros que se miram no espelho d'água, do lado oposto, alagadiço e baixo, o mangue multiplica as raízes, agarrando-se à lama fervilhante de caranguejos azulados, de guarás purpúreos e de níveas garças pensativas. Dependendo do oceano, a maré leva-lhe, todos os dias, a água do mar e os seus peixes. Pacamões gosmentos e chatos, repelentes mas saborosos, e que poderiam ser, por isso mesmo, um símbolo do Pecado, moram nas locas das ribanceiras, que a vazante põe a descoberto. Botos, às dezenas, sobem com a preamar, mergulhando e aparecendo, como grandes rodas em movimento, nas profundidades, e que viessem mostrar-se, de vez em quando, à superfície. E à flor d'água, na maré baixa, são os tralhotos, os “quatro-olhos” que Vieira tão vivamente celebrou no seu sermão de Santo Antônio, descobrindo nessa “nova arquitetura” a providência divina, para que eles, com dois olhos, “direitamente olhassem para cima, para se vigiarem das aves, e com os outros dois diretamente para baixo, para se vigiarem dos outros peixes”. À sua passagem rápida, em cardume, toda a superfície da água se frisa e encrespa como soprada de súbito; mas o cardume se detém adiante, para de novo se pôr em marcha ao primeiro sinal de perigo. Canoas de pesca, presas à margem, esticam ou bambeiam a corda ao sabor da maré. E na praia, ou nas dunas claras e limpas, redes enormes, cor de ferrugem, secam ao sol.

A vila possui, correndo paralelamente à rua da frente, mais duas ou três, em que os pés dos transeuntes se afundam na areia solta; mas só as duas primeiras têm alguma importância. Cortam-nas algumas travessas; e é tudo coroado na extremidade direita de quem desembarca, por um largo arenoso, em que uma igreja modesta e sem torres dá o fundo para o rio. Cercando o casario, é a mataria frondosa, em que fervilham os olhos d'água límpida e agreste que dessedentam a população. Pela manhã e à tarde, cruzam a vila as raparigas com o seu pote de barro ao ombro ou à cabeça, como nos tempos bíblicos. Se Jesus por aí passasse, encontraria, talvez, junto aos poços da mata, uma nova Samaritana.

A casa de meu pai ficava na segunda rua, fazendo canto com a travessa principal. Tinha, de frente, três portas e duas janelas, correspondendo estas à casa de moradia, e duas portas à loja. Um corredor, que correspondia à terceira porta, separava a casa de residência da parte em que funcionava o estabelecimento comercial. Este abria, também, para a travessa com três portas igualmente. Era aí, na travessa, que ficava o pequeno jardim, ou antes, o quintal de roseiras, que dava acesso ao interior da casa de moradia. Prédio baixo, e sólido, de telhas escurecidas pelo tempo; compartimentos tristes e escuros, e soalho de tábuas de convento.

Em frente a essa, e fazendo também esquina, é que meu pai fizera a sua segunda casa, para onde nos havíamos mudado pouco antes de sua morte. Era um prédio de tijolo, assoalhado, e de seis ou oito janelas de frente. Quintal imenso, dividido em três, e que ia até à outra rua. Mas essa casa, confortável e grande, apresentava uma originalidade: era coberta de palha, e não de telha, como a outra. E hoje é que compreendo essa esquisitice no gosto de meu pai. Miritiba era quente, e a palha é uma cobertura fresca. Essa nossa casa era caiada e tinha uma extravagante barra de cor negra, que serviu, mais tarde, para comentários, quando chegou de São Luís a notícia da sua morte.

– Eu bem lhe disse que não pintasse a casa dessa maneira, com essa barca preta... Estava se vendo que era agouro! – dizia um.

E outro:

– Eu há dias vinha com o pressentimento de que tinha acontecido alguma cousa. Vocês viam como o cachorro dele chorava de noite?

Era, efetivamente, verdade. Nós possuíamos um cão, um excelente cachorro de caça, que chorava e gania a noite inteira após a partida de meu pai. Era, com certeza, de saudade do dono. Quando meu pai viajava, minha mãe ficava conosco, e o cão não sentia falta do seu senhor; dessa vez, porém, tinham se ausentado os dois, e daí a tristeza sonora e aziaga do pobre animal abandonado.

Miritiba devia ter umas duzentas casas, das quais apenas umas trinta ou quarenta de telha. Os seus arredores eram, no entanto, poéticos. Nas duas extremidades da rua da frente, formavam-se novas filas de edificações que davam os fundos para o rio, tendo, aí, banheiros deliciosos. Essas casas possuíam coqueirais e fruteiras abundantes, características das regiões praieiras. Mais distante ficava o *sítio do Padre*, com uma casa baixa, de telha, cercada de muita laranjeira, de muita mangueira, de muito cajueiro, e com um riacho cantante e claro correndo sob o arvoredor e no fundo do qual se viam as mangas rosadas, que, sobre o lençol da água corrente, eram como carinhas de crianças que espiassem por trás de uma vidraça trememente... Em direção oposta, era o sítio do sr. Irineu Santos, empenachado de coqueiros, que balançavam as copas para além da mata baixa. Perto dessa propriedade, afogadas no mato, dormiam as ruínas de uma casa: restos de paredes de pedra, e alguns pedaços de telha pelo chão. Meu tio Epifânio, irmão de minha avó materna, levou-me, uma tarde, até lá, após a morte de meu pai.

– Aqui – disse-me – viveram os teus avós... Isto aqui era nosso.

Tratava-se, talvez, da casa dos Bruzacas, do sítio de meu bisavô materno, isto é, da casa em que nascera minha avó Malvina, e em que a fora buscar o pacato professor Campos. Aquela em que nasceram os filhos deste casal, e em que este morreu, era na rua da frente, em Miritiba. Quando ma mostraram, era apenas um matagal, tendo em uma das extremidades um poste roído pelo tempo. Era o derradeiro mourão, o último vestígio da casa em que nascera minha mãe e funcionara a escola pública do meu avô.

Insignificante, embora, sob o ponto de vista econômico, Miritiba tem o seu papel importante, vivo e heroico, na história do Maranhão. Na guerra dos Balaios, em 1840, foi ela tomada e retomada pelos rebeldes, em luta com as forças legais, sob o comando de Lima e Silva, o futuro Duque

de Caxias. Lima e Silva atacou-a e fê-la ocupar pelos Imperiais Marinheiros. Nela teve início a monarquia do negro Cosme, velho escravo que fugira para as matas circunvizinhas, formando aí uma corte de dois mil negros foragidos. Tendo saqueado uma igreja, Cosme apossou-se das paramentas douradas do sacerdote, e era metido nelas que se locomovia no seu reino verde, cercado da nobreza africana, defendido por um exército de carapinha, deitado em um andor carregado por mulheres da sua raça... Nela se entregaram a Lima e Silva, em janeiro de 1841, setecentos rebeldes de Raimundo Gomes, e foi enforcado Matroá, índio de cento e vinte anos e que nessa idade era ainda um dos mais terríveis guerrilheiros Balaios.

Pequena, mas ilustrada por feitos humanos a minha vila natal. As suas areias beberam muito sangue e muita lágrima. Nas suas cercanias foram cortadas árvores para forca, e trançadas cordas para carrascos. E lá está, hoje, obscura, decadente, moribunda, olvidada no ponto mais esquecido e impraticável do litoral maranhense, onde vai desaparecendo aos poucos, em morte lenta – meio comida pelo seu rio, meio sepultada pelos seus areais...

VI EU

NASCI a 25 de outubro de 1886, dia consagrado, no calendário católico, aos santos Crispim e Crispiniano. Não tenho certeza rigorosa da hora; parece-me, todavia, ter ouvido dizer à minha mãe que foi a três ou quatro da manhã. Eu sempre fui, aliás, excelente madrugador.

Vim ao mundo um ano, dois meses e dois dias após o casamento dos meus pais, dos quais sou, assim, o primogênito. Dizem os fisiologistas, e Bourget com eles em *La geôle*, que as crianças, quando produto de um amor intenso e espontâneo, são robustas, alegres e belas. Aceitando a tese presumidamente científica, eu teria de concluir, fatalmente, que minha mãe casara constrangida ou se achava zangada com meu pai no quinto mês do casamento. Porque, se eu não nasci doente nem débil, sempre fui proclamado, embora sem irritação consciente da minha parte, o menino mais feio da família. Nasci feio, e tenho sido, na vida, nesse ponto, de uma coerência acima de todo elogio.

O nome que recebi na pia batismal da igreja de Miritiba, descobriu-o e deu-mo meu pai. Reinava na Itália por esse tempo Humberto I, filho de Victor Emanuel II, consolidador da unidade italiana. Dono de uns fartos e espalhados bigodes marciais, e notável por alguns atos de bravura praticados na juventude, o príncipe da casa de Savóia era, na verdade, excelente modelo para um menino feio, plebeu e malcriado, nascido em Miritiba. E foi para receber esse nome promissor que me levaram risonhamente mergulhado em um vasto vestido de rendas, a 13 de maio de 1887, à pequena igreja da vila. Custodiaram essa inconsciente iniciação cristã minha tia Justina, mulher do meu tio paterno Lídio Veras, senhora triste e piedosa, e um comerciante português, de São Luís, Antônio Joaquim da Silva, ilustre pela sua fortuna e pela sua avaréza. Não sei se esse padrinho foi a Miritiba ver o afilhado ou se mandou, simplesmente, a procuração eclesiasticamente permitida; sei, apenas, que concorreu para a festa com um queijo-do-reino

e uma caixa de figos, aquele e esta completamente deteriorados. Era, já, como se vê, uma predestinação. O pouco que me dão na vida, ou é dado de má vontade, ou é podre.

Ao recapitular, hoje, os incidentes que assinalam a minha primeira infância, isto é, o período que vai do meu nascimento até à morte do meu pai, e que abrange os seis primeiros anos de minha vida, encontro, unicamente, como fragmentos de azulejos que formassem um quadro destruído, pequenos episódios, cenas ligeiras, e, aqui e ali, modestas figuras familiares. Recordo, por exemplo, que, aos três ou quatro anos, me conduziram a uma festa de pretos, comemorativa do 13 de maio de 1888. É essa uma das lembranças que se acham mais fundo no oceano da minha vida, o qual tem, hoje, em 1932, quarenta e seis anos de profundidade. A minha ama de leite, de nome Antônia, pôs-me nos braços e levou-me. Meu pai, solidário com o movimento generoso que ali percutira, dera-me duas garrafas de um licor colorido, para oferecer aos cativos de outrora, nas suas núpcias com a liberdade. Era uma casa de palha, no meio do mato, nas vizinhanças da vila. Na imensidade da noite, apenas o casebre se achava iluminado. Fervilhava, porém, em torno, ruidosa multidão de homens e mulheres de cor escura, que me receberam festivamente. Violas gemiam na sombra, trocando segredos repinicados. Um homem alto, preto, e desconhecido, suspendeu-me nos braços e escanchou-me no seu pescoço. E o que eu vi dessa altura e me ficou para sempre na retina espantada foi a figura de outro homem, que, pouco distante, repinicava, de pé, a sua viola. Lembram-me, ainda hoje, aquela viola melancólica, e um velho chapéu de feltro, cor de macaco, e já sem fita, que ele trazia grotescamente no alto da cabeça.

Outra cena remota que me ficou na memória deve a sua duração e fixidez à surra que a assinalou. Era ainda em nossa casa antiga, devendo eu ter, por isso, uns quatro anos. Eu tinha ouvido dizer, nas conversas de cozinha a que assistia, que a urina humana era excelente remédio não sei para quais enfermidades. E resolvi aplicar a receita, enchendo uma cuia e forçando minha irmã pequenina a ingerir tão repugnante medicamento. Surpreendido no exercício ilegal da Medicina, fui multado em uma dúzia de chineladas – fato que me intrigou por muito tempo, contribuindo para aumentar a revolta surda que já fermentava no meu entendimento. Então,

o que as pessoas grandes recomendavam umas às outras, as crianças não podiam fazer?

Eu tenho a impressão de que não fui, jamais, um menino alegre e querido. Por mais que recue no tempo em busca de mim mesmo só me encontro impulsivo e rebelde, mas dominado, intimamente, por uma profunda tristeza, com imprevistas explosões de esquisita sensibilidade. E isso me conduz a reflexões que talvez não sejam inúteis aos pais e aos educadores. Eu era afetivo, desconfiado e feio. Esta fatalidade me isolava no meio das outras crianças, quando cercadas por adultos. As outras recebiam carinhos, afagos, louvores, demonstrações de estima e ternura. Eu era casmurro, antipático, e, por isso, não recebia um mimo de ninguém. Essa preterição tornava-me cada vez mais taciturno, fazendo-me nascer no coração miúdo a urtiga do ressentimento e da rebeldia dolorida. E como era forte, afastava-me, retraía-me, num misto de dor e de orgulho. Exercia, contra a natureza injusta e madrasta, a única represália permitida à minha fragilidade.

A ideia que tenho, assim, hoje, é de que nessa idade em que se faz provisão de beijos para a vida toda, cercava-me uma atmosfera de prevenção ou de desprezo, que me doía e revoltava. Não guardei, de fato, a lembrança de carinhos outros que não os de minha mãe, cuja mão era, aliás, tão pródiga na carícia como na punição. Mas tenho, indelével, a dos numerosos castigos que recebi – devendo observar, todavia, que, destes últimos, nenhum foi de meu pai.

Minha irmã pequenina possuía, entretanto, índole precisamente diversa. A maior parte das minhas travessuras tinham-na como vítima. Ao ver-me, porém, submetido a castigo violento, precipitava-se em meu auxílio, abraçava-se comigo, e, não raro, apanhávamos juntos, quando me puniam por sua causa. Era uma criança linda e boa. Foi uma filha carinhosa e meiga, e esposa pura e modelar. Por isso, morreu. E eu fiquei.

Nasci, pois, com todos os atributos para ser um triste, um rústico, um insubmisso, um revoltado. E obedeci, na infância e na adolescência, a essa predestinação. A Vida é que, com as suas esporas de aço, rasgando-me as carnes, subjugando-me os ímpetos, domesticou, pouco a pouco, este poldro selvagem.

VII

FIGURAS MIRITIBANAS

MIRITIBA era um viveiro modesto, mas utilizável, de pequenas figuras balzaquianas. A sua fauna humana era miúda, mas curiosa; movia-se lentamente, mas tecia o seu pedaço de teia no mais obscuro recanto do tear imenso do mundo. E algumas dessas figuras gravaram-se, com o ácido corrosivo do tempo, no doce metal da minha memória.

Dessa galeria, o primeiro a aparecer é o português Antônio Machado, cunhado de meu pai, casado com a minha tia Felíciana. Amigo e companheiro do meu bisavô-torto, padraсто de meu pai, Machado casou com a filha no mesmo ano em que o outro casou com a viúva. Quando eu o conheci, era ele, já, um homem idoso, vermelho, cabeça branca, olhos azuis, e cheio de achaques. Era comerciante, mas a sua casa não tinha movimento nem, mesmo, quase, mercadorias. Quem dava animação e recursos para a vida do casal era minha tia, que faleceu quase centenária, em 1931. Havia no quintal da casa deles um grande galpão coberto de palha tendo ao centro um forno de barro, no qual minha tia, gorda, clara, ralhadeira e ativa, cozia bolos para vender. Eram bolos de goma, circulares, como roscas. Às três horas da tarde estava eu à boca do forno, como freguês infalível. Custava um vintém, cada um. Como o bolo saía quentíssimo do forno, davam-me o meu enfiado em uma embira, partindo eu, de carreira, rumo de casa, com ele pendurado no dedo, para tomá-lo com o café daquela hora. Essa minha tia foi, aliás, um pouco mais tarde, a introdutora do pão de trigo em Miritiba. Ela fabricava uma dúzia deles, diariamente, para as pessoas mais aristocráticas e afortunadas, entre as quais se achava meu pai. Custava dois vinténs cada pão, que era assado e levado ao domicílio em fôrmãs de folha. Mas, pelo preço ou pela qualidade do produto, a indústria não prosperou. Dentro de pouco tempo a vila voltava, unânime, ao regime do bolo de goma.

Outra figura respeitável de Miritiba era o sr. Bernardo Gordo cidadão a quem davam esse apelido e que não conheci, jamais, por outro nome. Era um homem acaboclado e vasto, pesado como um hipopótamo. Dono de uma pequena casa de comércio ao lado da casa de moradia, raramente saía à rua. Vivia à porta do estabelecimento vazio, derramado em uma resistente cadeira especial. Vestia sempre calça e blusa de zuarte, que trazia, em parte, desabotoadas. A sua casa de residência dava os fundos para o rio e dispunha de excelente banheiro de tábuas. Mas as tábuas do seu banheiro não eram mais visitadas, durante o ano inteiro, do que as tábuas do seu balcão. Mais importante, porém, que toda essa gente, era o padre Pedro, vigário da paróquia. Nós, que procedemos das pequenas localidades nortistas, falamos sempre, com ênfase, da velha moralidade sertaneja. E essa austeridade de costumes, pelo menos como a compreende a hipocrisia social, está, inteira, em nossa imaginação. Miritiba, por exemplo, era um lugarejo sem preconceitos. Meu pai, antes de casar com minha mãe, vivia, como ficou dito em outro capítulo, abertamente com outra mulher, com a qual teve três filhos, e, quando casou, trouxe uma dessas filhas para o seu lar legalmente constituído, e nunca esqueceu as outras. Seu sobrinho José Veras Machado vivia nas mesmas condições, e, quando ele morreu, sua mãe, minha tia Felicidade, levou para casa, educou e manteve os oito ou dez netos, filhos naturais do seu filho.

Essa liberdade na organização da família tem como fiscal, como censor, geralmente, nos lugares pequenos, o vigário da paróquia. Mas o vigário era, em Miritiba, o primeiro a dar o exemplo das uniões conjugais fora da Igreja, a qual supria, naqueles tempos, a ausência do Estado.

Padre Pedro, vigário de Miritiba, era, na verdade, o modelo dos chefes civis da família. A sua casa, no largo da Igreja, e precisamente em frente a esta, era uma das mais confortáveis da vila. Nela moravam o sacerdote, Dona Ambrosina, e sete ou oito filhos, rapazes e moças distintíssimos, que lhe davam o tratamento de pai e usavam sem o menor constrangimento o seu nome. E a paróquia inteira adorava padre Pedro, respeitava Dona Ambrosina, e tinha em grande estima a prole do casal. Os filhos dessa união, todos eles bem educados, constituem, mesmo, hoje, os melhores elementos morais e intelectuais da região. Se Deus não deu publicamente, junto ao altar, a sua bênção matrimonial a padre Pedro e a Dona Ambrosina, fez,

ainda, cousa melhor: foi ao domicílio deles, e abençoou, com sua imensa mão prestigiosa, toda a sua descendência... Fisicamente, era o vigário um homem de uns cinquenta anos, claro, sanguíneo, baixo e sólido. Figura de praiano vigoroso e combativo, capaz de arrastar sozinho a rede de pescaria do apóstolo de que guardava o nome. E ainda o vejo, com os olhos límpidos da memória, passar na sua burra pedrês, tratada e marchadeira, a batina enrolada até quase a cintura, a calça de brim aparecendo, nas suas viagens para o sítio, ou nas de socorro eclesiástico aos seus paroquianos. Era assim que ele levava aos que se casavam, aos que se batizavam, ou aos enfermos, em estado grave, as bênçãos de Deus e as lembranças de Dona Ambrosina.

Outra figura que me é familiar ao pensamento é Dona Inácia Mendes, a Dona Inacinha do nosso tratamento e da minha saudade. Era uma senhora morena, alta e forte, amiga íntima de minha mãe. Não casara, e pertencia a uma família patriarcal, de dez ou doze irmãos homens, que exerciam os diversos ofícios de que precisava Miritiba. Havia, entre eles, marítimos, alfaiates, comerciantes e carpinteiros. Ela vivia em companhia do que se chamava Marcos, fabricante de canoas. A mãe, a velha Adriana, a quem eu dava o tratamento de avó, morava, com ela e com esse pacífico evangelista que fazia as barcas de Pedro.

Foi a Dona Inacinha que minha mãe nos confiou, a mim e a minha irmã, quando embarcou para São Luís com meu pai. E a notícia da morte deste ficou ligada, na minha memória, à sua figura. Tenho em mente, ainda, a hora em que tomei conhecimento da minha orfandade. Não sei como me deram essa notícia, chegada de São Luís, em carta que de lá viera; sei que Dona Inacinha ia na minha frente, e eu chorando alto, sozinho, atrás, quando entramos no quintal da sua casa, pelo portão que dava para a nossa rua.

– Que é que ele tem? – perguntou alguém ao ver-nos.

– Foi o compadre Joaquim que morreu – respondeu ela.

A pessoa teve uma palavra de pena, e eu chorei mais alto. Mas lembro-me bem que era um choro decorativo, um choro para impressionar os outros, e não um choro de sentimento, subido do coração. Eu não sabia ainda o que significava aquela notícia; não compreendia o que era a morte, e, ainda menos, a orfandade que me acabava de ferir, virando o leme ao

meu destino. Mas lembro ainda que, no quintal de Dona Inacinha, onde nós penetrávamos nesse momento, as amendoeiras enormes, copadas e verdes, estavam todas incrustadas de joias roxas, que eram os seus frutos maduros. E sob as amendoeiras, no solo coberto de lascas de madeira, de maravalha e de folhas caídas, uma velha canoa em conserto dormia, de boca para baixo, esquecida do rio e do mar...

Dos irmãos de Dona Inacinha, o mais íntimo de nossa casa era o meu padrinho Filinto, alfaiate da vila. Esse meu padrinho era, aliás, *padrinho* unicamente porque a mulher dele, Umbelina, a quem eu dava o tratamento de Mãe Lena, me havia carregado até à igreja, no dia do batizado.

Era um caso triste, o deste. Mãe Lena era uma senhora gorda, grande e feroz. O marido, um pouco dado ao álcool, era, no lar, uma sombra. Tinham eles duas filhas moças, e um filho que fugiu muito cedo ao terror doméstico e sentou praça em São Luís. As moças viviam, porém, castigadas como se fossem crianças. Na casa não havia mesa, mas um estrado grande. Comia-se sentado na esteira, em torno do estrado. Em uma das cabeceiras, Mãe Lena, sentada com as panelas de um lado, e, do outro, o chiqueirador. À menor discussão ela manejava aquele *nut* nacional, que zunia no ar, voltejava como uma cobra, e descia, certo, sobre o ombro e as costas de uma das moças. Antes, porém, e depois do almoço ou do jantar, punham-se todos de joelhos em torno do estrado, e rezavam, acompanhando a dona da casa:

- Bendito...
- E a família:
- Bendito...
- Louvado...
- Louvado...
- Seja...
- Seja...
- Senhor...
- Senhor...

Só depois da oração concluída, a colher entrava na panela do peixe.

A reza triste, o chicote sinistro, o pavor que reinava na casa sob a ditadura de *Mãe Lena*, tornavam o lar do meu padrinho Filinto um lugar que eu respeitava e temia. E ainda o tornava mais triste uma grande rola

cinzenta e fúnebre que morava na sala, no pedal da máquina abandonada, e que desatava de vez em quando no seu choro viúvo e melancólico e pintava tudo de branco, enquanto o alfaiate, escabreado com a mulher, bebericava uma aguardente pobre, em goles assustados, pelas mais escusas bodegas da vila...

VIII MASSENA

ENTRE as raras lembranças amáveis da minha meninice está a nossa estação anual no Massena, fazenda de meu pai, a algumas léguas de Miritiba. Em frente à casa de barro tosco, alta e grande, estende-se a várzea, limitada à direita por uma orla extensa de coqueiros novos e baixos, que acompanha o curso de um riacho marulhante. Antes do riacho, entre ele e a casa, e a uns cinquenta metros desta, levanta-se o curral sólido, de troncos superpostos, em cujos mourões os gaviões e caracarás vêm pousar ao meio-dia, em busca de pintos ou de cordeirinhos recém-nascidos, cujos olhos arrancam. A vida, aí, para mim, é, durante o dia, um deslumbramento e uma festa. Penetro no mato, sozinho, em busca dos ninhos de rola, ou dos urubus implumes, que me causam enorme espanto quando vejo que eles, como os filhos das pretas que moram na casa do patrão, também nascem brancos... Ao anoitecer, porém, quando a escuridão começa a descer sobre a várzea e os olhos perdem os contornos do horizonte, o coração se me enche de um pavor surdo e pressago. É que vem da mata, ao longe, o ronco engasgado das guaribas, as quais, pela voz que emitem na solidão, me dão a ideia de animais temíveis e fabulosos.

Nessas viagens para a fazenda, eu não vejo, entretanto, quase nunca, minha mãe ao meu lado. Quem me aparece, acompanhando-me matematicamente, é a velha Miquelina, preta africana que criara meu pai e que o não abandonara mesmo depois de alforriada por ele. Eu vou para o Massena de véspera, com ela. Quando a família chega, eu já estou coçando desesperadamente os pés e os joelhos com os *bichos*, as terríveis pulgas de pé, que me assaltam. Avó Miquelina extrai, porém, o famigerado inseto penetrante com um espinho do mato, especialmente o de mandacaru, e enche o orifício com o barro do seu cachimbo. E eu fico bom.

Certa vez eu cheguei ao Massena com febre. Paludismo, com acessos quase diários. Avó Miquelina tomou à sua conta o meu tratamento: clister

de água de pimenta com outros ingredientes, aplicado com auxílio de um papo de galinha, a que adaptara um canudo do talo de mamona. Feita a aplicação do remédio, eu corria para o mato, como um doido. E lá, quieto, vermelho de dor e do esforço, ao procurar o céu azul através dos rasgos da folhagem, ficava a olhar com inveja os passarinhos pipilantes, que não conheciam, na sua vida inocente, aqueles recursos da medicina caseira...

A mezinha bárbara não deu, porém, ao que parece, o resultado previsto. O certo é que, uma tarde, avó Miquelina me tomou pela mão, atravessou o riacho, e me conduziu mata a dentro. Caminhamos, os dois, não sei quanto tempo. Começava a escurecer, quando paramos. A velha africana reuniu, em torno, alguns galhos secos, fez fogo, e, ajoelhada, pôs-se a rezar, resmungando, e fazendo-me pronunciar, com ela, palavras que eu não entendia. Em seguida, fez-me passar três vezes por cima da pequena fogueira fumegante, repetindo sempre aquilo que ela me ia ensinando. Feito isso, desandamos a correr pelo caminho por onde tínhamos vindo, levando eu a recomendação que o Anjo fizera, na Bíblia, a mulher de Lot: não olhar para trás. Ao atingirmos a várzea, perguntei à avó Miquelina o que significava tudo aquilo.

– É pro menino ficar bom depressa... Agora menino não tem mais sezaõ...

E mais explicitamente:

– Nós fomos amarrar a febre no mato...

Foi aí, no Massena, que eu vi a festa mais bonita a que tenho assistido neste mundo. Meu pai era, como já tive ocasião de dizer em outro capítulo, um espírito claro, limpo, e alegre, palmeira elegante e erecta em que se não enroscavam, na floresta de árvores retorcidas em que vivia, as heras das superstições. Ele só admitia a religião, como culto exterior, quando ela dava oportunidade a um folguedo profano. E foi uma festa dessa ordem, uma festa mais pagã do que católica, espécie de homenagem à Ceres dos antigos romanos, que ele promoveu na fazenda, com a cumplicidade não sei de que santo.

Na sala principal da casa, ao centro, foi armado um grande arco, tecido de folhas de coqueiro, frescas e cheirosas. Nesse arco foram pendurados toda a sorte de frutos da terra, que o transformaram em Arco da Abundância: cachos e pencas de bananas maduras, ananases, espigas de

milho verde, laranjas e tangerinas, raízes de macaxeira, cocos, cestos de manga, araticuns, frutas de conde, bacuris, cachos de juçara, e outros deliciosos pomos selvagens. O solo, coberto de folhas de mangueira, perfuma o ambiente, carregado, já, do cheiro agreste dos frutos. Violas e harmônicas choram fora, no terreiro iluminado a querosene ou óleo de mamona. Deslumbramento, encanto da minha imaginação.

Após o ato religioso, constante de uma ladainha ou oração equivalente, rezada no pequenino altar improvisado ao fundo da sala, começa o leilão dos donativos pendurados no arco. E este é pretexto para a explosão da índole maliciosa da nossa gente do interior, pronta, sempre, a empregar as palavras de duplo sentido, principalmente quando um destes tem fundo francamente rabelaiseano.

– Quanto me dão pela penca de bananas que está no meio do arco?... É a penca do meio... Quanto me dão pela penca do meio?... – grita o leiloeiro, meu tio Lídio, Anacreonte louro, barbado como Carlos Magno, e que viria morrer aos noventa anos, alegre e livre como um florentino da Renascença.

Ou, então, fazendo rir, alto, a assistência aglomerada em torno, e composta de vaqueiros, de roceiros, de pequenos fazendeiros da vizinhança:

– Quanto me dão pelo cacho de bacuri?... É o cacho que está do lado esquerdo... Quanto me dão pelo cacho?...

Terminado o leilão, cujo produto reverte, invariavelmente, em proveito da igreja mais próxima, ou de alguma obra de caridade, as violas e harmônicas entram, debaixo de palmas, para começo das danças. E pisa-se folha de mangueira, até de manhã.

IX MACACOEIRA

OUTRA recordação amável, em que me aparece a imagem viva do meu pai, é a estação que fizemos em Macacoeira, nome bizarro que ficou, para sempre, ressoando na minha memória. A vida que aí levamos caracteriza, aliás, o seu espírito jovial e boêmio.

Macacoeira é uma ilha de que jamais encontrei menção na geografia maranhense. Lembro-me, entretanto, que era batida pelas ondas do mar alto, e que para lá fomos, a família toda, em um grande barco a vela. Não sei como foi a viagem ou o tempo consumido na travessia. Sei que, um dia, acordei lá. Aos cinco anos a vida é um sonho bom e largo, de que só nos fica a suave lembrança que ordinariamente nos deixam os sonhos.

A escolha de meu pai, que pretendia comprar a fazenda ali existente, não podia ser mais extravagante nem, também, mais de acordo com o seu temperamento. Quando lá chegamos, as únicas benfeitorias existentes eram o curral e, em frente a este, um albergue de palha mas inteiramente aberto em redor. Em poucas horas, porém, os canoieiros o cercaram de pindoba, dividindo-o em três compartimentos: dois quartos de dormir e uma sala de jantar. Diante desta erguia-se um grande cajueiro marchetado de frutos, a cuja sombra se improvisou a cozinha. Duas rústicas tremes de pedra serviam de fogão, em que ferviam ao ar livre grandes panelas de peixe. A louça era arrumada nos troncos das árvores. E ao menor balanço do vento marítimo os cajus despençavam dos ramos altos, sucedendo, às vezes, caírem diretamente nas panelas, como se a natureza tivesse prazer em nos dar, a nós, seus hóspedes, sem trabalho nosso, tudo que possuía.

Tinham ido conosco, a fim de alegrar ainda mais a vilegiatura, diversas moças e meninas, para as quais tudo aquilo era novidade. O mar, que espumava à nossa vista, e que urrava mais alto do que os novilhos, oferecia-nos peixe saboroso e gratuito; o curral, a poucos passos dele e de nós, dava-nos o leite e a coalhada. E a mata, em torno, era um cajueiral imenso,

em que os cajus eram tantos, e tão miúdos, que se tinha a impressão de que havia baixado sobre as frondes uma grande nuvem de vaga-lumes vermelhos. Tomava-se banho de mar, comia-se peixe apanhado na hora, e bebia-se leite, ainda espumante, na cuia tosca em que era mungido. À tarde, cada uma com o seu cesto de palha verde, que elas mesmas teciam, as moças se dispersavam pelo mato, em busca de cajus. E estes eram tantos, e tão variados no gosto, que algumas, repleto o seu cabaz, o derramavam no chão, por terem encontrado outros mais doces e saborosos. E o cajuí, o caju-menino, lindo como uma joia rubra ou amarela, e cuja castanha era pequenina como uma unha de criança recém-nascida, o cajuí, ele próprio, parecia contente de ser apanhado por mãos femininas, e de sentir-se mordido por aquelas bocas frescas e jovens, e virgens, quase todas, do caju-veneno, que é o beijo... À noite, misturavam-se o cheiro da maresia e o perfume acre do cajual silvestre. E os bois, monotonamente, num orgulho de cousa viva, respondiam ao mugido contínuo e cavernoso do mar...

Essa vida sem comodidade era, para meu pai, o maior dos encantos. Ele tinha horror, parece, à vulgaridade e aos exageros do método. Por isso mesmo, os dias passados em Macacoeira foram, talvez, dos mais felizes da sua existência ativa e rápida.

– Eu não conheço nada melhor no mundo – dizia ele à minha mãe, que me repetia às vezes esta sua opinião; – eu não conheço nada melhor no mundo do que um almoço em uma velha casa esburacada, diante do mar, e em que penetre o vento atirando ao prato punhados de areia da praia. E para despertar mais o apetite, uma galinha de pintos ciscando e fazendo barulho debaixo da mesa.

Macacoeira oferecia-lhe tudo isso. O conforto era nenhum. Só havia o que a natureza dava. O arroz, o açúcar, a farinha, o café, as provisões, enfim, que havíamos levado, estavam ao ar livre, em torno da casa. E, diante desse espetáculo, da completa desarrumação de tudo, em contraste com a vida ordeira e organizada da nossa casa da vila, meu pai rejuvenesceu, sentia-se feliz, e tomado, mesmo, de um contentamento alvoroçado e quase infantil.

Foi aí, por ocasião dessa estação de agoniado repouso, que eu pratiquei uma das minhas peraltices mais remotas e inexplicáveis. Minha mãe havia levado preventivamente para aquele degredo que reteria Ulisses al-

gumas dúzias de ovos, que ficaram acondicionados em um caixão de sal, atrás da casa. Eu descobri essa ninhada prodigiosa e fiz, com ela, o que não faria nenhum ovívoro truculento: quebrei-os, um a um, dentro do caixão, como se este fosse uma frigideira, e atirei fora as cascas. Ao dar com a depredação, minha mãe aplicou-me, naturalmente, a surra merecida. O prazer de haver feito aquela maldade inconsciente foi, porém, tão intenso, que eu não tenho a menor ideia do castigo. Ficou-me, apenas, a lembrança do estrago.

Em compensação, trouxe de lá um ensinamento que me serviu, durante algum tempo, de preventivo contra a gula. Sendo a nossa despensa ao ar livre, eu vivia sempre a rondar os sacos de bolacha, as latas de açúcar e os paneiros de farinha. Enchia o estômago e corria a beber água. Até que, um dia, um vaqueiro mostrou-me um couro de bode, espichado em umas varas, e contou-me a seguinte história:

– Este bode era um animal de estimação. Mas era doido por farinha d’água. Anteontem, apanhou um paneiro de farinha, e pôs-se a comer. Comeu até não poder mais. Quando acabou, marchou no rumo do riacho, e começou a beber. A água misturou-se com a farinha, e a farinha principiou a inchar na barriga do bode... De repente, eu ouvi um estouro para o lado do riacho. Corri para ver, e tive pena. Era o bode que tinha estourado, partindo de cima a baixo o couro do bucho!

Olhei minha barriga esticada de cheia, e desatei num berreiro doido. Tinha comido farinha e bebido água, a manhã toda.

E fiquei apavorado, até à noite, à espera do estouro.

X TRAVESSURAS..

EU AINDA não havia completado sete anos quando, em 1893, partimos de Miritiba, no Maranhão, para Parnaíba, no Piauí. Todos os acontecimentos compreendidos neste capítulo se referem, pois, às peraltices praticadas entre os cinco anos e os sete, isto é, dentro dos limites rigorosos da minha infância.

Fui, positivamente, nessa fase da vida, um traquinas de primeira classe, com direito a prêmio de viagem no navio do capitão Gulliver ou numa canoa de Robinson Crusoe. Fui imaginoso e vadio. Pratiquei maldades inocentes e realizei aventuras atrevidas. E recebi a recompensa de tudo isso em surras memoráveis, e em penas de prisão junto à mesa de jantar, com uma ignominiosa corda amarrada ao tornozelo.

Uma das minhas travessuras mais antigas foi a em que figura, como vítima ingênua e confiante, a minha irmã pequenina. Nós tínhamos regressado do Massena, nossa fazenda de gado, onde eu havia assistido à bárbara faina da ferra das reses novas. Vira os vaqueiros acender, junto à porteira do curral, uma fogueira crepitante, e nela deitarem, para esquentar, os ferros com as nossas marcas, e cujo cabo se achava espetado em uma tabueira de milho, para proteger a mão dos ferradores. Vira-os laçar os novilhos, derrubá-los com estrépito, virando-lhes o pescoço e chegar-lhe aos quartos o ferro em brasa, que lhes penetrava o couro, arrancando-lhes um gemido de dor e de raiva impotente, espalhando em torno um cheiro de gordura queimada. E voltara de lá com tudo isso na memória dos olhos. Certa noite, já em Miritiba, brincávamos, minha irmã e eu, sobre uma esteira, no quarto de dormir. Ela cortava e cosia pequenos pedaços de pano, preparando um vestido para a sua boneca. Eu, não sei o que fazia. Junto a nós, sobre a esteira, uma lamparina de querosene fulgia e fumegava, esticando a chama vermelha e inquieta, como a língua do próprio Diabo convidando ao pecado. Próximo, a tesoura de costura jazia abandonada. Veio-me, então, uma ideia.

– Midoca, deixas eu te ferrar? – perguntei, brandamente, à minha irmã.

– Deixo... – respondeu-me, indiferente.

Lembro-me ainda. Minha irmã devia ter, então, pouco mais de três anos. Era uma linda criança, muito gorducha e muito clara, cabelos ondedos e quase louros. Vestia, nessa ocasião, apenas uma camisinha de rendas, que lhe deixava à mostra o bracinho carnudo, branco e tenro. Diante desse quadro, o Diabo pegou na minha mão e eu, segurando a tesoura, levei-a à chama da lamparina. Quando o aço ficou rubro, como eu via fazer nos ferros do Massena, pedi:

– Dá cá o braço.

Ela estendeu-me o seu bracinho de boneca, macio e gordo. E eu cheguei a ele a tesoura incandescente, precisamente na parte mais polpuda, acima do cotovelo.

Um grito de dor partiu pela casa. Atirei a tesoura longe, e fugi. E quando fui encontrado, escondido não sei em que recanto da despensa ou da cozinha, foi para receber o castigo merecido. A surra, aplicada com um relho, ficou gravada, fundo, a couro de boi em couro de menino. E minha irmã ficou, até quase moça, com aquela marca no braço, pois que uma parte da sua pele aderiu à tesoura, deixando o sinal do aço em carne viva.

Foi mais ou menos por esse tempo que eu, pela primeira vez, escapei de morrer afogado. Minha mãe me havia mandado a uma casa de amigos, na rua da frente. Em caminho, eu vi lá embaixo, no rio, as canoas balouçando, nas águas agitadas da maré de enchente, que se faz sentir sempre pela velocidade da correnteza nas proximidades do mar. A praia estava deserta àquela hora. E eu desci o barranco, para olhar as embarcações agoniadas, que puxavam e repuxavam a corda, como reclamando a liberdade. Ao ver que uma destas, presa a uma estaca enfiçada a alguns metros de distância, aproximava a popa da margem, suspendi com ambas as mãos o meu camisão de menino provinciano, e caminhei para ela, avançando água a dentro. Ao encontrá-la, já com a maré à altura do peito, soltei o camisão e segurei-me à borda, do lado da popa; mas isso precisamente no momento em que o vento e a correnteza a impeliam para o largo. Procurei tomar pé, e não o consegui mais. Olhei em torno, e vi-me perdido; nesse instante, porém, fui visto de longe por uns pescadores, os quais desceram

precipitadamente a ribanceira, entraram pela água em meu auxílio, e me levaram para casa, completamente encharcado. Um momento mais, e teria desaparecido na voragem, sem que ninguém soubesse, jamais, da minha imprudência e do meu destino.

A mais extravagante das minhas aventuras foi, todavia, a que empreendi entre os seis e os sete anos, ainda em Miritiba, mas depois, já, da morte de meu pai. Havia na vila uma senhora, casada com um dos filhos do padre Pedro, a qual trouxera de São Luís a indústria das flores artificiais: fabricava grinaldas, ramos e coroas de flores de cera ou de massa, que coloria com acentuada habilidade. Eu as tinha visto não sei onde, de maneira que arquitetei um meio de apossar-me de algumas. Uma tarde, fui à casa da senhora industriosa, e dei-lhe um recado: minha mãe mandava pedir-lhe que enviasse por mim alguns ramos de flores, para escolher um, que desejava comprar. A simulação devia ter sido perfeita, porque, momentos depois, a senhora me entregava gentilmente uma caixa grande, e amarrada, recomendando-me que a levasse com o maior cuidado, pois que havia dentro cousas delicadas.

De posse dessas “cousas delicadas”, simulei encaminhar-me para a nossa casa: ao verificar, porém, que havia sido perdido de vista, metime por um desvio, e fui ter à sombra de um cajueiro, onde sabia que iria encontrar uma África liliputiana, representada por uma dúzia de molequinhos, filhos das antigas escravas de Miritiba. O quilombo estava em atividade, com os pretinhos reunidos, assando castanhas. Sobre uma tripeça de pedra, um pedaço de lata; sobre a lata, as castanhas; e, em baixo, o fogo vermelho e doido, atizado pelo óleo escorrido dos frutos em combustão. Acocorada em torno, nus, a negralhada miúda, de dois a oito anos. De vez em quando as labaredas atingiam uma granada que vai explodir. Um jacto de óleo fervente espirrava, no rumo da assistência. E os negrinhos pulavam para trás, soltando gritos de satisfação simiesca. O mais velho, e mais ágil, mexia e remexia de longe, com um pau, as castanhas ardentes e rechinantes. Reinava, em suma, festa e contentamento na cubata do cajueiro no momento em que ali cheguei, a um tempo orgulhoso e apavorado, com o fruto precioso do meu crime.

Ao abrir a caixa, o espanto foi geral. A molecada abandonou as castanhas e correu a cercar-me. Até o negrinho que as mexia para que não

queimassem deixou a vara e o fogo, e veio ver o prodígio. Os menores batiam as mãos de contentes. Alguns tentavam tocar nos ramos e nas grinaldas, mas os maiores não consentiam, como se se tratasse de relíquias. Foi, então, quando num arranco de generosidade magnificante, num gesto que aumentaria a glória de um príncipe italiano da Renascença, tirei da caixa uma grinalda de flores de cera, e estendi-a para um dos calunginhas, filho da preta que me amamentara.

– Tome... É para você...

O pretinho recuou espantado. Eu o puxei, porém, pelo braço e, com a gravidade com que um papa medieval coroava um chefe do Santo Império Romano, lhe coloquei a grinalda na carapinha.

A tribo inteira pôs-se a saltar, batendo as mãos, soltando gritos de entusiasmo e deslumbramento. Um punhado de nozes lançadas a um bando de macacos não causaria maior alvoroço. A minha liberalidade napoleônica, de distribuidor de coroas, não podia limitar-se, entretanto, a esse ato. Tomei de outra grinalda, e coroei outro calunga. E assim fui premiando um a um, dando a este um ramo de flores, que ele pendurava ao pescoço, àquele um diadema de primeira comunhão, que eu próprio lhe afundava na gaforinha. E, em breve, a caixa era atirada fora, inútil e vazia.

Meia hora depois começavam a aparecer nas ruas de Miritiba os moleques nus e coroados, os pequeninos reis africanos a que se agregavam outros invejosos, que passavam a formar o seu séquito. Ao ver o primeiro, a florista teve um pressentimento: chamou uma empregada e mandou perguntar a minha mãe se as flores haviam servido.

– Que flores?

– As que o Humberto foi buscar, a mandado da senhora.

Foi esclarecido o caso. E eu recebi, nesse dia, uma das surras mais estrondosas da minha vida, agravada com uma detenção, por meio de cordas, junto à mesa de jantar.

E assim foi que, aos seis anos, eu imitei Stanley, apóstolo do continente negro, como protetor das raças africanas. Coroei principезinhos negros, dando-lhes um instante de alegria, de orgulho e de glória. A cabo de tudo, sofri por eles...

Mas estava certo. É esse, na terra, o destino dos benfeitores da Humanidade...

XI

LEMBRANÇAS SOLTAS

RECAPITULANDO hoje as minhas impressões e sentimentos de infância, não encontro o menor vestígio de terror, ou a mais insignificante concepção do medo, diante da vida ou dos fenômenos aparentemente sobrenaturais. A morte não me apavorava, e, ao que me parece, eu não tinha ideia muito precisa do que ela fosse. E o mesmo acontecia com os perigos, que eu não temia, e afrontava com a mais tranquila inconsciência. Ao ser arrancado da água em que ia morrer, e de que havia sido salvo por milagre, não me preocupava a ideia do risco que correria, mas apenas a delícia do banho que havia tomado.

Tenho na lembrança, ainda, o primeiro morto que vi. Não sei quem era, mas recordo-me que o vi no pequeno cemitério da vila, que ficava num alto, à esquerda da localidade. Tinham-no levado a enterrar, não sei se numa rede, ou numa tábua. Sei que não tinha caixão, e que era um homem claro e moço. Em frente à capelinha da necrópole puseram o corpo no chão. Os que acompanhavam o enterro cercaram-no. E eu vi que uma pessoa se adiantava, recebia de uma outra uma moeda, e punha-a na boca do morto.

No regresso, eu perguntei ao meu tio Epifânio, irmão de minha mãe e a quem ela confiara a liquidação do espólio do meu pai, e que havia ido comigo ao cemitério, o que significava aquela cerimônia.

– Aquele homem foi assassinado – respondeu-me.

– Que é *assassinado*? – indaguei.

– É uma pessoa que não morre de doença... Deram uma facada nele, e ele morreu.

– E aquele dinheiro que botaram na boca dele, pra que é?

– É porque ninguém sabe quem o matou. Quando matam uma pessoa e ninguém sabe quem é o assassino, põe-se uma moeda de prata debaixo da língua do morto, e o criminoso vem se entregar ao delegado...

Pouco tempo depois, eu vi outro defunto. Era em uma casa da praça da igreja, perto da residência do padre. As janelas estavam abertas e eu corri a espiar. O peitoril era baixo e eu pus-me na ponta dos pés, para olhar o que havia lá dentro. E vi, sem terror. Na sala, sobre duas cadeiras, repousava uma tábua, e sobre a tábua, um homem gordo, as mãos cruzadas sobre o peito. Os pés, calçados, estavam unidos por um lenço, que os amarrava. Outro lenço, passado pela cabeça e por baixo do queixo, lhe conservava a boca fechada. O ventre enorme, abaulado. E sobre o ventre, um pires com sal.

O que me interessava nesse espetáculo não era, todavia, o aspecto do cadáver; era o ruído, que vinha de dentro dele. Dava-me a impressão de que estava dormindo e roncando. De repente, porém, aflorou-lhe ao nariz uma bolha branca, como sabão. Outras vieram, multiplicando-se. E em breve aquela espuma crescia, aumentava, e rolava, fervendo, num ronrom sinistro de gato adormecido, ao mesmo tempo que uma pessoa da família, com um pano na mão, limpava piedosamente o rosto ao defunto... Eu tinha seis anos, e via atentamente tudo isso. Mas não me causou espanto. Não tive medo nenhum.

Essa indiferença pelos mistérios profundos da vida e da morte já eu a havia, aliás, manifestado em circunstâncias que revelam o atraso do meio em que vivia, e que não exerceu, no entanto, nenhuma influência assinalável na formação da minha mentalidade. A hereditariedade, isto é, o espírito livre e claro de meu pai, neutralizou, parece, no início da formação do meu, a ação perniciosa do ambiente. Há muito tempo era esperado em Miritiba, entre a gente humilde e semibárbara, o fim do mundo, que seria anunciado com a vinda do Anticristo. Eu devia ter meus quatro ou cinco anos, por esse tempo. Um dia, um casal de caboclos amigos veio à vila, e levou-me em sua companhia para passar com eles, na sua casa de roça, a noite de São João.

Era uma casa pobre, de taipa, coberta de palha, no centro de um mandiocal. Em frente à casa, um terreiro limpo, onde se acendeu a fogueira; e, ao fundo, um jirau alto, em que havia paneiros e caixões de plantas miúdas. Houve danças no terreiro, mas eu dormi logo. Alta madrugada, porém, senti que me arrebatavam da rede, e que subiam comigo, numa grande aflição, para o jirau. A noite não tinha lua, mas estava toda polvi-

lhada de estrelas, deixando ver nessa claridade dúbia o contorno suave das cousas. Despertando de repente, e vendo o casal e os dois filhos agonizados, ouvi por minha vez um grande grito apavorante, que devia partir da garganta de um monstro. Perguntei, baixinho, o que era.

– É o Anticristo, o amaldiçoado... – respondeu-me a cabocla, em cujo colo eu me havia abrigado.

E com doçura medrosa:

– Dorme... dorme...

Adormeci outra vez, debaixo da gritaria do monstro e, quando acordei, estávamos descendo do jirau. Tinha amanhecido, e havia, em torno, outros roceiros das proximidades que comentavam o acontecimento. Da confabulação ficou resolvido que alguns deles iriam à vila verificar o que ocorrera durante a noite. Eu fui também, carregado, para ser entregue à minha família, caso ainda existisse. E encontramos Miritiba em alvoroço.

Tinha chegado inesperadamente ao seu porto, naquela noite, alarmando-a com uma série de apitos, a primeira lancha a vapor procedente da capital!...

XII A PRIMEIRA ESCOLA

A PRIMEIRA coisa que de algum modo me atemorizou neste mundo antes dos sete anos não foi, assim, nem a Morte, com o seu mistério, nem minha mãe, com o seu chicote, nem o Anticristo, com o seu uivo apavorante: foi um homem terrível e estranho, cuja figura passeia, ainda, hoje, sinistramente, nos sombrios subterrâneos da minha memória.

Próximo à nossa casa havia uma escola primária, cujo professor tinha sido muito amigo de meu pai. Chamava-se Agostinho Simões. Era um homem alto, forte, moreno, de grandes e trágicos bigodes negros. Completando a gravidade do aspecto, usava, por sofrimentos da vista, óculos pretos. Falecido meu pai, e continuando eu a progredir no meu curso livre de vadiação, resolveu minha mãe prender-me na gaiola do professor Agostinho, para beliscar a alpista graúda do alfabeto. E, um dia, tendo eu seis anos e meses, fui conduzido à escola, como um cabrito que se leva ao matadouro.

A impressão que tive dessa primeira casa de ensino em que entrei, foi, positivamente, a mais ingrata revelação da minha infância. Era uma sala escura, pavimentada de barro batido. Colocados uns atrás dos outros, e todos na mesma direção, os bancos estreitos, sem encosto nem apoio para os pés. Neles, os alunos, gente humilde e amedrontada. E, diante destes, em uma pequena mesa colocada sobre um estrado, o sr. Agostinho Simões. Dominando a mesa do sr. Agostinho, a palmatória, a indispensável *Santa Luzia*, terror das mãos infantis.

Entregue ao professor, este me designou uma ponta de banco. Sentei-me. A pessoa que me conduzira regressou, deixando-me abandonado nas mãos do carrasco. E este, como se estivesse esquecido de mim, iniciou a aula. De minuto a minuto um grito estrondava. Urro de onça em curral de bezerros. A bigodeira do professor Agostinho, os seus óculos pretos, a sua cara fechada, as rugas da sua testa, e aqueles roncões que pareciam

de trovão entre montanhas, acompanhados, não raro, pelo estalar da palmatória nas mãos sujas daqueles pobres filhos de pescadores, acabaram por aterrorizar-me. Duas horas depois de ter chegado, eu não podia mais. De vez em quando olhava para a porta de saída, num desejo angustioso de liberdade. Em um ramo de ateira, que se via da minha ponta de banco, dois passarinhos brincavam, perseguindo-se. Até que, em determinado momento, marquei o rumo, e abalei na carreira, porta a fora, como um foguete orientado em sentido horizontal. Vinha de tal modo, que entrei em casa pela porta da rua, atravessei três ou quatro peças, passei pela cozinha e fui parar por não poder ir mais longe, no fundo do segundo quintal.

Ao fim de alguns minutos, aparecia, porém, a pequena distância, o vulto de minha mãe, com um pedaço de corda na mão.

– Já! Volte para a escola! Vai ou apanha.

Preferi apanhar; não fui. À tarde, o sr. Agostinho Simões surgia em nossa casa, rindo à vontade do susto que me pregara, por encomenda de minha mãe. Abraçou-me; fez-me agrados ligeiros, disse-me palavras alegres e amigas. Mas a figura que eu guardei na lembrança foi a do homem de fisionomia trágica e de voz tonitroante, que parecia desafiar o mundo, com os seus óculos, com os seus bigodes e com a sua palmatória.

Em 1910 o professor Agostinho, que faleceu pouco depois, aparecia a minha mãe, em São Luís. Estava alquebrado, velho e cego. E tão pobre que vivia da caridade pública.

XIII

PRIMEIRO CAPÍTULO PARA FREUD

NA CONFISSÃO dos pecados supostamente ignominiosos que lhe conspurcaram a infância, observa Santo Agostinho, completando as considerações condenatórias: *Ita, imbecillitas membrorum infantilium innocens est, non animus infantium*. Entende ele, assim, que, na criança, o que é inocente é a carne: o espírito já existe, nela, com a intuição do pecado. E a confirmação dessa hipótese pode ser encontrada em Jean-Jacques Rousseau, que, virgem do contacto sexual, e muito antes do impulso físico, já possuía a intuição genésica por uma perversão instintiva do pensamento.

Essa observação, registrada há quatorze séculos, e examinada novamente há dois, levará o filósofo, automaticamente, a duas conclusões: ou o espírito emigra, trazendo de uma das suas habitações para outras certas práticas e conhecimentos, a que pela espontaneidade damos o nome de instintos; ou a natureza sopra a cada indivíduo aquilo que ele deve executar em benefício dela, para multiplicação e conservação da espécie. Este capítulo constitui o meu depoimento, claro e franco, para o estudo da matéria.

A ideia do sexo, antes de ser em mim desejo, manifestou-se por um movimento de admiração. A água, em Miritiba, era colhida em fontes naturais, na mata que ficava por trás da vila. A mata era verde, alta, e cerrada, com os cipós subindo e descendo como cordoalha de navios. Flores silvestres coloriam aqui e ali os troncos e as frondes, dando-lhes um aspecto ao mesmo tempo majestoso e garrido. Sob as árvores, faziam-se poços, ou aprisionavam-se os riachos perdidos. E aí se apanhava a água para os potes, iam as lavadeiras ensaboar a sua roupa, e as mulheres, e os homens, desgostosos da água salobra do rio, tomar o seu banho doce.

No inverno, os riachos transbordavam, reuniam-se, e alagavam a mata, que passava a ser, apenas, um grande lago ensombrado. E as moças, em grupos, iam, aí, banhar-se, como as ninfas.

Foi aí, durante um desses banhos, que me veio, pela primeira vez, o interesse pelo corpo feminino; mas interesse vago, todo cerebral, e que era mais a curiosidade do que volúpia. Certa manhã, algumas moças da vila, meninas ainda, tinham ido ao banho na mata, e me levaram com elas. Chegadas ali, banharam-me, enxugaram-me, vestiram-me, e sentaram-me na raiz de uma árvore. Despiram-se não sei onde, e atiraram-se à água, ora mergulhando, ora aparecendo entre os troncos e lianas, em todo o esplendor da puberdade. Em determinado momento, uma delas surgiu a pequena distância de mim. Era alta, fina, alourada, e clara como um mármore. Subiu a uma raiz de árvore e aí permaneceu algum tempo, em atitude de estátua grega. Outra surgiu, dando-lhe um susto, e desapareceram as duas, perseguindo-se, soltando gritos de alegria nervosa, entre os troncos da mata mergulhada na água e na sombra.

Eu devia ter, por esse tempo, quatro ou cinco anos. Mas esse quadro pagão ficou, para sempre, no fundo dos meus olhos. E de tal modo, que ao manusear, já adolescente, o primeiro tratado de mitologia greco-romana, jamais ideei as dríadas, as hamadríadas ou as náíadas, sem que me viesse ao pensamento aquela moça da fonte, linda, branca e nua, de pé numa raiz d'árvore, e a sua fuga festiva e bulhenta, pouco depois, espadanando água, perseguida pela companheira...

Nessa impressão que me ficou, não descubro, todavia, o menor vestígio de sensualidade ou de sexualidade evidente. Esta não tardaria, porém, a chegar.¹

.....

Isso foi, entretanto, um parêntese do pecado numa infância vadia, mas inocente na sua primeira fase, em relação aos problemas sexuais. O céu abriu-se por um instante, mas fechou-se de novo, apagando no meu espírito a lembrança do que me mostrara.

Só onze anos depois, aos dezesseis, eu iria conhecer, entre as labaredas do Inferno, todos os esplendores do Paraíso.

¹ A parte que se segue será acrescentada em edição póstuma. Os originais, como os de outros capítulos freudianos, encontram-se depositados, com esse objetivo, no cofre da Academia Brasileira de Letras. (Nota do Autor). / Os capítulos referidos não constam nos cofres ou arquivos da Academia Brasileira de Letras, segundo tivemos a diligência de indagar, pelo desejo que tínhamos de incluí-los nesta edição. (Nota do Editor).

XIV TABUAL

O CUPADA em Miritiba com a liquidação dos negócios comerciais de meu pai, resolveu minha mãe que minha irmã pequena e eu iríamos ao Tabual, em visita de despedidas a uns parentes que lá residiam. E, um dia, com a roupa cuidadosamente arrumada em duas canastras de junco, e meia pataca em dinheiro para cada um, partimos os dois, em canoas, rio acima, conduzidos pelo nosso tio em segundo ou terceiro grau, Jerônimo Fonseca, dono bárbaro daquelas terras selvagens.

Tabual era uma propriedade antiga inteiramente mergulhada numa selva soturna e primitiva. Para lá chegar, viajamos, creio, à força de reinos, toda uma noite. Pela manhã aproamos a uma ribanceira, de onde se debruçavam grandes árvores, e tomamos a pé, por um caminho estreito, entre roçados de milho, feijão, jerimum e melancia. Após umas duas horas de marcha, demos com uma enorme alameda de cajueiros, copados e redondos, ao fundo da qual se erguia, com seu telhado enegrecido, a pesada e austera casa de fazenda.

Em torno desta, era a mata imensa, alta, compacta, quase amazônica. Ao ler, já homem, Rosny-Ainé em *Vamiréb*, Walter Scott em *Ivanhoe*, os *Poemas gaélicos*, de Macpherson, e Victor Hugo nos seus trágicos poemets medievais, eu tive a impressão literária do que era, na realidade, o Tabual. Vida ingênua e bruta. Vida a recordar a daqueles barões de mãos calosas e enormes, que estrangulavam javalis nas selvas lúgubres ou nas montanhas escarpadas, ou a daqueles gigantes inocentes da Idade da Pedra Lascada, que decorria num cenário mergulhado em mistério denso e religioso, característico da infância do mundo.

Esse meu tio Jerônimo era, na alma, e na figura, descendente direto de portugueses do tempo do Viriato ou do Condestável. Grande, másculo, belo e forte, herdara ou adquirira aquela propriedade afundada na selva, e lá se metera, solteiro, em companhia da velha mãe e de duas

irmãs. Pouco a pouco tomou gosto à solidão. Embebeu-se da beleza grave e do silêncio triste das cousas. Permanecia anos inteiros no seu eremitério selvagem, onde não ia ninguém. Madrugada ainda, tomava a espingarda, despertava o mateiro, assobiava chamando os cães, e metia-se pela mata sem caminhos. E ao anoitecer, voltava com um grande veado atravessado ao ombro, ou com uma verde roda de papagaios, ou outro gênero de caça, arrancada ao coração da floresta úmida e generosa. Às vezes, de mistura com as presas úteis, trazia também, como troféu, um couro de onça pintada ou suçuarana, cuja carne deixara às aves famintas. Outras vezes, era a pesca que o seduzia. E o peixe que trazia era tanto, que os roceiros das suas terras iam esperá-lo em torno da casa.

Tenho ainda na lembrança os aspectos coloniais, e semibárbaros, dessa vida na selva. Pela manhã, entregava-se a cada pessoa uma cuia de mingau de farinha sem sal. Eu e minha irmã segurávamos as nossas, e acompanhávamos as duas matronas, irmãs do tio Jerônimo, em um giro pela grande alameda de cajueiros. Chupava-se um caju, e tomava-se um gole de mingau. E assim enchia-se o estômago de alimentação inocente e sadia. Creio, mesmo, que não se fazia na família nenhum uso de café, considerado nocivo ou, pelo menos, dispensável. A verdade é que essas matronas, e o tio Jerônimo, que atingiram idade muito avançada, possuíam pele finíssima e rosada. Minha mãe costumava dizer-me não ter visto, jamais, homem de epiderme tão fresca e limpa, como a deste parente nosso, não obstante viver, dia e noite, exposto às intempéries.

A alimentação obedecia, quase toda, a processos primitivos. Havia ao lado da casa um grande galpão aberto, coberto de palha, no qual se preparavam o peixe e a caça trazidos pela manhã ou à tarde. Escamado e estripado o peixe ou separado o pedaço de veado para a refeição, era este temperado, embrulhado em folhas verdes e enterrado no chão. Fazia-se, em seguida, fogo em cima, para preparo do arroz ou do peixe cozido ou moqueado. E o certo é que a caça ou peixe assim preparado adquiriam um sabor que eu não encontrei, nunca mais, em molhos civilizados. Era um processo herdado dos índios, que assim assavam o pedaço de porco do mato ou a saborosa traíra do rio; e ali fora mantido inalterado pelo homem branco que lhe tomara o lugar na terra bárbara com a silenciosa promessa de lhe eternizar os costumes.

Os dez ou quinze dias que ali passamos foram, não obstante essas originalidades cuja excelência não compreendíamos, dos mais monótonos e longos da nossa infância. Na casa não havia crianças, mas unicamente velhas, que deslizavam como sombras pelos corredores escuros e silenciosos. Apenas, de quando em quando, se ouvia o gralhar de centenas de papagaios bravios a algumas dezenas de metros, na mataria espessa, ou o grito de um caboclo afugentando os gaviões que pousavam próximo, em busca de pintos. Duas, três vezes por dia, reboava um tiro, abatendo um desses inimigos do terreiro doméstico. O resto do tempo era tomado pelo silêncio ameaçador da selva circunjacente, quebrado monotonamente, ao longe, pela martelada metálica dos tucanos, pousados no último galho das árvores secas. A nossa jovialidade, minha e de minha irmã, só se restabelecia, e assim mesmo de modo medroso, quando tio Jerônimo regressava da caça, da pesca ou do roçado, e nos punha sobre os joelhos fortes para nos contar alguma história de príncipe encantado ou de caçada prodigiosa. A sua voz meiga e amiga era como um raio de sol num cárcere ou a língua pátria escutada no exílio.

Atrás da casa havia, porém, um arbusto formando grande moita, cujos frutos estavam cheios de uma pluma leve, espécie de paina, sedosa e esvoaçante. Eu passava o dia a abrir os frutos maduros desse arbusto, e a soprá-los para o alto, acompanhando, em seguida, de olhos maravilhados, o capricho de seu voo. Soprava a pluma, impelia-a com as minhas bochechas de Éolo-menino, via-a revoltear nas alturas, e cair adiante no meio das árvores que assinalavam os limites do meu mundo. E guardei esse costume até hoje.

Que são, na realidade, as cousas que tenho escrito, e estas páginas que estou escrevendo no limiar da velhice, senão fragmentos de paina soprados para o alto, e destinados a tombar pouco adiante, sem deixarem o mais ligeiro vestígio no pedaço do céu por onde voaram sem rumo?

XV A CAMINHO DO EXÍLIO

FOI à noite que minha mãe, minhas duas irmãs e eu deixamos a vila natal. Um grande barco, para o qual se subia por uma tábua, tomou-nos a bordo. Vejo, ainda, na praia, sombras movendo-se na sombra, a multidão que nos foi levar o abraço de boa viagem. Os carretéis gritam com o movimento dos cabos, que içam as velas. Minha mãe, de pé, agita o seu lenço, que bate como uma asa de pássaro branco estonteado na noite. Outros lenços se agitam na praia, na mão das sombras. Abraçados a minha mãe, que chora, eu e minha irmã pequena. Eu olho, espantado, sem compreender muito o espetáculo que se desenrola. A vela grande paneja, estalando. O barco afasta-se, pouco a pouco. E em breve, numa curva do rio, deixávamos atrás, para sempre, a terra em que tínhamos todos nascido, os amigos que tínhamos feito, levando, sem que soubéssemos, uma provisão de saudades para o resto da vida.

Ao amanhecer, estávamos diante de um povoado em cujo porto se erguia uma casa pintada de amarelo, e que lembrava uma pequena igreja sem torres. Era a povoação de Primeira Cruz, na foz do Piriá. Pelo nome, parece ter sido esse o ponto inicial da marcha do cristianismo civilizador, na sua entrada para a catequese ou captura do índio, no século XVII. Aí, se me não engano, passamos o dia, à espera da maré ou do vento. E à noite, partimos novamente, recolhidos à tolda de madeira, que se fechou sobre nós.

E quando amanheceu de novo, e abrimos a tolda, estávamos em pleno mar. Sentado no tombadilho do barco, junto ao homem do leme, espraio os meus olhos pela imensidade das águas. As grandes velas abertas, afoito e alegre, o veleiro pula as ondas como um cabrito solto e contente. Longe, no horizonte, lavado de sol, desenha-se a curva do litoral. E eu acompanho, com os olhos, a esteira do barco, assinalada pela espuma fervente...

Em que pensaria, eu, nessa hora? Que sonhos desabrochariam no meu espírito, quando eu me encaminhava, nesse instante, ingênuo, confiante e desarmado, para as fragorosas batalhas do mundo? Que cidade de ouro se levantava ao longe, aos olhos da minha imaginação nascente, e cujas torres se teriam de esboroar, uma a uma, como as de Jericó, à minha aproximação? Que conto de fadas seria a vida, para que eu corresse a vivê-lo em terra de estranhos, sem uma dúvida no espírito, sem um susto na alma, sem um cuidado no coração?

Não sei a que horas chegamos a São Luís, nem em que dia, precisamente. Sei que era em outubro de 1893, quase um ano após a morte de meu pai, e que eu ia, nesse mês, completar sete anos. E sei ainda que, ao tomar conta de mim, me encontro com minha mãe à Rua da Inveja, na casa do tio Brasil, casado com a tia Inês, irmã de minha avó materna, os quais nos haviam mandado oferecer a sua hospitalidade de pobre.

Esse tio Brasil era um antigo funcionário público, posto em inatividade pela cegueira completa. Creio que estivera na guerra contra o Paraguai, pois que havia na sala de jantar um grande retrato seu, fardado e solene. Era baixo, gordo, e usava grandes barbas, ainda grisalhas, como as do imperador Pedro II. Não tinha filhos e envelhecia ao lado da tia Inês, baixa, clara, simpática e alourada, e da cunhada, tia Josefa, alta, morena e implicante. Casa modesta, mas confortável e grande. Ao fundo, um quintal, onde eu me não quis convencer que a pimenta do reino, tão preta, encolhida e feia, era, inicialmente, um frutinho vermelho, e liso, e polido como uma joia. Não fosse tão criança e teria visto, já, na vida desse fruto, a história da vida humana. Mocidade... Velhice... A vida do homem, não será a repetição, na terra, da evolução da pimenta do reino?

A Rua da Inveja, no ponto em que fomos morar, era uma grande ladeira de calçamento grosseiro. Passeios irregulares e estreitos. E em frente à casa um muro e uma chaminé, assinalando os fundos de uma fábrica. Na esquina mais próxima, à direita, de longe em longe passava um bonde, puxado a burros. À esquerda, lá em baixo, o mercado público. E dentro de casa, ou fora, um cheiro pronunciado de gás, que dava ideia de que era o cheiro, mesmo, do Progresso.

Sentado em um degrau inferior da porta de entrada, eu passava as horas a olhar a rua deserta e o muro misterioso da fábrica. Não podia mais correr, saltar, agitar-me. E sentia-me triste e sucumbido.

A Civilização, com a sua tesoura de ferro, começava a cortar as asas ao pássaro...

XVI AS SURPRESAS DA CIDADE

QUANDO meu pai ia a São Luís, sozinho ou em companhia de minha mãe, hospedava-se habitualmente na casa do seu compadre e amigo Lino Gandra, sócio da firma Ribeiro, Gandra & Cia., à Rua da Estrela, esquina da de Nazaré. Era uma firma forte e prestigiosa, explorando a importação em grosso. Por cima da casa comercial, morava o sócio Lino Gandra, com a senhora e os filhos. Chegados à capital em fins de outubro de 1892, minha mãe e meu pai tiveram aí, como de costume, o seu quarto. Queixava-se ele do coração, de insônia, de emagrecimento, de falta de apetite, males que lhe haviam surgido desde o dia em que ia esmagando a filha pequenina com as patas do seu cavalo. Chamado o Dr. Tarquínio Lopes, este apresentou um diagnóstico reservado. Até que, no dia 16 de novembro, ao recolher-se ao quarto, depois do almoço, para vestir-se, a fim de sair a negócios, sentou-se em uma rede e calçou uma das botinas. Ia calçar a outra, mas abandonou-a, a derreou-se na rede, pedindo à minha mãe:

– Sinhá, dá-me o éter...

Minha mãe correu com o vidro. Mas, quando lho chegou ao nariz, e pôs a mão no seu peito, soltou um grito. O coração havia parado. Meu pai não existia mais.

Ao chegar a São Luís, foi a essa família uma das nossas primeiras visitas. Passamos uma tarde com ela. Não me mostraram o quarto em que se havia dado o óbito, nem disso se falou na minha presença. Sentaram-nos, todavia, à mesa, a mim e à minha irmã, e eu guardo pelo menos duas impressões fundas desse primeiro jantar em casa de ricos. Uma, foi a que me causou a sopa de macarrão amarelo, que eu nunca tinha visto. A ideia que me veio e, parece, cheguei a enunciar, é que se tratava de tripa de galinha, cortada aos pedaços e misturada com caldo. Outra, foi a que me deixou a colher grande e redonda com que se servia a sopa. Lembrou-me

uma cabeça de macaco, ligada ao osso da espinha do símio, que formava o cabo da colher. Olhei-a, mesmo, com indisfarçado respeito, reconstituindo o bicho.

Creio que os bondes não me causaram qualquer admiração. É possível que houvesse possuído algum brinquedo que os representasse, e que, vendo-os, tivesse apenas a ideia de um brinquedo, em ponto maior. Não tenho, igualmente, lembrança de outras surpresas. Apenas guardo, nítida, a impressão que me causou o cemitério, na tarde em que fui levado ali para beijar a sepultura de meu pai.

Eu ignorava, inteiramente, que os mortos tivessem seu dia, e que, nessa data, os vivos se recordassem deles. Nunca ouvira falar em tal cousa, em Miritiba, onde, quando morria uma pessoa, ninguém se lembrava mais da que havia morrido antes. E sucedeu que a nossa visita, em São Luís, à necrópole da cidade, se verificasse precisamente no Dia de Finados.

Ao chegarmos ao portão, espantou-me, logo, o movimento. E maior foi, ainda, o meu pasmo, quando, transposta a entrada, vi o fervilhar da onda humana, os túmulos cobertos de flores, os jazigos de mármore ou caiados de novo, e toda aquela gente, que ia e vinha sem uma lágrima, sem uma evidente demonstração de tristeza. Creio, mesmo, que havia música; música triste, de funeral, mas música. E a música pareceu, naturalmente, de festa aos meus ouvidos acostumados ao choro das harmônicas monótonas, das violas tímidas e dos violões solitários. A única manifestação fúnebre que eu encontrava em tudo aquilo, vinha dos ciprestes altos, alinhados em cada face do vasto quadrilátero, em cujos galhos, melancolicamente embalados, os grandes ventos marítimos rezavam um cantochão eterno e profundo. Tal foi, em suma, a impressão geral dessa visita, que, de regresso à casa do tio Brasil, eu tinha a convicção de que o cemitério era, positivamente, o lugar mais alegre do Maranhão.

Outra impressão forte, e boa, foi a que me deixou um passeio rápido em companhia da criada da casa. Ela ia fazer uma compra ligeira à Praça do Mercado, e levou-me. A praça era cercada, quase toda, pelo pequeno comércio turco: fazendas, miudezas, quinquilharia. Ora, eu vinha de Miritiba, onde o sortimento das casas comerciais, constituído de artigos de primeira necessidade, ficava todo nas prateleiras, para além do balcão. É de imaginar, pois, o deslumbramento com que vi as portas enfeitadas de le-

ques, peças de fazendas, tigelas de louça, panelas de ferro, fitas multicores, camisas e calças, roupas de mulher, chapéus de palha e de feltro, e, coroadando tudo isso, uma em que só havia brinquedos, desde a corneta de lata, pendurada de um fio vermelho, até a espingardinha de dois palmos – de mistura com tambores, gaitas, polichinelos, pandeiros, balões de borracha, cavalinhos de pau, e bonecas descendentes de todas as raças humanas.

Fiquei deslumbrado, tonto, boquiaberto. Senti vertigens e, na minha alma de menino chegado da roça, uma impressão do Paraíso.

Foi quase arrastado, e verdadeiramente imbecilizado, que a criada me levou para casa. Sonhei noites seguidas com aqueles brinquedos todos, que se moviam, se animavam, desfilando diante de mim, num convite sonoro e insistente, que se transformava em tentação.

Revelavam-se à minha ambição, com esse espetáculo de uma porta de turco, as maravilhas de um mundo novo.

XVII UM SUCESSO LITERÁRIO

HÁ PARTICULARIDADES da minha infância que me fazem compreender o sentimento literário, o gosto quase instintivo das letras, de que meus pais eram dotados. Eu já disse, em outro capítulo, que meu pai fazia versos para seu contentamento íntimo, e quanto eram do agrado de minha mãe as modinhas sentimentais, que ela cantava baixinho, para o seu próprio coração, como a embalar as mágoas que nele dormiam. Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu eram os seus poetas prediletos, como o eram, aliás, das moças e das mães do seu tempo. Minha mãe levava a grau mais alto a sua paixão pelos que sofriam e cantavam: ensinava-nos, à minha irmã e a mim, poesias longas e diálogos em versos, que recitávamos, com certa desenvoltura.

Foi justo, pois, em parte, o “sucesso” alcançado por nós em São Luís com os “recitativos” que havíamos decorado e que repetíamos com rigorosa exatidão, antes, mesmo, de conhecermos o alfabeto. E isso com a circunstância deirmos de um vilarejo primitivo em que não percutiam as vozes do mundo largo, e onde não havia interesse pelas letras, por mais rudimentares que elas fossem e, decorado um verso, não se encontravam três pessoas que o escutassem de boa vontade. Meu pai e minha mãe nos ensinavam como os pássaros dão aos filhos a intuição do canto: sem o pensamento nas outras aves que os escutem. Ele, e ela, eram os nossos mestres, a nossa crítica, e o nosso público.

Entre as famílias que visitamos em nossa passagem pela capital maranhense, uma havia, rica de moças, e cuja vida normal era, por isso mesmo, uma grande festa sem intervalos. A casa em que há mulheres jovens e bonitas, dizia Manzoni, é alegre mesmo quando essas mulheres choram. Era a família Serra, a que pertencia a senhora do comerciante Lino Gandra, em cuja residência falecera meu pai. Relacionada com as moças, minha mãe nos levou a visitá-las, três ou quatro vezes, à noite. E, cada noite,

punham-me em cima de uma cadeira para dizer uns versos que verifiquei, mais tarde, serem do poeta bolonhês Panzacchi, de que há uma tradução de Luís Guimarães Júnior. Eram estes, que têm, nos *Sonetos e rimas*, do tradutor, o título Triste Volta:

Voltei. Achei fechada a tua porta;
Quisera, ao menos, te apertar a mão;
Pedi notícias tuas, e me deram,
Porém tão tristes, tão penosas eram,
Que senti rebentar-me o coração.

Disseram-me, ai de mim, que já não és
Aquela amiga que eu aqui deixei,
A doce amiga que primeiro amei,
E a quem de prantos alaguei os pés.

Disseram-me também que és mais formosa,
Que és mais formosa do que dantes eras.
Mas que fugiu de ti a Providência
E o melindroso lírio da inocência
Não orna mais as tuas primaveras.

Que triste volta! Que cruel tormento!
Menos sofrera eu se à tua porta
Ouvisse alguém dizer neste momento:
– Não a procures, não: ela está morta!

Parece-me, no entanto, que se não tratava propriamente dessa tradução. Tenho na lembrança que a primeira quintilha, pelo menos, tomara forma diferente, e que o tradutor, ou o modificador da tradução, evitara aí a dissonância do quarto verso e que, para dar maior extensão ao pensamento, intercalara um de redondilha menor:

Cheguei, e achei fechada a tua porta;
Quisera, ao menos, te apertar a mão;
Pedi notícias tuas, e mas deram,
Porém tão tristes, tão sentidas eram,
Que me fizeram,
Só de dor, apertar o coração.

As palmas que mais nos animavam não eram, todavia, as que conquistávamos com essas declamações isoladas, mas as que recebíamos com um diálogo que minha mãe nos fizera decorar, e que era travado por nós do alto de duas cadeiras, no centro do salão. Eu ia completar sete anos. Minha irmã, cinco. Mas vínhamos da roça, do mato, e daí a surpresa causada pelo nosso desembarço.

Era este o diálogo, de que olvidei, aliás, grande parte:

EU – Adeus, senhora Maria,
Passa bem, goza saúde?
ELA – Eu não passei como quis,
Mas, ao menos, como pude.
EU – Dizem que, na minha ausência
Outros amores tomou.
ELA – E o senhor que tem com isso?
Não sabe que me deixou?
EU – Não a deixei, não, senhora:
Levei-a no coração.
ELA – Isso tudo são lisonjas
Que não acredito, não.
.....
EU – A mulher, quanto mais feia,
Tanto mais caprichos tem.
ELA – Isso o senhor não dizia
Quando me queria bem.
.....
EU – Sai-te daí, presunçosa,
Que a minha Nise é mais bela.
ELA – Eu me troco por Josino,
Mas não me troco por ela!

O diálogo era muito mais longo e animado de incidentes; mas apenas me ficou isso na memória. De quem seriam, porém, esses versos tão simples, tão correntes, a que os nomes dos personagens, citados nos últimos, emprestavam um tão acentuado sabor clássico? Por mais de uma vez perguntei isso, mais tarde, à minha mãe. E a sua resposta era sempre a mesma:

– Não sei. Quem os levou para Miritiba foi teu pai. Parece, porém, que foram escritos por um poeta lá mesmo de perto, um professor da roça, das bandas do Icatu...

A casa da família Serra era frequentada por muitos rapazes da sociedade maranhense. E alguns destes, para acentuar o seu aplauso aos declamadores liliputianos, nos davam, à minha irmã e a mim, um *bonde*, pequeno cartão no valor de cem réis, equivalente a uma passagem em veículo do mesmo nome, e que circulava como moeda divisionária. Ao chegarmos a Parnaíba, para onde levamos esse produto da nossa *tournée*, tivemos que mandá-los trocar, de novo, no Maranhão. E o parente que os levou, trouxe-nos, em níquel, 1\$200; seis tostões para mim, e seis para minha irmã.

Foi esse o primeiro resultado prático da minha capacidade literária, ou, melhor, de intérprete da inspiração alheia. Isto, sem contar os doces, nem os beijos – sendo que esses últimos, com certeza, não foram muitos.

Ao dono, isto é, ao poeta do Icatu, talvez, aqueles versos, mesmo assim, não tivessem, jamais, rendido tanto...

XVIII PARNAÍBA

FOINOS últimos dias de novembro, após mais de um mês de cidade, que deixamos São Luís, com destino a Parnaíba. A família Lino Gandra ia passar alguns meses no Ceará. E ficou estabelecido que viajaríamos juntos, desembarcando nós em caminho, no porto de Amarração. Resolveu-se isto, e lá nos fomos, todos, a bordo de um navio costeiro, o *Oriente*, da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, o qual teria de naufragar, oito anos depois, naquelas mesmas águas familiares, sobre as quais nos conduzia.

A viagem foi excelente, e eu não tive a menor sensação de enjoo. Desenvolveu-se, mesmo, pelo contrário, em mim, um apetite descompensado, como se eu tivesse vindo ao mundo para andar embarcado e comer todo o rancho da tripulação. Minhas refeições eram feitas, ordinariamente, em triplicata: almoçava ou jantava à mesa, com os demais passageiros; em seguida, com minha mãe, no camarote; e, finalmente, com o sr. Lino Gandra, no tombadilho, onde lhe era servida, como um dos comerciantes que davam carga aos navios da empresa, alimentação farta, obedecendo a cardápio especial. Dois filhos do casal Gandra faziam-me companhia em tudo isso. E eu viajava, encantado, com a impressão de que ia dentro de uma enorme cidade flutuante.

Foi, assim, com imenso desgosto que vi, ao fim de dois dias, o navio fundear em um porto, cercado de morros de areia, dos quais emergiam, naufragos do deserto, as copas de centenas de coqueiros. Era Amarração. Tínhamos de desembarcar. E eu ainda uma vez verifiquei, com tristeza, que há sempre um desacordo completo entre o nosso destino e a nossa vontade. Eu, por mim, continuaria aquela viagem, prolongando-a até o infinito, e prorrogando-a até a eternidade. Contanto que continuasse a não enjoar, e a almoçar e a jantar três vezes por dia.

Em Amarração esperavam-nos alguns tios e tias maternos, com os quais íamos viver.

Tomamos com eles os escaleres, em que tinham vindo. Subimos o rio, a remo e a vela, durante duas ou três horas. E saltamos em Parnaíba, que era, como ainda hoje, a cidade mais importante do Piauí.

Depois de ter visto o Maranhão em 1893, ainda próspero, com as suas fábricas, com os seus bondes, com o seu calçamento, com as suas ruas movimentadas, com os seus sobradões coloniais, com as suas casas de comércio que conservavam mercadorias em exposição à porta, Parnaíba era, de algum modo, uma decepção. As ruas eram largas e numerosas, mas de areia solta: dos seus seis sobrados, três se achavam em ruínas, desabitados, e entregues aos morcegos e às corujas; o comércio guardava o seu sortimento nas prateleiras, nada deixando fora do balcão. Não tinha gás, não tinha carruagens, não tinha bondes. A impressão que Parnaíba me deu foi, em suma, a de uma Miritiba grande.

Ao desembarcar, fomos para a casa do tio Emídio Veras, irmão de meu pai, enquanto os irmãos e irmãs de minha mãe alugavam outra casa que nos coubesse a todos, isto é, a eles, minha mãe e nós. E essa casa foi, em poucos dias, encontrada. Ficava relativamente longe, no bairro chamado dos Campos, nome que lhe veio da planície que limitava com a cidade e por onde esta, mais tarde, vitoriosamente se estendeu. Era uma casa térrea, de três janelas de frente, um alpendre aberto para o nascente, e um quintal deserto e vasto, com uma porteira como a dos currais, dando para um grande terreno baldio. Para além do terreno e de uma rua de casebres de palha, branquejava, num alto, o cemitério, com o seu muro caiado e os seus túmulos erguendo-se acima do muro. A casa era, como quase todas as de Parnaíba, de pavimento de tijolo. Mas possuía cômodos vastos, com agasalho para toda a família. Em frente, estendia-se um comprido pano de cerca, de tronco de carnaúba, pertencente a quintais enormes, de casas de outras ruas. À esquerda, ficava um pequeno prédio habitado por gente de segunda ordem, na classificação local. E à direita, depois do quintal, outro terreno abandonado e arenoso, que ia terminar, em ângulo, na Praça Santo Antônio. A rua tinha o nome de Pará, mas ninguém sabia disso. Nem ela mesmo. Para as informações urgentes e precisas, nós morávamos, simples-

mente, na “rua que fica por trás do sr. Leôncio”, que era o dono de um dos quintais que davam fundos para a frente da nossa casa.

Logo no dia seguinte ao da nossa chegada a Parnaíba ocorreu um incidente que deve ser relatado, para vergonha minha, mas, também, para dar uma ideia das condições do meu entendimento. Meu tio Emídio residia, então, à Rua Grande, a uma centena de metros do porto. À mesma rua, de que era a primeira casa, ficava o seu estabelecimento comercial. E em frente a este, avançando sobre o rio, o único trapiche, ou, mais propriamente, a única ponte da cidade, a que atracavam os vapores da Companhia de Navegação a Vapor do Parnaíba, que faziam o tráfego entre os portos fluviais até Floriano, muito acima de Teresina. Pela manhã fomos, meu primo Mirocles, de quatro anos, e eu, à loja do meu tio. Chegamos à porta que dava para o lado do rio, e olhamos o vapor que se achava atracado, quando partiu de bordo uma voz grossa, que nos chamava. Era o comandante João Clímaco da Silveira, homenzarrão moreno, estimado de toda gente, e em quem a bondade era tão abundante quanto a gordura. Meu tio chegou à porta, e ordenou que nós fossemos; e já havíamos dado alguns passos, quando ele acentuou, gritando para o comandante:

– Ó João! Manda segurar o maior aí no trapiche!

Era uma recomendação oportuna e prudente. Meu primo, apesar de mais moço do que eu três anos, estava acostumado a embarcar e a desembarcar. Eu era novo no lugar e não conhecia o navio. Ao ouvir, porém, as palavras do meu tio gritadas para bordo, estaquei. E abandonando primo e tio e tudo, desatei a correr, aterrorizado, rumo da casa de moradia, na qual entrei num berreiro doido, indo abraçar-me aflitadamente à minha mãe.

É que eu, ouvindo falar em trapiche, vocábulo inteiramente novo para mim, supusera que se tratava do porão, com o qual fora ameaçado, por mais de uma vez, por brincadeira, a bordo do *Oriente*. Momentos depois, porém, meu primo chegava carregado de mangas, abacates e laranjas, que o comandante João Clímaco lhe dera, e que eu havia perdido por ignorância da significação das palavras. A datar desse dia fiquei sabendo que trapiche era uma cousa, e porão era outra.

Mas inutilmente. Depois que eu soube fazer a distinção, nunca mais ninguém me chamou para dar-me presentes a bordo.

XIX

MEUS TIOS: OS VERAS

É LUÍS Büchner quem diz, se me não engano, que os homens baixos sempre se apaixonam pelas mulheres altas, e as mulheres bonitas pelos homens feios, por uma determinação inteligente e sábia da natureza. Estabelecendo essas atrações, esses fenômenos que muitas vezes parecem inexplicáveis, é intuito seu obter a harmonia na espécie, evitando, quanto possível, a formação de monstros, gigantes ou pigmeus. Ela mistura permanentemente os tipos que lhe aparecem antípodas na figura e no destino, buscando tirar, desse amálgama, o tipo médio.

Foi, parece, em obediência a essa lei misteriosa mas frequentemente sensível, que os Veras e os Campos se reuniram duas vezes, fundando dois lares. Raramente duas famílias se mostrarão tão diferentes, física e moralmente e, mesmo, como consequência desses dois fatores, na índole e nas aspirações. Se os primeiros eram louros, fortes, vivazes, alegres e animosos, eram, os outros, morenos, miúdos, melancólicos, retraídos, e, quase sempre, desamparados de toda esperança. Se os Veras se mostravam joviais mesmo depois de vencidos, os Campos já se apresentavam desanimados antes de entrar em combate. Por isso, a Fortuna fez parte, frequentemente, do séquito dos primeiros; e a Pobreza, foi, sempre, e invariavelmente, a companheira fiel dos segundos.

Meus avós Veras tiveram, como ficou dito em outro capítulo, doze filhos, dos quais dez homens. Avançando, unidos, pela vida, foram, pouco a pouco, tombando pelo caminho. Ao tomar conhecimento de mim mesmo, existiam já, apenas, minha tia Felicidade, e meus tios Lídio, Feliciano, Franklin e Emídio; e meu pai. Mas os sobreviventes fizeram quase todos, vitoriosamente, a sua carreira, acumulando bens e transpondo, exceção de meu pai, o marco dos setenta anos.

Tio Lídio, que se deixara ficar em Miritiba, ou nos municípios limítrofes, era um tipo acabado, e curioso, de sertanejo boêmio. Louro, verme-

lho e barbado, estrutura quadrada e sólida, com uns olhos muito azuis, era, dos homens, o mais velho. Casara-se com uma senhora da família Fonseca, piedosa e mansa criatura que foi minha madrinha, e teve, com ela, meia dúzia de filhos que se espalharam pelo Maranhão, pelo Piauí e pelo Amazonas, e formaram o ramo Santos Veras. Tomado de delírio itinerante, não parava nunca. Jamais o vi que não fosse de perneiras, esporas e chicote na mão, por ter deixado o cavalo à porta. Era o cossaco da família. Comprava bois, vendia burros, trocava cavalos de sela, adquiria fazendas para passá-las adiante, pondo sempre em movimento menos o dinheiro, que não tinha, do que o crédito, fundado na esperança. Com a morte da mulher, entregou os filhos mais novos aos mais velhos, e desapareceu. Sabia-se que era vivo porque os viandantes o encontravam às vezes em comarcas longínquas, conduzindo boiadas ou chouteando sozinho, mas sempre alegre, por várzeas e estradas, atrás de um garrote, que havia vendido, mas cujo paradeiro desconhecia, para entregá-lo ao comprador. Aos oitenta anos apareceu à família, isto é, aos irmãos e aos filhos, em Parnaíba. Trazia a pele curtida de sol, a barba toda branca derramada pelo peito, e montava um cavalo árdego, de sela vistosa. Conduzia à garupa uma cabocla, morena cor de canela, de dezoito anos de idade, isto é, mais moça do que a sua neta mais velha. Acabava de casar e queria apresentar a madrastra nova aos filhos idosos. Recebido constrangidamente, pôs a sua cabocla novamente à garupa, e desapareceu. Anos depois morria, Anacreonte sertanejo, após quase noventa de existência alegre e livre. Sua sepultura, se existe em algum cemitério de fazenda, não tem lousa nem epitáfio. Mas a sua passagem pelo mundo ficou assinalada, indelével, na memória dos que lhe deram pouso nas fazendas, nas quais a hospitalidade era remunerada largamente com o límpido ouro da sua alegria.

Tia Felicidade, falecida aos 94 anos, em 1931, era o filho mais velho do casal. Tendo esposado, ainda menina, o português Antônio Machado, teve com ele apenas dois filhos, um rapaz e uma rapariga. Esta casou em Miritiba, e lá permaneceu como professora; e aquele foi o Cazuzza, o companheiro boêmio de meu pai, e que se ligou a uma das moças Mendonça Furtado, emigradas do Ceará em 1877. Ao falecer-lhe o filho, minha tia tomou conta dos netos. Viúva por sua vez, liquidou o que possuía, embarcou para Parnaíba e aí passou a viver em companhia deles, mantida pelos

irmãos, que lhe davam casa para residir e uma pensão para o sustento. Era uma velha gorda, clara, e que devia ter sido bonita quando moça. Dizia tolices com pretenciosa convicção, empregando, não raro, termos difíceis, de que ignorava o significado. Pronunciava explicadamente as palavras que lhe pareciam bonitas, como se as quisesse ensinar aos outros, tendo o propósito de ser, ou parecer, original. Lembro-me, por exemplo, que, certa vez, ao referir-se a alguém que possuía olhos de cor cinzento-azulada, observava, com justeza:

– São uns olhos cor de serra ao longe... Não é?

Mudando-se de Miritiba, no Maranhão, para Parnaíba, no Piauí, sentiu-se, parece, deslocada nesse ambiente. Tutora das netas, casou-as e as viu morrer. Viu morrer, pouco depois, os genros, e tomou conta dos bisnetos. E ei-la voltando, mais pobre, mais idosa, e com a prole multiplicada, a Miritiba, nonagenária, mas sempre animosa e alegre, suportando com a mesma resignação boêmia os dias de sol e as noites de tempestade.

Os três outros irmãos vivos tiveram vida próspera. Galoparam, mais largamente, no corcel da Fortuna. Merecerão, por isso, capítulos especiais, em que se misturarão a saudade, que lhes devo, e a verdade, que devo a mim próprio.

XX TIO FELICIANO

TIO Feliciano – Feliciano Gomes de Farias Veras –, a quem conheci em Parnaíba, foi, parece, o primeiro da família que ali aportou. Estivera, antes, no Maranhão, no comércio. Acumulara pequeno capital e fora estabelecer-se, ainda solteiro, naquela cidade piauiense. À medida que juntava dinheiro, comprava prédios. Ao fim de algum tempo era o maior proprietário urbano, recolhendo mensalmente um rendimento apreciável. Aproximando-se a velhice, abandonou o comércio e foi nomeado tesoureiro da Alfândega. Aposentou-se, afinal, nesse cargo, e recolheu-se à sua grande quinta, nos Campos, da qual tirava, ainda, alguma renda, com a verba de cocos, mangas e cajú. Era tido, por isso, como usurário, quando não era senão um homem prático e precavido, que se não sente na obrigação de dar a estranhos aquilo que lhe pertence. Dizia-se que passava a noite com o lápis e um pedaço de papel debaixo da rede, fazendo um traço cada vez que escutava, entre o barulho do vento no coqueiral, um estrondo na terra, e que, pela manhã, ordenava ao criado:

– Ó seu João! Vá juntar 22 cocos que caíram esta noite!

Casou-se. E à história do seu casamento, contada por ele com a sua ironia impiedosa e com a sua voz de velho tenor fatigado, não faltava graça nem pitoresco:

– Esta senhora – começava, referindo-se à mulher, a quem não dava senão este tratamento respeitoso, mas que sublinhava com um tom de sarcasmo inclemente – esta senhora havia nascido na fartura e na opulência. Quando veio ao mundo, foi lavada em bacia de prata, na qual foram atirados anéis e outras joias de ouro e brilhante, para que tivesse felicidade e fortuna. Esta senhora gostou de mim, e eu dela. Mas o pai e a mãe estavam esperando o imperador Carlos Magno ou um dos Doze Pares de França para lhe dar a filha em casamento. Quem era, meu caro senhor, quem era o pobre sr. Feliciano Veras para casar com a filha do ilustre sr. Mirandinha?

Essa oposição despertou nesta senhora o desejo de contrariar a família. Já era teimosa nesse tempo. O certo é que o sr. Feliciano Veras contratou uns remadores de confiança, alugou uma canoa que ficou ali no porto dos Tucuns, e foi raptar a filha do ilustre sr. Mirandinha... Mal o sr. Feliciano Veras apareceu no canto da rua, esta senhora saiu de casa e deitou a correr no rumo dos Tucuns. Tinha mais pressa em ser raptada do que eu em raptá-la. Corria tanto que eu quase não conseguia alcançá-la. Tomamos a canoa e subimos o rio. Pela madrugada desembarcamos em um casebre de palha desabitado, num braço do Parnaíba que eu nem sei mais aonde fica. Despachei os homens e fiquei só, com esta senhora. Quando amanheceu, vimos nas paredes do casebre pedaços de peixe seco, enfiados na palha. Lavei o peixe no rio, assei, e foi esse o nosso banquete de núpcias. No dia seguinte fomos casar em Araioses... E desde esse dia, meu caro senhor, lá se foi o sossego da vida do sr. Feliciano Veras!...

Alto, forte, gordo, moreno, olhos azuis, cabeça quase inteiramente branca, mas sem o menor sinal de calvície – estigma que não assinalou jamais nenhum dos Veras –, tio Feliciano vivia, então, a sua vida de capitalista. Na sua chácara dos Campos, a casa confortável possuía um alpendre vasto e aberto, deitando para o jardim estrelado de rosas. Era ali, numa rede larga, que ele, o camisolão de dormir passado por cima da calça de brim pardo, consumia, antes de se aposentar, todas as suas tardes, lendo e bufando até anoitecer. Assinante de diversos jornais do Rio de Janeiro e do Maranhão, estava sempre ao corrente dos acontecimentos políticos e familiarizado com os nomes mais em evidência nas letras do país e do mundo. E era aí que passava o dia inteiro, já depois de aposentado, e dava audiência, proferindo com humorismo sentenças bizarras, fora da lei mas dentro do bom senso e do bom humor. Quando o fizeram delegado de Polícia, um dia, apareceu-lhe um caboclo:

– Seu coronel, eu venho me queixar contra o meu vizinho o Antônio Malaquias.

– Que fez o Antônio Malaquias, meu amigo?

– Tocou fogo no meu roçado.

Meu tio voltou-se para o interior da casa, pedindo uma caixa de fósforos. Trouxeram-lha. E ele, para o queixoso:

– Aqui está, meu amigo. Leve esta caixa de fósforos, e, por minha conta, toque fogo no roçado do Malaquias!

O seu tormento de toda a vida foi o conflito entre a sua misantropia e a afeição que a mulher dedicava aos parentes. Sem filhos, sem relações sociais que o caráter do marido não permitia, a senhora, pianista exímia, sentia, evidentemente, necessidade de desafogo, para o espírito e para o coração. Buscava-o, naturalmente, na intimidade dos seus, atraindo-os para a sua companhia. Ele, porém, não compreendia isso. E desforrava-se, nas suas palestras pitorescas e coloridas, com ironias e ditos joviais, emitidos sem sorrir, e falando sempre alto, e soprando, como quem chega na carreira, cansado. Conta-se que, certa vez, um dos cunhados que se achava no Maranhão, lhe telegrafou, urgente: “Apareceu aqui epidemia febre amarela. Sigo aí primeiro vapor”. Meu tio leu o aviso, tomou um pedaço de papel e respondeu, no mesmo instante: “Não venha. Aqui grassando peste bubônica”. E soprou com força, para desabafar.

Não podendo mais suportar a cidade e as relações que a vida urbana determina, entregou o velho Feliciano Veras a um dos parentes da mulher a chácara de Parnaíba, e embarcou para a vila de Araióses, onde mandou construir uma pequena casa de moradia. Elegeram-no prefeito municipal, e ele prestou consideráveis serviços à localidade, mandando edificar o mercado com dinheiro quase todo do seu bolso, pois que ele era mais rico do que o município.

– Ah, meu amigo – contava-me ele, mais tarde, no Rio de Janeiro –, eu nem lhe digo nada! Promovi uma festa para inaugurar o mercado. Mandeí contratar uma banda de música de Parnaíba e comprar uma bandeira verde-amarela no Maranhão. E o meu maior trabalho, meu amigo, consistiu em convencer as caboclas de que não se dançava o Hino Brasileiro nem se podia fazer saia com aquela chita do pavilhão nacional!...

A sua permanência em Araióses não foi, todavia, demorada. Vivia lá sossegado, e quase feliz, entre gente simples, quando lhe surgiram visitas de Parnaíba, amigas e parentes da senhora, que não tinham notícias dela. Tímido como quase todos os ironistas, meu tio não fechou a porta. Recebeu-os. Dias depois, porém, entregava a casa aos visitantes, e, mandando construir outra, com apenas um quarto e uma cozinha em uma pequena ilha solitária do delta do Parnaíba, transferiu-se para aí com a esposa, indo

viver, os dois, no mais absoluto isolamento. O próprio vaqueiro residia em uma ilha próxima. Naquela em que ele morava só havia dois seres humanos: ele e a mulher. Quando algum parente ou amigo aparecia por lá a negócio, sob a condição de regressar no mesmo dia, era infalível a sua declaração:

– Daqui não saio senão puxado por Deus pelo cós da calça. E aqui ficarei até o dia em que ouvir o canto do galo do meu vizinho... Não quero sair nem morto. Se aqui morrer, enterrem-me no pátio da casa, em pé, e de braços abertos. Depois, abandonem a ilha. Quero o silêncio! Quero a paz! Quero a solidão!

E soprava:

– Ufff!... Ufff!...

Um dia, o rio começou a encher, a subir, a transbordar. Os irmãos residentes em Parnaíba lembraram-se do velho misantropo e tratam de ir em seu socorro. Meu tio Franklin toma uma lancha e ruma para a ilha solitária. A água está a poucos metros da casa, mas o rebelado não aceita o auxílio:

– Não vou, meu amigo; não vou! – dizia, soprando. – Só sairei daqui quando puser um pé no batente da porta e outro na proa da canoa... Se quiser fundear a sua lancha ao largo, pode fundear. Mas daqui não saio.

E não saiu. O rio chegou ao pátio da casa, devastando tudo com a sua correnteza sinistra e gorgolejante. Mas o velho coronel Feliciano preferia morrer nas águas barrentas do Parnaíba a sofrer a intimidade impertinente dos que se metiam na sua casa.

Em 1915, estava ele no Rio de Janeiro, onde viera submeter a senhora a uma intervenção cirúrgica. Nessa viagem gastou duas ou três dezenas de contos de réis, alguns dos quais com o *carro de fogo*, nome que ele dava, pitorescamente, ao automóvel. Integrou-se na civilização. Arejou o espírito, atormentado por quarenta e tantos anos de cizânia doméstica. E regressou para Parnaíba, instalando-se, de novo, na sua chácara dos Campos.

A viagem fora-lhe, porém, fatal. O conhecimento de uma grande cidade, os exemplos que vira na pensão de que fora hóspede, e os conselhos recebidos daqueles que o marido hostilizava a vida inteira, deram ânimo à pobre e enferma senhora para romper com o velho companheiro.

Em Parnaíba, separaram-se, vivendo cada um em um lado da casa: ela, com os parentes; ele, sozinho. Em torno do ancião septuagenário uivaram todos os ódios e insultos. Ao fim de dois anos de velhice atormentada, ela morria. Quando o corpo estava pronto para ser conduzido ao cemitério, o médico, seu sobrinho e meu primo, Dr. Mirocles Veras, foi convidá-lo:

– Meu tio, o enterro de minha tia já vai sair... O senhor não quer despedir-se dela?

– Não, meu amigo; muito obrigado... – respondeu no seu leito de doente.

E soprando, na sua dispneia de cardíaco:

– Já me havia despedido dela... Despedi-me em vida.

Ela morreu, e ele não a viu. O enterro saiu da mesma casa em que as duas almas agonizavam separadamente há dois anos, e ele não o acompanhou, nem quis olhar. Dias depois, chegava, porém, a sua vez. As síncope, alarmantes, sucediam-se. Recuperando, de uma destas, os sentidos, pôs-se a recitar:

– “Quem passou... pela vida... em branca nuvem... e em plácido... dossel... adormeceu...”.

Outra síncope lhe interceptou a voz. Não concluiu. No dia seguinte saía da mesma casa em que morrera a mulher, e pela mesma porta, outro caixão.

Era o dele.

XXI

TIOS FRANKLIN E EMÍDIO

ERA um europeu do norte, no espírito e na figura, meu tio Franklin Veras. Estatura acima de mediana, forte, louro, esbelto, alvo e corado, olhos de azul que só vi em mulheres e crianças alemãs, era um belo tipo de homem. Usava apenas bigode e, quando o conheci, já o cabelo lhe alvejara nas têmporas. Vestia-se como quem tem visitado o mundo e apreciado as boas cousas que ele possui e se acham ao alcance do seu dinheiro. Ao chegarmos a Parnaíba, já o encontramos na posse de fortuna considerável, tendo casa montada não só ali, como em Tutóia e em São Luís. Seus filhos estudavam na Inglaterra. E ele próprio já havia feito algumas viagens de recreio pela América do Norte e pela Europa. Comerciante, com uma grande casa importadora e exportadora, a de maior movimento do Estado, levava, por esse tempo, vida de príncipe. E como os recursos para os caprichos do coração e dos sentidos pouco lhe custavam, consagrava todos os instantes não tomados pelos negócios ao culto das mulheres, que considerava, parece, como todo homem de bom gosto, a mais perfeita obra da Criação.

Tio Franklin, foi, na verdade, o mais completo expoente das virtudes elegantes, e dos defeitos invejáveis da família. Era o mais alegre, o mais viajado, o mais aristocrata, o de vida mais intensa, e, no exercício de uma assombrosa atividade comercial e mundana, o mais inteligente. Era de raciocínio pronto, que explodia em frase rápida e original, embora menos colorida que a do seu irmão Feliciano Veras. Certa vez, um juiz de Direito de Parnaíba, homem circunspecto e conservador, chamou-o à parte, para uma confidência.

– Coronel – disse –, venho pedir-lhe um conselho.

– Diga.

– Eu tenho na minha fazenda, do Buriti, uma rapariga nova e bonita, casada com um caboclo que foi para o Amazonas. Essa cabocla é minha

comadre. Eu sou padrinho de um filho do casal. Mas, com a ausência do marido, a cabocla começou a atirar-se a mim, tornando-se uma verdadeira perseguição.

– E o Doutor, que fez? Ainda não aproveitou?

– Não, Coronel; até agora, não.

– Por quê?

– Por escrúpulos. Compreende, ela é minha comadre. O filho dela é meu afilhado.

– Ora, Doutor! – exclamou meu tio. – Que escrúpulos, nada! Diga-me uma cousa: o Doutor não se deita com a mãe dos seus filhos?

– Deito-me, sim.

– Então? Se o doutor pode deitar-se com a mãe dos seus filhos, por que não poderá fazer o mesmo com a mãe dos seus afilhados?

Casado na família Gomes Neves, com a irmã do seu cunhado Filipe Neves, marido da sua irmã Madalena, teve com essa primeira mulher dezoito filhos, dos quais se criaram cinco – uma menina e quatro rapazes, que se diplomaram, três em Direito e um em Engenharia. Enviuvou aos cinquenta e poucos anos, e contraiu novas núpcias com uma ilustre educadora maranhense, pertencente à família Parga Nina, de São Luís. Esta faleceu um ano depois, e ele casou pela terceira vez, com uma distinta senhora, viúva, de Parnaíba, nascendo-lhe ainda um filho, que conclui, agora, o curso de Medicina. Em luta, há muitos anos, com uma enfermidade que o levava constantemente à Europa e o trazia ao Rio, sucumbiu, afinal, em 1920, após mais de setenta anos de atividade vitoriosa, e de haver colhido na árvore da Vida, de mistura com alguns espinhos, todos os frutos bons que ela dá.

Tio Emídio, que foi o último a desaparecer, era, no físico, um tipo diverso. Baixo e gordo. Cabelos negros e ondedados. Trabalhador infatigável, como o irmão, não menos feliz nos empreendimentos. Comerciante, primeiro, em Miritiba, onde casou com a irmã mais velha de minha mãe, mudou-se, em seguida, para Curralinho, à margem do Parnaíba, e, finalmente, para a cidade deste nome. Aí aportou com cinco filhos. Nasceu-lhe mais um. Dedicando-se permanentemente ao comércio, experimentava, de vez em quando, corajosamente, as indústrias. Montou uma usina de beneficiar arroz. Levantou um grande engenho, que as águas do rio arrasa-

ram numa noite de enchente. Mas não desanimou. Educou os filhos cuidadosamente, diplomando em escola superior aquele que se quis diplomar. Faleceu-lhe a mulher, boa e santa. E ele, obedecendo a um antigo impulso do seu temperamento, recolheu-se a uma das ilhas do delta, lavrando a terra em que nascera, rejuvenescendo, como Anteu, ao seu contato materno e prodigioso.

Falando ligeiro, alto e zangado, dava a impressão de um homem permanentemente irritado com a vida e com todo o mundo. Se pedia um copo d'água, achava-a quente e de gosto mau, mas bebia-a toda. À mesa, nenhum prato merecia louvor, mas comia de todos e depressa. Reclamava contra tudo, mesmo antes de saber como as cousas estavam feitas. Achava sempre que os outros chegavam atrasados, ainda que eles chegassem vinte minutos antes da hora prometida. No entanto, não havia, nessas trovoadas secas, o menor vestígio de cólera. Eu não sei de coração melhor que o seu. Era incapaz de fazer chorar uma criança. Seu coração era, enfim, uma colmeia do mel mais suave, que as abelhas fabricavam de bom grado, mas fazendo barulho.

Conta um antigo viajante dos altos sertões brasileiros ter visto, em uma tribo de índios, o maioral tomar um pedaço de madeira verde, raspar a casca, e dar um pouco desta, misturado a um resto de carne, ao cão que acompanhava o explorador; e logo o animal tombou se debatendo, envenenado, no tormento da morte. O índio aprofundou, porém, a incisão do pedaço de madeira, raspou o cerne, e introduziu-o na boca do cão. E de pronto os sintomas de envenenamento desapareceram, e o animal, momentos depois, restabelecido e alegre, ladrava festivo e contente.

Tio Emídio era como esse vegetal indígena. Ou como certos frutos da Amazônia, ouriçado de espinhos por fora, mas cheio de plumas por dentro.

XXII
MEUS TIOS: OS CAMPOS

NÃO tivesse o mais velho dos treze irmãos filhos dos meus avós maternos assumido a direção dos mais novos, e a história de cada um deles seria a história da tribo. Não houve um só que ultrapassasse os outros na mediocridade do destino. A vida de um é a vida dos demais. Trabalharam todos modestamente. Levaram todos existência sem relevo. E vão desaparecendo, todos, na tristeza, na mediania, na obscuridade.

Falecido meu avô, pouco após a morte da minha avó, meu tio Antoninho – Antônio Doroteu de Campos – assumiu as responsabilidades da família, composta de doze irmãos menores, dos quais o mais velho, que era mulher, não contava mais de dezoito anos, e o mais novo, apenas quatro. Professor de primeiras letras, como o pai, procurou tirar da mais precária das profissões o sustento da casa dispendiosa. Pouco a pouco, porém, a família se foi reduzindo, desfalcada pelo casamento e pela morte. Casou-se a mais velha, a tia Mariquinhas; casou-se minha mãe; duas irmãs morreram; uma desapareceu e foi considerada morta. Mesmo assim, a carga era grande para ser suportada por um homem só, e frágil, na areia frouxa de Miritiba. E meu tio, na esperança de mudar de destino, mudou de terra, transferindo-se para a vila de Barreirinhas, no litoral maranhense, com os seus irmãos Tancredo, Benjamin, Libânia, Leonília, Rita e Delmira.

A falta de sorte é, porém, uma espécie de bacilo filtrável que acompanha o condenado sem que os bacteriologistas deem por ele. Asseguravam os Goncourts, arvorados em oceanógrafos do Destino, existirem, na vida, duas correntes, uma fria e outra quente, que revigoram ou paralisam os membros aos nadadores. Os Veras nadavam na corrente de alta temperatura. Os Campos na corrente gelada. E foi arrastados por esta que chegaram, todos, a Barreirinhas.

Verificada, aí, a impossibilidade de qualquer esforço, combinaram a dispersão, sem prejuízo da solidariedade. Antoninho foi para São Luís,

tentar a vida, como guarda-livros. Tancredo e Benjamin rumaram para a Parnaíba, onde se encontrava já o cunhado Emídio Veras, e aí se estabeleceram. Pouco depois, Antoninho adoece de beribéri no Maranhão, e vai reunir-se, novamente, aos irmãos. E é assim que os vamos encontrar, a todos, em Parnaíba, juntando, às deles, a nossa provisão de fatalismo e de infortúnio.

Alugamos, como ficou dito em outro lugar, uma casa nos Campos, a qual nos coubesse a todos. Uma das tias, Libânia, casou nessa ocasião, indo servir de enfermeira ao homem a quem amava, e que se extinguiu vítima do mal de Lázaro, num espetáculo espantoso de renúncia e de dedicação. Tios Tancredo e Benjamin, que se haviam estabelecido com uma casa em que vendiam, ou não vendiam, fazendas e miudezas, liquidavam, em breve, os negócios, ficando a dever à praça alguns contos de réis. Para saldar este débito, empregaram-se: Benjamin foi para o balcão de uma firma credora, a fim de pagar em serviços o que devia em mercadorias; e Tancredo para a casa de seu cunhado Emídio Veras, como guarda-livros. Melhorado da sua polinevrite, Antoninho regressava, pouco depois, para o Maranhão, com um fraque preto, um chapéu de coco, e uma grande provisão de desânimo.

Há um epigrama grego de Antípater, em que este lamenta o pastor Aristides, o qual, tendo apenas uma vaca e um cordeiro, os perdeu no mesmo dia: um lobo lhe comeu o cordeiro, um lavrador lhe matou a vaca. E Aristides, com as duas cordas na mão, só encontrou para elas uma aplicação imediata: passou-as no pescoço e enforcou-se... Meus tios Campos viviam sempre como o pastor de Antípater: não havia cordeiro deles que os lobos não comessem; e se os lavradores não lhes matavam as vacas, é porque eles nunca tiveram nenhuma.

Por esse tempo, a Amazônia começava a transformar-se em Califórnia, em uma terra de prodígios, com pepitas de ouro ao alcance da mão dos cegos. Pedia-se por favor ao aventureiro que enchesse as algibeiras e se fosse embora. Mendigo que estendesse o chapéu à liberalidade pública, podia, em um mês, abrir uma casa bancária. Caixeiros de Parnaíba, que abandonavam a vassoura e partiam em janeiro com um saco e uma passagem de proa, regressavam em novembro com anel de brilhante, correntão de ouro, sete malas pregueadas, e cédulas de quinhentos mil réis,

para casar nas famílias mais aristocráticas da cidade, quando não vinham casados, já, com uma índia rica, filha legítima ou legitimada do proprietário do seringal. Tio Antoninho viu isso no Maranhão, e partiu para Belém. Tio Benjamin tomou o mesmo rumo, e subiu o Solimões. Tio Tancredo seguiu no seu enalço e subiu o Madeira. No fim do ano, os que haviam partido com eles voltaram com o seu brilhante e com as suas cédulas. Mas Antônio Doroteu de Campos continuava em Belém, fazendo avulsamente escritas comerciais. Tancredo Campos estava em Abelhas, no Madeira, trabalhando sem esperança. E de Benjamin Campos só voltou a mala. O dono ficara sepultado em um barranco do Javari.

Os dois sobreviventes continuaram a trabalhar, improficuamente, para auxiliar as irmãs solteiras. Mas Tancredo cansou. Escondeu-se do mundo e da família, até que se teve notícia de que se achava residindo numa sepultura sem cruz, à margem do rio em que fora buscar a fortuna. A Pobreza fora a sua companheira em toda a vida. E Antoninho voltou a Parnaíba. Voltou e ficou.

Vem-me à lembrança, agora, a sua figura leve, humilde, e calada. Pequeno, miúdo, rosto redondo e picado de varíola, usava o cabelo, duro e curto, cortado à *brosse-carré*. Bigode pequeno e grisalho, e uns olhos cor de rapé, escondidos no fundo das órbitas, e em que havia um misto de bondade e desconfiança. Metódico e lento, era a expressão mais característica dos indivíduos do meu sangue materno. Viveu setenta e três anos, e morreu como fiel do tesoureiro da Alfândega de Parnaíba. Não casou, não amou, não namorou. Trabalhou a vida toda para as irmãs, que tomara a seu cargo, desde a adolescência. Fechou os olhos, docemente, em 1931.

Se a abnegação e a renúncia fazem os santos, este é, a esta hora, entre os bem-aventurados, o santo da família.

XXIII

O BRINQUEDO ROUBADO

A NOSSA mudança de Miritiba, onde meu pai era tudo e não nos faltava nada, para Parnaíba, onde éramos nada e nos faltava tudo, começou a influir, muito cedo, na formação do meu caráter. Eu reconhecia intimamente a inferioridade da minha condição. No meio de primos que possuíam pai, e cujo pai os podia cercar do necessário e do supérfluo, doíame o tratamento que me davam, quando era encontrado sozinho, e que se modificava um pouco na presença de minha mãe. Eu era um menino feio, retraído, desconfiado. Nada, em mim, atraía a simpatia alheia. E como não havia um espírito estranho e inteligente que procurasse estabelecer o contacto do meu coração com o mundo, ia se formando na minh'alma um surdo sentimento de revolta, uma queixa amarga e silenciosa, contra as desigualdades estabelecidas pelo Destino.

Foi a noção dessa inferioridade clamorosa que me levou à prática do primeiro ato reprovável, em que o castigo severo contribuiu, apenas, para fixar no meu espírito a extensão daquela injustiça.

Eu fui um menino que não possuiu, parece, jamais, um brinquedo delicado. É provável que meu pai, nas suas viagens ao Maranhão, me levasse alguma lembrança desse gênero. Mas eu o perdi aos seis anos, e, depois de órfão, minha mãe não podia despender qualquer quantia, mesmo insignificante, com uma gaita, um boneco ou um pandeiro. No meu aniversário, ou no da minha irmã, seu brinde consistia em servir o nosso almoço fora da mesa, improvisando um “banquete” sobre um caixão de querosene, coberto com uma toalha de rosto. Nesse dia, comíamos em pires, elevados à condição de pratos da nossa festa. Certa vez houve, mesmo, um pouco de “vinho”, preparado com água, vinagre e açúcar, e que enchia um pequeno vidro, dos de *Xarope de Cambará*. Minhas distrações de infância, desde que chegamos a Parnaíba, limitavam-se a frutos de jatobá, em que eu punha pernas e chifres para a formação de boiadas; à fabricação

de arapucas para apanhar as rolas mariscadeiras do quintal; e à de papagaios de papel, que eram o maior encanto das minhas tardes vadias. Às vezes, quando encontrava um lápis ao alcance da mão, transformava-me em desenhista e, deitado no chão, pintava em cada tijolo do alpendre uma paisagem, ordinariamente uma casa com algumas árvores à frente ou ao lado, e uma estrada tortuosa que lhe terminava à porta. Houve, também, uma época, dos oito aos dez anos, em que os meus cuidados se voltaram para os carretéis de linha. Cheguei a possuir cerca de duzentos, brancos uns, pretos outros. Constituíam dois exércitos comandados pelos generais, que eram os carretéis maiores. Punha-os em forma, alinhava-os militarmente para a batalha, e, com um limão, derrubava-os a tiro de artilharia, ora de um lado, ora de outro. Entre esses carretéis alguns havia que eram verdadeiros heróis: entravam em seis ou sete combates seguidamente, e não caíam. O limão respeitava-os como as granadas a Bonaparte. Se há um Cornélio Nepote no mundo dos carretéis vazios, alguns dos meus devem ter o seu nome na história dos grandes capitães. Terminadas, porém, as lutas a que os submetia, eu enfiava os meus dois exércitos em um barbante e pendurava-os nuns pregos do alpendre... Fazia, em suma, com os meus soldados, o que fazem com os seus os políticos, depois de servidos... Todos os meus brinquedos eram, como se vê, brinquedos de menino pobre. Nenhum vinha da loja.

É de imaginar, pois, o alvoroço íntimo que me assaltou quando, um dia, tive sob os olhos uma caixa de brinquedos. Eu devia ter oito anos e estava, com minha mãe, em visita, na casa de um dos meus tios, quando, uma tarde, mandaram pedir no estabelecimento comercial de Pires Almeida & Cia., que ficava próximo, alguns brinquedos, para escolher. Haviam chegado do Maranhão algumas dúzias deles, e todas as crianças afortunadas tinham tido notícia do acontecimento. A criada voltou com a encomenda e foi deslumbrado que vi abrir-se a caixa maravilhosa. Eram pequenos brinquedos de lata, pintados de azul, de amarelo, de verde ou de vermelho: carruagens, bondes, locomotivas, navios – um sortimento capaz de revolucionar Liliput. Custava 400 réis cada um.

Olhos ávidos, coração batendo forte, eu vi passarem dois brinquedos daqueles para as mãos venturosas da minha prima e do meu primo pequenos. Ninguém se lembrou de mim. Ninguém se apercebeu da minha

tristeza, ao ver-me esquecido. Ninguém viu que ali estava um menino órfão, mais infeliz que as outras crianças, e que, por isso mesmo, precisava, mais que as outras, de uma esmola de alegria. Escolhidos os dois brinquedos, fechou-se a caixa, que a rapariga deixou sobre uma cadeira da sala de jantar, enquanto ia no interior da casa.

Quando ela saiu para ir à loja com a sua carga preciosa, eu a acompanhei. Não sei se eram os outros brinquedos que me atraíam ou se era o remorso, a consciência da culpa, que me arrastava. Ia como um autômato. Ia como quem marcha solto, mas sem poder fugir, para o lugar em que se levanta o patíbulo. Chegados à loja, o comerciante derramou a caixa de brinquedos sobre o balcão.

– Ficaram com dois – informou a criada, entregando os oitocentos réis.

– Dois, não; três... – declarou o dono da loja.

Recontou os brinquedos e insistiu:

– Falta um... Diga lá que falta um...

Voltamos. O coração batia-me como se me quisesse vir à boca tomar fôlego. Eu devia estar lívido, transfigurado. A rapariga deu o recado à minha tia. E todos os olhos se voltaram, de pronto, para o menino órfão.

Não me recordo, hoje, que foi o que aconteceu. Entreguei o brinquedo, um pequenino carro pintado de vermelho, que havia escondido atrás de uma porta. Apanhei, com certeza, a minha surra. Fui apontado, sem dúvida, às crianças felizes e que tinham pai, como um menino mau, e de costumes tristes. E o brinquedo foi restituído ao comerciante, com a declaração de que havia caído sobre um tapete, no momento de abrir a caixa.

Foi esse, na minha vida de criança, o único brinquedo bonito, e de loja, que possuí. Posse criminosa e precária. Alegria misturada de sofrimento, e que durou um instante. Contentamento íntimo que terminou em humilhação ostentosa. Festa de alma que se tornou agonia.

E que tem sido para mim, pelo resto da vida, a felicidade, senão um brinquedo roubado, que eu escondo, que dissimulo assustadamente no coração, e que, no entanto, descobrem, e me tomam, quando custaria tão pouco me deixarem com ele?

XXIV UM B COM A, B-A-BÁ

FOI EM 1894, já nos últimos meses, que iniciei, em Parnaíba, a minha instrução primária. Não era tarde mas, também, não era cedo. Eu ia completar oito anos no mês seguinte, quando, em setembro, surgiu em mim o desejo de aprender. Surgiu como uma paixão, transformada em entusiasmo. E de tal maneira que, estando a realizar-se por esse tempo, o novenário da Senhora da Graça, que era a mais animada festa católica da cidade, eu preferia deixar-me ficar em casa, à noite, com a minha carta de ABC, a ir ver os foguetes e os balões, e escutar a música de arraial, nos risonhos coretos enfeitados.

A ânsia de reconquistar o tempo perdido, aprendendo a ler e a escrever, irrompeu, em verdade, em mim, como uma febre ou como um incêndio. À noite, enquanto meus tios e tias se achavam na novena, ficava eu, com a minha mãe, na sala de jantar, à claridade do lampião de querosene, curvado sobre o abecedário encardido, ou a cobrir com tinta os riscos, ou as letras, que ela fazia a lápis. E quando nos recolhíamos, e ela, fatigada dos afazeres diurnos, se deitava na sua rede, ficava eu ainda acordado, estirado no chão, sobre a esteira que lhe ficava ao lado, juntando as letras, formando as sílabas, com a assistência única da lamparina fumegante. A cidade, ao longe, entrava em silêncio. A família recolhia-se. A casa adormecia, na paz e na escuridão. E eu ficava, até altas horas, de braços na esteira, os olhos presos na brochura amarrotada, procurando decifrar o enigma daqueles caracteres negros, daqueles sinaizinhos confusos e misteriosos, que viriam a ser, mais tarde, meu encanto e meu tormento.

Rousseau (Jean-Jacques) considera a sua paixão pelas letras a causa de todos os seus infortúnios. Enquanto lhe não surgiu a ideia de fixar pela escrita o seu pensamento e de pela leitura conhecer a beleza ou a miséria do pensamento alheio, a vida lhe correu tranquila, feliz e descuidada. O gosto literário levou, porém, o veneno à sua alma. Com ele, provou o fruto

do Bem e do Mal. E perdeu, com a virgindade do espírito, o Paraíso que Deus lhe destinara na terra.

Deitado na minha esteira de carnaúba, humilde tapete de pobre, à luz tremente da lamparina de querosene, minha medrosa companheira de vigília, bebi eu as primeiras gotas desse veneno. Para meu bem? Para meu mal? Não teria eu, por acaso, me tornado, não mais feliz, não menos infeliz, permanecendo na ignorância da ignorância humana, do que abrindo a janela que dá para a noite imensa dos mistérios, cuja treva indissipável me enche de tamanho terror? Por que te não apagaste aos meus olhos – ó pobre lamparina triste! – naquelas noites pressagas em que eu procurava levantar nas mãos sem bênção a falsa chave dos segredos do Destino? Por que não desceu sobre a minha inteligência nascente o véu de cinza que agora me ameaça os olhos cansados, para que me não penetrasse o espírito, com a intimidade daquelas vinte e cinco letras, a paixão por este vinho diabólico que me embriaga, e que me faz correr, cambaleante e impotente, dia e noite, na vã perseguição da Ventura e da Verdade?

Em janeiro de 1895 minha mãe nos matriculou, a minha irmã e a mim, em uma escola pública. Eu estava no fim da Carta de ABC, e lia, já, sem tropeços, na sua última folha, que “o amor de Deus é o princípio da sabedoria”. Minha irmã iniciava-se no conhecimento do alfabeto. Os nossos “livros”, tinteiros, cadernos, canetas e mais apetrechos escolares eram acondicionados em uma pequena cesta de vime, de alça, que eu conduzia. Ela se encarregava do chapéu-de-sol – o chapéu-de-sol de minha mãe, mais alto do que nós. Vestidos, ambos, decentemente. Apenas, para comprometer a indumentária, eu ia de meias e tamancos. Uma erupção de perebas devastava-me, por essa época, os pés e as pernas, impedindo-me de calçar sapatos. E o tempo, que era de inverno, contra-indicava os chinelos.

A escola ficava na mesma rua, mas distante. Dava para a Praça do Mercado. Nós podíamos, todavia, ir até lá sem mudar de rumo, e vigiados da janela da casa por minha mãe. Dirigia-a uma senhorita que era quase menina, a qual, ainda hoje, parece mais moça do que eu. Não lhe sei, ao certo, o prenome. Davam-lhe o tratamento de Sinhá Raposo. Era miúda, gentil, graciosa, de cor moreno-clara. Não me parece que se preocupasse muito com os alunos. Vivia sempre para o interior da casa, na qual residia

a família, e para onde levava minha irmã pequena, a quem dava doces e outras gulodices. Não obstante isso, a escola era frequentadíssima, principalmente por gente pobre, do bairro dos Tucuns.

Tenho, ainda, nítido, na memória, o aspecto da escola pública e humilde, primeira colmeia em que meu espírito fabricou, fora de casa, a sua primeira gota de mel. Sala grande, e baixa, de chão de tijolo, com três janelas abrindo para a Praça do Mercado. Em uma das extremidades, à esquerda, um estrado baixo, com a mesa da professora. Diante dela, paralelamente, os bancos de madeira, estreitos e altos, com a meninada de ambos os sexos, e de todas as cores de que se constituía a população. Comprimidos, os pés sem tocar o solo, a cartilha ou a tabuada nas mãos, a criançada se esgoelava, com toda a força dos pulmões, ao mesmo tempo que balançava as pernas, num mesmo ritmo:

Um b com a, b-a-bá,
Um b com e, b-e-bé,
Um b com i, b-i-bi,
Um b com o, b-o-bó,
Um b com u, b-u-bu.

E mudando a cadência, seguidos:

Bá, bé, bi, bó, bu.

Quando era tabuada, a tonalidade ainda era mais triste, e o estudo variava, de acordo com a operação:

Dois e ummm – três,
Dois e dôooois – quatro,
Dois e trêees – cinco,
Dois e quaaatro – seis,
Dois e ciiinco – sete,
Dois e seeeis – oito,
Dois e seeete – nove,
Dois e oooito – dez,
Noves fora, um.

Os mais adiantados tinham cantiga diferente, e mais alegre, embora mais complicada:

Cinco *vez* cinco – vinte e cinco,
 Nove fora, sete.
 Regra de vinte, vão dois;
 Ciiinco *vez* seis – trinta,
 Nove fora, três.
 Regra de trinta, vão três.

Enquanto se desdobrava essa cantilena, poucos eram, porém, os que olhavam a carta de ABC ou a tabuada, inutilmente suspensa das mãos: estavam, todos, com os olhos nas janelas, olhando o movimento do mercado, um cavaleiro que passava, um vendedor de lenha ou d'água que guiava o seu jumento carregado e preguiçoso, os menores incidentes, enfim, que se produziam na praça imunda, em que eram atirados os detritos da *Casa da Feira*. O livro não tinha importância; o que o aluno procurava era gritar mais alto, de modo que a *mestra*, no interior da casa, lhe distinguisse a voz e o considerasse menino estudioso. E de tal modo se disputavam todos esse título, que, a duzentos metros da escola, já se escutava o barulho ensurdecido da meninada, a algazarra confusa, e fresca, de periquitos em milhoal...

A aula começava às dez horas, e terminava às duas. Ao meio-dia, havia, no entanto, uma distração; púnhamo-nos todos de pé, e cantávamos, ou, melhor, berrávamos, o Hino ao Trabalho, de Castilho:

Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho
 Nos dá vida, saúde e vigor,
 E da orquestra da serra e do malho
 Brotam hinos, cidades e amor.

Não obstante o desejo de aprender, manifestado em casa, fui para a escola com tristeza, e, mesmo, com algum terror. Aprendendo com minha mãe, eu tinha prazer, porque essa aprendizagem era animada pelo sentimento da liberdade. A escola era uma obrigação; da obrigação nascia o constrangimento. E eu tive sempre, no que diz respeito ao espírito, a paixão da liberdade, da qual proviriam, mais tarde, a variedade, mas, também, a falta de disciplina dos meus estudos. Queria galgar a montanha; mas não aceitava, para a marcha, nem horário, nem roteiro.

Ao fim de algumas semanas comecei, porém, a mostrar interesse pela escola. E o motivo não estava nesta, mas no caminho. A Praça do

Mercado não era um logradouro, mas um monturo. Tendo sido abertas aí grandes covas, com a retirada de areia para construções, tornaram-se essas covas o depósito natural da varredura do mercado, restos de verdura ou frutas podres abandonados pelos vendedores. Com as primeiras chuvas, as sementes começaram a brotar. Um tumulto de folhas tenras, de pés de maxixe, de tomate, de abóbora, de mamão, de milho, de melancia e de feijão irrompia da terra úmida e gorda, velando a sua nudez repugnante. Neto de agricultores, a vegetação útil atraía-me. E dia não havia em que, ao ver a figura de minha mãe desaparecer na porta ou na janela, eu não mudasse ligeiramente de caminho, descendo com a minha irmã para os covões de lixo do mercado, onde arrancava, e recolhia à cesta, quanta planta doméstica me tombava sob os olhos. Chegávamos à escola com a roupa, as mãos, os sapatos, os tamancos, os livros e a cesta imundos de terra escura; mas, chegados à casa, levávamos um farto sortimento de vegetais murchos, cuja origem não confessávamos nunca, para evitar o castigo.

Um dia, porém, tia Libânia, que residia em um dos ângulos da praça, nos viu de longe, da sua janela, e nos reconheceu. Gritou, ameaçando-nos de mandar contar à minha mãe. E nós tivemos de abandonar o nosso horto prodigioso, e eu, em particular, esse nascente interesse pela agricultura.

Pouco depois mudávamos de casa, indo residir, minhas tias e nós, à Praça da Matriz, esquina da Rua Riachuelo. E como ficasse distante para irmos sozinhos, abandonamos também a escola pública da graciosa professora Sinhá.

XXV
PEDRA DO SAL

COM a presença dos meus tios maternos ainda em Parnaíba, em 1895, fomos passar alguns meses na Pedra do Sal, ponto desabrigado e rochoso do estreito litoral piauiense em que fica situado o farol desse nome, e que figura, nas cartas marítimas, sob o nome de Farol da Amarração. Sobre uma pedra, que desafia o mar, levantava-se a torre de ferro, cuja ascensão era feita por uma escada interior, em espiral. Sobre outra pedra, coberta de telha, e caiada, a casa do faroleiro, cuja cozinha era lavada, às vezes, pelas ondas mais fortes. Em frente ao farol, o oceano largo e várias, raramente riscado por um navio costeiro, que se arrastava pela superfície verde como uma lagarta escura e insignificante sobre uma folha de bananeira. À direita e à esquerda as linhas de rochedos altos, que orlavam a praia arenosa. E, para trás de tudo isso, as dunas alvas, ligeiramente vestidas de cajueiros, e em cujas depressões se agasalhavam pequenas casas de palha, humildes habitações de pescadores.

Chegamos aí ao anoitecer, a cavalo. Horas depois chegavam os cargueiros com a bagagem. Muitas famílias de Parnaíba tinham ido veraneiar ali naquele ano, de modo que nos foi impossível conseguir uma casa menos desconfortável. A que meus tios haviam alugado devia ser coberta, ainda, de palmas de carnaúba, no dia seguinte: de modo que tivemos de nos contentar, por aquela noite, com uma esburacada em torno, a poucos metros do mar. Para podermos dormir, tivemos de amarrar lençóis nos grandes rombos abertos na palha, pelos quais entrava, assobiando como garotos e cortando como navalhas, o vento salitroso e inclemente. O barulho do oceano, rugindo ao largo e estourando nas pedras, era, mesmo, tão profundo e alto, que se tornava necessário gritar para ser ouvido, a dois metros de distância.

Lembro-me, entretanto, que, nessa mesma noite, minha mãe nos tomou pela mão, a minha irmã e a mim, e saiu a passear pela praia. O oce-

ano rolava e guinava, na sombra, atirando-nos ao rosto seu hálito úmido de gigante bêbado. E o vento gritava, gemia, repuxava-nos para trás as roupas e os cabelos, como se nos quisesse arrastar para longe. Minha mãe caminhava e cantava. Ela que sempre cantara baixinho, levantava, agora, a voz acima das vozes do mar e do vento. Canto de dor e de saudade. Grito de gaiivota viúva pedindo ao oceano mergulhado na noite que lhe restitua o companheiro sepultado nas ondas. Lamento de mulher moça e solitária no mundo; gemido de mãe aflita, de andorinha do mar que se vê sozinha, e fraca, e desamparada, numa anfractuosidade de rochedo, cobrindo com as asas frágeis duas avezitas implumes. Vencendo o vento e o mar, a sua voz me chega ao ouvido, em dois versos que nele ficaram em toda a pureza de sua toada nostálgica e dolorida:

Com o sangue das minhas veias
Sete cartas te escrevi...

No dia seguinte, mudávamos para a casa que nos estava destinada. Era um albergue novo, de chão de barro batido, coberto e cercado de palha de carnaúba. Ficava longe do farol, mas dispunha, embora a alguma distância, de praia melhor para banho. Nessa praia, inteiramente aberta, existiam cavaletes mais altos do que um homem, os quais eram sumariamente cobertos de palha e serviam de barraca em que as senhoras mudavam a roupa. O vento era, porém, aí, tão rijo e permanente, que virava e revirava essas pequenas construções, fazendo-se mister ir buscá-las cada dia a grande distância, não obstante o seu volume e o seu peso. E esse vento, que arrastava barracas e assobiava e corria à noite como um louco em liberdade, era o mesmo que me aplicava nas pernas violentas surras de areia, fazendo-me invejar as mulheres de saia longa e os homens de calças compridas.

Situada na última trincheira de dunas, mais perto da várzea que se estendia para o interior do que do mar, a nossa casa possuía nos fundos, a três dezenas de metros, uma pequena lagoa em que viviam alguns peixes miúdos, característicos da água doce e parada. Armado de um caniço que trazia na ponta da linha de costura um anzol improvisado com um alfinete torcido, eu ia, todos os dias, a essa pescaria, voltando com alguns peixes achatados e negros a que davam, ali, a denominação de *cará*. Certo dia,

porém, minha mãe me recomendou que não fosse à lagoa. Era Sexta-Feira Santa, dia consagrado ao jejum e à oração. Dia nublado, escuro, triste, como se o céu inteiro se tivesse coberto de um véu polvilhado de cinza. Uma das minhas virtudes era, no entanto, a desobediência. Ao ver que a família se achava entregue aos cuidados caseiros, tomei o caniço e corri para a lagoa. Alguns peixes beliscaram, mas não vieram. Os peixes sabem, parece, quando os meninos estão pescando sem a permissão dos pais, e não lhes dão o prazer de engolir a isca. Eu insisti, todavia. Se Deus não quisesse que o homem apanhasse o peixe não teria consentido que ele inventasse o anzol. Em determinado momento, porém, senti que vinha alguma coisa volumosa e pesada. Puxei a linha, aos poucos, desconfiado, e com cautela. De repente, emerge a presa. Olho e esfrio. Vinha no anzol uma botina velha!

É desnecessário dizer que abandonei botina, anzol, caniço, e até o meu chapéu de carnaúba, à margem da lagoa, e que desandei na carreira, apavorado, rumo de casa. Chamei minha mãe à parte, e contei-lhe o ocorrido, os olhos fora das órbitas. E ela:

– Eu não te disse? É castigo... E enchendo-me de terror:

– Quem pesca em lagoa Sexta-Feira Santa, o anzol só apanha sapato de defunto...

Situada perto da várzea, nossa casa era uma das primeiras do arraial, à entrada deste, e o caminho natural de quem vinha de Parnaíba. As pessoas que procediam da cidade, e que eram portadores de encomendas — café, açúcar, cereais ou carne, pois que aí não havia nenhuma casa de comércio —, chegavam à Pedra do Sal já noite fechada. Mas a aproximação desses emissários, que haviam partido pela madrugada a vender o produto da sua pescaria, era anunciada de longe pelos téu-téus, o indiscreto quero-quero das coxilhas do Sul, o qual é, no norte, o guarda infatigável das várzeas adormecidas. Ao perceberem, com os seus olhos que varam a sombra, vulto de cavaleiro ou de peão, essas aves erguem em bando o seu voo, em gritaria assustada. E com uma precisão tal que, pelo grito delas, se sabia, em casa, em que várzea e a que distância vinha o viajante.

A maior curiosidade do lugarejo marítimo eram, entretanto, os seus rochedos. Havia pedras enormes, de feitios bizarros, de dez e mais metros de altura. Algumas constituíam, mesmo, a reprodução da fisionomia humana.

E eu ainda me lembro de uma, grande e alta como uma casa, que possuía dois olhos, e nariz, e a boca imensa, rota em uma das extremidades. A onda vinha de longe, e atirava-se à cara do monstro. Ele bebia-a; engolia-a; mas vomitava-a de novo com asco e com estrondo, repelindo o resto pelo rasgão de pedra, que a água cavara durante séculos.

Na Pedra do Sal, vivi cerca de três meses, dos meus nove anos, sem saber, sequer, se existia, com as suas largas folhas, o livro do Destino. Olhava o oceano durante o dia, e escutava, à noite, gritar assustadoramente os téu-téus da várzea. E encontrei, também, ali, a síntese da minha atividade no mundo.

Que tenho eu feito, em verdade, na vida, senão pescar sapato de defunto!

XXVI DUAS IMPRESSÕES

ANTES de irmos para a nossa casinha dos Campos, construída com os quatro ou cinco contos de réis que restavam da herança de meu pai, e que foi levantada em um terreno junto àquela em que morávamos primeiramente, estivemos residindo por alguns meses à Praça da Matriz, em frente à Intendência Municipal. Devia ser, mais ou menos, em meados de 1895. Eu tinha nove anos e, como não houvesse por perto uma escola primária, continuei aprendendo a ler e a escrever exclusivamente com minha mãe. Com ela iniciei o primeiro e o segundo livro de Hilário Ribeiro. E iniciava o terceiro quando fui posto, de novo, em outra escola de mulher. Este capítulo é consagrado, porém, e apenas, às minhas impressões da vida, e não dos livros, nesse período da minha meninice.

Durante a nossa permanência nessa casa, para a qual meus tios maternos ainda contribuía com pequenas mesadas remetidas do Pará, recebi duas surpresas de que não mais perdi a lembrança. Uma, agradável e doce. Outra, macabra e horripilante.

A primeira, foi a visão da serra da Ibiapaba, nos limites do Ceará com o Piauí. Próximo à nossa casa ficava a igreja da Graça, matriz de Parnaíba, cujo sino fornecia à cidade a hora mais ou menos certa, dando as badaladas do meio-dia, das seis da tarde e das oito da noite. Para os dois primeiros sinais, o sacristão, o velho Macário, subia ao alto da torre, e manejava lá os sinos miúdos, misturando-lhes os sons numa combinação modesta e harmoniosa, ou, aos sábados, em uma grazinada festiva de meninos vadios. Para o último, porém, que exigia apenas oito badaladas monótonas e espaçadas, deixava ele pendurada a corda no interior da torre, de modo a não precisar subi-la na escuridão, entre corujas e morcegos pressagos.

Uma tarde, ao anoitecer, brincava eu, na praça esburacada, apanhando filhotes de sapos nas poças d'água das últimas chuvas, quando vi o

velho Macário, que ia subir à torre para anunciar as ave-marias. Aproximei-me, e ele, compreendendo o meu desejo, convidou-me para ir lá em cima. Subimos. Escadas primitivas e toscas, apresentando um perigo em cada degrau. Imundície de aves noturnas que se hospedam na casa de Deus, como as superstições se instalam na alma dos homens. E chegamos ao alto.

Parnaíba fica em uma planície, como, aliás, todo o Piauí. De modo que, de uma torre que terá, no máximo, quarenta metros, os olhos se deram pelo horizonte, através dezenas de léguas. De repente, porém, os meus descobriram alguma coisa que os detinha. Era uma fita azul, baixa, extensa, e igual, que não se distinguia sem esforço.

– Está vendo... lá... acolá... aquela fita azul? – disse-me o velho, o dedo estendido na direção em que havia alguma coisa, mas que os seus olhos de sexagenário não distinguiam mais.

– Estou... que é?

– É a Serra Grande...

Não me lembro haver, jamais, na vida, soltado uma exclamação, um grito de surpresa, de espanto, de admiração, de entusiasmo. Se o emiti, foi nessa tarde, diante dessa informação. Porque a Serra Grande era, para mim, alguma coisa como o Paraíso terrestre. Era a terra em que não fazia calor. Era a região em que as pessoas possuíam a pele rosada e fresca. Era o lugar de onde vinham as laranjas doces e douradas que se vendiam às vezes em Parnaíba. Era, em suma, o clima prodigioso, que sarava os enfermos com o seu beijo e embelezava as mulheres com o seu perfume. Ver a Serra Grande era, assim, entrever o Éden. E foi como uma das modalidades do Éden que ela ficou na minha imaginação.

A outra impressão, recebi-a na Intendência, que era o estabelecimento público em que se praticavam todos os atos oficiais. Se havia eleição, a apuração era feita na Intendência. Casamentos civis, na Intendência. Julgamentos, na Intendência. Comemorações patrióticas, na Intendência. Cachorro sem dono, porco apreendido na rua, jumento ou vaca pastando no Largo da Matriz, tudo isso era levado para a Intendência. E foi para a Intendência que conduziram o corpo de um homem que havia morrido afogado no rio.

Vendo muita gente agrupada à porta da casa do Governo Municipal, atravessei a rua, e entrei. Na sala das sessões do Conselho, no chão, sobre uma tábua, havia um homem branco, vestindo calça e camisa de riscado. Os olhos, o nariz, e uma parte do rosto, do lado esquerdo, já haviam, porém, sido devorados pelos peixes. O aspecto que apresentava era horrendo. Horrendo e repugnante.

Enquanto me detive a olhar, não senti náuseas. A curiosidade podia mais do que o horror que me inspirava aquele espetáculo. Ao chegar, no entanto, em casa, para o almoço, veio-me à ideia o que tinha visto. Levantei-me da mesa, com o estômago revoltado. A carne assada, sangrenta, lembrava-me a cara do afogado. O peixe trazia-me ao pensamento aqueles que lhe haviam comido os olhos. Ao aproximar-me da mesa, assaltava-me o tormento que afligia Teodorico Magno após a decapitação de Símaco: eu via no prato, sempre, a cabeça de um homem. Emagreci; perdi o apetite. E foi a primeira vez que isso me aconteceu. Nesse ínterim, duas vezes derubada pela chuva, ficou concluída a nossa casa. E nós corremos para ela, pressurosos, como frágeis canoas batidas pela tempestade do largo e que, de repente, descobrem na costa um porto pequeno, mas abrigado, que lhes oferece refúgio, e, com ele, o sossego, para um ligeiro reparo das velas.

XXVII
NOSSA CASINHA

EM *Une vie*, de Maupassant, Jeanne, condessa de Lamare, perdidos o pai, a mãe e o esposo, e abandonada pelo filho, entrega-se a um bizarro exercício de memória. Toma os calendários, as folhinhas relativas aos últimos vinte anos da sua vida, e põe-se a restaurar dia a dia todos os acontecimentos daquele período feliz ou tormentoso. E consegue, dessa maneira, povoar de fatos, e de figuras, todas as horas que, antes dessa ressurreição pela saudade, lhe pareciam tristes e vazias.

No esforço, que agora faço, para realização do mesmo milagre, não deixa de ser curioso que eu, que me recorro de tanto fato insignificante, de tanto episódio miúdo, não tenha lembrança, embora a mais leve, do dia em que nos mudamos para a casa que minha mãe mandou construir em Parnaíba, à Rua do Pará, ao lado daquela em que nos instalamos em 1894. Ao reconstituir esse período e esses acontecimentos, já me vejo residindo aí. Duas ou três ocorrências ligeiras, dois ou três quadros no meio de outros que se apagaram, eis o que me resta. À memória faltam recordações para encher a moldura dos dias.

A casa obedece, mais ou menos, à disposição da que lhe fica ao lado, e em que havíamos residido. Três altas janelas de frente, e, à esquerda de quem a examina da rua, uma grande porta, por onde se entra para um alpendre largo e todo fechado de rótulas. Para esse alpendre, dá a porta da sala de visitas, a que correspondem as três janelas da rua. Atrás da sala, e comunicando-se com ela por duas portas, um grande quarto destinado às minhas tias e à minha irmã mais velha. Esse quarto possui, ainda, uma porta lateral para o alpendre de que se faz a sala de jantar, e outra, mais, para o quarto de minha mãe, que se comunica, por sua vez, com a sala de jantar. Na “puxada”, um quarto grande, que é a despensa, dando para um corredor aberto. Em seguida, a cozinha, com fogão e forno de barro, para lenha. Atrás da casa, o banheiro, e um quarto pequeno, que eu transfor-

mei em pombal, mas foi reduzido, depois que os gatos e as mucuras me comeram os pombos, em... *restaurant* de Ezequiel. Próximo ao banheiro, um poço de tijolo, de uma dezena de metros de profundidade. Ao lado da casa, à esquerda de quem entra, um largo pedaço de quintal arenoso, em que fizemos o jardim. E em seguimento, para os fundos, o quintal de sessenta ou setenta metros, todo cercado de troncos de carnaúba rachada ao meio.

À chegada do primeiro inverno cuidou minha mãe de encher de plantas o seu pequeno retiro. Comprando uma dúzia de cocos com casca, foram estes cortados no lado superior para facilitar a germinação. Abertas as covas, fundas de mais de meio metro, punha-se dentro de cada uma um coco e, sobre este, um punhado de sal.

– Para que serve o sal, em cima do coco? – indago.

– É por causa dos besouros – explica-me o caboclo que nos ajuda na plantação. – O sal afugenta o besouro, quando ele entra na terra para roer o coco.

Não obstante essas precauções, apenas cinco ou seis coqueiros nasceram. Mas outros cocos foram plantados, e vingaram. E vingaram as laranjeiras, os limoeiros, as ateiras, os mamoeiros. Um muricizeiro estendeu os galhos junto ao alpendre, em frente ao corredor da despensa, dando agasalho às galinhas. Um jasmineiro miúdo derramou-se no jardim, estrelando a areia. Um casa-cedo rebentou em cálices amarelos. Um resedá modesto perfuma a brisa. E as roseiras lutaram para viver. Eu próprio puxava a água do poço profundo, em um balde de zinco, auxiliado por um carretel estridente. E minha mãe, e minhas irmãs, na alegria humilde de possuírem o seu teto, davam de beber às plantas amigas. Nessa casinha, com intervalo apenas de alguns meses, passei a minha meninice, dos nove aos treze anos, e, mais tarde, a adolescência, dos quinze aos dezesseis. Do seu quintal subiram os meus papagaios de papel. Entre as suas moitas rasteiras armei as minhas arapucas cheirando a mato verde. Nas suas cercas irregulares pendurei os meus alçapões traiçoeiros. Aí escrevi o meu primeiro conto e me nasceu a primeira ambição literária. Testemunha quieta dos meus desastres iniciais, das lágrimas da minha mãe e do milagre da nossa pobreza corajosa, foi à sua sombra que decorreram as nossas noites de vigília e os nossos dias de esperança.

Nessa casa humilde e clara teve o navio da minha alma o seu estaleiro... Desse porto abrigado partiu três vezes o meu barco atrevido e frágil para afrontar as iras do oceano trovejante. Da primeira, voltei desiludido, apavorado com a tormenta que rugia lá fora. Da segunda, regressei, as velas rotas, o leme partido, para reparar os estragos da tempestade, mas com o pensamento de fazer-me ao largo, outra vez. Da terceira, enfim, apanhado pelos ventos oceânicos e pelo capricho das correntes marítimas, fui arrastado para tão longe que, decerto, nunca mais voltarei...

E para quê? Para que voltar se se não balançam mais na mesma enseada os barcos amigos que dançavam ao sol nas mesmas águas? Voltar para quê, se minha irmã já não existe, se não existem o tio e uma das tias que moravam conosco, se o coração de minha mãe esmorece coberto de luto, se tudo, em suma, seria, aí, para mim, fonte de saudades, ninho de tristezas, e amargo motivo para evocações dolorosas?

Envelhece, pois, sem que me vejas mais, casa que eu vi nascer, em cujas paredes eu próprio marcava, com um traço de carvão na argila clara, os progressos do meu crescimento. Um dia ruirás, e serás poeira. Um dia eu morrerei, e minha carne se transformará em pó. E as minhas cinzas se reunirão às tuas, e dormirão juntas, consoladas, no seio materno e silencioso da terra...

XXVIII MESTRA MAROCAS

AFASTADO da escola pública de Sinhá Raposo antes de terminar a Carta de ABC, não fui imediatamente para outra. Mas estudava em casa. Durante o dia, preparava a minha lição, indo, em geral, sempre além do ponto que me era marcado. À tarde, minha mãe submetia-me à prova de leituras e, à noite, à de caligrafia. Apenas, como meu avô ensinara minha mãe a escrever apoiando a mão sobre o dedo mínimo, entendia ela que a escrita não sairia certo sem essa particularidade. O modo de pegar na pena parecia mais importante do que a ortografia. O meu dedo mínimo era, porém, rebelde. Encolhia-se com os outros, fechando a mão. E isso fez com que minha mãe e mestra mo amarrasse com um barbante, puxando-o para fora toda a vez que eu o recolhia. Essa exigência não era, talvez, ociosa. Apoiando a mão sobre o último dedo, assegura-se a firmeza da letra na velhice. Minha mãe, aos 71 anos, ainda escreve sem que a caligrafia denuncie o menor estremecimento da mão. O que nos antigos parece, hoje, exagerado e ridículo, era, como nesse caso, fruto de uma paciente e dilatada experiência.

Com a minha mãe aprendi, assim, o primeiro e o segundo livro de leitura, que eram, se bem me lembro, da autoria de Felisberto de Carvalho. E estava, já, pelo meio do terceiro livro, de Hilário Ribeiro, quando fui matriculado, dessa vez sem a minha irmã, em uma escola particular que se tornara, então, no seu gênero, uma das mais recomendáveis da cidade. Antes, porém, de lhe passar o batente quero me referir, aqui, à influência que exerce sobre o gosto do aluno, e sobre o desenvolvimento da sua inteligência, o aspecto material de um livro de instrução. Eu tenho, por exemplo, a mais risonha recordação dos livros de Felisberto. Eram amplos e claros. As letras, as sílabas, as palavras, não se aglomeram neles, como nos outros autores. E possuía figuras coloridas, que emprestavam a cada

página a feição de um dever e de um brinquedo. Encantando os olhos, disciplinam o espírito.

À passagem do convívio de Felisberto de Carvalho para o de Hilário Ribeiro foi feita, assim, com algum constrangimento. A matéria do terceiro livro de leitura aparecia mais interessante e sugestiva. Já não era o exercício ingênuo e infantil: era já a narração instrutiva, a informação proveitosa. Não era mais a frase vaga e abstrata: era a ciência, era a vida. Em lugar da estampa colorida e atraente, o que havia, agora, era o desenho escuro e uniforme; a figura pequena em um recanto da página estreita; e a sensação consequente de que passava da companhia de um grupo de meninos para uma palestra austera na intimidade de um velho.

Rememorando essa fase dos meus estudos primários, tenho ainda na lembrança o modo por que preparava as minhas lições. Havia, na sala de jantar da casa à praça da Matriz, uma pequena janela que dava para o quintal. Instalava-me aí sentado no peitoril, as costas apoiadas em um dos lados do caixilho, os pés no outro, olhando ora o interior da casa, ora as plantas e o pedaço de céu lá fora. Tenho-me, ainda, neste momento, diante dos olhos da alma, nesse mesmo lugar, e nessa mesma posição, no dia em que estudava uma passagem do terceiro livro de Hilário Ribeiro sobre a navegação marítima, na qual se compara o navio a “uma frágil casca de noz”. Em meio à página, à esquerda, tomando meia coluna, uma embarcação, com todas as velas abertas, remonta, soberba, o turbilhão das ondas montanhosas. Apenas, eu, por esse tempo, tendo visto muitos navios, jamais tinha visto uma casca de noz...

A escola em que minha mãe me ia matricular, era, ainda desta vez, dirigida por mulher e destinada a meninas, mas admitia, também, embora em número reduzido, alunos do outro sexo. Ficava à Rua Duque de Caxias, em uma casa pequena, de calçada alta, com uma porta e duas janelas de frente. A sala, que abria diretamente para a rua por essa porta e por essas duas janelas, era consagrada à escola. Em frente à porta, encostada à parede, em uma fila única, as doze ou quatorze cadeiras dos meninos. Do lado oposto, em filas sucessivas, as meninas. Entre uns e outros, de frente para a rua, a mesa de Dona Marocas Lima, nossa mestra.

Dona Marocas Lima, ou melhor, Mestra Marocas, era uma senhora de pequena estatura, morena, magra, de cabelos lisos e negros, e de uma

palidez terrosa e doentia. Tinha uma tosse miúda e seca, e diziam-na doente do peito há mais de vinte anos. Casada com um homenzarrão claro e alegre, não se metia muito, parece, com os negócios dele, nem ele lhe admirava, como devia, o espírito e a atividade. Não haviam tido filhos, e viviam divorciados de alma e de coração, residindo, ambos, sob o mesmo teto – ele, votado à política e às aventuras, ela, consagrando-se maternalmente aos filhos alheios, preparando as novas gerações para os caprichos misteriosos do destino. Era frágil, doce, triste e silenciosa. Mas exercia com a sua tristeza e com o seu silêncio uma inquebrantável autoridade.

Ao evocar, neste momento, a sua figura discreta e melancólica, em cuja face dolorida se refletia um drama interior, acodem-me algumas reflexões oportunas, que podem ser ajustadas à história e à vida de quase todos os professores particulares, das educadoras sem títulos ou recompensas oficiais, “Cornélias mães de cem Gracos” que formam para o serviço da Pátria, dando-se em holocausto quotidiano, centenas de cidadãos.

Quem, é, na verdade, entre os homens de hoje, que não traz no santuário da memória uma dessas figuras beatificadas pelo trabalho e santificadas pela paciência? Protegida pelo Estado, que lhe remunera a atividade, a professora pública tem as suas férias, tem a sua substituta nas faltas, e, no outono da vida, a recompensa na aposentadoria. A professora particular não tem uma só dessas vantagens. Votada à profissão pela vocação ou pela necessidade, a retribuição depende, toda, do aproveitamento dos alunos e da confiança dos pais. Severa e maternal, é ela, em muitos casos, a formadora dos caracteres, desfigurados no domicílio. É ela, não raro, a verdadeira mãe dos seus discípulos e a sua mais afetuosa conselheira. E é de imaginar o que padecem esses corações afeiçoados, tendo de perder, pelo afastamento, cada ano, uma dezena desses filhos adotivos, que lá se vão rumo dos ginásios ou, quando pobres, para a luta surda, e sem glória, pela conquista do pão!

Os moços, em geral, são como os pássaros. Emplumada, a ave abandona o ninho que a aqueceu e o bico que a alimentou. E nunca mais, no espaço imenso, reconhece a ave que, quando implume, a agasalhou e protegeu. A professora primária, que nos faz digerir a primeira semente do alfabeto ou nos ministra os ensinamentos rudimentares da ciência, é essa ave generosa e magnânima, reveladora da imensidade e do mundo.

É, finalmente, a Mãe-Preta do espírito que nos dá o leite da primeira instrução.

Dona Marocas Lima era um desses piedosos soldados do ensino primário, angélicos mas inflexíveis combatentes na cruzada contra a Ignorância. É comovido que lhe evoco a imagem de marfim antigo, o seu vulto seráfico de oratório, e lhe traço aqui, ainda em sua vida, e já quase na minha morte, esta singela grinalda de saudades.

XXIX
ANTIGAMENTE A ESCOLA
ERA RISONHA E FRANCA...

VESTINDO uma calça de riscadinho, que não chegava ao joelho, e uma blusa pobre da mesma fazenda, eu fui levado por minha mãe à escola de Dona Marocas Lima, que, de pronto, me designou uma cadeira, entre os meninos.

Eu podia ter uns nove anos, quase dez, e devia ser um caboclo feio, de cabelo duro e sem trato, testa desconfiada e grande boca, de dentes saudios e excelentemente plantados. Tinha a estatura das crianças brasileiras da minha idade, e a ossatura sólida de quem foi criado ao ar livre e traz, ainda, no sangue quente, o instinto da liberdade ativa e da timidez orgulhosa. Particularizava-me, sobretudo, o tamanho da cabeça, que era acima do comum. Era, finalmente, um menino robusto, feio, e nada preparado para atrair simpatias imediatas.

Vem a propósito, aqui, a narração de um episódio, ocorrido mais ou menos um ano antes. Havia em Parnaíba uma poetisa de nome Francisca Montenegro, que produzia odes patrióticas e sonetos amorosos para os jornaizinhos locais. Morava à Rua Grande, quase nos Campos, em uma velha casa de esquina, de calçada alta e irregular. Certo dia, uma das minhas tias me entregou um bilhete, ou uma carta, para levar a uma das suas amigas, Joaquina Torres, àquela rua. No lugar do destino, apontaram-me a casa da poetisa, onde a destinatária se encontrava no momento, sentada à porta, em palestra com a musa parnaibana. Encaminhei-me para lá e, à minha aproximação, ouvi, perfeitamente, a escritora dizer à visitante:

– Mas que menino feio!... Olha!

– Ahn! É filho da minha madrinha Anica... – informou Joaquina Torres.

A poetisa percebeu que, rendendo um preito à verdade, havia infringido as leis da polidez. E tentou emendar:

– Que cabeça tem ele! Deve ser muito inteligente...

Foi com essa figura que eu cheguei, naquela manhã, às dez horas, à escola de Dona Marocas. Minha mãe entregou-me, fez as recomendações costumeiras, acentuando o seu desejo de que a professora fizesse de mim um homem, e partiu. E não estaria ela muito longe quando Dona Marocas me chamou:

– Venha cá... Traga o seu livro...

Tomei o meu *Terceiro livro*, de Hilário Ribeiro, e profilei-me junto à mesa, ao lado da professora. Dona Marocas examinou o volume cartonado, abriu-o na primeira lição, que era a história de um polichinelo, e ordenou:

– Leia aqui...

Eu tomei o livro nas mãos e, supondo que ia realizar o mais belo feito do mundo, fechei o volume, e, com os olhos no teto, desandei, de memória, a toda a velocidade:

– Era o polichinelo... tá... tá... tá... tá...

– Não, senhor... Não, senhor... Espere! – interrompeu Dona Marocas. – Não é decorado, não. Eu quero é que leia!

Essas palavras foram acompanhadas, todavia, por uma risada geral da escola, especialmente das quarenta ou cinquenta meninas, que orquestraram, assim, o meu desastre inicial.

– Psiu... – ordenou a professora, autoritária, mas um pouco sorridente.

As risadas cessaram, pouco a pouco. Apenas, aqui e ali, se escutava, ao cabo de alguns instantes, um risinho abafado e tardio. Eu fiz, entretanto, a leitura, vermelho, as orelhas afogueadas. A mestra deu-se por satisfeita. Marcou-me outra lição mais adiante. E eu voltei para o meu lugar.

Estava escrito, porém, que esse dia seria, para mim, de desastres e humilhações íntimas. Duas horas depois, em plena aula, apareceu na parede, por trás das cadeiras dos meninos, uma pequena osga branca e mole, que andava a fazer a sua provisão de moscas. Em uma escola disciplinada, especialmente quando nela há mulheres, o mais insignificante acontecimento é motivo para algazarra e alvoroço. Foi o que aconteceu dessa vez. Ao dar com os olhos no réptil inofensivo, a primeira menina soltou um gritinho, atirando longe o novelo de lã do seu crochê. Outras fizeram o

mesmo, pondo-se de pé. Os meninos pularam para o meio da sala, ou treparam nas cadeiras, procurando alcançar o animalejo para matá-lo.

– Mata! mata! – gritavam as meninas, sem atender à palavra de ordem da professora.

Em Miritiba, não sei por que, dava-se à osga o nome de *briba*. Era esse o nome que minha mãe lhe dava, e pelo qual eu a designava, por minha vez. Ao ver, pois, o réptil, eu também exclamei:

– É uma briba!

– Briba... briba!... Ele diz briba! – repetiram meninas e meninos, numa hilaridade geral. – Engraçado! Ele quer dizer *víbora* e chama *briba*!

Nós costumamos utilizar o vocábulo “encabulado” para designar o indivíduo que tem e manifesta o pavor ridículo. Eu senti, instintivamente, que havia sido tomado, de súbito, por toda a escola, e como consequência da minha antipatia física, para objeto de chacota e de mofa. Ou eu aceitava essa condição humilhante, ou não voltaria mais à escola; ou, então, procuraria impor-me pelo estudo, dissipando a má impressão causada pela pessoa. Foi esse o alvitre que tomei.

Os sábados eram, na escola, dias chamados de “argumento”. De pé, em semicírculo, os alunos da mesma classe, a mestra sentava-se na sua cadeira, de frente para eles. E começava a inquirição, ou “argumento”, da tabuada:

– Oito vezes quatro?

O aluno tinha que responder prontamente, sem refletir nem pestanejar:

– Trinta e dois.

– Noves fora?

– Cinco; porque três e dois são cinco.

Aproveitando essa resposta, e o algarismo final, a professora saltava a inquirir um aluno da outra extremidade:

– Vezes cinco?

– Adiante... adiante... adiante... – dizia, mudando de alvo, à medida que o aluno titubeava.

– Vinte e cinco.

– Noves fora?

– Sete!

– Bolo! – ordenava Dona Marocas.

O aluno vitorioso tomava a palmatória, que se achava sobre a mesa, e corria a roda, castigando com um bolo, ora forte, ora mais suave, conforme a simpatia que os ligava ou a antipatia mútua, os companheiros que não haviam respondido, ou tinham respondido errado.

Resolvido a compensar pelo esforço a injustiça da Natureza, eu me tornei, em breve, um elemento respeitável na tabuada. E era com verdadeira delícia que, aos sábados, no “argumento”, segurava com a minha mão curta e grossa de plebeu os dedos finos de mocinhas de quatorze ou quinze anos, a fim de lhes aplicar na palma um bolo estalado e seguro – dos que nós chamávamos “de pé atrás” – que às vezes as fazia chorar. E isso as tornava cada vez mais prevenidas contra mim e as levava a festejar com grande alegria, e não raro com algazarra, cada desastre que me ocorria.

Dois destes, sobretudo, foram alegremente celebrados. O primeiro consistiu em virar o tinteiro sobre mim durante a escrita, sujando-me parte da roupa. Como eu não pudesse ir para casa naquele estado, Dona Marocas mandou que eu me trancasse em um quarto próximo à sala das aulas, e tirasse a calça, para mandar lavar às pressas, e passar a ferro, pela preta Alexandrina, sua criada e cozinheira. Essa resolução foi motivo para uma grande gargalhada geral das meninas, minhas adversárias implacáveis. Mas a minha vingança foi maior. O quarto em que fiquei encerrado, trajando exclusivamente os meus sapatões e a minha blusa riscadinha, era aquele, justamente, em que as meninas se desafogavam de certas necessidades. Empinavam-se, no meio dele, dois ou três vasos noturnos, soberbos e discretos. E foi em um deles que eu fiquei sentado cerca de duas horas à espera da minha calça, ao mesmo tempo que, fora, as minhas inimigas iam e vinham, aflitas, procurando lugar em que liquidassem as suas contas com a natureza. Convém acentuar, aqui, que essa minha prisão em quartel feminino me foi designada porque os meninos não tinham honras de cachorro de luxo: quando queriam aliviar-se de algum “remorso físico”, tomavam uma bola de vidro colorido que se achava sobre a mesa da professora, e iam ao mato, dois quarteirões adiante, por trás dos quintais da Rua do Igarapé.

A outra vitória foi, já, muitos meses depois. Era na aula de Ditado. Sentados em torno à mesa da professora, os alunos, homens e mulheres

da minha turma, iam escrevendo o que Dona Marocas lia, pausadamente, da cabeceira. Era uma passagem da *História bíblica*, de Dom Antônio de Macedo Costa. Terminada a prova, cada um assinou a folha que havia escrito, entregou-a à mestra, e foi sentar-se na sua cadeira. De repente, Dona Marocas, que principiara a corrigir as provas, indaga alto:

– Senhor Humberto, que é sirigoga?

– Não sei, não senhora. Eu escrevi o que “minha mestra” ditou.

– Eu? Eu falei em sirigoga? Eu disse si-na-go-ga, senhor Humberto... Sinagoga!

A gargalhada foi geral. As meninas riam. Riam os rapazes. A palavra sirigoga passou de cadeira a cadeira. Eu fiquei vermelho, congestionado, e com a cara de quem ia cometer um crime. Previ o lançamento de um apelido. Mas os meus companheiros não insistiram. Eu tinha, garantindo-me contra os apelidos e contra qualquer tentativa de ridículo, boa memória para a tabuada, e mão pesada, para o bolo.

A escola de Dona Marocas Lima utilizava, ainda, como a totalidade dos estabelecimentos de ensino primário do seu tempo, castigos físicos severos e humilhantes. O mais vulgar consistia em passar a tarde de joelhos. Mas havia uma coleção de capacetes de papelão com os dísticos “vadio”, “burro”, “malcriado”, e outros, que eram colocados à cabeça do aluno, pondo-o, em seguida, de pé, com o livro aberto, à porta da rua. Os transeuntes olhavam e sorriam. O aluno, porém, fazia-lhes uma careta, e ficava por isso. Não tenho ideia de ter ficado, jamais, de castigo, exibindo qualquer desses capacetes. Mas é possível que se trate, apenas, de uma modéstia da minha memória...

XXX CONDISCÍPULOS: OS CLARKS

AO REFLETIR sobre o destino que tiveram os discípulos masculinos de Dona Marocas Lima, a impressão que se tem é que um risonho bando de fadas gentis, coroadas de rosas, bailava à porta sem número da sua escola modesta, distribuindo salvo-conduto para situações mais ou menos invejáveis na terra, ou que Deus concedera à sua mão morena e magra o dom de ministrar, em um mesmo gesto, o ensino e a prosperidade na vida pública.

Ocasião há, na verdade, em que a sorte, boa ou má, é concedida por grosso, atingindo, de uma só vez, um grupo de crianças casualmente reunidas. Como explicar, na realidade, que de um colégio em que estudavam setenta ou oitenta meninos, nenhum deles conquistasse posição de relevo em qualquer dos setores da atividade humana, e que, em uma escola humilde, regida por uma senhora obscura, tímida e enferma, em que eles eram apenas uma dúzia, a maior parte viesse a conseguir altos postos na ciência, nas letras, na política e na administração?

A turma de dez ou doze meninos a que eu pertenci na escola mista de Dona Marocas, em que, para uma dúzia de homens, havia cinco de mulheres, foi generosamente aquinhoadada pelo Destino. Basta assinalar que saíram dela: um governador de Estado, José de Deus Pires Leal, que a revolução de 1930 encontrou administrando o Piauí; um diplomata, Frederico Clark, ministro do Brasil em diversos países sul-americanos, atualmente em Havana; um homem de ciência, Oscar Clark, médico ilustre, docente da Faculdade de Medicina e chefe da fundação clínica municipal que tem o seu nome, na capital da República; três funcionários de Fazenda: Francisco Castelo Branco Nunes, inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, e José Mário de Almeida, hoje falecido; Manuel Osório Sá Antunes, secretário-geral do Estado do Amazonas; e para aumentar o número sem modificar a

substância, um homem de letras, membro da Academia Brasileira e antigo deputado, que é o autor destas memórias.

Frederico Clark, ou Fred, como era geralmente tratado e conhecido, era da minha idade, ou um ano mais velho que eu. Nada havia, porém, mais dessemelhante, fisicamente, de que nós: eu era baixo, grosso, moreno; e ele alto, alourado e claro. A sua figura de filho de inglês caneludo e longo, metido em uma calça curta acima do joelho, e em uma blusa à marinheira que lhe deixava o pescoço descoberto, fazia-me lembrar, mesmo, uns frangos americanos que tínhamos em Miritiba, grandes como galos comuns, mas com a metade do corpo ainda desprovida de penas. Era bom estudante e bom menino. Tímido e metódico, justificaria com isso as atenções que lhe eram dispensadas, se não fosse, também, o primogênito de um dos comerciantes mais ricos e considerados da cidade. Em breve, éramos vizinhos de cadeira, e bons camaradas. A sua condição de filho de estrangeiro que possuía fortuna emprestava-lhe, aos meus olhos, certa auréola de prestígio, consolidado pelas informações internacionais que me dava sobre a eficiência militar dos diversos povos do mundo. Aprendida a lição, tomava ele a sua lousa, desenhava dois navios de guerra, um adiante do outro, enchia-os de marinheiros, feitos de dois zeros superpostos, a que juntava quatro riscos, isto é, dois braços e duas pernas, e içava nas duas belonaves as bandeiras da França, da Itália, ou da Alemanha, e o invencível pavilhão da Inglaterra. E começava o canhoneio, iniciado sempre pelo cruzador ou couraçado inglês. A bala partia, Fred molhava a ponta do dedo na língua, e fazia desaparecer um marinheiro adversário. A nau inimiga respondia, e um marujo inglês morria, afogado em saliva. E o resultado era invariável: a Inglaterra, vitoriosa no mar, com o seu navio à superfície, e, às vezes, apenas um marinheiro a bordo. Ao assistir aos primeiros combates, eu estranhei a invariabilidade da solução.

– Você não sabe, então, que a Inglaterra é a nação que tem a maior esquadra do mundo? – respondeu-me Fred.

E passou a contar-me o que era o poder naval da pátria de seu pai, o qual, evidentemente, na intimidade, procurava transmitir ao filho um pouco do seu orgulho nacional.

Certa vez, porém, o combate marítimo foi nas águas da minha lousa, sob a minha direção. Pus frente à frente, representados por dois navios

abarroçados de calungas, Inglaterra e Brasil, levando a efeito uma guerra que Fred sempre evitava, para não humilhar a pátria do pai ou a própria. Eu queria, porém, acabar com a fanfarronada inglesa, e o primeiro tiro partiu. Inclinado sobre o meu ombro, o futuro diplomata brasileiro acompanhava a batalha. Ao chegar aos últimos soldados, ele me fez sentir que o Brasil não podia ganhar.

– Por quê? — estranhei, com o meu brio de caboclo, em que o orgulho tomava o lugar ao bom senso...

– Porque a Inglaterra é muito poderosa, e o Brasil ainda é muito fraco no mar.

A explicação pareceu-me improcedente. O Brasil tinha que vencer a Inglaterra. Ou vencia, ou o combate não chegava ao seu termo. Fred insistiu recorrendo à lógica. Eu não tinha lógica, mas tinha saliva.

– Pois olhe! — exclamei.

E, cuspiendo diretamente na lousa, esfreguei a mão aberta, com força, fazendo desaparecer navios e tripulações, numa violenta tempestade de cuspo.

Não obstante o seu tamanho, e mesmo em relação à sua idade, e ao seu progresso nos estudos, Frederico Clark era um menino ingênuo e bom. Dois anos depois separávamo-nos. Eu fui para outros colégios, e arrojéi-me no tumulto da vida prática. Ele foi para o Recife, recebeu o seu carimbo de bacharel e, filho de família aristocrática, entrou para a diplomacia. É hoje ministro, e funcionário modelar. Morrerá embaixador, por merecimento, e solteirão, por timidez.

Oscar Clark era bastante mais novo e, no físico, diferente do irmão. Entrara para a escola, ainda com a sua carta de ABC, quando Fred e eu já nos iniciávamos na gramática de João Ribeiro e na aritmética de Trajano. Era miúdo e moreno. Falava sempre com angústia, separando as sílabas, a voz ligeiramente rouca, e sem fôlego, de quem acaba de chegar de longe, e cansado. Era, como o irmão, uma criança tímida, bem comportada, de costumes irrepreensíveis.

Havia, entre eles, e nós outros, um vale profundo, aberto pela educação doméstica.

Vem a propósito, talvez, aqui, assinalar as razões possíveis dessa diferença. Parnaíba era uma cidade que possuía, então, apenas umas qua-

tro casas de sobrado. As famílias que moravam em edifícios dessa ordem ocupavam unicamente o pavimento superior. As crianças que aí viviam não desfrutavam a existência livre, e solta, das outras que residiam em casas térreas, e de quintal. Nós, os que morávamos à flor da terra, vivíamos mais ao sol do que à sombra das telhas. Se fazia bom tempo, andávamos pelas cercas e árvores a armar alçapões, ou aos gritos pela praça mais próxima, empinando papagaios de papel; e se chovia, tirávamos a roupa, e largávamo-nos de rua em rua, afrontando a enxurrada, em magotes de dez ou doze, procurando os prédios de calha de zinco, para receber na cabeça os grossos jorros d'água que lançavam à terra. Voltávamos para casa vermelhos de sol ou roxos de frio. Mas gozávamos a liberdade, como cabritos selvagens, em toda a sua extensão.

Havia, assim, entre os filhos do sr. James Clark e a maior parte dos meninos de Parnaíba uma escada com 25 degraus. E essa escada exercia em nossa educação e nos nossos destinos a influência, que Eliseu Réclus descobriu, e a que Joaquim Nabuco se refere, das quedas d'água na vida dos peixes. Essa escada era uma cachoeira que determinava a formação de duas faunas ictiológicas nas águas rolantes do mesmo rio...

XXXI
OUTROS CONDÍSCIPULOS.
OUTROS ACONTECIMENTOS.

JOÃO de Deus Pires Leal, que a revolução brasileira de 1930 encontrou governando o Piauí, matriculou-se na Escola de Dona Marocas Lima, a fim de aprender as primeiras letras, quando eu já me encontrava às voltas com os patriarcas da Mesopotâmia, por intermédio da *História bíblica*, de Dom Antônio de Macedo Costa. Filho do sr. Bernardo Borges Leal, tesoureiro da Alfândega e dono de uma grande casa nos Campos, era um menino moreno, ingênuo e morigerado. Com uns grandes olhos redondos e um pouco à superfície do rosto, dava a impressão de que a alma lhe queria vir aqui fora aprender a lição, por falta de espaço lá dentro. Mais tarde, residindo no mesmo bairro, e tendo diante de nós a mesma planície, a mesma pista para a corrida dos nossos carneiros, tornamo-nos mais amigos. Dentro da escola, porém, estávamos separados por dois anos de curso.

Dos meus condiscípulos, o que mais se ligou a mim pela amizade, foi, todavia, José Mário de Almeida. Mais velho do que eu três ou quatro anos, era um rapagão claro, forte, bom, e a quem todos estimavam. Filho de uma senhora a quem a família Pires protegia, recebera, dizia-se, clandestinamente, um pouco de sangue dos Veras. A verdade é que ele me votava estima quase fraterna, auxiliando-me nas lições, e protegendo-me no caminho de casa contra os inimigos que eu fazia por causa dos papagaios de papel. Certa vez, encontramos-nos com um deles, um famoso Francisquinho, menino entroncado e resoluto, mais velho que eu mas que não crescera, de teimoso. José Mário segurou-o, pô-lo de cabeça para baixo e nádegas para cima e ordenou-me:

– Dá nele! Podes dar!

A vontade de uma vingança não era pequena. Mas o bom senso, ou o instinto de defesa, veio, pronto, em meu auxílio. Eu tiraria a desforra

porque me achava garantido por um companheiro mais forte; mas, que sucederia no dia seguinte, quando fosse atacado e me encontrasse sozinho? A magnanimidade provém, quase sempre, da falta de confiança no futuro. E a minha, nesse dia, teve essa origem. Resolvi mostrar-me superior e generoso. Pedi ao meu amigo que soltasse o tal Francisquinho. Privei-me do prazer de dar uma surra num valentão, mas liberei-me, com isso, talvez, do desgosto de levar outra maior.

Recapitulando esse período da minha meninice, assinalo, com alegria, a pureza da vida nessa escola mista. Diante de nós havia dezenas de meninas e de moçoilas, pertencentes às famílias mais distintas de Parnaíba. Nenhum de nós olhava para aquele gracioso e fresco jardim humano com olhos de pecado. Mesmo entre nós, os meninos, as conversas eram puras, limpas de malícia, dando-me a impressão de que, nesse tempo, nem o nosso pensamento possuía sexo. Dona Marocas, com a sua bondade severa, ou com a sua severidade doce, tudo purificava. Ela era o eucalipto benéfico e triste que saneava, com o perfume das últimas folhas, o pântano que se formava.

Em 1896, no fim do ano, a escola mudou de sede, passando a funcionar em uma casa maior, e de sala mais vasta, em uma rua que vai ter à praça do Mercado. Nesse prédio é que se verificaram dois acontecimentos consideráveis na minha vida: a renovação da minha roupa e a posse de um livro raro, e que devia exercer influência ponderável na formação do meu sentimento, ou melhor, na disciplina íntima, e fundamental, da minha sensibilidade.

A revolução na minha indumentária foi determinada pelo recebimento, por minhas tias, da mala do meu tio Benjamin, o mais moço dos irmãos da minha mãe, falecido no rio Javari, na fronteira peruana. Após uma permanência de alguns meses na capital paraense, havia esse Campos, como disse em outro lugar, entrevisto a fortuna que lhe acenava com a mão pérfida naquelas regiões insalubres, e partiu a vê-la de perto. Subiu o rio, com a sua mala. E ao fim de dois meses, a mala, recolhida por pessoas caridosas, voltava sozinha. O dono ficara sepultado, com a sua mocidade e a sua esperança, no alto de um barranco, nas proximidades de um seringal... Na mala vinham as suas roupas de homem civilizado. E dessas

roupas, me foram feitas calças e blusas, que vesti orgulhosamente durante um ano.

Foi por essa época, se bem me recordo, que meu tio Antoninho mandou à família, de Belém, além de outras cousas preciosas, uma dúzia de latas de leite condensado, e a mim, um exemplar, cartonado, do *Il cuore*, de Edmundo d'Amicis, na tradução portuguesa de João Ribeiro.² Esse livro constituiu um acontecimento, em Parnaíba. Depois de *Genoveva de Brabante*, não sei de outro que derramasse tanta lágrima em nossa casa e despertasse maior interesse, no círculo dos nossos íntimos. Os meus companheiros pediam-no, para mostrar aos pais. As senhoras mandavam pedi-lo, por empréstimo, a minha mãe. Eu me comovia, ou entusiasmava, com as cenas magistralmente descritas pelo estilista italiano, o qual, em mais de um ponto, foi o ourives da minha alma plebeia. E, em breve, as escolas de Parnaíba se encheram do *Coração* de d'Amicis, cujos exemplares palpitavam em todas as mãos.

Uma dificuldade surgiu, porém, com a nova obra escolar. Como deviam ser pronunciados os nomes próprios italianos terminados em *i*? Consultei Dona Marocas.

– Não sei – respondeu-me com franqueza. – Vá pronunciando como está escrito...

Recorri ao meu primo Canuto Veras, que havia feito o seu curso de humanidades em Fortaleza. E a resposta foi, mais ou menos, a mesma:

– Os nomes estrangeiros, quando a gente os não conhece, vai pronunciando à moda portuguesa.

E assim foi que eu li o *Coração*, todo ele, pronunciando *Correttí, Garibaldi, Precossí*, como se fossem agudos todos os nomes terminados com a terceira vogal. E como não houvesse na cidade um só italiano consultável, todos os meninos de Parnaíba, lendo d'Amicis, fizeram como eu...

Quanto ao leite condensado, foi arrumado, em pirâmide, no fundo do guarda-louça, como relíquia da casa e ornamento do móvel. Ao anoitecer, a família sentava-se à porta, para conversar. Eu ficava à mesa de jan-

² O livro referido, um dos maiores clássicos, em todos os tempos, do gênero que hoje se chama paradidático, intitula-se, na verdade, apenas *Cuore*, e o nome certo de seu autor é Edmundo de Amicis. A tradução de João Ribeiro [*Coração*] alcançou, entre outras, a mais de cinquenta edições. (Nota do Editor).

tar, estudando, à claridade triste do lampião de querosene. Uma noite, fiz dois pequenos orifícios na primeira lata de leite. Chupei o conteúdo. Uma delícia! E pu-la no lugar, por baixo das outras. Como a pirâmide de leite era mais sagrada que a de Gisé, ninguém dava pelo sacrilégio. Ao fim de alguns meses, porém, uma das minhas tias foi arrumar o armário. Agitou a primeira lata. Vazia! Agitou as demais. Vazias!

A surra foi solene. E de corda.

XXXII
UM AMIGO DE INFÂNCIA

NO DIA seguinte ao da mudança para a nossa pequena casa dos Campos, em Parnaíba, em 1896, toda cheirando ainda a cal, a tinta e a barro fresco, ofereceu-me a natureza, ali, um amigo. Entrava eu no banheiro tosco, próximo ao poço, quando os meus olhos descobriram no chão, no interstício das pedras grosseiras que o calçavam, uma castanha de caju que acabava de rebentar, inchada, no desejo vegetal de ser árvore. Dobrado sobre si mesmo o caule parecia mais um verme, um caramujo a carregar a sua casca do que uma planta em eclosão. A castanha guardava, ainda, as duas primeiras folhas úmidas e avermelhadas, as quais eram como duas joias flexíveis que tentassem fugir do seu cofre.

– Mamãe, olhe o que eu achei! – grito, contente, sustendo na concha das mãos curtas e ásperas o monstrengo que ainda sonhava com o sol e com a vida.

– Planta, meu filho... Vai plantar... Planta no fundo do quintal, longe da cerca...

Precipito-me, feliz, com a minha castanha viva. A trinta ou quarenta metros da casa, estaco. Faço com as mãos uma pequena cova, enterro aí o projeto de árvore, cerco-o de pedaços de tijolo e telha. Rego-o. Protejo-o contra a fome dos pintos e a irreverência das galinhas. Todas as manhãs, ao lavar o rosto, é sobre ele que tomba a água dessa ablução alegre. Acompanho com afeto a multiplicação das suas folhas tenras. Vejo-as mudar de cor, na evolução natural da clorofila. E cada uma, estirada e limpa, é como uma língua verde móbil, a agradecer-me o cuidado que lhe dispenso, o carinho que lhe voto, a água gostosa que lhe dou.

O meu cajueiro sobe, desenvolve-se, prospera. Eu cresço, mas ele cresce mais rapidamente do que eu. Passado um ano, estamos do mesmo tamanho. Perfilamo-nos um junto do outro, para ver qual é mais alto. É uma árvore adolescente, elegante, graciosa. Quando eu completo doze

anos, ele já me sustenta nos seus primeiros galhos. Mais uns meses e vou subindo, experimentando a sua resistência. Ele se balança comigo como um gigante jovem que embalasse nos braços o seu irmão de leite. Até que, um dia, seguro da sua rijeza hercúlea, não o deixo mais. Promovo-o a mastro do meu navio, e, todas as tardes, lhe subo ao galho mais empinado onde, com o braço esquerdo cingindo o caule forte, de pé, solto, alto e sonoro, o canto melancólico da Chegança, que é, por esse tempo, a festa popular mais famosa de Parnaíba:

Assobe, assobe, gajeiro,
 Naquele tope real...
 Para ver se tu avistas,
 Otolina,
 Areias de Portugal!

Mão direita aberta sobre os olhos como quem devassa o horizonte equóreo, mas devassando, na verdade, apenas os quintais vizinhos, as vacas do curral de Dona Páscoa e os jumentos do sr. Antônio Santeiro, eu próprio respondo, com minha voz gritada, que a ventania arrasta para longe, rasgando-a, como uma camisa de som, nas palmas dos coqueiros e nas estacas das cercas velhas, enfeitadas de melão São Caetano:

Alvíssaras, meu capitão,
 Meu capitão-general!
 Que avistei terras de Espanha,
 Otolina,
 Areias de Portugal!

A memória fresca e límpida reproduz, uma a uma, fielmente, todas as passagens épicas, todas as canções melancólicas e singelas da velha lenda marítima com que o majestoso mulato Benedito Guariba, uma vez por ano, à frente dos seus caboclos improvisados em marujos portugueses, alvoroça as ruas arenosas da Parnaíba. O vento forte, vindo das bandas da Amarração, dá-me a impressão de brisa do oceano largo. O meu camisão branco, de menino da roça, paneja, estalando, como uma bandeira solta. O cajueiro novo, oscilando comigo, dá-me a sensação de um mastro erguido nas ondas. E eu, sugestionado pela imaginação, via – eu via! – as vagas

rolando diante de mim, na curva do horizonte, onde o céu e o mar se beijam e misturam, as terras claras de Espanha, e areias de Portugal.

Pouco a pouco, a noite vem descendo. Um véu de cinza envolve docemente os coqueiros dos quintais próximos. Os bezerros de Dona Páscoa berram com mais tristeza. As vacas, apartadas deles, respondem com mais saudade. Os jumentos do sr. Antônio Santeiro zurram as cinco vogais e o estribilho *ípsilon* marcando sonoramente as seis horas. Os do sr. Antônio de Monte, ao longe, conferem e confirmam o zurro, o focinho para o alto, olhando o milho de ouro das primeiras estrelas. E eu, gajeiro de uma nau ancorada na terra, desço, tristemente, do folhudo mastro do meu cajueiro, sonhando com o oceano alto, invejando a vida tormentosa dos marinheiros perdidos, que não tinham, pelo menos, a obrigação de estudar, à luz de um lampião de querosene, a lição do dia seguinte.

Aos treze anos da minha idade, e três da sua, separamo-nos, o meu cajueiro e eu. Embarco para o Maranhão, e ele fica. Na hora, porém, de deixar a casa, vou levar-lhe o meu adeus. Abraçando-me ao seu tronco, aperto-o de encontro ao meu peito. A resina transparente e cheirosa corre-lhe do caule ferido. Na ponta dos ramos mais altos abotoam os primeiros cachos de flores miúdas e arroxeadas como pequeninas unhas de crianças com frio.

– Adeus, meu cajueiro! Até à volta!

Ele não diz nada, e eu me vou embora.

Da esquina da rua, olho ainda, por cima da cerca, a sua folha mais alta, pequenino lenço verde agitado em despedida. E estou em São Luís, homem-menino, lutando pela vida, enrijando o corpo no trabalho bruto e fortalecendo a alma no sofrimento, quando recebo uma comprida lata de folha acompanhando uma carta de minha mãe: “Receberás com esta uma pequena lata de doce de caju, em calda. São os primeiros cajus do teu cajueiro. São deliciosos, e ele te manda lembranças...”

Há, se bem me lembro, uns versos de Kipling, em que o Oceano, o Vento e a Floresta palestram e blasfemam. E o mais desgraçado dos três é a Floresta, porque, enquanto as ondas e as rajadas percorrem terras e costas, ela, agrilhoada ao solo com as raízes das árvores, braceja, grita, esgrime com os galhos furiosos, e não pode fugir nem viajar... Recebendo a carta de minha mãe, choro, sozinho. Choro, pela delicadeza da sua ideia.

E choro, sobretudo, com inveja do meu cajueiro. Por que não tivera eu, também, raízes como ele, para me não afastar nunca, jamais, do quintal em que havíamos crescido juntos, da terra em que eu, ignorando que o era, havia sido feliz?

Volto, porém. O meu cajueiro estende, agora, os braços, na ânsia cristã de dar sombra a tudo. A resina corre-lhe do tronco mas ele se embala, contente, à música dos mesmos ventos amigos. Os seus galhos mais baixos formam cadeiras que oferece às crianças. Tem flores para os insetos faiscentes e frutos de ouro pálido para as pipiras morenas. É um cajueiro moço e robusto. Está em toda a força e em toda a glória ingênua da sua existência vegetal.

Um ano mais, e parto novamente. Outra despedida; outro adeus mais surdo, e mais triste:

– Adeus, meu cajueiro!

O mundo toma-me nos seus braços titânicos, arrematados de espinhos. Diverte-se comigo como a filha do rei de Brobdingnag com a fragilidade do capitão Gulliver. O monstro maltrata-me, fere-me, tortura-me. E eu, quase morto, regresso a Parnaíba, volto a ver minha casa, e a rever o meu amigo.

– Meu cajueiro, aqui estou!

Mas ele não me conhece mais. Eu estou homem: ele está velho. A enfermidade cava-me o rosto, altera-me a fisionomia, modifica-me o tom da voz. Ele está imenso e escuro. Os seus galhos ultrapassam a cerca e vão dar sombra, na rua, às cabras cansadas, aos mendigos sem pouso, às galinhas sem dono... Quero abraçá-lo, e já não posso. Em torno ao seu tronco fizeram um cercado estreito. No cercado imundo, mergulhado na lama, ressona um porco... Ao perfume suave da flor, ao cheiro agreste do fruto, sucederam, em baixo, a vasa e a podridão!

– Adeus, meu cajueiro!

E lá me vou outra vez e para sempre, pelo mundo largo, onde hoje vivo, como ele, com os pés na lama, dando, às vezes, sombra aos porcos mas, também, às vezes, doirado de sol lá em cima, oferecendo frutos aos pássaros e pólen ao vento, e, no milagre divino do meu sonho, sangrando resina cheirosa, com o espírito enfeitado de flores que o vento leva, e o coração, aqui dentro, cheio de mel, e todo ressoante de abelhas...

XXXIII MORROS

ALGUNS meses depois, nós tínhamos, no entanto, de alugar a nossa casinha, e de seguir, a cavalo, para o arraial denominado Morros da Mariana, no interior da ilha Grande, ou ilha de Santa Isabel, fronteira a Parnaíba. Íamos apenas a passeio. As condições econômicas da família eram, porém, tão delicadas, que nos demoramos lá, se me não engano, mais de um semestre.

Morros da Mariana era um simples povoado de pescadores, tendo uma centena de casas de palha e nenhuma de telha. Imprensado entre morros de areia fina, alguns de uma centena de metros de altura, caracterizava-se pelos coqueiros farfalhantes, que tomavam quase toda a extensão do vale pitoresco. Um braço de rio estreito, que desaparecia na maré vazante, estendia-se até lá duas vezes por dia, abrindo-se em enseada, de onde partiam as canoas para as pescarias em alto mar. Do cimo do morro mais alto, vestido de cajueiros baixos e agrestes, viam-se as torres da igreja de Parnaíba, a quatro léguas de distância. Não havia repartição ou capela. Apenas, como traço eventual de civilização, uma pequena escola de primeiras letras cujas paredes eram troncos de carnaúba e cujo pavimento era de areia solta. Duas ou três vendas pobres. E junto ao porto, cercado por montes de bagaço que os grandes bois comiam melancolicamente, um engenho rústico, movido por parelhas bovinas, e que transformava em aguardente, ou em rapadura grosseira, a produção dos canaviais particulares que ficavam na região baixa, do outro lado do rio.

Creio que foi esse o período mais ocioso da minha infância. Metido em um camisolão branco, eu percorria o arraial todo, durante o dia inteiro, sob o domínio da mais pura inconsciência. Dividia o meu tempo entre os coqueiros, o engenho, os canaviais, o banho no rio, e a batida aos cajueiros. Por essa época, minha mãe havia sido vencida, parece, por um grande e justificável desânimo, consequência dos fundos e constantes desenganos

da vida. Daí a liberdade das minhas horas, alheio ao livro, chefiando um grupo de caboclinhos vadios, peraltas da minha idade, que passavam o dia todo em correrias pelo arraial e suas vizinhanças, esperando a hora da maré e dos tumultuosos mergulhos no rio.

Eu me entreguei, então, a uma ociosidade solta e selvagem. Pela manhã, com a sombra dos morros ainda envolvendo o lugarejo, encaminhava-me, com uma cuia, para o engenho e enchia-me de garapa fresca e doce. Voltava, tomava café, e desaparecia. Se alguns trabalhadores iam partir para os canaviais, metia-me na canoa, e partia com eles. Se iam para pescarias de traíras, acompanhava-os da mesma forma. E era com o mesmo desembaraço que atravessava o braço de rio, e me internava no alagadiço fronteiro, quando iam em busca de juçara, ou à procura de algum dos bois da moenda, para substituição do que havia capitulado sob o peso da carga. Se me faltava qualquer dessas expedições, ia para o engenho, a aguilhada nas mãos, tocar os bois pacientes e melancólicos; ia para a sombra das latadas rústicas, escutar os pescadores que aí refaziam as redes, ou consertavam as canoas; ou ia para o oitão das casas, tingir de vermelho, com as folhas ou a casca do cajueiro, as grandes linhas de pesca. Fabricava, com o âmago do talo do buriti, pequenos barcos, que breava e em que punha bancos, e que enfeitava de brancas velas latinas, borboletas de pano, espetadas nos mastros. E planejava, sempre, uma pescaria no alto mar, na barra das Canárias, em que devia gastar dois ou três dias, entregue às ondas e aos ventos.

A maior tentação era, porém, o banho, apesar de ser um passatempo quotidiano. Cheia a maré, tirava eu o meu camisolão, e atirava-me à água. Os meus companheiros não se davam, sequer, a este trabalho, porque, na sua maioria, andavam nus, como selvagens. Junto à enseada, ao lado do engenho, erguia-se um morro de areia, de trinta ou quarenta metros, limpo, liso, e íngreme, cuja base mergulhava na água. Lembrava um seio de mulher, túrgido, branco, imaculado. O nosso divertimento consistia em subir, de quatro pés, ao alto desse morro, e, deitados, rolar por ele abaixo, enrolados na areia quente, até cairmos no rio; e essa proeza fazíamos-la nós vinte, trinta vezes, sob o sol ardente, durante horas inteiras. Quando nos sentíamos cansados e ainda a maré se achava de enchente, ficávamos de dorso ao sol, construindo cidadelas de areia molhada, que a água ascen-

dente destruía. Se a cabeça nos escaldava, e a pele estalava com o calor, dávamos um mergulho e voltávamos à nossa faina de construtores de fortalezas e cidades liliputianas, que eram, na relatividade da nossa vida, o que são os impérios dos homens para a eternidade do Universo. Comecei aí, parece, a fazer o que ainda faço hoje: a levantar construções frágeis, que se erguem durante uma hora, mas que se vão, também, com a investida da primeira maré...

Os recursos de que minha família aí dispunha para viver, eram mingados e tristes. Um dos meus tios maternos, que ainda se achava em Parnaíba, mandava às minhas tias alguns quilos de café em grão, açúcar, sabão, e dois ou três quilos de cereais. Elas vendiam uma parte desse magro sortimento em pequenas quantidades – uma quarta (100 gramas) de café, uma quarta de açúcar, meia quarta (50 gramas) de sabão, recebendo em pagamento dinheiro, ovos ou peixe. Com os quinze mil réis do aluguel mensal da casa de minha mãe nos Campos, fazia-se o resto da despesa. E passávamos a peixe, ovos, galinha, e juçara, que eram comidos com apetite em nossa pequena casa de palha, calçada de barro batido, e cujo quintal era o mundo. Nesse refúgio da nossa pobreza não havia mesa, mas um estrado e uma esteira. Vivíamos, porém, sem desgostos nem apreensões – a não ser, está bem visto, quando nos engasgávamos com alguma espinha de gurijuba, saboroso bagre da região.

Foi aí, todavia, que me assaltou a enfermidade mais grave de que se ressentiu a minha infância. Eu devia ter uns dez anos. Foi uma febre, não sei se palustre ou tífica. Sei que foi tão alta, e tão persistente, que perdi os sentidos durante muitos dias. Para melhor cuidar de mim, minha mãe me desceu da rede, improvisando para mim uma cama no chão, sobre uma esteira, no meio do quarto. Não havendo farmácia senão em Parnaíba, tinha-se que recorrer à reza e aos remédios caseiros. Minha mãe pegou-se com a Senhora das Candeias e recorreu ao chá de sabugueiro. Prometeu uma vela à santa, cuja festa era, lembro-me bem, a 2 de fevereiro. E eu fui salvo, a custo, das unhas da Morte. Quando voltei a mim, após não sei quantos dias de delírio, estava no chão, sobre uma esteira. Era noite alta. Ao lado, ardia uma lamparina de querosene. Junto à lamparina, acariciando-me com a sua mão de pluma, os lábios a mover-se em uma oração imperceptível, minha mãe, sozinha, com os olhos pisados pela vigília.

Não sei que fenômeno aí se operou na minha vida, que certos panoramas e aspectos desse arraial de pescadores ficaram ligados a algumas concepções da minha atividade mental. Assim é que não posso ler, hoje, ou recordar a passagem bíblica da história de Isaac, e da contenda entre os seus dois filhos, que não veja o velho patriarca, trêmulo e cego, sentado em nossa casinha dos Morros, cuja porta dos fundos se abre, tosca e de varas, para dar passagem a Esaú, que traz ao ombro um cordeiro. Outros episódios históricos, posteriormente ocorridos ou conhecidos, ficaram ligados, igualmente, a impressões dessa época. Isso quer dizer, talvez, que as sensações guardadas foram tão fundas e numerosas, que puderam servir, mais tarde, para situar outros acontecimentos elaborados pela imaginação.

Às vezes, recapitulando os lugares em que tenho vivido, voltando, lentamente, o álbum de paisagens da minha memória, detenho-me diante desta página. Coqueiros, cajueiros e morros... E imagino como seria doce para o meu coração cansado, sepultar-me em vida, hoje, aí, sozinho, com os meus livros, lendo, escrevendo, meditando, morto para o mundo – e sem pedir, também, a ninguém, misantropo e consolado, as menores notícias dele...

XXXIV
SEGUNDO CAPÍTULO PARA FREUD

ESTE capítulo seria inconveniente e obsceno se não fosse necessário e verdadeiro. Eu estou, porém, aqui, como diria Jean-Jacques em igual emergência, não para esconder, mas para revelar a verdade. O homem é mais um conjunto de vícios do que virtudes. É como esses insetos nascidos no monturo, esses besouros de carapaça de ouro e bronze que se geram no estrume, que trazem uma réstea de sol nas asas, mas cujo corpo tem o cheiro e a forma da imundície de que procedem. Falar do coleóptero para louvar-lhe a joia da vestimenta, e esquecer a podridão em que teve origem, seria, na obra de um naturalista, falha imperdoável. E o que se faz neste livro é uma rigorosa dissecação.³

³ Os originais deste capítulo, contendo-o por inteiro, encontram-se depositados no cofre da Academia Brasileira de Letras, para serem intercalados na edição póstuma. – (N. do A.). / Vide nota à p. 69 desta edição. (N. do E.).

XXXV
PAPAGAIOS

EM 1897 eu ia completar onze anos. E tinha pensamentos e sonhos altos. Tinha-os porque, dormindo ou acordado, não via senão papagaios de papel, cujo fio leve se achava preso na minha mão. Dir-se-ia que a alma de um mandarim chinês se havia alojado no meu frágil arcabouço de menino brasileiro.

O papagaio era, na verdade, o encanto das minhas tardes e dos meus dias. Para obter o barbante destinado a empiná-lo, eu fabricava três ou quatro que vendia a tostão aos meninos que tinham pai, ou cujas mães lhes deixavam a gaveta ao alcance da mão. E era assim que conseguia o fio e o papel para o meu, ou lançava ao ar, orgulhoso e encantado, a minha arraia de ronqueira, que estrondava no céu, e em que se misturavam cores vivas e contrastantes: amarelo e vermelho, azul e branco, vermelho e roxo, ou azul e amarelo.

Por essa época, o papagaio não era, aliás, simples brinquedo de meninos. Rapagões de dezoito a vinte anos, indivíduos valentes e brigadores, operários sem serviço ou empregados do comércio em folga domingueira, chefes de família em férias do corpo e do espírito, não se envergonhavam de empinar na praça pública, ou na intimidade do quintal, o seu papagaio leve ou a sua arraia poderosa, preso por um fio de linha fina ou por um barbante sólido e grosso, adquirido em meada ou novelo. A cidade não dispunha de distrações, ou de esportes. Não possuía bondes que suprimissem as distâncias e facilitassem as visitas, nem teatros, nem cinemas, que intensificassem as relações sociais. De modo que, aos domingos, o homem grave, o chefe de família barbado e circunspecto, comerciante na praça ou funcionário público de condição, tinha, muitas vezes, de participar do divertimento dos filhos, pondo os óculos no nariz para correr, tropeçando, pela chácara, lançando ao vento o seu colorido brinquedo de papel.

Esse regime de vida emprestava ao papagaio uma importância invulgar, transformando a sua indústria numa arte, em progressivo aperfeiçoamento. Havia quem o fabricasse combinando as cores nos desenhos mais caprichosos e quem lhe adicionasse a ronqueira de papel recortado para que o vento arrancasse desse piano aéreo as vozes mais amedrontadoras e esquisitas. Feito, a princípio, de tiras de pano velho, unidas por meio de nó, o rabo do papagaio passou a ser fabricado de morim novo e liso, costurado à máquina, para que se tornasse corredio ao passar pelo fio do parceiro, nas suas cambalhotas nas alturas.

Toda a invenção humana, embora a mais pacífica, tende, porém, para a guerra, animada pelo espírito de hostilidade e destruição. Não contente de possuir o seu papagaio ou a sua arraia, cada menino, ou cada homem, não pensou senão em inutilizar o brinquedo alheio, perturbando a tranquilidade do seu vizinho mais fraco. Dir-se-ia que o céu era pequeno para conter alguns palmos de tela cobertos de papel de seda colorido, de modo que uns eram forçados a aniquilar os outros. Dirigindo um papagaio ou um império, o homem é sempre um animal de presa, egoísta e perverso. O menino que tem um fio na mão e um papagaio nas alturas, é apenas a miniatura de Xerxes, de Carlos Magno ou Frederico II. Daí a ideia, que se generalizou, de usar-se a rocega, nome dado, ali, ao pedaço de vidro navalhante, fixado no pano da cauda do papagaio, e que se destinava a cortar a linha dos outros papagaios. O menino, ou rapazola, que possuía um papagaio assim armado, saía para a rua com ele a pavonear-se no ar, e ia à procura de outro para cortar-lhe o fio. Ao encontrar um papagaio desarmado, o dono do corsário manejava o seu no rumo do outro, com determinados solavancos na linha, lançando-o, isto é, fazendo-o cambalhotar no espaço de acordo com a necessidade. A cauda do corsário corria pelo fio do imprudente. A rocega, detendo-se por um instante, cumpria a sua missão. A vítima encolhia-se no céu, confundindo a cauda com o corpo. E lá se ia, horizonte a fora, no rumo do solo, arrastando o seu pedaço de linha, ao mesmo tempo que o molecório, séquito do papagaio de rapina, partia aos gritos pelas ruas e praças, para apanhar a presa, no alto de uma árvore ou na cerca de um quintal.

Ao anoitecer, de volta à casa, o dono do papagaio de rocega se mostrava tanto mais feliz e vaidoso quanto mais subido era o número de ví-

timas que fazia, isto é, de fios que cortara. Renasciam, em cada um deles, Filipe da Macedônia, Henrique IV, da Alemanha, ou Napoleão Bonaparte, destruidores de povos. Ao divisar, ao longe, um desses papagaios sinistros, cujo dono vinha pela rua com o seu cortejo de vadios, e que se denunciava pelas fulgurações do vidro ao sol, os demais desapareciam nos quintais, num rápido e assustado recolher de linhas. Às vezes, porém, sucedia que, nas acrobacias a que se entregava para alcançar os demais, o papagaio armado enganchava a cauda na própria linha e depois de vencido nas alturas, esse escorpião aéreo, a quem o homem fornecia o veneno, cumpria o seu destino maligno, cortando as mãos aos meninos que iam apanhá-lo. Não raro o papagaio servido de rocega completava o armamento ofensivo com o fio mergulhado com antecedência em cola, a que era adicionado o vidro moído. Conservando, embora, de vinte em vinte centímetros, um espaço livre da mistura cortante, esse fio acabava, quase sempre, ferindo as mãos de quem o utilizava. E assim, obediente ao seu destino, ia o homem transformando um passatempo alegre, inofensivo brinquedo de crianças, em fonte de contrariedades e constante sementeira de discórdias.

Era no meio desses perigos, que eu, descuidado e corajoso, empinava, com um carretel de linha de duzentos réis, ou um novelo de barbante um pouco mais caro, a minha arraia de meio metro ou o meu atrevido papagaio de tostão.

XXXVI UM SUSTO

OS MESES passados nos Morros haviam completado o meu curso de vadiação. Fora como simples estudante de travessuras e voltava doutor, com distinção, em todas as disciplinas ou, melhor, em todas as indisciplinas. À semelhança de Aquiles, mergulhado de cabeça para baixo no Estige, eu me vi imerso, durante esse período, em plena barbaria. E tornei-me um selvagem. Tornei-me insolente, malcriado e destemido. A falta de um homem em casa contribuía para que abusasse da paciência das mulheres, que a mantinham e governavam. O meu cabedal de nomes feios ficara consideravelmente aumentado. A minha cólera, fácil e violenta, estourava constantemente em palavrões, contra as pessoas e contra as cousas. Até que um incidente, implantando o terror na minh'alma, me deteve, de súbito, na ribanceira por onde rolava. Como no apólogo famoso, uma raiz de árvore me susteve, por um instante, sobre o abismo.

Entre os castigos que eu mais temia, estava a internação na Escola de Aprendizes Marinheiros que funcionava, então, em Parnaíba. Motivos ponderáveis contribuía para esse pavor supersticioso.

As notícias que me davam desse estabelecimento eram as de uma casa de torturas inconcebíveis. Um dia, correu na cidade a informação de que a Escola havia recebido uma “máquina de cortar cabelo”. Quase ao mesmo tempo começavam a aparecer nas ruas aprendizes-marinheiros pelados rigorosamente, com o casco da cabeça à mostra. Semanas mais tarde, ao passar pela casa em que se achava instalado esse instituto naval, aconteceu-me ver, por uma janela, enorme aparelho, com caldeira, cilindros, e outras engrenagens, destinadas, talvez, à instrução de futuros maquinistas.

– Que é aquilo? – perguntei a um parente que ia comigo. – Será a tal máquina de cortar cabelo?

– É, sim – confirmou ele, perverso. E indicando uma chapa, semelhante a um chuveiro, que havia no alto:

– Mete-se a cabeça do menino, ali, a máquina roda, e arranca todos os cabelos de uma só vez.

Essas e outras informações tornaram a vida do marinheiro da Armada a maior das ameaças que se me podia fazer. E essa ideia estava ainda viva no meu espírito, quando, uma tarde, tendo terminado um vistoso papagaio de papel, fui ao quintal e o estendi no solo, ao sol, para secar, voltando, em seguida, para o interior da casa. Vendo de longe aquela grande mancha vermelha e azul nos domínios que legitimamente lhe pertenciam, um enorme pato cinzento veio das proximidades do poço, esticando e encolhendo o pescoço, e sacudindo a cauda inquieta, como a indagar que novidade era aquela. Chegou, enfiou o bico, espanejou-se, e continuou o seu caminho, passando por cima do papagaio, deixando largos rombos no papel de seda. Quando eu regresssei e vi a devastação, fiquei desvairado de raiva. Abaixei-me, tomei um pau e um punhado de pedras, e desandei na carreira, como um louco, atrás do bicho. O pato partiu, grasnando, a bater com as asas na areia, ao mesmo tempo que o quintal todo se alarmava, pedindo socorro contra o Homem. Galos cantavam, galinhas cacarejavam, capotes repinicavam, e tudo gritava, corria, fugia, diante de mim, pondo em alvoroço, num movimento unânime de solidariedade zoológica, os poleiros do quarteirão todo. E eu, cego, não respeitava nada. Apanhava patos, patas, capotes, pintos, frangos, galos e galinhas. E à medida que corria espancava tudo, congestionado de cólera, despejava sobre palmípedes e galináceos toda a opulência do meu vocabulário insultuoso, trazido dos Morros da Mariana, aprendido entre pescadores e cortadores de cana, à sombra das latadas ou nos ásperos trabalhos do engenho. Até que, faticado, mas satisfeito da vingança, desatei num choro fundo e nervoso, abraçado com os despojos coloridos do meu lindo papagaio de papel.

Minha mãe não estava em casa nessa tarde. Três dias depois, porém, o velho Manuel, um mulato capenga e manso que ia ao mercado fazer as compras para ganhar um tostão e uma xícara de café, entrou, como de costume, trazendo à cabeça o cesto com a carne, a abóbora e as hortaliças. De acordo com o hábito, assim que o vi, acompanhei-o, em direção à cozinha. Ele descansou o cesto em um caixão grande que servia de mesa, e

minha mãe já se preparava para fazer as contas quando ele puxou no bolso uma carta, e entregou-lhe dizendo:

– Esta carta foi um marinheiro que me deu, na feira, de ordem do comandante Gervásio, para entregar à senhora...

Arregalei, naturalmente, os olhos. O “comandante Gervásio” era o capitão do porto e comandante da Escola de Aprendizes, cuja farda branca era um dos orgulhos da cidade e uma das ameaças permanentes à minha tranquilidade de menino vadio. Minha mãe tomou a carta, rompeu o envelope, e, com a fisionomia triste, leu, alto, mais ou menos o seguinte: “Exma. Sra. Dona Ana de Campos Veras. Passando eu uma destas tardes pela casa da senhora, vi o seu filho Humberto correndo no quintal atrás de um pato, e dizendo nomes feios em voz alta. Não sendo a primeira vez que isso acontece, previno a senhora que, a primeira vez que tal coisa se repita, mandarei um marinheiro pegar o seu filho e trazê-lo para a Escola de Aprendizes Marinheiros, onde sentará praça e será castigado como merece. Assinado: Gervásio Pires de Sampaio, capitão do Porto.”

Pus os olhos em minha mãe. A boca, franzida, denunciava preocupação. Uma tristeza silenciosa anuviava-lhe o rosto magro e moreno. E eu, vendo que o caso era mesmo de gravidade excepcional, senti um frio correr-me por todo o corpo, como se me despejassem um copo de água gelada na espinha. Uma covardia invencível aniquilou-me a vontade. Durante algumas semanas mostrei-me dócil, obediente, morigerado. Passei o resto do verão sem empinar papagaio. Não proferi, durante algum tempo, nomes condenáveis. E cresci, fiz-me homem, sem apurar, jamais, a origem da carta do capitão do porto. Já em 1927, com 41 anos, foi que, vindo minha mãe ao Rio de Janeiro, me ocorreu lembrar-lhe o episódio e perguntar isso. Ela riu.

– Como tu eras tolo! – disse-me.

E apertando a minha cabeça grisalha e mudada junto ao seu coração, que não mudou:

– Então, tu não viste que a letra era minha?...

XXXVII
LINHA, AGULHA E DEDAL

FOI por esse tempo que, desesperando de dar-me um destino melhor, minha mãe “me afastou da escola, com a ideia de consagrar-me a um ofício. E a profissão escolhida, não por ser a do seu agrado, mas pelas facilidades em encontrar um mestre, foi a de alfaiate.

Havia motivos, na verdade, para não tergiversar na escolha. Parnaíba, cidade ainda pobre, possuía duas alfaiatarias, cujos proprietários, tesouras da oficina, dispunham de recursos e viviam cercados de considerações e de crédito. Um, Aureliano Frazão, o Lolô, possuía gado e prédios, e importava da Europa, diretamente, as casimiras em que trabalhava. O outro, Leôncio de Oliveira, mantinha família numerosa e havia construído, também, já, a sua casa, vivendo com independência e decoro. Minha mãe imaginou para seu filho pobre e vadio, o destino do sr. Leôncio ou do Lolô. E entregou-me ao primeiro, para que fizesse, de mim, um artista do dedal e da agulha.

O ambiente que eu ia respirar não era, todavia, dos mais propícios à formação de uma individualidade com os elementos da minha alma e do meu sangue. Se os donos das duas alfaiatarias parnaïbanas viviam na mediania honrada ou na prosperidade evidente, os seus operários eram, na sua totalidade, gente saída das camadas obscuras e infelizes da população, e que afogava a pobreza no vício, procurando no álcool o remédio para esquecer-se a si mesma. Eram, todos, pretos ou mulatos, que não dispensavam o seu gole de aguardente, mandada comprar pelos aprendizes em uma casa de comércio que havia perto, e que era bebida na garrafa, sem auxílio de copo. Os mais austeros limitavam-se a mascar pedaços de tabaco, lançando longe, pelas portas abertas, e por entre os dentes quase cerrados, golfadas de saliva escura, que iam borrar a calçada. Como as outras mães não tinham as mesmas aspirações modestas que animavam a minha, os discípulos do sr. Leôncio de Oliveira eram, todos, molecotes ali postos

como castigo, e, portanto, maus companheiros e péssimos espelhos de conduta. Desses, apenas um era branco. Esse mesmo, órfão de pai e mãe, e criado pela avó, que vivia de esmolas.

O sr. Leôncio era, talvez, o documento mais vivo, e autêntico, da raça semita, existente em Parnaíba. É provável que ele próprio ignorasse a sua origem, e a proveniência do seu sangue. O judeu estava, porém, patente, no seu temperamento, nos seus hábitos, na sua figura. Contando, por essa época, uns cinquenta e cinco anos, era alto, magro, moreno e usava barba grisalha, e em ponta, que cofiava lentamente. Nariz aquilino, olhos próximos um do outro, denunciando Israel. Falava devagar, e baixo; movia-se com lentidão e ligeiramente curvado para diante, como se os seus antepassados tivessem vivido e morrido sobre balcões de agiotagem, contando dinheiro. Não conversava muito, nem tinha amigos. Vivia entre a casa e a oficina, que eram distantes. E em chegando à oficina ou à casa, o seu primeiro cuidado consistia em enfiar na cabeça um gorro de veludo negro, que completava, nele, a figura típica da raça de que provavelmente descendia. Era manso, bom e calado. Era, enfim, um judeu sem veneno.

Residindo perto da nossa casa, e precisamente na praça em que eu costumava empinar os meus papagaios, era natural que minha mãe escolhesse para meu guia na arte de agulha e da linha a esse trabalhador austero e triste, cuja gravidade sempre me infundira respeito. E assim foi que, um dia, me apresentei na oficina, levando na alma o terror com que um pássaro, ou um batráquio, se vai entregar à boca da cobra.

A alfaiataria do sr. Leôncio de Oliveira ficava no centro da cidade, à Rua do Igarapé, em uma casa de esquina, cercada de portas. Em cada uma dessas portas, para aproveitar a claridade, sentavam-se em bancos baixos ou em caixas de vinho vazias dois operários, em mangas de camisa, a perna cruzada, o novelo de linha atrás da orelha, manejando a agulha, assobiando ou cantando em surdina, curvados sobre a costura. No interior da sala, estalavam as máquinas, ligando o pano ao pano, ou estrondava o pesado ferro de engomar, imprimindo vincos na casimira rebelde. Ao fundo, encostado à parede, um banco estreito e comprido, com os aprendizes em promiscuidade. Na sala contígua, para onde ninguém passava, e comunicando com a oficina por uma porta quase sempre encostada, o sr. Leôncio, de paletó de alpaca, o gorro de veludo à cabeça, a fita métrica

pendente do pescoço, passeando, em silêncio, em torno à mesa de corte, o giz e a tesoura na mão, talhando a fazenda para a tarefa dos oficiais. Grave, lento, e calado, dava a impressão de um sacerdote solitário que oficiasse num templo abandonado, ou de um feiticeiro misterioso no exercício da profissão.

A função dos aprendizes dependia da cor e da condição de cada um deles. Havia os que sopravam o ferro ou punham carvão nos fogareiros, conservados fora, no passeio; havia os que serviam apenas para ir à venda da esquina comprar pão ou cachaça para os oficiais; havia os que iam, de embrulho ao braço, levar a roupa à casa dos fregueses; havia os que passavam a ferro calças e coletes, deixando os paletós ou os fraques para os operários de reputação feita; havia os que cobriam botões, à mão ou à máquina; e havia os que chuleavam as peças talhadas, antes de serem entregues aos oficiais. Chulear, corruptela de auxiliar, consistia em passar a linha em torno da fazenda cortada, a fim de que a mesma se não desfiasse e a roupa se não rompesse, futuramente, nas costuras. Nos intervalos desses misteres, todos os aprendizes recebiam um retalho de tecido, brim ou casimira, para se aperfeiçoarem na arte de fazer casa para botões.

A profissão, evidentemente, não me tentou. A imobilidade a que forçava o homem, afeminando-o, não se coadunava com o meu temperamento irrequieto. Em pouco tempo consegui chulear com perfeição mangas de paletós e pernas de calças. As casas, que a princípio pareciam aranhas de retrós, tomaram forma e consistência. Aprendi a pregar botões e a passar a ferro calças de casimira, cujo cóis chegava à altura da minha cabeça. E fui, três ou quatro vezes, com o embrulho mole pendurado ao braço, levar a roupa aos fregueses. Um destes gratificou-me, certo dia, com quatrocentos réis. E isso me deu ânimo para ir à casa de outros. Como, porém, só me retribuíssem com um “está entregue”, não disputei mais aos aprendizes a função de carregador da oficina.

Ao entrar para a alfaiataria, levei, a fim de guardar a agulha, o dedal e a linha, uma caixa de madeira, polida, que pertencia a minha mãe. Esta, sempre que podia, dava-me um tostão, para comer alguma cousa entre o almoço e o jantar. Na venda próxima havia, porém, umas cocadas escuras feitas com rapadura, cujo aroma, quando estavam quentes, era, para mim, uma tentação. E como o meu pecado maior, por esse tempo, fosse a gula,

eu vendia, em breve, por seiscentos réis, a minha caixa de aprendiz, gastando o produto em cocadas. Creio, mesmo, que cheguei a vender o dedal, escudo do dedo médio, deixando-o exposto a todas as investidas da agulha.

De salário, ganhei apenas duzentos réis. Um sábado, ao anoitecer, fechada a oficina, o senhor Leôncio chamou-me e deu-me um níquel de dois tostões, pelo trabalho da semana. E esses duzentos réis, com os quatrocentos réis de gorjeta de um freguês, a que já me referi, foram todo o meu ganho como trabalhador de agulha. Não havia sido feita, evidentemente, para mim, a profissão do velho Champy, avô de Béranger.

Um dia, dois ou três meses depois de iniciado, eu deixava o ofício, sabendo, todavia, já, enfiar uma agulha, passar a ferro uma calça, abanar um fogareiro, fazer com rapidez uma casa, pregar admiravelmente um botão. E asseguro que isso me tem sido mais útil, muitas vezes, do que a leitura da *Iliada*, pois que La Motte a traduziu, e vivia sempre desabotoado...

XXXVIII EXTERNATO SÃO JOSÉ

AS FUNÇÕES modestas, e convencionalmente humilhantes, que eu então exercia, impressionaram, parece, os parentes que se ligavam a mim pelo sangue de meu pai. Entregando roupa na rua, ou abanando fogareiro na porta de uma alfaiataria, eu constituía, evidentemente, uma acusação viva aos meus tios paternos, todos prósperos, e alguns dispendo, mesmo, de fortuna considerável. Daí, creio, a ideia, que tiveram alguns deles, de propor a minha volta à escola, indo eu, depois das aulas, trabalhar, como empregado de balcão, na casa comercial do meu tio Emídio Veras. O comércio havia sido a profissão de meu pai, e a base da prosperidade dos seus irmãos vivos. Era preferível vender fazenda, como negociante, a cortá-la, como alfaiate. E urgia, sobretudo, tomar as minhas horas, ocupar todos os minutos do meu dia, consagrando-os ao Deus do Trabalho, de modo a não deixar um só, disponível, para o Demônio da Vadição.

Tornei, assim, aos livros, matriculando-me no Externato São José, do professor José Serra de Miranda. Era uma escola, como as demais, singularizada apenas pela sua preciosa denominação de externato, vocábulo absolutamente novo em Parnaíba. Não havendo ali nenhum internato, era desnecessário. O diretor do estabelecimento compreendia, porém, a importância das novidades e das fórmulas, e isso explicava, e justificava, a inovação.

O Externato ficava à Rua do Igarapé, isto é, na mesma em que eu funcionava como alfaiate, e alguns quarteirões adiante da oficina em que enfiara a agulha e empenhara o dedal. Era uma casa baixa, de esquina, com duas ou três janelas de frente, e meia dúzia de portas para a travessa. Três salas atijoladas, sendo a terceira estreita e comprida. Um corredor de uma dezena de metros conduzia até à cozinha, cujo fogão de barro havia perdido a memória do fogo. Um pequeno quintal, com cerca de pau, e alguns metros de muro. E, para trás, um terreno vago, em que se despejava o lixo

de toda uma parte da cidade, e que se inclinava, na direção do rio, para um vale coberto de vegetação angustiada e discreta.

Como as demais escolas masculinas de Parnaíba, o Externato não possuía qualquer instalação sanitária. Para satisfação das suas necessidades íntimas e prementes, os alunos pediam licença ao “mestre”, muniam-se de uma pedra que se achava sobre a mesa, e iam ao igarapé, por trás da casa, e que era meu velho conhecido, do tempo em que frequentava a escola de dona Marocas Lima. Os maiores desciam a inclinação do terreno, embrenhavam-se no mato, procurando lugar mais reservado e propício; os menores, porém, cumpriam a sua missão logo junto à parede, de cócoras, prendendo as calcinhas nas mãos. Para a higiene, servia qualquer pedaço de pau, ou retalho de papel sujo, apanhado no monturo. Não raro, encontrávamos ali meninos de outras escolas, e homens e moleques vindos de longe, e que ali se refugiavam para pagar, por imposição da Natureza, o seu imposto ao igarapé. Ao lado corria um caminho íngreme, por onde subiam, ou desciam lavadeiras, com sua trouxa, do rio e para o rio. E nenhuma se escandalizava com aquele espetáculo de homens e meninos acorados, de rosto voltado para cima, acompanhando displicentemente a marcha preguiçosa das nuvens ou sacudindo os braços em torno, espantando as galinhas mais imprudentes ou os porcos mais apressados.

O mobiliário do Externato era o de qualquer escola pública da cidade. Bancos estreitos e sem encosto, alinhados diante da mesa do professor. Ao lado desta, outra mesa para o “Ditado”. Não havia carteiras, nem qualquer outro ponto de apoio para o livro ou para os braços. E eu me pergunto, hoje, se não será esse o motivo da deformação do nosso homem alfabetizado do interior, o qual, tendo, quando menino, de passar seis ou sete horas numa escola em que se desconhece a educação física, obriga o corpo a descansar sobre si mesmo, derreando os ombros e fazendo flectir a espinha. Apenas um ou outro aluno mais afortunado pode levar para a escola a sua cadeira. No Externato São José estes últimos não eram mais de oito ou dez, que ficavam na primeira fila, formando o “estado-maior” do estabelecimento.

O colégio de José Serra de Miranda gozava, por esse tempo, de sólida e invejável reputação, e era, por isso, frequentadíssimo. Estavam matriculados nele, quando entrei, cerca de oitenta alunos, de todos os cursos.

E não possuía outro professor. O seu diretor ensinava Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria, História Universal, História Sagrada e o mais que se quisesse. O ensino dessas matérias consistia, é verdade, apenas em passar a lição, e tomar a lição. Era tudo decorado. As demonstrações tornavam-se desnecessárias. Bastavam, porém, os livros exigidos aos pais quando um menino se matriculava, para que estes se convencessem de que o professor Serra de Miranda era um sábio, e que o filho, em pouco tempo, seria outro. Os alunos do curso primário eram lecionados pelos do secundário. Quem não aprendera, tinha o direito de passar adiante a sua ignorância, e de empregar, discricionariamente, a palmatória. Esta era, aliás, no Externato, uma divindade doméstica. Os alunos enfeitavam-na de fitas multicores, nas festas do colégio, trazendo-a como os santos casamenteiros nos oratórios de família que tem muita moça.

Esta era, sumariamente, a casa. Vejamos, agora, o homem que nela imperava.

XXXIX
ZÉ MIRANDA

JOSÉ Serra de Miranda, a quem, como os apóstolos ao Nazareno, dávamos reverentemente o tratamento de Mestre, e que era, para o resto da cidade, simplesmente, o Zé Miranda, constitui uma das lembranças mais pitorescas e profundas da minha infância. Guardo, da sua pessoa e das suas originalidades, recordação fiel e clara. Irmão de minha tia Alice Veras, esposa de tio Feliciano, irmão de meu pai, descendia da ilustre família Serra, do Maranhão, trazendo, assim, no sangue e no nome, tradições de cultura e inteligência. Seminarista em São Luís, adquiriu aí boas humanidades, destinando-se à carreira eclesiástica. A intimidade com o clero, a vida íntima dos superiores, o conflito entre o que a igreja manda e o que a igreja faz, fizeram-lhe, porém, como a Junqueira Freire, perder a confiança na Religião Católica, sem prejuízo do sentimento místico, de fundo hereditário. Abandonando a batina em véspera de missa nova, embarcara para Parnaíba, indo viver à sombra da irmã, aumentando o grupo de “hóspedes permanentes” que tomava assento, por esse tempo, à mesa do cunhado.

Era um rapaz de mais ou menos vinte e quatro anos, alto, louro, corado e claro, com uns olhos muito azuis, e tão míope que não lia uma página sem roçar o nariz no papel, e esfregar nele o *pince-nez*, de vidros fortes e sem aros. Não lia as nossas provas: cheirava-as. Esguio, fino, elegante, era um tipo delgado de europeu do norte, e vestia com limpeza, quase com apuro. Morava na casa da irmã, e ninguém lhe conhecia relações ilícitas, nem intimidades clandestinas. Atribuía-lhe, todavia, na cidade bisbilhoiteira e maledicente, paixões humildes e silenciosas por moças um pouco mais do que morenas, filhas de engomadeiras ou vendeiras de doces, que lhe tiravam o sono, a tranquilidade, e, não raro, o pouco juízo que Deus lhe dera. Essa originalidade e a circunstância de ter vestido batina, em uma

cidade que só possuía um vigário, tornavam-no, em suma, um indivíduo à parte, na fauna parnaibana.

Isolado dos homens, pelos escrúpulos que trouxera do seminário, e repellido pelas mulheres, que não viam nele propriamente um homem, José Serra de Miranda, solitário em uma sociedade provinciana que começava a crescer, degenerara numa individualidade bizarra, que procuraria, mais tarde, o consolo no álcool e o descanso na morte prematura. Passava da jovialidade à cólera como quem passa de uma sala para outra por uma porta que tem as duas folhas abertas. Dirigia o seu “externato” como um duchista maneja o jacto d’água, tornando-a gelada ou quente sem utilizar temperaturas intermédias. E a sua centena de alunos ria, ou tremia, de acordo com a cara com que ele penetrava na aula. O clima do colégio dependia da sua fisionomia. Se ele entrava sorridente, os alunos podiam conversar, podiam rir, e as lições eram substituídas por uma palestra, em que o Mestre recordava os seus dias de seminário, a falta de sinceridade do bispo, o café com pão antes da missa, as intrigas da sacristia, as rivalidades entre ex-homens no estreito ambiente de um mosteiro fechado. À primeira irritação, porém, a tempestade estalava. E a palmatória cantava a tarde inteira, como se tivesse ficado doida, de repente.

Às vezes chegava ele à escola às duas horas da tarde. Todos nos púnhamos de pé, e o Mestre sentava-se, um charuto de almoço alheio entre o “fura-bolos” e o “maior-de-todos” da mão direita. Era bom sinal. Concertava o pince-*nez*, olhava o relógio, e anunciava:

– Hoje tem sueto!

Era uma algazarra. Não raro, a notícia era recebida com uma salva de palmas. Mas essas palmas podiam ter duas consequências. Quando o Mestre se achava de bom humor, sorria, e aplicava um cascudo no aluno que estava mais próximo, num movimento de familiaridade camaradesca e gentil. Quando, porém, lhe dava no bestunto, sentava-se outra vez, batia com a régua fortemente na mesa, e declarava num grito:

– Calem-se! E, pelo desaforo, não tem sueto, não tem nada; venham para a lição!

Um dia, após o almoço, decretou ele o sueto. E acrescentou, logo:

– Recebi um dinheiro que o governo me devia, e vou festejar o acontecimento com vocês.

Mandou comprar duas latas de biscoitos ingleses, armou uma rede no centro da sala mais comprida e estreita da casa, e estendeu-se nela, fazendo colocar os bancos de um lado e de outro, encostados à parede. Deitado, bradava:

– Um!... dois!... três!... Lá vai!...

E atirava no meio da sala a mão cheia de biscoitos. A meninada precipitava-se, embolava-se, no chão, sujava a roupa no tijolo, agadanhava-se, esmurrava-se, disputando-se os biscoitos deliciosos, que ficavam, na sua maior parte, esmigalhados no chão. E o Mestre ria, achando graça das cambalhotas que dávamos, das lutas travadas por um bolinho de trigo que, às vezes, não cabia a ninguém, por se haver transformado em poeira. Em determinado momento, porém, alguns alunos foram por cima de um banco. O banco tombou sobre eles, com estrondo. Gritos, choro, tapona, e um dos meninos com a perna escorrendo sangue. O Mestre pulou da rede, e berrou :

– Silêncio, canalha! Tudo, já, para a aula! Tudo de castigo!...

E a palmatória trabalhou até às quatro da tarde.

Certa vez apareceu no monturo que ficava atrás da casa um porco morto, em putrefação. O mau cheiro chegava até às salas das aulas, forçando-nos a levar a mão ao nariz. O Mestre explodiu:

– Vamos acabar com isso de uma vez... Meninos, armem-se! Cada um pegue no que puder, e vamos lá atrás da casa. O primeiro moleque que passar tem que arrastar o porco e levá-lo para o igarapé. Vamos!

O cortiço assanhou-se. Réguas, cabos de vassoura, trancas de porta, pedaços de pau, tudo foi empunhado. A escola formou nas proximidades do porco.

– Lá vem um moleque!... Segura!... pega!... pega o moleque!...

– Deixem o moleque!... Esse não!... Esse moleque é do João Neves!... Larguem o moleque!... – esgoelou-se Zé Miranda.

Outros moleques passaram, ainda, sem serem incomodados, por pertencerem a famílias amigas. Um houve, entretanto, que era desconhecido no bairro. E, escoltado pela escola toda, e toda armada, teve, mesmo, de levar o porco para um ponto mais distante, onde os urubus o foram devorar.

Foi, parece, nesse mesmo dia, que, aproveitando o ânimo belicoso das suas tropas, José Serra de Miranda proclamou a “guerra santa” contra as galinhas. Elas vinham de todos aqueles quintais mais próximos, ciscar no lixo amontoado atrás da escola.

– Este terreno pertence à casa. Logo, essas galinhas são minhas!... Vamos! peguem as galinhas!

Disparamos a correr, cumprindo alegremente a ordem. As aves, perseguidas, cacarejavam, em alvoroço, no meio da nossa algazarra. Os galos gritavam, protestando. O quarteirão inteiro alarmou-se. Donas de casa chegaram às cercas, clamando contra o absurdo. Zé Miranda discutia com elas, sustentando o seu direito sobre as galinhas, uma vez que elas viviam soltas e ciscavam em terreno da casa de que era locatário. Uma senhora das vizinhanças exaltou-se. O Mestre estendeu o conflito até uma cujubeira, árvore que produz o fruto de que se fazem cuias, a qual nascia no quintal vizinho e dava cujubas do seu lado. Mandou apanhar os frutos. Um havia que ficava justamente sobre a cerca. Ele mandou vir um serrote, e fê-lo partir ao meio, seguindo o exemplo de Salomão. Vieram, porém, chegando homens, chefes de família carrancudos, dispostos a empregar a força contra o direito. E a nossa tropa recolheu, trazendo como despojos dos inimigos algumas cujubas, e meia dúzia de galinhas, que gritavam e esperneavam nas nossas mãos, sujando-nos a roupa de lama e de penas.

José Serra de Miranda utilizava os seus alunos como os príncipes utilizam os seus exércitos, isto é, pondo-os ao serviço das suas paixões e interesses. Uma tarde, estacou diante da escola um rapaz conhecidíssimo pela valentia. João de Barros, era o seu nome. Rival de Serra de Miranda na conquista de uma das morenas que faziam palpitar o coração do Mestre, fora postar-se ali para dar-lhe uma surra à vista dos discípulos. Zé Miranda ficou branco de cólera, ou em consequência de qualquer outro sentimento. E chamou às armas a escola. Em um momento, estávamos, todos, armados de trancas, réguas, pedras e cabos de vassouras, em posição de combate. O Mestre, do interior da casa, gritava, pela rótula fechada:

– Avancem... Pedra nele!... pedra!... pedra!...

As pedras choveram. João de Barros marchou, porém, para a meninada. E esta, abandonando armas e munições, desatou a correr para dentro da escola, onde, nessa tarde, a palmatória roncou mais do que nunca,

e Serra de Miranda fez uma preleção contra a covardia, de que havíamos dado prova, e recordando que Pedro, apesar de santo, não teve cerimônia, e cumprira o seu dever cortando a orelha a Malco na noite em que os judeus foram afrontar e aprisionar o seu Mestre.

E pondo-se de pé, humilhando-nos:

– Mas Pedro era um bravo, e vocês não passam de uns poltrões!

Disse isso, e foi espiar à janela, por um buraco da grade, se João de Barros já se tinha ido.

XL
O CONTINUADOR DE SIENKIEWICZ

NÃO OBSTANTE as irregularidades do seu espírito, ou por isso mesmo, José Serra de Miranda, meu professor, manifestava, às vezes, acentuado gosto literário, e, não raro, excelentes qualidades de imaginação. Parnaíba, por esse tempo, não possuía jornais. Quando se aproximava uma eleição federal, ou de governador, ou se previa uma cisão política em algum dos grupos tradicionais que lá se digladiavam com intrigas de porta de rua ou cartas anônimas aos jornais de Teresina, desempoeirava-se um dos dois prelos sexagenários que dormiam em algum recanto de armazém de couros, e surgia um quinzenário de quatro páginas quase apagadas, com o infalível anúncio, ilustrado, da *Emulsão de Scott*, publicado à revelia do fabricante, e unicamente para aproveitamento do clichê. O homem com o bacalhau às costas constituía, quase sempre, a única ilustração da folha, e era disputado pelos partidos, para encher espaço e dar um pouco de relevo à composição, como se se tratasse de um dos fatores indispensáveis à conquista do favor público. Esses quinzenários políticos viviam, porém, o prazo de uma eleição. Vencida ou perdida esta, empurrava-se o prelo para trás das montanhas de couro salgado, onde a ferrugem continuava a exercer, como um serviço à cultura da cidade, a sua obra de devastação.

Além desses, havia, porém, um prelo pequeno, simples máquina de imprimir cartões de visitas, recibos de aluguel, contas e faturas comerciais. De longe em longe, um empregado de firma exportadora, ou um funcionário público, dado às letras, entregava-se ao luxo de editar um jornalzinho literário, com duas colunas, e de formato de uma folha de livro. Possuía uma namorada e um soneto, e, para publicar o soneto, fundava um quinzenariozinho, de que apareciam apenas dois ou três números. Esse espirro de Gutenberg não continha, em geral, senão versos líricos e prosa romântica. Impressa, porém, a edição, o redator e proprietário sobrescritava um exemplar para cada um dos grandes matutinos do Rio de Janeiro, a come-

çar pelo *Jornal do Comércio*, não esquecendo, jamais, de escrever à mão, em uma das margens: “Pede-se permuta”.

Em 1897 e 1898, quando eu cursava o Externato São José, essas miúdas publicações literárias contavam com dois colaboradores infalíveis: a poetisa Francisca Montenegro, professora pública da cidade, e José Serra de Miranda, meu Mestre. A colaboração da professora era sempre em verso: poesia patriótica ao 7 de Setembro, ao 15 de Novembro, ao 24 de Janeiro, data aniversária da independência do Piauí. Às vezes, o amor borbulhava-lhe no coração didático, e partia, deste, um grito de alma:

Pode o sol deixar de fulgar
E a noite deixar de escurecer,
Mas eu deixar de te amar,
Isso não, não pode ser!

A colaboração de José Serra de Miranda era caracterizada, ordinariamente, por um cunho religioso. “No fundo, eu sou sempre governado por uma fé que não tenho mais” – e acrescentava, como quem observou o fenômeno em si mesmo: “A fé tem isto de particular: é que, depois de desaparecida, atua ainda. Continua-se a fazer maquinalmente o que se fazia em espírito e em verdade”. O diretor do Externato São José não acreditava mais nos dogmas; continuava, entretanto, a carregar uma alma de padre, e explorar temas religiosos todas as vezes que a literatura pedia alguma coisa ao bico preguiçoso da sua pena.

Documenta essa asserção a ideia, que teve, de escrever um romance. Havia aparecido, por essa época, a primeira versão portuguesa do *Quo vadis?*, de Sienkiewicz. Poucas obras de ficção, com ou sem fundamento histórico, terão, em todo o mundo, obtido sucesso tão rápido e integral, como esse romance cristão do famoso escritor polonês. Entrando rios e penetrando sertões, alguns exemplares chegaram a Parnaíba, levando até lá, de mistura com as injúrias a Nero, os nomes de Petrônio, de Lígia e de Vinício. José Serra de Miranda leu um desses exemplares, e comoveu-se. E de tal modo, que deliberou escrever-lhe a continuação, ignorando, parece, que o próprio Sienkiewicz já o havia feito.

A ideia do professor parnaibano não era, todavia, indigna do romancista cuja obra ele pretendia completar. O *Quo vadis?* termina, como

ainda se recordam quantos o leram, com o espanto de Pedro em uma das portas de Roma, quando ele, atendendo às súplicas dos cristãos reunidos nas catacumbas subterrâneas, abandonava a cidade dos Césares, fugindo à perseguição e à morte. Ao transpor os limites urbanos, tem o apóstolo uma visão. Diante dele está, a face pálida e triste, as mãos feridas pelos cravos, Jesus, seu Mestre.

– *Quo vadis, Domine?* (Aonde ides, Senhor?) – pergunta-lhe Pedro.

E Jesus, a voz comovida:

– Venho a Roma para ser crucificado...

Aí termina Sienkiewicz. Serra de Miranda retoma, neste ponto, a narrativa. Ante o exemplo do Nazareno, que se vem dar de novo em holocausto para fortalecer a fé no coração dos seus filhos, e que, dessa maneira, lhe censura, a ele, Pedro, o abandono em que os deixa na hora do perigo e do sacrifício, o Apóstolo retrocede, rumo das catacumbas. Ao vê-lo chegar quando já o supunham longe e salvo, os cristãos espantam-se, por sua vez, e indagam:

– *Unde redis, Domine?* (Onde vindes, Senhor?)

E Pedro, com a doçura resignada, que aprendera do Mestre:

– Vim a Roma para ser crucificado...

Uma das originalidades desse romance que nos foi lido em aula pelo autor, era, entretanto, o modo por que esse o escrevera. José Serra de Miranda assinava um jornal de Teresina, *O Piauí*, órgão oficial do Governo do Estado. Impresso em prelo muito menor que o tamanho do papel, a folha ficava com grandes margens em branco. Foi nas margens desse jornal que o meu professor escreveu, com a sua caligrafia cuidada e firme, de características femininas, o seu *Unde redis?*

O professor barateava a obra. Mas, quando ele a queria ler a algum amigo, via-se na contingência de mandar os originais por dois meninos, pois que eles correspondiam a uma coleção d'*O Piauí* relativa a quase seis meses.

Os estudantes de Parnaíba que frequentavam por essa época o Externato São José lembram-se, com certeza, todos, do romance do nosso Mestre. Um de nós ficou, porém, mais que os outros, com ele na memória. Foi um que ao escutar a leitura teve a audácia de perguntar:

– Como é o nome do livro, Mestre?

– *Unde redis.*

– “Um dez réis?” O Mestre não acha barato?

A escola riu, no momento. Mas o espirituoso chorou a tarde inteira. Ganhou “bolos” que valiam um “tostão”.

XLI COLÉGIO SARAIVA

AS ORIGINALIDADES de José Serra de Miranda não tardaram a pôr em perigo a sorte do seu “Externato”. À medida que se iam divulgando os seus feitos, as suas manias e a irregularidade da vida escolar sob a sua direção, tratavam os pais de afastar dali os filhos, dando-lhes novos mestres e, com estes, outra fonte de exemplos. Contribuiu para precipitar esse desastre o aparecimento, em Parnaíba, de outro padre, Antônio Saraiva, procedente do Ceará ou do Rio Grande do Norte, com os vestígios da sua coroa e os restos da sua batina.

Saraiva Leão era homem de uns trinta anos, amarelíssimo, magríssimo, doentíssimo. Por essa época, não se havia diagnosticado, ainda, a sua enfermidade. Queixava-se de uma cefalalgia constante, e era verdadeiramente pestífero o seu hálito, e, mesmo, o sopro da sua respiração nasal. Mas com tudo isso, bom educador e excelente pessoa. Doce, manso, morigerado. E eu lhe devo os primeiros conhecimentos sérios, e conscientes, que tive, de Geografia e de História. Foi com o seu hálito que Jeová deu alma ao homem. Felizmente, para mim, não seguiu Saraiva o exemplo divino para animar o meu espírito com o sopro da sua ciência.

O Colégio Saraiva ficava à Rua Maranhão, um pouco adiante da casa em que funcionara primitivamente a escola de Dona Marocas Lima e a pequena distância do Externato São José. A proximidade do igarapé, W. C. da cidade, contribuía, parece, para que fossem situados naquelas redondezas a maior parte dos estabelecimentos de ensino.

Era uma casa térrea, baixa, e antiga, com duas salas de frente separadas por um corredor estreito e escuro. Em uma das salas ficavam as meninas. Na outra, os meninos. À saída, porém, misturavam-se todos na rua, em algazarra, enquanto o professor, cansado do esforço, se ia deitar, entre os carinhos da velha mãe, atormentado pela sua infundável dor de cabeça.

Foi aí, no Colégio Saraiva, que me submeti ao único exame de letras que me pesa na lembrança e me pesou nos cuidados. Um dia, em princípio de dezembro, Saraiva Leão me chamou à parte, em um canto de janela, e confiou-me este recado:

– Diga a sua mãe que, se não lhe fizer falta, mande pagar adiantadamente a mensalidade. Eu desejo dar uma festinha no dia dos exames, e é com isso que conto para as despesas. Seria, diga-lhe, um grande favor.

Dias depois eu levava a Saraiva Leão os cinco mil réis da mensalidade. E uma semana mais tarde começavam os exames, com a ordem, a todos nós, para a cópia de determinado trecho, em Português. E no dia aprazado, foram as provas orais.

Creio que o meu pavor das provas públicas de capacidade provém, em grande parte, da infelicidade que me acompanhou nessa primeira experiência. No segundo ou terceiro sábado de dezembro de 1898, a escola encheu-se de alunos, de famílias de alunos, e de convidados de Saraiva Leão. Instalou-se a mesa, na presidência da qual foi investido o bacharel Olinto Amorim, moço de rosto redondo e pálido, olhos redondos à flor do rosto, bigode negríssimo cobrindo a boca redonda, e que se tornava todo redondo no exagero das cortesias com toda gente. Havia chegado recentemente do Recife, e tinha inaugurado no diário, já, o fraque preto de formatura.

Errando pela casa, repleta, apavorado, a roer as unhas nervosamente, aproveitei o direito adquirido com o pagamento, adiantado, dos cinco mil réis da mensalidade, e chamei à parte, por minha vez, o diretor.

– Professor – disse-lhe –, eu não posso fazer exame de Gramática nem de Geografia. Há duas cousas que eu não consegui decorar.

– Quais foram?

– Eu não sei conjugar verbo, nem a geografia de Minas Gerais.

– Não tem importância... Não tenha medo, não ... – tranquilizou-me Saraiva Leão, batendo-me carinhosamente no ombro.

Chega a minha vez. Meto a mão na caixa de sapatos enfeitada de papel colorido que servia de urna. E tiro: em Português – conjugação de verbos; em Geografia – cidades do Estado de Minas Gerais!...

Após as provas, foram servidos a convidados e alunos uma xícara de canja de galinha, um pedaço de pão-de-ló e um cálice de vinho do Porto.

Era a festa com que Saraiva, na sua pobreza generosa, solenizava o encerramento do ano escolar. Embora estivesse absolutamente certo da minha reprovação, pelo menos nas duas matérias que eu mais temia, tomei o vinho e comi, vingativamente, a canja e o pão-de-ló. Alguns dias depois fui, porém, à escola, receber o resultado do tormento que se me impusera. A minha prova escrita foi-me devolvida. Era uma folha de almaço cujos cantos eu tinha ornamentado com alguns cromos coloridos, encapada com outra ainda mais sobrecarregada de enfeites, e presa por uma fita estreita, de cem réis o metro, dessas que os devotos costumam amarrar nos santos milagrosos. Eu havia sido aprovado plenamente em tudo. Mesmo em Geografia!... Mesmo em Português!...

Não sei se Saraiva Leão reabriu a escola no ano seguinte. Creio que não. Lembro-me apenas que, meses mais tarde, fomos, minha mãe e eu, visitá-lo. Recebeu-nos a velhinha, mãe dele, que se mostrava contente.

– Ah, minha senhora – contou ela, então, à minha mãe –, a senhora não imagina a doença que perseguia o meu Antônio! Ele andava, ainda quando servia a Deus Nosso Senhor, com uma ferida dentro do nariz. Uma tarde foi dormir à sesta, e uma varejeira sentou-lhe, lá nele, sem que se desse por isso. Veio uma dor de cabeça, e um cheiro, que só faltavam matar o pobrezinho... Mas, um dia destes, receitaram-lhe um pó. Ele tomou uma pitada, e espirrou. E nem lhe digo nada! Saiu-lhe do nariz uma bicharada como essa que dá na carne podre! Só vendo, minha senhora!

– Deitou um bicho do nariz! – espantou-se minha mãe.

– Um bicho, minha senhora? Nada disso! Mais de quinhentos bichos! Parecia que a cabeça do pobrezinho estava cheia de tapurus! Por isso é que fedia tanto a respiração dele! Mas graças a Deus já saiu tudo, e o meu Antônio está muito melhor.

Saraiva Leão ficou bom, realmente. Engordou. Ganhou cores. Casou-se. E morreu anos depois. O casamento foi-lhe mais fatal que a varejeira.

XLII
É BARATO!... É BARATO!... É BARATO!...

ENTRE os meus condiscípulos do Colégio Saraiva, tem lugar mais amplo e fixo na minha lembrança um rapazola cearense, pouco mais velho do que eu. Chamava-se José Vieira de Castro, e era filho de um pequeno comerciante de cereais e miudezas estabelecido em um dos quartos da “Feira”, nome que se dava ali, por extensão, ao pesado e sujo edifício do Mercado Público. Alto, caneludo, calças pelos joelhos, dentes maus e em conflito com a escova, e um pescoço que guardava a memória de todas as secas do Ceará, esse companheiro de bom coração e maus costumes deixou sinais indeléveis da sua influência na fisionomia grosseira da minha vida. Pertencendo, com os seus doze ou quatorze irmãos, a uma família que degenerara em tribo, e que se achava acrescida com os genros e noras que viviam às sopas do sogro, era José Vieira de Castro, o Zeca da nossa intimidade, obrigado a ir auxiliar o pai, antes e depois da escola, nos afazeres da “venda” humilde, onde os caboclos ébrios bebericavam aguardente em copos nunca lavados, e as moscas zumbiam sobre o balcão imundo, atraídas pelos fragmentos de rapadura. Esse auxílio redundava em prejuízo diário e seguido. Liberal até à inconsciência, José Vieira de Castro recusava-se a receber qualquer pagamento da mercadoria vendida aos companheiros de colégio. Não só isso como, ainda, lhes dava doces, cocada e bolo de milho, fabricados pelas irmãs e postos ali para vender à cabroeira faminta. E a mim, por se ter tornado meu amigo, ainda me dava dinheiro para a compra de papagaios e gaiolas, e para alçapões que íamos armar, os dois, nas cercas dos grandes quintais arborizados, ou na mata emaranhada e baixa que ficava por trás do cemitério. Se a alma de algum morto de Parnaíba tomou, por aquele tempo, a forma de pipira ou de vimvim, a família pode ter certeza de que essa não chegou ao céu.

À saída da escola era, porém, quando o Zeca patenteava melhor a sua prodigalidade. Havia no caminho do Colégio Saraiva uma preta, cha-

mada Joaquina, especialista em doce para meninos. O doce para meninos distingue-se dos outros por não exigir de quem o faz nem ciência nem consciência. O freguês é, sempre, pouco exigente e o fabricante pouco escrupuloso. E a Joaquina obedecia rigorosamente à tradição. Fazia doce de abóbora sem abóbora, e o de caju em calda de rapadura, e cada qual mais escuro, e que era entregue ao consumidor, ao preço de vintém o caju, em pedaços de papel de embrulho aberto na palma da mão. Em geral o papel se rompia, lambuzando o comprador. Cada um procurava, porém, depois de chupar o papel e lamber os dedos, limpar a mão na roupa do companheiro, resultando da limpeza de cada um a porcaria de todos. Metendo a mão suja no bolso ainda mais sujo em que tilintavam os níqueis surripia-dos à gaveta paterna, José Vieira de Castro pagava para todos nós. E nós o admirávamos como a um príncipe. Vibrasse em mim, por essa época, a alma de Horácio, e eu teria escrito uma ode a esse Mecenas, e outra, com o vocabulário da IV *Geórgica* de Virgílio, ao doce de caju.

Não é o doce, entretanto, que reclama, para sua memória, estas referências nas minhas. É o destino trágico, e amargo, que o aguardava adiante. Verificada a falência do pai, um velho baixo, grosso, de cabeça enorme e branca, seguiu a família, toda, para Belém do Pará, onde o desventurado ancião se tornou, em breve, uma das figuras populares da cidade. Sobranchando um rolo de esteiras de carnaúba, percorria ele, arrastando nos pés fatigados os velhos chinelões de couro, as ruas da capital opulenta, gritando o artigo do seu comércio, concluindo, sempre, com o estribilho, que lhe deu o apelido:

– É barato!... É barato!... É barato!...

“É Barato!” ficou sendo, assim, no seu heroísmo surdo e desconhecido, um tipo de rua, uma figura popular da cidade. As filhas, educadas e finas, vestiam-se com distinção e mantinham relações na sociedade polida; os filhos menores, e os netos, frequentavam o colégio, recebendo instrução. E o velho pai, e avô, carregado de esteiras, a camisa desabotoada no peito sob o paletó de brim escancarado, esgoelava-se pela rua, em chinelas, para assegurar-lhes um destino melhor:

– É barato!... É barato!... É barato!...

José Vieira de Castro, chegado a Belém, com o pai, e o resto da tribo, empregou-se no comércio e, com a sua atividade de cearense, possuía, em

breve, uma individualidade. Ficou noivo. Um dia, a noiva lhe confessa que a família pretende romper o compromisso daquela união, por ter aparecido outro candidato, um comerciante português, de largos dinheiros. Ele, que tanto furtara do pai, quando menino, ia ser, por sua vez, roubado no seu tesouro. Alma em tormento, corre a apurar a verdade. A comunicação é verdadeira. Trabalham contra a sua felicidade, como conspiram hoje, contra a minha, todos os passarinhos do cemitério de Parnaíba... As penas daqueles pássaros são, agora, penas do seu coração. Convida a noiva para morrerem juntos. Ela concorda, feliz. José Vieira de Castro toma, então, de um revólver, mata-a com um tiro no peito, e, disparando a arma no próprio ouvido, cai, agonizante, abraçando o seu ídolo ensanguentado... A cidade inteira comove-se. A imprensa enche-se do seu nome. E o meu antigo sócio nas gaiolas tem, na morte, uma das maiores apoteoses fúnebres de que Belém há sido testemunha e teatro, pois que a população quase toda se moveu numa funda e surda homenagem ao amor pobre e desgraçado, acompanhando a pé os dois caixões do mais triste noivado que ali se vira.

O velho pai emudeceu durante três dias. No quarto dia, porém, deslizava pelas ruas da capital, mais curvado, o passo mais lento, a cabeça mais alva, arrastando os chinelões de couro, soltando, em voz mais fraca, o seu grito de camelô, a dor pesando-lhe na alma, o rolo de esteiras pesando-lhe ao ombro:

– É barato!... É barato!... É barato!...

E toda a gente corria para a janela, não para lhe comprar a mercadoria modesta, mas para ver passar, com a sua agonia, a sua miséria e as suas esteiras de palha, o pai infeliz e pobre, que havia perdido o filho...

XLIII COM O DIABO NO CORPO

NÃO SEI se por exigência do horário escolar ou por outro motivo, a minha entrada para o Colégio Saraiva, nos fins de 1898, corresponde ao meu primeiro afastamento do balcão comercial de E. Veras & Filhos, ou mais familiarmente, do meu tio Emídio Veras. A verdade é que, por essa época, eu ia diariamente da escola para casa, e tornava aos papagaios de papel e às gaiolas para apanhar vim-vim, avezita insignificante que é quase uma poeira de pássaro, louro como um raio de sol e estridente como um flautim.

A minha atividade em casa era, por isso mesmo, infernal. Minhas tias haviam sido investidas por minha mãe do direito de castigar-me fisicamente. E não declinavam dele. Aos meus desaforos, investiam de chinelo na mão, e davam-me à vontade, e onde pegava o chinelo. Minha mãe, por sua vez, não me poupava. Ao escutar um palavrão meu, ou os gritos de minha irmã agredida por mim, ou a carreira de alguma das minhas tias, tentando segurar-me, encaminhava-se tranquilamente para um prego existente na parede do alpendre, retirava de lá uma corda dobrada em quatro, e saía ao meu encontro, no quintal, para onde eu batia em retirada.

- Vem cá, Humberto! – chamava, surdamente.
- Mamãe quer me dar... Não quer?
- Quero, sim. E estou te chamando para apanhares. Vem cá!
- Não me dê, mamãe! Pelo amor de Deus... Eu não faço mais!
- Vem cá, Humberto!

Eu acabava indo. Ia, e apanhava. Apanhava de corda, e onde a corda batia. E gritava como um desesperado, sapateando e defendendo, como podia, as canelas, postas a descoberto pelas calças curtas. Como, porém, essa franqueza tornasse cada vez mais demorada a execução do castigo, minha mãe passou a processos mais imaginosos e seguros. Trancava as portas do seu quarto, deixando apenas uma aberta, e chamava-me para

armar uma rede ou arrastar um baú. Eu entrava, como o rato entra na ratoeira, ela fechava a última porta, metia a chave no bolso da saia, e, empunhando a corda, aplicava-me surras formidáveis, que, pelos meus gritos, eram conhecidas em todo o quarteirão. Vezes havia, no entanto, em que ela me punha uma toalha à boca, para amortecer o escândalo do meu berreiro. Eu gritava, porém, ainda mais furiosamente, soltando urros de novilho no matadouro.

Poucos meninos terão apanhado tanto como eu, e terão tirado tão pouco proveito das pancadas recebidas. Examinada, em mim, a influência dos castigos corporais, a conclusão a tirar é que eles servem para manter o desejo de novas faltas e o propósito de repetir as antigas. Tivessem a palmatória, a corda, a bainha de facão, o galho de goiabeira, o salto de chinelo e outros instrumentos de suplício infantil, o mérito de corrigir as crianças, e eu teria sido o modelo dos adolescentes.

– Chicotada em menino, só se perde a que cai no chão – era o axioma corrente em nossa casa.

E eu creio que foram essas, no meu caso, as únicas que se aproveitaram.

Abandonando o Colégio Saraiva, tornei à mais pernicioso e completa vadiagem. Eu não tinha, propriamente, horror aos livros; mas queria escolher, eu próprio, os da minha leitura. Tinha, por exemplo, veneração pelos versos populares de Juvenal Galeno, descrevendo aventuras de jagadeiros no oceano largo e carreiras de vaqueiros famosos no encaço de barbatões atrevidos. Decorava-os para gritá-los à tarde, trepado nos galhos do meu cajueiro. E gostava de ler jornais, de saber o que ia pelo mundo, por cidades e países que eu não sabia bem onde ficavam. Meus tios costumavam mandar, de Belém, *A Província do Pará* e *a Folha do Norte*, grandes folhas diárias de que eu viria a ser, dez anos mais tarde, redator literário ou político. E eu acompanhava, por eles, o desdobramento das operações militares em Canudos, a chegada do sr. Lauro Sodré à sua terra, e outros acontecimentos consideráveis. Tudo isso me parecia, porém, tão distante, ocorrido em regiões tão remotas, que eu jamais supus pudesse conhecer o cenário fantástico daqueles sucessos.

O que mais me seduzia e encantava era, entretanto, o serviço bruto, a atividade ao ar livre, o contacto fraterno com a natureza. Pela manhã,

puxava água do poço profundo, com um balde, molhando todas as plantas do nosso quintal. Molhava-as e molhava-me, descalço e seminu, sentindo a mais intensa volúpia fornecida por aquela vida animal. Tomada a xícara de café com cuscuz ou bolo frito, e de regresso da “Feira”, aonde ia fazer as compras do dia, tirava a roupa, vestia uma calça velha e remendada, e, os pés na grama fresca ou morna, despido da cintura para cima como os trabalhadores de roça, tomava a enxada e ia capinar o quintal ou consertar algum pedaço de cerca. Se era inverno, plantava o milho, o feijão, e, na terra frouxa, a batata inglesa. De repente, desaparecia. O rio, na extremidade oposta da cidade, atraía-me. No Porto Salgado tirava a roupa, escondia-a sob uma pedra, e atirava-me ao Parnaíba, já povoado ali de dezenas de vadios como eu, e de moleques, vendedores d’água, que abandonavam os jumentos na margem e iam disputar-nos, a mim e aos outros, a resistência no mergulho e a velocidade na natação. Aos domingos, o banho era no Curtume, arrabalde parnaibano destinado às lavadeiras, a quem nós substituíamos, nesse dia, na ribanceira suave e ensombrada do rio.

Um dia, pelo inverno, o Parnaíba se estendia, em frente à cidade, por mais de duzentos metros de largura. As águas corriam-lhe velozes e ruidosas, no rumo do mar. Eu tomava banho com outros peraltas da minha idade, quando passou junto a mim uma canoa, que se destinava à outra margem. Segurei-me à borda da embarcação, deixando-me levar. Atravessado o rio, pensei na volta, a nado, sozinho. Princípiei a nadar, com água até o pescoço, tomando pé. De repente, começou o canal, onde, com a profundidade, a correnteza era maior. Lancei-me a ele, e pus-me a nadar, em linha reta. Não me ocorreu, todavia, dar a diferença necessária à força d’água, que, de pronto, me arrastou rio abaixo, levando-me para o lado do cais da Alfândega, em que era absolutamente impossível a abordagem. No meio do canal, senti-me fatigado, e gritei por socorro. Agitei as mãos, mas ninguém me atendeu. A corrente do canal apanhou-me a uns sessenta metros de terra, e levou-me como uma palha. Passei entre duas barcas de ferro ancoradas no meio do rio, e desapareci como um bólido. Até que fui atirado a um remanso, abaixo da Alfândega, ficando aí, estirado na lama da margem, mais morto do que vivo, o coração batendo forte, como a querer sair pela boca, e tremendo da cabeça aos pés, do susto e do esforço.

Três dos meus companheiros e vizinhos nos Campos morreram, aliás, afogados. Um deles, Leônidas, da família Monte Furtado, desapareceu no Curtume, num mergulho. Lembro-me ainda do movimento de barcos e redes, dos trabalhos dia e noite para pescar o seu corpo. Os outros dois, da família Queiroz, morreram na Pedra do Sal. Tinham avançado pela praia, ao anoitecer, apanhando conchas e búzios. A maré de enchente os sitiou em uma coroa. E o mar os devorou, rugindo e espumando. Creio, mesmo, que não se deu o trabalho de os vomitar, embora sem vida, como a baleia de Jonas.

– Esse menino precisa de seminário – dizia meu tio Emídio. – A família deve ter um padre...

E essa ideia me revoltava. Deus não precisava de mim, pois que eu já estava, mais ou menos, evidentemente, alugado ao Diabo...

XLIV HEROÍNAS OBSCURAS

A PENÚRIA, em nossa casa, tornara-se extrema, quase desesperadora. Quatro mulheres pobres e heroicas lutavam aí, numa terra de poucos recursos, pela subsistência de seis pessoas. Dividindo entre si as despesas, trabalhavam elas até tarde da noite, para a alimentação humilde e eventual de cada dia. Minhas duas tias maternas, franzinas, magras, cansadas, e a mais velha constantemente enferma, costuravam e bordavam para algumas famílias conhecidas, assumindo, com o produto precário desse esforço, a responsabilidade da cozinha e da mesa, uma semana sim, outra não. Minha irmã mais velha, e minha mãe, tinham a seu cargo a semana que se seguia: a primeira, curvada na máquina de costura, fazendo roupa de homens, camisas e calças de tecidos grosseiros, para casas comerciais; a segunda, cortando essa costura, e fabricando meias para homens, crianças e senhoras, meias de algodão trabalhadas na sua pequena máquina manual, e que eram vendidas na rua a oito, nove e dez tostões o par. A máquina havia sido uma dádiva generosa da família Martins Ribeiro, a qual, no seu conforto, jamais olvidava os pobres. Incumbia-se da venda quotidiana das meias a velha Andresa, cafuza desdentada e sem idade, que conhecia todo o mundo, penetrava em todas as casas, e vivia falando sozinha cousas sem nexos nem seguimento, mas de uma probidade irrepreensível nos negócios de que se encarregava.

Moça, forte e alegre, minha irmã, a filha adotiva que meu pai legara à minha mãe, era a única força entusiástica da casa. Dotada de acentuado espírito prático e de uma tenacidade corajosa e constante, cosia as roupas “de carregação” que minha mãe cortava, recebendo, das firmas para as quais trabalhava habitualmente, trezentos réis pela confecção de uma calça. Para ganhar dois mil e quinhentos réis por dia, precisava costurar, às vezes, das seis da manhã às nove da noite. Mesmo assim conseguiu reunir algumas economias e comprar, com elas, um jumento, que entregou a um

caboclinho, para a venda de lenha na zona urbana. O caboclinho cortava a lenha nas matas vizinhas, carregava com ela o quadrúpede, e vinha vendê-la à cidade. A carga, de sessenta achas, custava, então, oitocentos réis. Os lucros eram divididos entre o sócio de indústria e o sócio “capitalista”. E como o caboclinho podia fazer duas viagens diárias, minha irmã auferia, como proprietária do jerico, oitocentos réis por dia, dinheiro esse que lhe permitia o luxo elegante e singelo, sonhado pelos seus dezoito anos animosos e heroicos.

O trabalho de minhas tias era mais delicado, metódico e paciente. Sendo, embora, mais satisfatoriamente remunerado, tornava-se mais difícil de obter. De três em três meses, às vezes mais espaçadamente, meu tio Antoninho remetia do Pará cem ou cento e cinquenta mil réis. Esse auxílio correspondia, porém, à parte nas despesas que competia à irmã mais velha, que passava a maior parte do tempo doente, deitada, vítima de um desânimo irremediável.

Minha mãe não contava senão consigo mesma. Tendo, além da sua parte nas despesas de cozinha, de vestir e educar dois filhos, e de contribuir com os impostos e consertos da casa, o seu sacrifício era consideravelmente maior. A velhice chegava, e o seu organismo se debilitava pelo trabalho, pelos cuidados, pela alimentação imprópria e deficiente. Para um lucro de dois mil réis, tornava-se preciso um dia inteiro de atividade intensa e dolorosa. Um aneurisma no polegar da mão direita não só dificultava, como fazia mais penosa a sua operosidade. A compressão exercida pela tesoura quando talhava a costura, e o congestionamento determinado pelo movimento da manivela da máquina de meias contribuía para aumentar o volume daquele tumor, cuja pele se tornara fina e transparente, ameaçando uma ruptura fatal. Às vezes, assaltavam-na vertigens. Um dia, a língua se lhe prendeu, perdeu a fala, e permaneceu sem sentidos. Assim, porém, que, uma hora depois, se podia erguer, tornava ao trabalho, com a mesma coragem, o mesmo ânimo, a mesma dedicação.

A nossa alimentação era pobre, mas possuía a vantagem de ser sadia e bem feita. Faziam a cozinha as próprias donas da casa, revezando-se semanalmente. Tomava-se café pela manhã, com cuscuz ou bolo frito em óleo de coco. Às dez horas, almoço, em que o cozido e o assado eram pratos de resistência. Às quatro, jantava-se. E, à noite, às oito horas, uma

xícara de café, para dormir. Isso, nos dias de fartura e prosperidade. Nos maus dias, que não eram raros, havia um prato só: carne misturada com arroz. Às vezes, mugunzá, de manhã e à tarde.

Nada havia, talvez, mais doloroso e afitivo do que, nos dias maus, a ansiedade com que minha mãe aguardava, ao anoitecer, o regresso da velha Andresa. Às vezes, esperava-a à janela. E havia uma alegria consolada nos seus olhos pisados e tristes quando a velha, ao chegar, depois de monologar guturalmente alguns minutos, informava:

– Hoje, Sinhá, vendeu três pá... Três pá de muié...

Vinha, porém, logo, a decepção:

– Moça pagou um... No sabo paga os otro...

E entregava os nove tostões, descontando, já, o seu, de comissão.

Minha mãe ia raramente à igreja, mas, em casa, rezava muito. Principalmente à noite. O terço ficava pendurado no punho da sua rede e, ao deitar-se, ela o dedilhava inteiro, sentada, tempos esquecidos. E obrigavamos, também, a rezar. Ajoelhados na esteira, diante dela, eu e minha irmã repetíamos o Padre-Nosso, a Salve-Rainha, o Creio-em-Deus-Padre, e outras orações familiares. Terminadas estas, mandava que fizéssemos, com todo o coração, e em voz alta, esta súplica:

– Meu Senhor Jesus Cristo, se eu não tiver de ter uma boa sorte, levai-me deste mundo dando-me uma boa morte.

Minha irmã pequena, de nove anos, repetia clara e tranquilamente essas palavras. Eu, porém, gaguejava, embrulhava a súplica, e dizia outra coisa, ou não dizia nada... Preferia à morte, com toda a sua tranquilidade, a vida, com todos os seus dissabores. E Deus, por intermédio do seu Filho, nos atendeu a ambos. Minha irmã morreu.

E eu aqui estou.

XLV
REGRESSO AO BALCÃO

ESSA situação, que o amor-próprio da família dissimulava mesmo aos olhos dos mais íntimos, e que era, e talvez seja ainda, a de numerosos lares pobres nas pequenas cidades do Norte, chegou, de algum modo, ao conhecimento de meu tio Emídio Veras. Cunhado de minha mãe duas vezes, ele teria, sem dúvida, suavizado essas dificuldades se tivesse despesas menores na sua própria casa, e os negócios, nesse tempo, lhe corresse mais prósperos. Ao seu espírito prático, posto ao serviço de um coração magnânimo, acudiu, porém, uma ideia, que corresponderia a um duplo auxílio às vítimas daquela penúria silenciosa: dar-me um emprego definitivo no seu estabelecimento comercial, arrancando-me à ociosidade perigosa, e remunerar esses serviços com um pequeno ordenado. Passando a fazer as refeições em sua casa, ficariam aliviados, também, de uma boca faminta, os pratos da nossa mesa. E isso valia por uma esmola considerável naquela hora precária da nossa vida.

Voltei, assim, aos doze anos, para trabalhar das sete da manhã às sete da noite, ao balcão de E. Veras & Filhos, à Rua Grande, em frente ao Porto Salgado, campo antigo e movimentado das minhas peraltices fluviais. Pela manhã, vinha eu da nossa casa nos Campos, abria o estabelecimento em companhia do meu primo mais moço, Canuto Veras, sócio de seu pai, e que residia no prédio contíguo e comunicante, borrifava o pavimento atijolado com uma bacia com água, na qual mergulhava a mão, e varria todo o corpo da loja. Em seguida, espanava as prateleiras, arrumava as caixas de fazendas e as gavetas de linhas e grampos, enchia as garrafas de aguardente, areava a balança, distribuía-me, em suma, por trabalho contínuo e miúdo de que só tem ideia, e a que só empresta importância, um caixeiro-vassoura de casa de comércio do interior.

Pouco depois das nove horas, começava a atividade de balcão, com o aparecimento dos fregueses, na sua maior parte pequenos lavradores re-

sidentes na outra margem do rio, os quais, vendido na cidade o produto do seu roçado, iam adquirir, antes de transporem o Parnaíba, o corte de chita, o “pão de sabão”, o machado, a faca, a enxada, ou a camisa ou a calça de riscado ou zuarte, já feita, para as necessidades da sua pobreza. Havendo, porém, igualmente, compra e venda por grosso, era eu destacado, não raro, para entregar ou receber sacas de algodão procedentes do interior e destinadas ao Maranhão ou Liverpool, e que entravam no armazém, ou dele saíam, à cabeça de caboclos ou pretalhões de musculatura poderosa, cuja força animal supria a falta de motores e guindastes no transporte de grandes pesos. Esse trabalho me enchia de orgulho. Executando-o, eu me sentia um pouco em contato com o mundo largo, que reboava lá fora e de que tinha ideia, apenas, pela leitura dos jornais do Pará, ou pela contemplação das cartas geográficas em que os oceanos azuis me apareciam cortados e recortados pelos traços negros das linhas de navegação.

As tardes, quando não havia esse trabalho de armazém, eram, sempre, monótonas. Apenas um ou outro freguês pobre para um cálice de aguardente. Aproveitando essa folga, eu punha um livro, ou um jornal, dentro de uma gaveta de mercadorias, presa ao balcão, e ficava-me a ler, às escondidas. Um vento fresco sacudia a arborização da rua, lá fora. E eu lia às pressas um almanaque ou um jornal velho, simulando arrumar carretéis de linha ou pacotes de anzóis, porque a minha obrigação era ficar à porta, chamando, convidando, lisonjeando algum freguês retardatário.

Às quatro horas, meu tio gritava por mim:

– “Seu” Humberto? Ponha duas cadeiras na porta!

Eu ia buscar as cadeiras, e punha-as fora, na calçada. Punha, primeiro, duas. À medida, porém, que chegavam os palestradores habituais, novos gritos reclamavam novas cadeiras. Seis, oito, às vezes mais. Último reduto de um partido morto com a queda de Glicério no Rio de Janeiro, era ali que aqueles sebastianistas políticos iam sonhar em conjunto com a volta do Desejado. Os discursos de Coelho Rodrigues, de Bulhões, de Rui, de Ramiro Barcelos, eram comentados animadamente, às vezes com algazarra, como se os debates oratórios tivessem sido travados no Conselho Municipal de Parnaíba, no Largo da Matriz. A discussão secava as línguas, e quem pagava era eu.

– “Seu” Humberto! – gritava meu tio. – Traga daí um caneco d’água!

Eu abandonava a leitura tola, fechava precipitadamente a gaveta, ia ao fundo da loja, mergulhava no pote de barro o frio caneco de folha, e levava-o, segurando-o pela asa, a meu tio, na calçada. Minutos depois, outro grito:

– “Seu” Humberto! Ó menino! Olhe aqui um caneco d’água para “seu” Sebastião Seixas!

A cena repetia-se. Leitura abandonada. Gaveta fechada às pressas. Caneca mergulhada no pote. E eu, à porta, com ele, molhando a garganta seca dos partidários de Glicério.

Ao fim de algum tempo, comecei a usar de uma represália, única possível na emergência, e compatível com a minha idade. Quando meu tio gritava “seu” Humberto! Traga daí um caneco d’água”, eu corria ao interior da loja, e voltava com a água. Mas, em meio caminho, vingava-me: cuspi dentro.

Animado com a discussão, o palestrador nem olhava a espuma que ia à superfície do líquido. Bebia, jogava fora o resto na rua, e devolvia-me o caneco sem olhar-me e sem, sequer, uma palavra de agradecimento.

Davam-me trabalho. Mas bebiam cuspo.

XLVI NA ESCOLA DO VÍCIO

EM NOTA íntima encontrada no seu arquivo e postumamente divulgada, assinala Maurice Barrès como causa dos seus defeitos da infância e da mocidade a falta de contacto com espíritos superiores. “La faiblesse de mon enfance et de ma jeunesse – escreve, textualmente – a été de ne pas connaître d’hommes supérieurs. C’est d’eux que j’avais soif et faim. Il n’y avait même pas de notables, de hauts types de civilisation. Il n’y avait pas de grands coeurs”. A mim, não somente faltaram os grandes guias e os grandes exemplos humanos, como sobraram, em todo o caminho, espetáculos e figuras destinadas a atrofiar o meu espírito, a corromper o meu coração, a anular, em suma, todos os impulsos nobres do meu ser. O que eu via em redor de mim, fora do quadro escuro da nossa casa em que se lutava heroicamente pelo pão, era o tumulto das misérias humanas, a glorificação dos atos criminosos, e uma pequena humanidade arrastada, pela pobreza ou pela mediocridade do ambiente, para as sarjetas da vida e do mundo.

A casa comercial do meu tio Emídio Veras – E. Veras & Filhos – era, como disse em outra parte, a primeira da Rua Grande, em frente ao Porto Salgado. Diante dela ficava o trapiche onde atracavam os vapores fluviais que faziam a navegação do Parnaíba, e as barcaças carregadas de algodão, de couros, de cera de carnaúba, de cereais, dos artigos que o Estado produzia para exportação. Por toda a extensão do pequeno cais, que tomava a largura da rua e era continuado pelos telheiros dos armazéns da Alfândega, enxameava todo um mundo de estivadores, pretalhões e caboclos despidos da cintura para cima e da coxa para baixo, e uma infinidade de pretinhas adolescentes, ou velhas megeras desgrenhadas e sujas, que se degradavam na embriaguez e na prostituição. Estabelecimento em que se vendia de tudo, a casa possuía, como todas as outras do seu gênero, um pequeno balcão de aguardente. E era diante deste que vinham bebericar

aqueles pretalhões suados, alguns deles famosos pelos seus atentados contra a vida alheia, e estalar aos meus ouvidos, subido do cais e das canoas da praia, o vocabulário horrendo e baixo de embarcações e prostitutas.

Ao cair da tarde, terminadas as descargas, vinham aqueles homens estirar-se no largo passeio do estabelecimento, e à sombra dele, as mãos cruzadas por baixo da cabeça, trocando pilhérias grosseiras e, não raro, espirituosas. Às vezes, excedidos na aguardente, travavam luta, investindo-se a cacete em punho, a mão no cós à procura da faca. Os companheiros intervinham, porém, prontamente, separando os lutadores, que se empravavam para outro dia e outro lugar, em que liquidavam sangrentamente a contenda.

Tudo, nesse ambiente, respirava coragem, valentia, força física, e, quase sempre, ingênua, leal e desassombrada ferocidade. Enquanto repousavam, a conversa possuía como objeto, ordinariamente, a vida e os feitos dos mais destemidos, especialmente as lutas a cacete ou a faca, armas que eram, entre eles, as únicas dignas de um homem decidido e valente. Essas palestras, que iam crescendo de animação à medida que as regava a aguardente, eram, todavia, entremeadas de quedas de braço, ou jogo de pau, em que dois dos mais ágeis no pulo e no manejo do cacete de maçaranduba ou jucá saltavam para o meio da rua, e esgrimiam com esta arma, procurando cada um, com a rapidez dos movimentos e a segurança do olho felino, evitar o golpe do adversário. A assistência, deitada, acorçada ou sentada no passeio, acompanhava com interesse o espetáculo, apupando com gargalhadas, saudando com gritos de incitamento, a inabilidade do vencido ou a agilidade do vencedor.

Não obstante a severidade com que meu tio condenava tais cenas, sustando-as com um grito de reprovação e de ameaça, eu não podia fugir ao contacto desse mundo, e à influência instintiva desse hábito. Servido o copito de aguardente ao freguês, desafiava-o, por minha vez, para a queda-de-braço.

– De munheca ou pela cana? – indagava o estivador.

– De munheca.

– Não dou confiança a guri – respondia-me Chico Preto ou João Grande. – Quer pela cana, com um dedo, venha.

E, fincando o cotovelo no balcão, pousava o dedo indicador no meu pulso, até me bater com a mão, violentamente, na tábua. Às vezes, para humilhar o caixeiro, um deles ainda desafiava:

– Quer botar rabo de tatu, pode botar!

A queda-de-braço de munheca é destinada aos contendores de força igual, o polegar de um apertado entre o indicador e o polegar do outro. O rabo de tatu é a humilhação: é representado pela intervenção do indicador da mão esquerda entre as duas mãos dos lutadores, para auxiliar um deles. Eu ia, apesar das recomendações do meu tio e dos meus primos, sócios da casa, fortalecendo o meu braço infantil. Fortalecia o braço e enriquecia o vocabulário com todo o lixo verbal do mais movimentado porto piauiense.

Embora, por um pudor íntimo e natural, não me utilizasse dele todo, ia compreendendo o que os vocábulos significavam. Pervertia, pelos ouvidos e pelos olhos, o pensamento, posto que possuísse, ainda, no íntimo, copiosa reserva de sentimentos puros.

Estes operariam, mais tarde, a minha salvação.

XLVII OUTRA ESCOLA

AQUELA não era, entretanto, a única, nem a primeira escola de valentia e de perversão mental que eu frequentava. A nossa casa, nos Campos, ficava a pequena distância da feira, mercado público da cidade. Formando um grande quadrilátero cercado de portas, e em cujo centro se achavam um alpendre e um vasto pátio para a venda de carne, peixe, cereais e verduras, a feira ficava no meio de uma praça arborizada de mungueiras enormes, a cuja sombra faziam o seu comércio precário, pobres velhas que vendiam cocada, bolo de milho e mingau. Cada uma das portas da feira correspondia a um quarto, comunicando com a praça e com o interior, no qual se retalhava aguardente e vendia quinquilharia barata. E esses quartos, e as suas cercanias, eram um dos pontos habituais de ébrios, valentões e rameiras da mais baixa condição, cuja sífilis seria bastante para contaminar três quartas partes da América.

Tendo de fazer compras para a nossa casa, eu ia, antes de tornar ao balcão do tio Emídio, todas as manhãs, a esse foco de perdição, a que se acham sujeitos, aliás, todos os meninos pobres das pequenas cidades nordestinas. Conhecia, de vista e de nome, todos os criminosos que vagavam soltos, à espera de oportunidade para a perpetração de novos delitos. Aquele tumulto, aquele vozerio, aquelas descomposturas de cozinheiras nos açougueiros, de marafonas ébrias, dos soldados que as arrastavam para a rua, atraíam-me, divertiam-me o espírito aberto e desocupado. Nada, porém, me seduzia tanto como os espetáculos novos, nas manhãs de domingo.

Nesse dia afluíam para o mercado, não só dos bairros pobres da cidade, como dos povoados vizinhos, trabalhadores do porto, lavradores e vaqueiros famosos pela sua valentia, pela sua perícia no manejo do cacete ou da faca. Desde cedo essa gente começava a beber, nas casas de pequeno comércio que rodeavam a feira. Por volta das nove horas fazia-se um

círculo de curiosos sob uma das árvores da praça fronteira. Num certo momento, pulava para o meio do círculo um caboclo, ou um mulato, calça de riscado grosseiro, ou apenas com a ceroula de algodãozinho amarrada no tornozelo, camisa do mesmo tecido escancarada no peito, caindo, solta, por cima da calça ou da ceroula. Pés descalços, chapéu de palha de carnaúba atirado para trás, os cachos de cabelo derramados sobre a testa, cacete preso ao braço por uma correia, e, no rosto, os estigmas do álcool, enternecendo as veias e atuando na exaltação dos sentidos.

– Quem vem?... Quem é homem?... – gritava pulando no meio da roda formada pelo povaréu, ansioso do espetáculo.

A esse primeiro movimento, o cabo Geraldo, comandante do destacamento de duas praças, intervinha, o boné de lado, o espadagão bimbalhando à cintura de macaco fardado, para regulamentar a função. Afastava os mais chegados, alargava o círculo, tirando alguma pedra da areia, como se fosse ele o empresário da luta.

Tomadas essas providências, o valentão não esperava muito. Outro caboclo, ou outro mulato, presente na ocasião ou avisado em algum balcão onde bebericava esquentando os miolos, aceita o desafio e pula, também, para o meio da roda. Defrontam-se, medem-se, os cacetes na mão. Os primeiros encontros são mais uma saudação do que uma luta. Os cacetes chocam-se no ar, estalando seco. Saltando, ágeis, os olhos nos olhos do adversário, como dois galos de rinha, procura, cada qual, acertar no corpo do contendor, cujo cacete acorre, porém, na defesa do lugar visado, como nas justas de espada ou florete. Segurando o jucá ou a maçaranduba com as duas mãos, uma em cada extremidade, o lutador cobre-se com ele à investida do contendor, e passa, de súbito, da defensiva ao ataque. De repente, a uma distração de um dos brigadores, o cacete do outro desce-lhe, certo, sobre a cabeça. Um estalo surdo anuncia a felicidade do golpe, que é confirmado pelo fio de sangue que escorre, vermelho, pela testa do ferido, ensopando-lhe os cachos do cabelo, tapando-lhe uma das vistas. O bravo passa a mão pelo olho quase vendado, mas não esmorece. Limpa o sangue, atirando-o para o lado, com a mão. Ao sentir-se, porém, em perigo, não tem dúvida: desembaraça-se do cacete, mergulha a mão no cós da calça ou da ceroula, e arranca de lá sua faca, a arma de confiança. O círculo de curiosos alarga-se, elástico, facultando maior espaço para a se-

gunda parte do programa. O outro lutador segue o exemplo do primeiro, mudando de arma. E começa o choque das feras, o combate definitivo e sangrento dos tigres.

De súbito, num salto seguro, uma das facas mergulha num peito ou num ventre. Um grito parte de todas as bocas. O sangue tinga uma camisa, e o ferido rola na areia fofa e ensombrada, que se colore de vermelho. O criminoso, a faca na mão, rompe o círculo, e dispara na carreira, em fuga. O cabo mete o apito na boca, e trila, chamando um dos dois soldados que beberica em um dos quartos da feira, por ter ficado o outro de guarda à cadeia. E saem a correr, numa corrida murcha e cansada, em perseguição do criminoso, que já vai longe, enquanto almas piedosas acendem uma vela de carnaúba junto à vítima, para que veja iluminarem-se, na hora final, os vastos e misteriosos caminhos do céu.

Era este um dos meus divertimentos dominicais, dos nove aos treze anos.

XLVIII AMBIÇÕES DE “GLÓRIA”

ALÉM dessas escolas públicas de perversão, eu possuía professores particulares, para abreviação do curso. Eram amigos que eu fazia fora do colégio e do balcão, rapazolas cujos feitos, como promotores de desordens nas festas de gente humilde, me causavam inveja, e cujas tradições de valentia eram para mim o que haviam sido, para Temístocles, depois da Maratona, os louros de Milcíades. As cenas e conversas de que eu era quotidianamente testemunha, haviam depravado inconscientemente o meu espírito, cujas aspirações se limitaram, desde logo, ao ambiente em que ele se desenvolvia. Os meus heróis eram os caboclos valentes, os criminosos desassombrados, os portadores de músculos vigorosos, os que jogavam a vida num lance dramático e tinham o nome e as proezas celebradas pela boca do povo. Minha imaginação infantil, que a História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França havia povoado de espadachins lendários e animados de um sopro de epopeia, era visitada frequentemente por entidades contemporâneas, entre as quais avultavam João Brandão, José dos Telhados e Antônio Silvino, cuja vida aventurosa e enfeitada de crimes começava a cercar-se de um halo de legenda. Não encontrando, porém, no meu caminho, nem Roldão, nem Oliveiros, nem mesmo os facínoras de Portugal e do Brasil cujas façanhas os poetas populares haviam perpetuado em versos, ia-me eu contentando com a admiração, e a inveja surda, votada ao Joãozinho Barros, que fora atacar sozinho o Externato São José, para dar uma surra no diretor, e com os conselhos e recomendações do Cazuzo Porto, meu vizinho e, ao tempo, o mais íntimo e solícito dos meus amigos.

Cazuzo Porto era um rapaz branco, mas de família humilde, de origem cearense, exilada para Parnaíba por uma das secas da terra natal. Seu pai, ancião robusto e jovial, era sapateiro. E ele, sapateiro, como o pai. As irmãs, senhoras claras e bonitas, haviam casado na pequena e honrada burguesia local, vivendo no conforto e na abundância. O velho e o filho

não tinham, entretanto, abandonado a profissão modesta a que se haviam consagrado. Batiam a sola no joelho, lado a lado, na oficina doméstica, e recebiam a pobreza com alegria porque lhes vinha, com ela, a certeza da liberdade.

Pertencendo ao número de rapazes que não recusavam luta em qualquer ponto da cidade e que, empenhados em um conflito, não saíam dele sem imprimir no couro do adversário o selo da sua superioridade, Cazuzza Porto constituía, com a sua amizade generosa, um dos orgulhos da minha vida. Essa intimidade garantia-me contra os mais fortes do que eu. E como, ao lado desses méritos públicos e perigosos, possuía qualidades nobres, recomendando-se como bom irmão e bom filho, eu justificava com estas, perante minha mãe, a manutenção dessa estima, a fim de me ir industriando naqueles.

Um dia, Cazuzza Porto me disse:

– Você precisa é ter uma faca. Homem sem faca é como galo sem esporão: até galinha dá nele.

Dias depois, eu lhe levava a arma, nas condições que ele recomendara: de um palmo de folha, com pouca flexibilidade, com o aço retinindo na unha e cuja lâmina, soprada de perto, não ficasse embaciada com o sopro. Cazuzza achou-a excelente, fez, para ela, uma bainha de couro, afiou-a, dando-lhe corte de navalha, e entregou-me, dizendo-me:

– Agora você vai aprender a brigar de faca.

E explicou-me:

– Quando você tiver de enfrentar um camarada, não comece querendo meter-lhe a faca na barriga. Você arranca o ferro da bainha e vai-se chegando para o sujeito, com os olhos nele e a faca escondida, assim, atrás da munheca. Chegando junto, você mergulha de repente, torcendo o corpo, e passa-lhe o ferro aqui em baixo, acima do calcanhar. Cortado o nervo, o rejeito sobe, e o camarada desaba no chão, sem poder se levantar. Você aí cai em cima dele, de taponar ou de faca mesmo, conforme a raiva ou a necessidade.

E mostrava-me, praticamente, como eu devia fazer.

Aos doze anos eu possuía, assim, já, a minha faca. Trazia-a no cóis da calça, às vezes escondida, às vezes ostensivamente, com o cabo à mostra. E o meu maior desejo, a minha ambição mais alta, consistia em um encon-

tro imaginário com o destemido Joãozinho Barros, terror da cidade e paixão veemente das moçoilas dos bairros pobres. Idealizava uma luta com ele. Confiante na tática do Cazuza Porto, via-me insultando-o, cuspidolhe no rosto os maiores desaforos. De repente, ele investia para mim, o braço pronto para a bofetada. Eu, porém, mergulhava inesperadamente, passava-lhe a faca no rejeito, e ele tombava no chão, rilhando os dentes, de dor e desespero. Eu caía, então, sobre ele, cosendo-o de facadas, ao mesmo tempo que meu nome corria de boca em boca por toda a Parnaíba, nesta notícia sensacional:

– O Humberto, filho de Dona Anica, matou o Joãozinho Barros, a faca, no Largo da Matriz!...

Seria a glória. Seria o triunfo. Seria a popularidade. E eu me arrepiava todo, de horror e de orgulho, ao imaginar esse quadro, e ao alimentar essa ideia.⁴

⁴ Joãozinho Barros foi, cinco ou seis anos depois, assassinado em Parnaíba. (Nota do autor).

XLIX NA ESCADA DE SETE DEGRAUS

NASCIDO o primeiro pensamento mau, filho do primeiro mau conselho e do primeiro mau exemplo, outros surgiram, para formação da galeria. Cada vício gera, sempre, outro pior. Lançada a semente de um num coração sem defesa, a espécie logo se multiplica, à semelhança desses vegetais solitários que, pouco a pouco, tomam o terreno, e se transformam em bosque uniforme e impenetrável. Meu coração e meu espírito eram terra fértil e abandonada. A Vida podia cultivar, neles, a roseira ou o cardo, a cicuta que dá o veneno ou o trigo que dá o pão.

O segundo pensamento criminoso que me veio foi o do furto. Não sei como meti a mão pela primeira vez, às escondidas, na gaveta da casa comercial de E. Veras & Filhos. Principiei. Trabalhavam no estabelecimento, por esse tempo, quatro pessoas: tio Emídio, chefe da casa; seus filhos e sócios, Joaquim e Canuto; e eu.

A casa da família ficava na outra margem do rio Parnaíba, o qual era atravessado em canoa. Para isso, havia um serviço público arrematado à Municipalidade, pagando-se ao remador quarenta réis por pessoa, e por vez. Às dez horas da manhã e às quatro da tarde, meu tio fazia essa viagem, para almoçar e jantar. Quando ele regressava, íamos nós, isto é, seus dois filhos e eu. Meu tio possuía, porém, em uma das ilhas do delta, uma fazenda, na qual nasciam, cada ano, alguns bezerros, e um menino. Uma vez por semana, pelo menos, montava ele a cavalo e ia para lá, deixando a casa de comércio entregue aos seus dois rapazes. Quando isso acontecia, o regime de trabalho era alterado: meus dois primos iam, juntos, almoçar e jantar, deixando-me na loja, sozinho. Quando eles regressavam, ia eu, por minha vez.

Diz Machado de Assis que a ocasião não faz o ladrão, como afirma o provérbio. A ocasião, diz ele, apenas revela o ladrão, porque esse nasce feito. Eu não sei se Machado de Assis algum dia furtou. Se furtou,

não confessou nunca o seu furto. E, se não furtou, falta-lhe autoridade para afirmativa tão grave. Eu, porém, posso declarar, com o prestígio da experiência, que muito ladrão não o seria sem a cumplicidade da ocasião. Indivíduos há que sentem fome unicamente à vista do prato. O apetite não lhes apareceria sem a presença do manjar destinado a satisfazê-lo. São Genebro viajava sem comer e possuía um cajado. Mas só abateu o porco alheio quando o Diabo o colocou ao alcance da sua mão.

Ficando sozinho na loja, passei da gaveta para o bolso, a primeira vez, apenas um níquel. Lembro-me. Veio o remorso. Pus a moeda, de novo, na gaveta. Retirei-a outra vez, e fui à porta, olhar se meus primos já vinham. A canoa, que os trazia, vinha encostando. Mesmo que me viesse a ideia de repor o dinheiro, não havia tempo. Justifiquei-me com essa impossibilidade perante a consciência. E fui jantar, levando o níquel.

A ventura de ter no bolso, permanentemente vazio, aquele dinheiro, compensou, em mim, o arrependimento de o ter furtado. E de tal modo que, dias depois, retirava outro níquel, e mais outro, e, afinal, uma cédula de dois mil réis, numa progressão de quantia que se tornava mais audaciosa à proporção que iam ficando impunes os delitos anteriores.

Um dia, em que havia bastante dinheiro na gaveta, tirei dez mil réis. Senti horror, como num vômito da alma, e, não podendo conter a minha inquietação, fui esconder a cédula debaixo do trapiche, no porto. Operava-se, porém, já, a mitridatização da minha consciência. O organismo acostumava-se com o veneno, preparando-se para doses mais altas. Havendo ao lado da loja um depósito de querosene em latas, que eram vendidas aos retalhistas da praça, vendi, um dia, uma caixa, e fiquei com o dinheiro. E tal era o progresso em que ia, que, certa vez, tendo de ir a um quarto em que se hospedavam fregueses da firma, procedentes do interior, tirei do bolso de uma calça, que se achava num cabide, uma cédula de cinquenta mil réis. Esse furto avultado trouxe-me nova crise de pavor. Arrependi-me. Em breve, porém, o demônio que se hospedava em minh'alma tranquilizava a minha consciência, lembrando-lhe que no bolso da vítima havia muitas cédulas, e algumas ainda maiores, e que eu ainda fora honesto e virtuoso, apossando-me apenas de uma, e das menores.

A escada do crime possui, dizem, sete degraus. Eu acabava de firmar-me, e com segurança, no primeiro.

L
HOMERO E O TESTAMENTO DO MACACO

A QUE DESTINAVA eu, porém, esse dinheiro? Em que ambição se fundava o meu crime? A que flor, ou a que espinho, ia servir de seiva esse estrume? Quisesse eu justificar-me, atraindo para as minhas faltas a simpatia dos que me lerem, e iria ligar, subterraneamente, a esses delitos alarmantes, a paixão literária, ainda incaracterística, mas latente, já, entre as preocupações instintivas da minha vida.

Parnaíba não possuía bibliotecas nem, sequer, livrarias. O único estabelecimento comercial que se entregava por eventualidade à venda de livros era o do sr. Paulino Bastos, no Largo da Matriz, o qual consagrava uma prateleira de pouco mais de um metro, fora do balcão, a obras escolares: cartas de abc, tabuadas, aritméticas de Trajano, gramáticas de João Ribeiro. Poder-se-iam contar, talvez, em 1898 e 1899, os romances e demais livros de recreio existentes na cidade, levados do Maranhão ou do Pará por algum viajante afortunado. *Os apóstolos*, *O mártir do Gólgota* e a *História de um beijo*, de Peres Escrich, alguns volumes de Alexandre Dumas, de Ponsón, de Richebourg e Júlio Verne, formavam uma pequena coleção para mulheres, que as moças e senhoras liam e reliam, e, não raro, ensopavam de lágrimas comovidas. Dois ou três rapazes possuíam escondidamente as suas dezenas de volumes, mas não os emprestavam a ninguém. O gosto das letras era, em suma, tão clandestino como os amores dos homens casados. Existia, mas secretamente. Ninguém falava dele.

Foi por esse tempo que dois moços do comércio, Luís Dourado e Zenóbio Raposo, resolveram explorar, heroicamente, a venda de livros. Trabalhando durante o dia no escritório da casa exportadora Marc Jacob, alugaram eles um pequeno quarto atijolado, puseram aí duas carteiras, e iniciaram um serviço de importação das livrarias do Rio de Janeiro e do Maranhão, formando a firma Dourado, Zenóbio & Cia. Mediante pequena comissão, encarregavam-se de pedir, com pagamento à vista, as obras

que o freguês escolhesse. E como Luís Dourado tivesse a mais bonita letra de Parnaíba e mostrasse gosto pela escrituração mercantil, cada comitente possuía título aberto no Contas-Correntes da humilde sociedade comercial.

Foi para aí que eu encaminhei, na minha ingenuidade criminosa, uma parte dos capitais furtados a E. Veras & Filhos. De posse de um catálogo da Livraria Garnier, escolhi, nele, algumas obras do meu agrado, entre as quais *O testamento da pulga*, *O testamento do cachorro*, *O testamento do gato*, *O testamento do burro*, *O testamento do macaco*, e outras igualmente consideráveis. Em seguida, pedi uma Galeria dos Homens Célebres da Antiguidade, de dez ou doze mil réis. Começava, já, aí, o ecletismo do meu gosto literário. Interessavam-me a vida de Maomé, os feitos de Alexandre, a cegueira de Homero; mas queria saber, também, o que pensavam, ao morrer, o gato, o burro, o cachorro e o macaco.

Minha conta-corrente chegou a somar, parece, em três meses, mais de cinquenta mil réis. E como o tributo lançado sobre a gaveta de meu tio produzisse mais do que me era preciso para esse luxo literário, ia eu pedindo ao meu amigo Cazuzza Porto, então empregado como caixeiro de um cunhado em um dos quartos da feira, que me guardasse o saldo para as despesas futuras. Duas, três vezes por semana, ao regressar, à noite, para casa, passava pelo pequeno estabelecimento do mercado, e, à vista mesmo do proprietário, entregava ao seu caixeiro, como se fora no guichê de um banco, ora dois, ora cinco, ora dez mil réis. Cazuzza Porto recebia a cédula, ou os níqueis, e juntava-os ao maço já recebido, e que ele depositava na prateleira dos artigos de louça, dentro, se bem me lembro, de um urinol grande, branco e novo. As minhas economias desonestas possuíam, como se vê, o cofre que mereciam.

– Quanto já tenho aí? – perguntei, uma noite, pela última vez, a Cazuzza Porto.

Ele mergulhou a mão no urinol, contou as cédulas e os níqueis, e informou:

– Setenta e dois mil réis.

Dois dias depois, voltei, levando mais cinco mil réis a depósito. Mas, quem me recebeu, dessa vez, foi o dono do estabelecimento, cearense gordo, e claro, em mangas de camisa.

– Não convém mais você deixar o seu dinheiro aqui – disse-me calmamente. – O que você havia dado ao Cazuzza para guardar, desapareceu.

– Desapareceu?

– Sim... Eu acho que furtaram. Cazuzza interveio:

– Não sei como foi. Eu o tinha guardado ali, como você viu. E ontem não vi mais...

Calei-me. Havia sido ludibriado, e traído. Meses e meses de susto, de suores frios, de escamoteações temerárias, tinham sido inutilizados! Com quase treze anos, e arruinado, voltando à miséria! E não sei em que pensei no momento.

Creio, porém, que pensei em tudo. Menos na verdade.

LI O FLAGRANTE

A QUEM deverei atribuir, hoje, o golpe terrível, e fundo, mas necessário, que me interrompeu a atividade criminosa, e contribuiu para imprimir uma nova direção à agulha magnética, na bússola da minha vida? Que agentes se associaram, e por que modo, para a descoberta do feio delito que eu praticava, infligindo-me uma humilhação cujo alcance eu não podia compreender, pois que eu tinha, apenas, completado doze anos?

Certo, não se tornava difícil a apuração da minha desonestidade. O meu ordenado era, apenas, de doze mil réis por mês, e esse mesmo retirado em mercadorias, especialmente em café, açúcar e cereais destinados à minha mãe. Como, pois, poderia eu, senão criminosamente, fazer encomendas de livros e ter dinheiro em poder de amigos, movimentando numa quinzena quantias que não ganhava num semestre?

O segredo em torno dos meus negócios era impossível. Canuto Veras, meu primo e um dos sócios de meu tio, era um dos fregueses de Dourado, Zenóbio & Cia., e, na qualidade de amigo de Luís Dourado, podia manusear o Contas-Correntes e ver o volume das minhas transações. Teria partido, todavia, daí, a suspeita? Ou de uma denúncia do cunhado de Cazuzza Porto, indo restituir a meu tio, ou aos meus primos, o dinheiro guardado na sua prateleira, e cujo desaparecimento simulara? Não sei, nem procurei saber. Que importa à vítima o ponto do céu de onde partiu o raio, se não é possível mais evitar o efeito da desgraça que o fulminou?

Chegara o dia 22 de agosto de 1899. A casa comercial de meu tio era, como descrevi em outra parte, contígua a outra em que residiam meus dois primos, sócios da firma, ambos solteiros, e comunicava-se com ela por uma porta, fora do balcão. Naquela tarde, meu tio havia ido para a fazenda, ficando na loja os dois rapazes. Em determinado momento, como às vezes acontecia, estes se retiraram para a casa de moradia, onde costumavam tomar café ou examinar alguns livros, ficando eu sozinho, na loja.

Não sei se era a primeira vez que eles me experimentavam, para apurar a verdade. O certo é que, nessa tarde, quando me vi só, abri a gaveta do balcão, e acabava de fechá-la quando os meus dois primos surgiram repentinamente, avançando para mim.

– Largue o dinheiro, “seu” patife! Passe o dinheiro que você tirou! – exclamou o mais velho, detendo-me.

Estaquei, pálido, sem uma palavra. Os dois passaram-me revista. Viraram-me os bolsos, examinaram-me a camisa. E não encontraram nada. Por um motivo qualquer, em que entrou mais o acaso do que o desejo, eu não retirara nesse dia, sequer, um níquel. Falhara o flagrante. Mas possuíam eles, com certeza, provas suficientes dos delitos anteriores. Soltaram-me, por isso, sem nada dizer. E, se disseram, eu nada escutei, tamanho era o meu atordoamento. Rolavam sobre a minha cabeça frágil os destroços de um mundo cuja arquitetura eu não conhecia.

Quando cheguei à nossa casa, nos Campos, acabava de dar oito horas no sino da Matriz. Havia visitas, e achavam-se todos sentados em cadeiras, postas fora do passeio, na rua quieta e silenciosa. Apenas minha mãe estava sentada no tijolo da calçada, na sua posição humilde e familiar. Beijei-lhe a mão, e sentei-me a seu lado, a alma confrangida de terror e de pena. Ao fim de algum tempo disse-lhe que lhe queria falar, e entrei. Ela foi ao meu encontro, e saímos, os dois, abraçados, para o quintal.

Era uma noite sem lua, um pouco escura, mas com muitas estrelas. Lembro-me disso ainda hoje, porque foi essa uma das poucas vezes que, no orgulho da minha miséria, levantei os olhos para o céu. Com o braço na cintura de minha mãe, e sentindo o seu em torno do meu pescoço, contei-lhe, chorando, a cena da tarde. Narrara-lhe o episódio, mas não me acusava, não lhe falava dos antecedentes. Estava certo de que a sua resposta seria, naquela noite mesmo, uma surra, como as que me aplicava constantemente por faltas muito menores. A culpa havia sido, porém, grande demais, para que ficasse resolvida com o meu castigo. Minha mãe sentia que era preciso, naquele transe, proteger o seu filho. Criminoso ou não, ele era uma criança. Chegara o momento em que eu mais carecia da sua proteção, do seu arrimo, do seu apoio. E ela mo deu, tendo, embora, cravada no peito a lâmina mais afiada e mais venenosa que nele se embebeu, em toda a vida.

As plantas do nosso quintal estavam todas adolescentes. Meu cajueiro tinha quatro vezes a minha altura, e foi junto dele, quebrando, torturando, triturando as suas folhas, que eu alanceei o coração da minha mãe, contando-lhe a verdade cruel. Ao terminar, senti que ela chorava e que me apertava mais fortemente de encontro ao seu coração. Percorremos, duas ou três vezes, abraçados e em silêncio, o caminho que os coqueiros novos, e as laranjeiras tenras, marginavam na sombra. Ela chorava, mas refletia. Ao fim de alguns instantes, parou, e recomendou-me:

– Não digas a ninguém uma só palavra sobre isto... Ouvistes?⁵

– Sim, senhora.

– Vamos para a calçada. É preciso que ninguém saiba o que houve.

Tornando à companhia das visitas, minha mãe, que antes quedava silenciosa, passou a tomar parte na conversa, rindo muito e nervosamente. Despedidos os visitantes, recolhemo-nos, para dormir.

E eu, da minha rede do alpendre, vi, pela porta aberta do seu quarto, que ela não dormiu um só instante. Sentada na rede, o terço na mão, passou a noite inteira rezando...

⁵ Mantivemos o verbo no plural, em atenção ao texto-base (W. M. Jackson Editores) e também por fidelidade ao que o Autor haverá de ter querido “documentar” de certa fala coloquial maranhense, ocorrente mesmo entre pessoas cultas. (Nota do Editor).

LII

O CÁLICE DA AMARGURA

SÓ HOJE me é possível compreender o sofrimento e a fortaleza de minha mãe nesses dias terríveis da nossa vida. A vergonha de que eu havia coberto o nosso nome não a acovardou, entretanto. Não a vi chorar, depois da noite em que lhe comuniquei, no quintal, as ocorrências da tarde. Mergulhada em si mesma, sem poder explicar as minhas permanências em casa, parecia procurar um caminho, uma saída honrosa para nós. A pequena casa dos Campos, em que morávamos, era nossa. Tudo que possuíamos no mundo estava reduzido às telhas daquele teto.

Dias depois, ela me chamou, e disse-me, entregando-me um envelope:

– Vai ao “outro lado”, e entrega esta carta ao compadre Amando. E traze a resposta.

– Eu posso ler?

– Não é preciso. Eu mando perguntar a ele se ainda quer comprar a nossa casinha... Se ele quiser, voltaremos para Miritiba...

E desatou a chorar, abraçada comigo.

Fui ao “outro lado” do rio. Como tivesse de passar por diante da casa de meu tio, encontrei-me com uma das primas, em cuja fisionomia descobri o constrangimento causado pela minha presença. Entreguei a carta a Amando Miranda, antigo empregado do comércio parnaibano que havia regressado do Amazonas, onde casara rico, trazendo uma pequena fortuna. Ele não aceitara, porém, a oferta. E minha mãe viu-se na contingência de arrostar sozinha, na mesma terra em que eu lhe havia envergonhado a vida heroica e pobre, os comentários dos nossos parentes e conhecidos, que me auguravam, e justamente, um futuro triste, em dias que não viriam longe. Se a alma das facas dorme nos canivetes, como se lê no verso de Rostand, o meu destino devia anunciar-se, aos olhos deles, coberto de lama e de sangue.

O modo por que eu havia saído da casa de meu tio fez com que minha mãe não pensasse, sequer, em um novo emprego para mim, no comércio de Parnaíba. É possível que, em atenção ao nosso parentesco, meus primos não divulgassem o motivo do meu desaparecimento do seu balcão. Eu, porém, na minha inconsciência, não tinha as mesmas cautelas. Ao mesmo tempo que me inocentava perante minha mãe, reduzindo as proporções do meu delito, procedia de modo contrário na rua, agravando-lhe a significação e dando cores mais negras ao episódio nas palestras com os meus companheiros, ou com os caixeiros dos outros estabelecimentos.

– Por que você saiu da casa do coronel Emídio? – perguntava-me algum deles.

– Por causa de um dinheiro que eu tirei.

E descrevia a cena, de acordo com a minha imaginação:

– O Joaquim e o Canuto andavam desconfiados que eu tirava dinheiro da gaveta, e era verdade mesmo. Em uma semana eu tirei mais de duzentos mil réis. Nesse dia, porém, eles se esconderam para me apanhar. Quando eu me vi sozinho, meti a mão na gaveta, tirei vinte mil réis, e guardei. Nesse momento eles apareceram, e avançaram para mim. Quiseram me segurar, mas eu fugi com o corpo, dei um pulo por cima do balcão, e saí, correndo, pela rua. Eles ainda saíram atrás de mim, mas não me pegaram. E até hoje não voltei mais lá.

Contava isso com ufania, com orgulho, olhando o efeito da minha narrativa na fisionomia dos que me escutavam. Eles faziam-me perguntas novas, admirando-me a coragem, e valentia, e temeridade. E eu lhes respondia com particularidades novas, inventadas na ocasião, que punham em maior destaque, na imaginação deles, a minha figura de malfeitor vivaz e precoce. Em casa, porém, amansava os ímpetos, e procurava convencer minha mãe de que seu filho era pouco menos que um santo. “Le rêve du heros – diz o Cid, no poemeto hugoano, dirigindo-se ao pai – c’est d’être grand partout et petit chez son père”. E eu, sem o querer, imitava, nesse passo, o Campeador: fazia-me de valente por toda parte; mas acovardava-me à aproximação de casa, como se não fosse, já, a mesma entidade corajosa e desassombrada.

É que eu conhecia, nas surras domésticas, a inflexibilidade do braço de minha mãe.

LIII

UM GENERAL QUE NÃO CHEGOU A SOLDADO

COM a consciência da minha culpa, eu procurei, naturalmente, todos os modos de não aumentar os desgostos de minha mãe. Contribuí, talvez, para esse esforço, a gratidão que lhe devia pela maneira corajosa por que me defendera, amparando-me, protegendo-me, quase me absolvendo, na hora em que todos me condenavam. Ela estava, provavelmente, convencida de que eu não era inocente. Mas, eu era seu filho. E quem me levantaria da lama a que me havia arrojado, se ela se não pusesse abnegadamente entre mim e o mundo, afrontando as iras dele, guardando com o seu próprio corpo o adolescente culpado, mas que era sangue do seu sangue, carne da sua carne?

Compreendi que devia pagar com a correção da minha conduta aquele excesso de dedicação maternal. Pela manhã, após o café, e de regresso da feira, aonde voltara a fazer as compras domésticas, sentava-me à máquina de fabricar meias e punha-me a trabalhar. Fazia meias de senhoras, de homens e de crianças. Fazia as primeiras *fechadas* ou *abertas*, à moda do tempo ou ao gosto da freguesa. Fazia de ponto frouxo ou apertado, conforme a grossura da perna. Fazia-as graduando o tamanho do pé, imprimindo cento e dez voltas ao cilindro quando a encomenda vinha da coroa dos Tucuns e sessenta e cinco, apenas, quando procedia de alguma casa aristocrática da Rua Grande. E a minha tarefa subia, não raro, a cinco pares diários, os quais minha mãe ia *fechando* à mão, isto é, serzindo no ponto terminal, no bico do pé, e passando a ferro, para a venda ou entrega no dia seguinte. Senhoras de Parnaíba, então jovens, hoje matronas, tiveram, há trinta e três anos, a perna moça e morena comprimida por meias de dois fios, ou de um só, fabricadas por esta mão que devia, mais tarde, escrever livros alegres ou tristes, legislar para o seu país, e segurar, enludada, por benignidade do Destino, o punho de ouro de um espadim acadêmico!

Qual seria, entretanto, por essa época, o alvo do meu pensamento? Em que poria, nesse deserto material e moral, a minha esperança? Creio que trabalhava com entusiasmo, e até com sofreguidão, mas sem objetivo. Trabalhava porque o trabalho correspondia a uma necessidade do meu temperamento e constituía um derivativo das energias que acordavam em mim.

Essa foi, aliás, sempre, uma das características da minha personalidade, mesmo quando ela se não havia ainda definido. Em qualquer situação que me encontre, desobrigo-me das atribuições que me cabem sem qualquer ideia das conseqüências. Vou, sempre, para diante, de olhos fechados. Se tivesse nascido no século XV e me houvessem confiado uma frota, eu teria descoberto a América sem o menor pensamento na glória do feito. Posto o leme em determinada direção, viajo até descobrir um Novo Mundo ou rebentar num rochedo a proa da minha caravela. Navego mais pelo gosto de navegar do que pela ideia de saber o que existe no fim da viagem.

Certa vez, porém, uma senhora que alimentava paixão pela farda, reminiscência de um cadete do Ceará que lhe ficara no pensamento, abriu diante dos meus olhos espantados o futuro que me aguardava, e que se tornaria realidade se eu seguisse a carreira militar. Com uma vivacidade atordoante, descreveu-me, ela, o meu destino vitorioso e seguro, a minha ascensão através dos postos, com o braço enrolado em galões de ouro e o quepe enfeitado de folhas de loureiro, na indumentária oficial dos heróis. Viu-me alferes aos dezenove anos; tenente, aos vinte e dois; e capitão, e major, e tenente-coronel, e coronel, e, finalmente, general;

– General, como Artur Oscar! – lembro-me, com o pensamento, ainda, na campanha de Canudos.

Foi isso por ocasião de uma visita, em companhia de minha mãe. Era à noite. De regresso, arranjei em caminho, com um antigo alferes aluno desligado da Escola Militar do Ceará, uma álgebra. E, chegando em casa, comeci a estudar. A lousa pousada na mesa, a cabeça pousada na mão esquerda, buscava com simples auxílio do raciocínio, interpretar as regras formuladas literariamente no livro. E já me imaginava embainhado no meu uniforme vistoso, marchando à frente das minhas tropas, quando minha mãe, vendo que se aproximava a madrugada, saiu do seu quarto

mansamente. À claridade lúgubre do lampião de querosene, eu meditava, cabeceando de sono, diante do método de Trajano. Minha mãe aproximou-se docemente, e pôs a mão, meiga, em minha testa.

– Em que pensas, meu filho?

– Na Escola Militar, mamãe... No princípio do ano que vem vou a Teresina tirar os preparatórios... Depois, sigo para o Rio de Janeiro, e me matriculo na Escola Militar.

Minha mãe sorriu com amargura. Beijou-me a cabeça:

– Com que dinheiro, meu filho?

Fechei o livro. E o futuro general brasileiro viu-se, degradado, e reduzido, de novo, à sua condição real, e irremediável, de humilde, pequeno e obscuro fabricante de meias na cidade piauiense de Parnaíba...

LIV OUTRO DEGRAU DA ESCADA

O APERFEIÇOAMENTO moral não se processa, porém, em nós, de modo seguido e seguro. Nós somos um campo de batalha em que as hostes do Bem e do Mal ora investem, ora cedem terreno, fazendo depender, às vezes, do acaso, o resultado final da campanha. A vitória da Virtude sobre o Pecado não é, por isso, fácil, nem rápida. A sua conquista efetua-se entre quedas e desfalecimentos. Para avançar, faz-se mister, não raro, recuar. E o catolicismo realizou obra de sabedoria representando a alma humana disputada pelas legiões do Céu e do Inferno, e a capitulação perante o Erro como o triunfo dos anjos negros de Lúcifer sobre os claros anjos de Deus.

A lição que eu tinha recebido devia corrigir-me do hábito que ela motivara. Mas havia uma infinidade de setores novos para as investidas do Demônio. E o Demônio veio por um deles, tentando a posse do terreno sem defesa.

Ocupado em auxiliar minha mãe, durante o dia, na fabricação de meias, só à noite me era permitido sair, para brincar na vizinhança. A princípio, e durante algum tempo, encaminhava-me, logo ao anoitecer, para a casa do coronel Epaminondas Castelo Branco, delegado de Polícia, que ficava em rua próxima e cujos fundos davam para a nossa casa. Era um homenzarrão bondoso, excessivamente calvo, e com alguns punhados de cabelo alourado e liso escorrendo da base do crânio para o pescoço e para os ombros. Pai de numerosos rapazes, alguns mais ou menos da minha idade, era com estes que me ia entregar aos exercícios violentos do jogo da barra, formando nós dois campos na rua arenosa e larga. Tomavam parte nesses jogos, entre outros, Epaminondas Castelo Branco filho, que era deputado federal pelo Piauí quando a Revolução de 1930 dissolveu a Câmara; Gervásio Castelo Branco, funcionário de Fazenda e ex-delegado fiscal no Maranhão; e Francisco Castelo Branco Nunes, inspetor, em 1932,

da Alfândega do Rio de Janeiro. Os dois primeiros eram filhos do delegado, e este, sobrinho. Havia, além destes, outros Castelo Branco, filhos e sobrinhos do velho Epaminondas, que não fizeram, todavia, a carreira fora da terra em que nasceram. Venciam, talvez, no jogo da barra; mas só esses três, parece, venceram no jogo da Vida.

Uma noite, porém, num dos assaltos ao campo inimigo para arrancar prisioneiros, um adversário, mais forte do que eu, deu-me um encontrão. Bateu, não me lembro se com a cabeça, ou com o pé, no meu estômago. Sei que a dor foi violentíssima, e que caí quase desacordado. A família do delegado socorreu-me, dando-me água, e remédios. Mas, para que se não repetisse o incidente, o sr. Epaminondas determinou, com a sua dupla autoridade de pai e de delegado, que os filhos não voltassem a tomar parte naquela brincadeira violenta, a qual, pela amostra, poderia ter um desfecho fatal. E os nossos exercícios, que nos enchiam de prazer e de areia, acabaram, assim, por essa ordem da Polícia.

Dispondo, novamente, de tempo, voltei à camaradagem de Cazuza Porto, cuja fama de valente me ufanava. Morando na mesma rua e a pequena distância da nossa casa, passei a procurá-lo como outrora, e a encantar-me com as histórias épicas que me contava. Bastante mais velho do que eu, ele compreendia, parece, a desvantagem dessa amizade. Era, porém, delicado, mais por índole do que por educação, e suportava-me, aconselhando-me muitas vezes para o bem, ao mesmo tempo que me fornecia exemplos que me apontavam rumo contrário.

Certa noite em que conversávamos à porta da sua casa, foram alguns amigos, já rapazes, convidá-lo para o banho. Fiz questão de ir com eles, e fui. O banho era no rio, no Porto Salgado, em frente à casa comercial de meu tio, fechada àquela hora. Atracado ao trapiche estava um dos vapores que faziam a navegação do Parnaíba, o qual se achava preso à terra, à popa e à proa, por meio de grandes cabos. A noite estava escura, e o porto quieto, iluminado, apenas, nas duas extremidades do cais, por dois tristes lampiões de querosene.

Chegados à margem do rio, despimo-nos, sentamo-nos na areia batida e úmida. Um dos rapazes desembulhou uma garrafa de aguardente, levou o gargalo à boca, bebeu alguns tragos, e passou-a aos outros. Cada um dos rapazes fez o mesmo.

– Você não quer? – perguntou-me um deles.

– Eu? Por que não?

Cazuza quis opor-se, mas a garrafa chegou às minhas mãos. Virei-a na boca. O líquido, queimando-me a garganta, obrigou-me a fazer uma careta. Estávamos, porém, no escuro, e ninguém deu por isso.

Ao fim de alguns momentos, a garrafa correu a roda outra vez. Bebi novamente, e senti-me leve, como uma pluma. Os meus companheiros caíram n'água, e nadaram em direção ao navio, em cujas grandes rodas laterais se acomodaram. Lancei-me à água, também, nadando com o mesmo destino.

– Não venha, que você morre, menino! – gritaram-me.

Mas eu fui. Sentia-me tão disposto a nadar que seria capaz, naquela noite, de atravessar o Helesponto, mesmo que Hero não se encontrasse na outra margem. Ao chegar, porém, à roda do navio fluvial, os meus companheiros já o haviam abandonado, de regresso. Segurei em uma das pás, e sentei-me. A maré estava de vazante, e as águas rolavam, rápidas, gorgolejando, no rumo do mar. Sozinho, no côncavo da caixa da roda do navio, tendo sobre mim a escuridão e, em baixo, o mistério das águas velozes, senti, a princípio, em consequência da meia embriaguez em que me encontrava, um bem-estar indizível, inenarrável. Parecia-me que, se me atirasse dali à correnteza, teria a mais doce das mortes. Ofélia, descendo, morta, e coroada de flores, o curso do seu regato, não seria mais feliz do que eu, enrolado naquela noite nas águas turvas daquele rio... De repente, porém, assaltou-me a realidade. A segunda fase da perturbação alcoólica manifestou-se por um suor frio, e por uma espécie de atonia muscular. Tive a impressão de que ia morrer. Fechei os olhos, e segurei-me. E, à primeira melhora, atirei-me à água, nadando para a margem, onde meus companheiros se preparavam, já, para ir em meu auxílio.

A partir dessa noite, não perdi mais o banho no rio, passando a constituir um dos componentes do grupo. Ia e bebia com os outros os meus goles de aguardente. Apenas, como eles bebiam por prazer, e eu para recomendar-me na admiração deles, sucedia-me beber mais do que eles próprios. O álcool atordoava-me, dava-me agonia, mas não me tirava, absolutamente, nem o equilíbrio nem o entendimento. Eu supria, entretanto, essa falta, simulando embriaguez completa, tropeçando na areia, andando

em ziguezagues, proferindo frases sem nexos, para que meus companheiros me amparassem, me segurassem, conduzindo-me até às proximidades de casa. Assim, porém, que ficava sozinho, aprumava o corpo, limpava a boca, endireitava o cabelo, e começava a arquitetar a mentira, que, ao chegar em casa, devia pregar para minha mãe.

E estas eram tantas, que me restava, apenas, o trabalho da escolha.

LV
NO RASTRO DE BENJAMIN FRANKLIN

NÃO OBSTANTE o meu insucesso como alfaiate e o meu desastre no comércio, minha mãe não desesperava de dar-me uma ocupação fora de casa. A máquina de meias envelhecia, as agulhas emperravam, o fio tornava-se mais caro, prenunciando o desaparecimento da nossa indústria. Minha irmã mais velha, que nos auxiliava, casara-se e passara a cuidar do seu lar. E foi, então, quando ocorreu à minha mãe meter-me como aprendiz numa oficina tipográfica, ressuscitada nos últimos dias de 1899.

Acabava-se, na verdade, de fundar em Parnaíba uma folha quinzenal, para aproveitar uma tipografia, berço e túmulo de todos os jornais que a cidade havia possuído naqueles quarenta anos mais próximos.

– É uma boa profissão – diziam as pessoas amigas que tinham conhecimento do fato. Parnaíba não tem tipografia e, no entanto, é um dos ofícios mais distintos e rendosos.

E o Dr. Sampaio, velho médico da família:

– Muito bem... Muito bem... Era a profissão de Benjamin Franklin... E quem sabe se o meu amiguinho não acabará aperfeiçoando o pára-raios?...

Intitulava-se *O Comercial* a nova gazeta parnaibana, de que era diretor o bacharel Olinto Amorim, o mesmo que me havia feito suar frio, um ano antes, como examinador de português do Colégio Saraiva. Conduzido por minha mãe à oficina, fui entregue aí ao coronel Joaquim Antônio de Amorim, pai do diretor do quinzenário e apaixonado consumidor de bebidas fortes, o qual, por sua vez, me confiou a um senhor de nome Floriano Serra, que era o único ser vivente que trabalhava no jornal, exercendo as funções de chefe, compositor, paginador, impressor e empacotador da folha.

A oficina era nos fundos de uma casa de comércio sem fregueses, e cujas prateleiras não eram ornadas senão das garrafas que o dono havia

esvaziado em vinte anos de intemperança. Terminada a lotação de um dos mostruários, as aranhas pregavam sobre ela o selo de consumo das suas teias. Se as garrafas cheias tivessem vida, as prateleiras do coronel Amorim seriam o seu cemitério. Ele as desencarnava, extraíndo-lhes o espírito.

Operário contratado no Ceará, e moço bem educado, esse Floriano recebeu-me como o carrasco de bom coração a quem entregam uma criança para guilhotinar. Apiedou-se de mim, lamentando que, pertencendo a uma família de condição, em que eram tão numerosos os homens ricos, eu escolhesse a menos remuneradora das profissões, principalmente em uma cidade em que não existia a indústria tipográfica. Fazia-se mister, porém, começar a aprendizagem. E entregou-me um monte de velhos tipos empastelados, para separar letra por letra, de acordo com os corpos e feitos, e distribuí-los, em seguida, pelas caixas respectivas.

– Sim, senhor! – monologava eu, em silêncio, contemplando os pequenos pedaços de chumbo, os olhos fixos neles, estabelecendo a comparação. – Sim, senhor!

E lembrando-me das palavras do Dr. Sampaio:

– Que trabalho teve o pobre Benjamin Franklin!...

O material tipográfico era antiquíssimo. Os tipos, que vinham trabalhando desde a monarquia em diversos jornais parnaibanos, achavam-se já tão gastos que havia letras quase indiferençáveis. Enchiam eles, ao todo, cinco ou seis caixas, das quais uma de itálico e outra de “borradinho”. Quando faltava o *n* minúsculo, usava-se o *n* às avessas. O *p*, o *b* e o *q* moravam já na mesma casa, de tanto se revezarem e substituírem. Era o regime comunista posto em vigor no alfabeto.

Onde, porém, a realidade requeria a colaboração do milagre, era no manejo do prelo, verdadeira tragédia em ferro fundido. Para imprimir o jornal, tornava-se preciso pôr o papel de molho com dois dias de antecedência, abria-se uma folha sobre uma velha mesa, e borrifava-se com água. Punha-se outra por cima desta, e repetia-se a operação. E assim até a última das duzentas folhas –, pois que a tiragem era de duzentos exemplares –, quando se colocava, então, sobre elas, uma tábua com um grande peso, a fim de que o papel se impregnasse de umidade para maior facilidade no recebimento da tinta. A impressão era demoradíssima e complicada. Pronta a chapa, e colocada no prelo plano, passava-se a tinta

com um rolo manual, estendia-se o papel em cima, e movia-se tudo, por meio de uma roda, para debaixo da prensa. E aí, à força de empuxões em uma alavanca de madeira, fazia-se descer a prensa sobre a chapa, deixando-a por um minuto a transmitir a tinta ao papel. Imprimiam-se a primeira e a quarta página em dois dias. Retirava-se a chapa, que era substituída, e em outros dois dias imprimiam-se as outras duas. Isto sem contar o tempo consumido em calçar os “paquetes”, e que contribuía para que a impressão dos duzentos exemplares não ficasse concluída em menos de cinco dias. E como a composição fosse feita ordinariamente em doze, resultava sair o jornal sempre com atraso de dois ou três dias, isto é, a 3 e a 18 de cada mês, embora com data de 1º e 15.

Os redatores d’*O Comercial* eram o bacharel Olinto Amorim e um Francisco Pinto de Mesquita, escriturário da Alfândega de Parnaíba, caboclo escuro, magrinho, de bigode ralo, dono de um fraque esverdeado que devia ter sido comprado há meio século, de mistura com o material da oficina. Creio, porém, que o jornal vivia, ou morria, mais à custa de transcrições do que, propriamente, de originais. Quando a folha saía, e era entregue aos assinantes, já a cidade a conhecia, pois que as provas eram lidas de porta em porta, pelos que escreviam as notas ou, melhor, pelas pessoas que as cortavam dos jornais de Teresina, do Rio ou do Maranhão. Não raro, quando ela circulava anunciando que um assinante se achava enfermo, este já se encontrava há quase uma semana debaixo da terra. Por isso mesmo o encalhe era, ordinariamente, de metade da edição.

Três ou quatro dias após a minha estreia na oficina, comecei a aprendizagem da composição. Compunha, a princípio, unicamente, anúncios. Depois passei às notícias, que jamais se referiam a fatos locais. E tal foi o meu desejo de seguir as gloriosas pegadas de Benjamin Franklin que, ao fim de um mês de atividade, o coronel Amorim me chamou, e declarou-me, solenemente:

– Você vai ter um ordenado. Aqui estão seis mil réis do mês que já trabalhou. Mas eu vou aumentar-lhe a mensalidade.

E entregando-me as pequenas cédulas e alguns níqueis:

– Deste mês em diante, você passa a ganhar sete mil réis.

Foi aí na tipografia que eu comecei a corrigir-me. Tendo de passar o dia encerrado entre quatro paredes tristes, em companhia de um homem

simples, bom e trabalhador, como era esse obscuro Floriano Serra, fui me acostumando à vida humilde, compreendendo a minha condição de órfão sem arrimo, enchendo-me de paciência, de resignação e de cordura para carregar pelo mundo o pesado fardo da minha pobreza. Comecei, então, a adorar minha mãe, e prometi, num juramento feito a mim mesmo, torná-la feliz, compensando-lhe, assim, as amarguras que lhe causara no meu tempo de colegial e de vadio, espelho de maus exemplos, vítima de más companhias.

Já um dos dois Dumas dizia, porém, que o homem morre precisamente quando vai aprendendo a viver. A mim me aconteceu cousa mais ou menos igual: quando ia me habituando ao trabalho e à vida honrada de operário anônimo, o jornal morreu.

E eu interrompi a minha carreira de colega de Benjamin Franklin, sem haver tentado, sequer, o aperfeiçoamento do pára-raios.

LVI
TERCEIRO CAPÍTULO PARA FREUD⁶

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

⁶ Vide nota à p. 69.

LVII PREPARATIVOS DE VIAGEM

O TEMPO corria, célere, e o meu futuro continuava a apresentar a perspectiva de um deserto de cinza, limitado, no horizonte, por um deserto de areia. Habitada por numerosas famílias de boa condição social, mas dispendo de poucos lugares no comércio, e nos ofícios menos grosseiros, para os meninos que se iam tornando rapazes, Parnaíba era, por essa época, uma das muitas cidades saturninas do Norte, que geram os filhos e os devoram. Dezenas de moços tomavam, cada ano, o rumo da Amazônia, onde iam ser pasto das febres nos seringais recém-descobertos. E os que não partiam, eram forçados a viver na indolência, aguardando, com simulada esperança, uma vaga humilde em alguma casa comercial, ou a mudança da política para conquista de um magro lugar na Intendência do Município ou na Coletoria do Estado. Produzindo maior quantidade de material humano do que requeriam as necessidades do consumo, o excedente da produção tinha, logicamente, que apodrecer na ociosidade. E era esse apodrecimento em vida, essa existência incolor, inútil e medíocre, que me estava destinada, quando se operou um milagre, oferecendo solução imprevista ao problema do meu destino.

É verdade que minha mãe procurava ocupar, quanto possível, as minhas horas vazias, e que eu próprio, matando a fome à minha atividade, buscava enchê-las com alguma cousa. Mais por gosto do que por obrigação ou castigo, aprendi a fazer crochê, renda de almofada, e algumas outras prendas femininas e caseiras. Cheguei, mesmo, a encher o labirinto de um par de varandas de rede. E como o espírito morava no corpo, mortificava este último, por intermédio do espírito, com algumas horas de estudo. Para tanto, lembrou-se minha mãe de dar-me um professor particular, e gratuito, de francês e latim.

Chamava-se, este, Firmino Sampaio, era empregado, se não me engano, na Capitania do Porto, e morava na casa vizinha em que havíamos

residido anteriormente. Simpático, moço e alegre, o mestre era, aí, mais infantil que o discípulo, com a circunstância, ainda, de achar-se casado há pouco tempo. Munido de uma gramática do Padre Pereira, e de um *método* de Ahn, ia eu, todas as manhãs, à aula. Sentávamos-nos, os dois, no alpendre.

– Vamos começar... – dizia ele.

Às primeiras palavras, porém, gritavam do fundo da casa:

– Firmino? Venha cá... A coelha está tendo filho!

– Vamos ver, Humberto!... Vem depressa! – convidava-me o professor.

E íamos, acorados à porta do quarto em que ele fazia a sua criação de coelhos, olhar o fenômeno da maternidade, as contrações augustas e santas que assinalavam, na vida do roedor, o enriquecimento da família... No dia seguinte, outro chamado:

– Firmino? Venha ver... O pintinho está saindo da casca...

E eis-nos a correr, meu professor e eu, para assistir ao nascimento do pinto. Tal era, em suma, o entusiasmo de Firmino Sampaio pelas cousas puras e inocentes do mundo, que eu, ao fim de dois meses, conhecia o latim e o francês tão profundamente como hoje conheço o árabe e o sânscrito. Em compensação, possuía, com o auxílio dos olhos, um curso apreciável de História Natural.

E lia, também, por conta própria. Um dia, tomei uma tradução de Júlio Verne, *Os filhos do capitão Grant*, em dois volumes. Li à tarde, e durante a noite toda. Pela manhã a leitura estava concluída. E eu com febre alta, febre nervosa, da emoção recebida. Não gostava de estudar; mas gostava de ler. O espírito começava a sentir apetite. Queria, no entanto, ele próprio, escolher o seu prato.

Foi por esse tempo que, encontrando-se com minha mãe, tio Franklin Veras lhe perguntou se queria que ele me levasse para o Maranhão. Em São Luís, com as relações de que dispunha, poderia obter, para mim, um lugar no comércio. O essencial era arrancar-me ao ambiente parado, ao mar de sargaço da Parnaíba daquela época, em que os braços caíam, cansados do esforço de tanto se moverem no vácuo.

Essa consulta constituía, evidentemente, a maior esmola que nos podiam atirar, do céu ou da terra, os deuses ou os homens. E pode-se

imaginar a sofreguidão, a alegria, o contentamento de alma e de coração com que minha mãe a recebeu, e a respondeu, e o interesse com que iniciou, desde logo, os preparativos da minha viagem. Por meio de uma procuração, mandou ela vir de São Luís os quinhentos mil réis da herança de meu pai, que se achavam depositados ali, na Caixa Econômica. O sr. Leôncio, meu antigo mestre de alfaiate, fez-me, por vinte mil réis, um terno que custava quarenta, de casimira felpuda, com calça comprida, o qual me transformava, pela espessura do tecido, no urso mais gordo de Parnaíba. Foram compradas, para mim, duas redes bonitas e de varandas largas; botinas de elástico e cobertores de chita ramalhuda. Minha mãe fez-me, ela própria, as meias, as camisas brancas de colarinho pregado, e meia dúzia de ceroulas de algodãozinho, amarradas em baixo com cadarço, e enfeitadas, no cóis, com arabescos em linha vermelha. Um enxoval, enfim, preparado com o esmero, e o carinho, com que se preparou o de Alexandre, ao lançar-se em busca das Índias, ou o de Alcebíades, ao partir à conquista de Siracusa. Apenas, Heródoto não diz, nem se lê em Plutarco ou Tucídides, se Alexandre e Alcebíades usavam ceroulas.

Ia, finalmente, partir em busca do Velocino de Ouro. A Fortuna chamava-me fora da barra, para além das águas do rio barrento e familiar.

E eu ia, enamorado, cair nos braços dela.

LVIII
SAUDADE E VINHO TINTO

ERAM nove horas da noite. O dia era 18 de maio. O ano, de 1900. Um pequeno rebocador, formiga movida a lenha, deixava o porto de Parnaíba, arrastando, rumo de Amarração, um longo rosário de barcaças carregadas. Em uma das barcaças, sentado sobre uma grande mala coberta por um pedaço de encerado, um menino de treze anos. Esse menino era eu. Era eu que deixava a terra em que vivera sete anos de meninice estouvada, e que, pela primeira vez na vida, me separava de minha mãe e minha casa. Era eu que, barco frágil e ainda sem velas nem leme, era lançado, de súbito, da margem onde flutuava em segurança, aos riscos e aos caprichos da correnteza.

O rebocador apitou, em sopros rápidos e alegres, como se vaiasse a minha dor e o meu destino. E, em breve, a cidade ficava atrás, dormindo à luz mortiça dos seus lampiões de querosene, enquanto eu descia aquele magro braço do Parnaíba, rumo da sua foz, rumo do mar, em busca do Desconhecido..

Pouco depois de meia-noite chegávamos a Amarração. Meu cunhado, representante da agência de vapores, e que dirigia, naquela viagem, o serviço de embarque das mercadorias que iam nas barcaças, desceu comigo para a ponte do trapiche, e fez estender, nela, as lonas e encerados de bordo. Deitamo-nos todos, aí, ao ar livre, embrulhando-nos com esses lençóis fedendo a maresia. E atiraram-se, todos, a dormir, e a roncar.

Todos, menos eu. O vento cortante e salitroso, vindo do oceano; o barulho das ondas, rolando ao longe, fora da barra; as tábuas que me serviam de leito; a lona que me servia de cobertor; o desejo de ver, primeiro que os outros, as luzes do navio que me havia de levar e que devia estar bordejando ao largo; a saudade da minha casa e da minha mãe; e, sobretudo, uma inquietação funda da minha vida entre estranhos – tiravam-me o sono, que é feito, sempre, com a paz do corpo e o sossego do coração.

Virava-me, revirava-me debaixo da lona úmida, sob a qual dormiam, cansados, dezenas de embarcações. Levantava-me, recebendo em cheio o vento marítimo, que me impelia com as suas imensas mãos invisíveis para a embocadura do rio, para os lados de onde eu tinha vindo. Parecia-me que esse vento me empurrava, e que o seu mugido me dizia, insistente, no conselho profético das rajadas:

– Não vá-á-á-ás... Não vá-á-á-ás... Ao alvorecer, vi, ao longe, no mar, entre as brumas da manhã, um pequeno rosário de luzes.

– Olha o vapor! – gritei.

Os embarcações puseram-se de pé.

– Qual, nada! – exclamou um deles, zombeteiro, esfregando os olhos.

– É sim, lá está – insisti.

– Você está enganado, menino; daqui não se vê o vapor – tornou o caboclo.

– Aquilo, então, que é?

E ele, entre as risadas dos outros:

– Aquilo que se vê daqui é o navio; o vapor está dentro da caldeira...

Às oito horas, enfim, o navio entrava a barra da Amarração e ancorava no porto. Era o *Continente*, da Companhia Maranhense, o qual, aos meus olhos, parecia um palácio maravilhoso, movendo-se orgulhosamente sobre as águas. E como havia ordem de meu tio para entregar-me ao comandante, meu cunhado foi a bordo e apresentou-me a este, com meu bilhete de terceira classe, mas com a regalia de viajar de primeira, com direito à mesa e ao camarote. E à tarde, ao escurecer, o navio levantou âncora.

Quem poderá descrever a emoção de um menino de treze anos, ao abraçar seu último conhecido, para sair ao mar, sozinho, sem um rosto amigo, sem um peito confidente, no qual derrame o seu pranto? Após a descida do meu cunhado, o navio manobrou, apitou longamente na tristeza do crepúsculo, e rumou para o mar alto, como a desafiar, valente e ébrio, os perigos que rolavam lá fora.

A maré estava de enchente, e as ondas, túrgidas e mugidoras, vinham de longe, como um rebanho imenso de búfalos doidos, para dormir no curral do boi. Atalhando-as, para que não entrassem no redil, o navio,

investido por elas, pulava, saltava-lhes por cima do dorso, molhando-se todo de espuma fervente... A vê-lo pôr-se em marcha, corri para a proa, e debrucei-me, olhando a fúria alegre das águas. Em chegando aí, encontrei, porém, já, outro menino, mais ou menos do meu tamanho. Trocamos algumas palavras, de que o vento levava exagerada comissão, arrebatando em caminho metade das que ele me dizia, e quase todas que eu lhe mandava. Pudemos, todavia, entender-nos. Ele viajava sozinho, e, como eu, recomendado ao comandante. Ia estudar em São Luís.

A noite havia caído de todo e o navio pulava cada vez mais. Urgia que abandonássemos a proa, em busca de lugar mais seguro. Mas, como? Agarrando-nos um ao outro, tentamos sair de onde estávamos. Ao baque de uma onda, o navio empinou-se, e desceu com estrondo; e nós rolamos, os dois, no convés. Erguemo-nos a custo, e conseguimos chegar, fora de perigo, ao salão de jantar. Sentamo-nos, e entramos no terreno das confidências. Contei-lhe a minha vida, derramei, no dele, o meu coração. Ele me disse quem era, de onde vinha, e falou-me da tristeza com que se separava do pai. E como cada um de nós se sentia mais saudoso, sem que um pudesse aliviar as penas do outro, resolvemos apelar para um terceiro amigo, para aquele “amigo dos que não têm mais amigos”, do poeta árabe.

– Vamos comprar uma garrafa de vinho? – propôs um de nós.

– Vamos! – concordou o outro.

Custou mil e duzentos réis a garrafa de vinho tinto, de mesa, comprada ao despenseiro. Cada um de nós contribuiu com seiscentos réis. Pedimos copos. E bebemo-la toda.

Dizia Eça de Queirós que a metafísica de Espinosa estava intimamente ligada à história da cerveja. Nós, os dois pequenos passageiros do *Continente*, não chegamos a apurar essa verdade. Mas verificamos, naquela noite de 19 de maio de 1900, a funda afinidade existente entre a saudade e uma garrafa de vinho tinto.

Tiramos essa conclusão, e roncamos, confirmando-a, até de manhã.

LIX EM SÃO LUÍS

EM SÃO LUÍS, fui residir em casa de meu tio Franklin, situada no Largo do Carmo, precisamente em frente à velha igreja dessa invocação. Tinha o numero 9, o prédio, e era de sobrado. Em baixo, havia uma alfaiataria. Meu tio, e a família, ocupavam os altos, com uma instalação luxuosa, mas que me parecia triste. Os móveis, os cristais, os tapetes, enchiam-me de um respeito supersticioso, aumentado pelo temor de os danificar inadvertidamente. Pisava de leve, e assustado, como quem atravessa a nave de um templo, ou penetra em um aposento em que há uma criança dormindo.

Os habitantes da casa completavam a monotonia das cousas inanimadas. Os filhos do casal achavam-se na Europa, ou no Recife, estudando. Meu tio passava o dia fora, tratando da sua política ou dos seus negócios, aparecendo apenas para almoçar e jantar. E os demais moradores eram unicamente minha tia Candinha, uma irmã desta, idosa, e com um olho de vidro, Dona Vitória, e um rapaz de Parnaíba, Ademar Neves, sobrinho das duas. Armada a minha rede no quarto que este ocupava, no fundo da casa, depois da cozinha, imaginei que o tivesse para companheiro de todo o dia. Ademar cursava, porém, o Liceu Maranhense, e frequentava aulas particulares, permanecendo assim, ausente, quase todo o tempo. E como o nosso quarto ficasse distante da rua, eu passava os dias lendo algum jornal ou algum livro que me caía nas mãos, ou ainda, observando a faina caseira de uma família de turcos que frigia carne em azeite, a cinquenta metros da nossa janela. Tendo a minha mala ficado no andar térreo, debaixo da escada, arranjava, todavia, uma vez ou outra, um pretexto, e descia. Chegava à porta, olhava o Largo do Carmo, o ruidoso movimento dos bondes puxados a burro, a passagem nervosa dos transeuntes, e subia de novo. A cidade tentava-me lá fora, mas eu não tinha coragem para vê-la de perto.

O único momento em que entrava em contacto com os poucos moradores da casa era o das refeições. Sempre jovial, meu tio pilheriava comigo, enchendo-me o copo de vinho, ou de gelo, que constituía para mim a mais surpreendente das novidades. Minha tia conservava-se, porém, inacessível. Poucas palavras, e nenhuma intimidade. Uma ou outra vez Dona Vitória se dirigia a mim, perguntando se tinha roupa suja para a lavadeira. Depois, caía o silêncio em torno, como se descessem uma pesada porta de chumbo entre mim e o mundo.

Uma tarde, meu tio não compareceu à mesa. Não me atrevi a perguntar o motivo da sua ausência. No dia seguinte, minha tia me comunicava:

– Franklin embarcou ontem para o Ceará e deixou uma carta a seu respeito... Se o José Tito não lhe arranjar um emprego até o fim do mês, ficou o dinheiro com ele para a sua passagem... Você volta para Parnaíba...

Um calafrio me percorreu a espinha, subindo e descendo por ela como uma pedra de gelo, ao mesmo tempo que sentia na cabeça enorme atordoamento. Almocei, calado, e, quando todos se levantaram da mesa, ergui-me também, meditativo. Regressar para Parnaíba, eu? Não tinha eu saído de lá precisamente por não encontrar aquilo que viera procurar no Maranhão? Seria para vir, e voltar, que minha mãe se encheria de tanta esperança, e gastara comigo tudo que meu pai me havia deixado? Não; não voltaria! Provavelmente, meu tio me utilizaria, ali, na sua casa comercial. Mas eu não passaria pela vergonha de desembarcar no porto de que havia partido, confessando, com a minha presença, a incapacidade de libertar-me, em outra terra, da mediocridade em que até então tinha vivido! Não! Isso, nunca!

E comecei a arquitetar o meu plano de reação contra a ideia do regresso. Não conhecendo a cidade, nem possuindo nela quem me pudesse amparar naquela emergência, passei a explorar as redondezas do Largo do Carmo, em excursões pelas ruas mais próximas. Descia, às vezes, até à Praia Grande, sob o pretexto de procurar José Tito, comerciante e amigo de meu tio. E, pelo caminho, vinha tomando conhecimento do terreno.

A Praia Grande é, no Maranhão, o bairro comercial. É a parte baixa da cidade, na qual se acham situados os depósitos das fábricas, os armazéns de gêneros de exportação, os escritórios das grandes firmas, cujos

interesses se acham voltados para o mar. Quanto mais eu descia até ali, e via aquele movimento de carroças carregadas de fardos e sacos, mais vivo era o meu desejo de ficar. E uma circunstância especial e curiosa fazia aumentar esse desejo. São Luís era, por essa época, um dos maiores centros fabris do Brasil, e o primeiro do Norte, em tecelagem. Os armazéns tinham um cheiro especial, de fazenda nova, de algodão engomado, que a falta de circulação do ar tornava mais intenso e característico. E aquele cheiro me atraía, me seduzia, me encantava. Era o perfume amoroso da Riqueza nas suas núpcias legais com o Trabalho.

Despertaram, talvez, em mim, os instintos hereditários de uma família de comerciantes. O sangue dos Veras prevalecia sobre o sangue dos Campos. O metro decimal sobrepunha-se ao metro poético, ainda desconhecido do meu espírito.

Antes de Apolo, com a sua lira, Mercúrio, com o seu caduceu.

LX

SEM CASA E SEM PÃO

FOI EM UMA dessas viagens de reconhecimento topográfico, realizada nos últimos dias de junho, isto é, nas vésperas do regresso para Parnaíba, que tomei a deliberação atrevida e suprema: abandonar a casa de meu tio pela vida aventureira da rua, na cidade hostil e desconhecida. Tudo me havia falhado. Não conseguira colocação no comércio. Ninguém desejava um caixeiro de treze anos, vindo de Parnaíba. Debalde havia eu aspirado voluptuosamente o cheiro da fazenda nova à porta de todos os armazéns da Praia Grande! O Maranhão não queria o empregado de escritório ou de loja. Ia surgir, diante dele, o pequeno operário.

Certa manhã, subia eu o beco do Vira-Mundo, vindo do armazém de José Tito & Cia., aonde fora receber uma última desilusão, quando, à esquina da Rua da Palma, atendi para a frontaria de uma casa em que se lia: – “Davi, Rabelo & Cia. – Tipografia e Encadernação”. Entrei, e ofereci os meus serviços como aprendiz de tipógrafo, com alguns conhecimentos da arte. Não fazia questão de ordenado. Queria, apenas, que chegasse para comer alguma cousa.

– Entre, fale lá dentro com o mestre da oficina... – disse-me um homem baixo, gordo, em mangas de camisa, e em cuja fisionomia se lia o passaporte semita, confirmado pelo selo internacional do nariz de Israel.

Passei a porta do balcão, e, em um compartimento cuja extensão não se podia avaliar, pois que se achava repleto de caixas velhas e fardos de papel, fui atendido por um operário mascarado de tinta e óleo. Repeti o oferecimento e ele me mandou que ficasse, começando imediatamente. O meu ordenado seria marcado depois, de acordo com as aptidões que mostrasse. E dizendo-me isso, derramou no soalho sujo, em que as tábuas haviam desaparecido sob crostas de limo endurecido e escamado, um caixote de tipos de todos os feitios e de todos os corpos, que pareciam empastelados e condenados ao lixo desde a descoberta do Maranhão.

Tirei o meu paletó, sentei-me no caixote apodrecido pelo tempo, e comecei a separar os pequeninos bastões de chumbo, meus velhos conhecidos do tempo d'O *Comercial*, em Parnaíba. Separava-os, e examinava, em torno, as cousas vivas e mortas que me cercavam. Difícilmente se encontraria um lugar mais triste para trabalhar ou para sofrer. A oficina não podia ser mais lúgubre, mais escura, mais anti-higiênica. Três ou quatro compositores e impressores moviam-se no ambiente sombrio, aparecendo e desaparecendo por trás das montanhas de papel e de caixas, como sombras humanas agitando-se numa penumbra de sonho fúnebre. Ninguém falava, ou sorria. Davam mais a impressão de condenados, que cumprissem a sua pena, do que de operários que ganhassem o seu pão. Só se escutava o barulho monótono, e sempre igual, dos pequenos prelos, imprimindo faturas, contas, envelopes, ou riscando folhas de livros comerciais.

Ao meio-dia, cada um daqueles trabalhadores tristes, sem trocar palavra, desembrolhou uma lata de alimentação magra, e pôs-se a comer em silêncio. Antes, porém, lavou as mãos em água de potassa, que eu, na minha qualidade de aprendiz, preparei, e que ficava sobre uma janela, do lado do beco. À medida que a água ficava muito suja, eu a renovava. Eu era, ali, o Cristo, com a obrigação, ainda, de lavar as mãos a Pilatos.

Sentado no pequeno caixote diante do monte de velhos tipos, trabalhei, nesse primeiro dia, até anoitecer. Encerrados os trabalhos da oficina, esperei, à hora da saída, que o mestre ou o dono da casa me dissesse alguma coisa sobre o meu salário. Fiquei na calçada, fora, com essa esperança; mas os dois se foram embora depois de fechada a casa, sem se aperceberem, sequer, da minha presença.

A noite havia caído, e só então refleti mais detidamente sobre as consequências da minha temeridade. Tinha saído pela manhã da casa de meu tio, e não voltara para almoçar, nem jantar. Se voltasse àquela hora, receberia, e merecidamente, uma repreensão. E a ideia desse castigo verbal me atemorizava. Minha tia jamais me havia dito nada de desagradável; a sua figura severa me infundia, porém, tamanho respeito, que eu me não sentia com ânimo de apresentar-me diante dela para qualquer explicação. As almas humanas são tão variadas no seu aspecto como as terras na sua configuração geográfica. Umas são como as ilhas de praias remansosas, que podem ser abordadas com qualquer maré e a qualquer momento. Ou-

tras só oferecem abrigo na maré baixa ou na maré cheia. Outras apresentam-se rodeadas de escarpas, a que não se pode chegar nunca sem risco de naufrágio. E outras, ainda, de conformação enganadora, que acolhem o viajante que se aproxima, dando, todavia, a impressão de serem inabordáveis. Minha tia pertencia, talvez, a este número. Ter-me-ia, provavelmente, perdoado; eu tinha, entretanto, o pressentimento de uma recepção hostil, e preferi a certeza da fome, ficando na rua, a voltar à sua presença, na incerteza do seu perdão.

Para onde iria, porém, se eu não conhecia outro teto que me pudesse acolher? Que iria fazer naquela noite de junho, fria e chuvosa, se não possuía parentes nem amigos naquela cidade que me parecia imensa, máxime não tendo feito descer ao estômago, naquele dia, senão o café da manhã?

Era esse problema que eu procurava resolver, encostado a um dos fúnebres combustores da iluminação a gás, quando me surgiu no cérebro a ideia de uma figura humana que me podia auxiliar naquela emergência.

Fixei-a na imaginação, e saí a procurá-la.

LXI
FOME E FARTURA

VIVIA, por esse tempo, em São Luís, um rapaz de nome Artur Serejo, que havia sido empregado, antes de mim, na casa comercial de meu tio Emídio Veras, em Parnaíba. Tendo conhecimentos práticos de farmácia, embarcara para o Maranhão e conseguira lugar em um estabelecimento desse gênero, no centro da cidade. E foi a sua figura que me surgiu, quando procurei, naquela noite, uma fisionomia amiga no deserto da minha lembrança.

Encaminhei-me, assim, para a farmácia em que ele trabalhava, e tive a felicidade de encontrá-lo ao balcão, de serviço. Disse-lhe o motivo da minha presença, contei-lhe a minha situação. Desejava que me desse pouso, pelo menos durante aquela noite, justificando o pedido com o aparecimento de uma nevralgia facial, enfermidade que me assaltava, há muitos anos, todas as vezes que me resfriava. Meu rosto, que principiava a inchar, confirmava, aliás, a minha explicação.

– Eu não tenho casa – disse-me ele, penalizado. – Moro na casa de um irmão, e durmo em um quarto, com os meus sobrinhos. Mas tu não ficarás na rua... Senta-te aí e espera, que iremos juntos.

Sentei-me em um banco, entre outras pessoas que traziam receitas. Eram mais ou menos oito horas, e a farmácia fechava às dez. Sentia o estômago vazio, mas não se manifestava em mim qualquer sinal de fraqueza. O espírito, firmado nas muletas da vontade, continuava marchando com segurança. As vísceras inferiores subordinavam-se, embora sob protesto, à tirania imperiosa do cérebro.

Não sei quantos séculos se passaram, para mim, nessas duas horas de espera. Eu teria preferido, talvez, fazer a volta do mundo a pé, a ficar inativo, outra vez, após todo um dia de jejum, diante de dois frascos de anilina vermelha e verde, escutando no silêncio da rua quieta e lúgubre as pancadas secas de um pêndulo, e o ruído impertinente de um almofariz

que triturava ingredientes na satisfação vagarosa de uma receita de urgência. O tempo, quando se tem fome, se escoia mais lentamente à noite, numa farmácia, à vista das fisionomias cansadas e tristes, que deixaram a Morte rondando a casa como visita e não sabem se, no regresso, a encontrarão lá dentro, instalada como senhora. O sofrimento e a tristeza tornam pesadas, parece, as asas leves das Horas.

Uma chuva miúda e persistente começou a cair na treva, dando a ideia de uma velha e podre mortalha que se esfropa. Às dez horas, finalmente, a farmácia fechou as portas. E Artur Serejo saiu, levando-me em sua companhia, a fim de tomarmos o bonde no Largo do Carmo. Ele residia em São Pantaleão, quase no fim da rua. Os bondes da linha já se tinham recolhido, ou, pelo menos, se tornavam mais espaçados; de modo que tivemos de tomar outro, e saltar à Rua Grande, para fazer, a pé, o resto do trajeto.

Chegamos, enfim. O irmão de Artur Serejo possuía uma pequena padaria e morava, com a família, na parte do prédio térreo não ocupada pelo estabelecimento e pelos serviços indispensáveis ao seu comércio. Atrás, logo, da peça de frente em que se achava o balcão, ficava o grande forno de barro, aquecido a lenha. Entramos para aí, e meu amigo foi ao interior da casa ver o agasalho que me podia oferecer. Ao cabo de alguns instantes voltou, preocupado.

– Estão todos dormindo – disse-me. – E no quarto dos meninos não há rede e, se houvesse, não há mais armador desocupado... Como há de ser?

– Eu durmo aqui mesmo... – declarei. – Ficarei aqui junto do forno... Estou com os pés molhados, e talvez me faça bem.

– Queres pão?

Aceitei. Disse-lhe, então, que estava ainda sem almoçar.

– Até agora?

– Até agora.

– Então, espera aí.

Foi novamente ao interior da casa e voltou com uma lata de leite condensado, na qual fizera dois orifícios. Entrou por outra porta, e regressou com alguns pães. Arranjou dois ou três sacos sobre umas tábuas,

e despediu-se, com algumas recomendações aos trabalhadores, que iam chegando para a faina noturna.

Mais do que as emoções do dia findo, e do que as preocupações do dia seguinte, a nevralgia não me deixava dormir. E como não conciliava o sono, chupava a lata de leite e comia pão. Até que, depois da meia-noite, começou o trabalho da padaria.

Encheram o forno de lenha, e deitaram-lhe fogo. Ergui-me, e fiquei a olhar, então, o modo por que se preparava naquele tempo, em uma cidade brasileira, o alimento dos ricos e dos abastados. Vi a composição da massa, e a sua passagem entre os cilindros de madeira, e a saída, adiante, transformada em lençol branco, espesso e úmido, que um caboclo, nu da cintura para cima, recebia nos braços gotejantes de suor. Ao receber a massa, o trabalhador encostava-a ao peito e ao estômago, refrescando-se com o seu contato macio e voluptuoso... Se algum pecador, no Maranhão, comia, por essa época, o pão sem o suor do seu rosto, na conformidade da maldição bíblica, o trabalhador que eu vi pagava pelos relapsos o tributo líquido lançado sobre a humanidade. O suor do seu rosto, do seu peito, e dos seus braços, daria para a redenção do mundo e liquidação do pecado original.

O que mais fundamente me ficou na lembrança foi, todavia, o aspecto do forno com o seu bojudo ventre repleto de lenha em combustão. Quando, no Pará, em 1904, aos 18 anos, li *Os vagabundos*, de Gorki, e, nesse livro autobiográfico, a descrição da noite de inverno passada pelo boêmio genial em uma padaria de Moscou, vi, integralmente reproduzidas, as minhas impressões daquela permanência noturna no estabelecimento maranhense congênera, à Rua São Pantaleão. O forno, com a sua boca escancarada e fulgurante, em que as chamas se enovelam e se revolvem como línguas que virassem serpentes, dá, na verdade, a ideia de um monstro apocalíptico, de um dragão das lendas wagnerianas pronto a devorar cavalos e cavaleiros. Enroscando-se, enrolando-se, turbilhonando, as labaredas põem no ventre do animal fabuloso uma sonoridade cava e misteriosa, como se ele tivesse repousado um dia, em Tebas, à sombra da estátua de Mênon. E aquelas serpentes, misturando-se, devorando-se, multiplicando-se em convulsão, desenham, nas paredes fronteiras, letras desconhecidas, sinais rápidos e cabalísticos, como se Daniel, invisível mas

presente, quisesse escrever, de novo, na página de argila de um muro, a sentença de Babilônia ante os olhos espantados de Baltasar...

Pela madrugada, enfim, dormi um pouco. Sobre a minha tábua e os meus sacos velhos, tive, talvez, um sonho de príncipe. E quando me ergui dia claro, subia, ainda, do forno quente, o cheiro bom da fartura, o cheiro amável do trigo, o cheiro alegre do pão.

LXII

ENTRE OS DENTES DO GATO

NÃO ME RECORDO, hoje, quantos dias vivi sob esse regime, trabalhando na oficina tipográfica de Davi, Rabelo & Cia., durante o dia e dormindo, à noite, sob a proteção generosa, mas precária, de Artur Serejo. Tendo minha mala ficado, como já disse em outro capítulo, no corredor de entrada da casa de meu tio, era-me fácil ir, sem ser pressentido, buscar alguma roupa, quando se achava suja a que vestia. Algum dinheiro que minha mãe me havia dado antes de partir, e que se achava igualmente na mala, permitia-me o luxo de uma alimentação constituída de café e pamonha, que eu completava, pela madrugada, com pão quente, à hora em que este saía do forno. E continuava a dormir na padaria, ao lado deste monstro de barro e de entranhas ardentes, o qual me dava, dessa maneira, o calor e o sustento.

Eu devo, evidentemente, um canto lírico ou heroico aos fornos de padaria, aos grandes fornos bojudos e primitivos, insaciáveis devoradores de lenha, cujas vísceras eram labaredas vermelhas que se enovelavam rugindo e crepitando. Eu nunca me havia apercebido da sua existência. Ignorava que era a eles que devia, em Parnaíba, a refeição gostosa de cada manhã, e, que, para que eu a tivesse ao despertar nos nossos poucos dias de prosperidade, eles passavam a madrugada inteira mastigando chamas e vomitando carvão e cinza, dando-se em holocausto à cidade adormecida. Jamais, na minha vida, eu lhes havia feito um bem, ou prestado um serviço. À semelhança, entretanto, do velho leão do Deserto a proteger, no Coliseu romano, o escravo líbio que um dia lhe arrancara da carne um espinho lacerante, era um deles que me acolhia na desgraça, dando-me o pão e o leite. O dragão de boca vermelha e trovejante amansava o dorso e a voz, para aquecer, alimentar e embalar um menino doente e órfão, abandonado em terra estranha!

Lá de cima, também, os deuses não me abandonavam. O homem de destino incerto e tormentoso é, nas mãos dos fados, o que é o camundongo na boca do gato que o apanhou, e que com ele se diverte. De vez em quando o gato solta o camundongo, dando-lhe a ilusão da liberdade e da salvação. Mas, retoma-o, outra vez. A trégua que lhe concedeu foi apenas para descansar o dente... Eu ia, mais uma vez, experimentar essa verdade. O gato havia de cansar, um dia, dando folga ao camundongo.

Uma noite, após uns dez ou quinze dias de existência assim irregular, em que o alimento era pouco e a cama era a tábua de um caixão velho, Artur Serejo deu-me uma notícia que era quase um milagre.

– Sabes quem chegou de Parnaíba?

– Quem foi?

– O coronel Emídio.

Era, na verdade, providencial essa informação. Meu tio não ia ao Maranhão senão raramente, de cinco em cinco ou de seis em seis anos. Por ocasião da minha partida ele não pensava, sequer, nessa viagem. Como explicar, pois, o seu aparecimento em São Luís no momento justo em que eu mais precisava do seu amparo e do seu conselho? Que mão invisível teria ido arrancá-lo à sua casa e aos seus negócios, para socorrer-me, exatamente na hora do meu naufrágio?

Corri, assim, a procurá-lo. Supus que censurasse o meu gesto, o abandono, por mim, da casa do seu irmão, e que, com seu hábito de fazer barulho sem se zangar, me fizesse passar um mau quarto de hora de recriminações. E enganei-me, nessa suposição. Recebeu-me como a um filho. Falou-me com amizade e ternura. E prometeu que, nesse mesmo dia, resolveria a minha situação.

– Vou ver se te arranjo um emprego... Se não arranjar, hei de garantir-te pelo menos a casa e a comida... Volta aqui à tarde.

E dando-me um pacote de níqueis contendo cinco mil réis, marcou-me hora para a boa notícia.

LXIII
A EMÍLIA

ÀS TRÊS HORAS da tarde, mais ou menos, transpunham a porta de um vasto sobrado da Rua da Paz, no Maranhão, esquina da Travessa do Teatro, um homem gordo, baixo, atarracado, trajando largo terno de casimira escura, e um menino fantasiado de urso, isto é, metido em um completo da lã mais felpuda que a indústria inglesa já fabricou para consumo na Groenlândia. O menino amparava na mão esquerda o queixo inchado e vermelho, que dava a impressão de que ele havia escondido na bochecha uma laranja. O homem gordo era meu tio Emídio Veras. O menino-urso era eu. E a casa a cuja porta batíamos, a da Emília Veras nesse tempo, Emília Dias de Matos, depois.

Um dos serviços prestados pelos Veras ao Maranhão, desde a chegada, ali, do meu avô, foi a colaboração de todos os seus homens no aumento da população. Na região em que algum deles se fixava, especialmente os da geração anterior à minha, logo apareciam na igreja, para batizar, dezenas de crianças com os característicos da família. É sabido que Emile de Girardin, considerando-se filho natural do conde Estanislau-Xavier de Girardin, pediu, um dia, a este, que o reconhecesse como tal. O conde recusou-se e ele, espontaneamente, lhe tomou o nome, e publicou uma autobiografia em que se proclamava de sangue nobre por aquisição clandestina. Os Veras, no Maranhão, faziam o mesmo. E daí a quantidade deles que há, hoje, pelo Brasil inteiro, usando esse nome à revelia do pai.

Entre estes, achava-se, em 1900, a Emília. Filha de uma simpática mulata de Barreirinhas com um primo de meu pai, nascera, também, mulata, mas de cabelo liso. E viera para São Luís, onde, depois do nascimento de uma filha, se ligou ao comerciante português José Dias Matos, proprietário da Casa Trasmontana, à Rua da Paz. O estabelecimento ocupava todo o andar térreo, e a Emília, com a mãe, o pai e a filha, o andar superior. E o português sustentava-os a todos, com a tradicional liberalidade da raça.

As senhoras da família Veras não gostavam, naturalmente, da Emília, que não tinha ido, ainda, por essa época, ao juiz de casamentos ou à igreja paroquial, com o lusíada que lhe dava a estima e o conforto. Os homens, porém, tinham-na em grande apreço. Meu pai não ia ao Maranhão sem ir visitá-la. Tio Emídio não desdenhava o mesmo prazer. E o próprio tio Franklin, cuja família residia em São Luís, subia-lhe, às vezes, apressadamente, as escadas, para uma xícara de café e dois minutos de prosa.

A Emília era, na verdade, sedutora, não pelo seu físico, mas pela sua alegria e pelo seu coração. Não era feia. Parecia mais uma portuguesa da Índia, cor de cobre, com o seu cabelo negro e escorrido, do que uma filha de mulata brasileira, de cabelo em ondas estreitas. Pequena e elegante. Mas os seus dotes maiores eram de alma e coração. Era boa. Era caridosa. Era alegre. E era, sobretudo, dedicadíssima ao homem que lhe dava o pão.

Foi a escada da casa da Emília que nós, meu tio e eu, subimos nessa tarde. E o acolhimento que tive pagou-me todas as agruras desde a minha chegada a São Luís.

– Mas, menino, tu és filho do Joaquim? E não sabias que a Emília morava no Maranhão e que era uma verdadeira amiga do teu pai?!...

E examinando-me o rosto inchado:

– Meu Deus, e como ele está, coitadinho! Vais já tomar um remédio, e não me sais daqui senão curado! Coitado do menino!...

Não sei se, chegando à minha casa, eu seria recebido com aquela abundância de coração, ou se o príncipe de Gales ou o duque de York receberiam tanta festa em uma cabana de pastor da Inglaterra. Posso, porém, dizer, que fui recebido mais do que como um príncipe: fui recebido como um filho! A casa entrou em alvoroço. Apareceu uma enorme rede branca, de varanda de crivo, que foi armada no sótão, lugar fresco e claro, com uma das melhores vistas daquela parte da cidade. Ordens foram expedidas para que se mandasse vir a mala, deixada no corredor da casa do meu tio Franklin. Tão franca e afetuosa, foi, em suma, a recepção, que, uma hora depois, quando meu tio Emídio se retirou, já me deixava deitado, metido em roupa folgada e alheia, tomando bochechos caseiros, e fazendo fricções quentes no rosto, para a nevralgia facial.

À tarde, desci para jantar. Fui apresentado ao português, que me acolheu sem excessos de alegria, mas com a mesma simplicidade cordial.

– Esta casa é da Emília – disse. – Esteja à sua vontade...

E passou-me, para selar a nossa aliança, a terrina de feijão.

A casa em que eu passava a residir era um desses velhos e históricos palácios do Maranhão colonial, que poderiam escrever um curioso livro de crônica se os edifícios tivessem memória e gostassem de fixar as suas reminiscências. Situado no cruzamento de uma rua mais ou menos plana com outra que se inclinava na direção do mar, tinha, pode-se dizer, quatro andares: um, do lado baixo da rua, que servia de depósito; outro, em que ficava a Casa Trasmontana, mercearia do sr. Dias de Matos; o andar superior, em que residia a família brasileira que esse honrado comerciante adotara; e o sótão vasto, com frente para as duas ruas, onde moravam os empregados da casa e me puseram, numa das salas, a rede e a mala. Devia ter sido, pelo conforto e vastidão de todas as peças, residência de família nobre e poderosa. Na Monarquia, fora o altar em que o povo maranhense adorava o Dr. Silva Maia, figura política e científica tornada legendária na região. Foi aí que ocorreu, possivelmente, o episódio que passou à história anedótica da província. Médico eminente, Silva Maia era, também, chefe de partido, e, em dia de eleição, entregava-se inteiramente aos cuidados do pleito. Em um desses dias, vai um cliente procurá-lo, aflitíssimo:

– Doutor, minha mulher está passando muito mal com as dores do parto; corra até lá, Doutor, ou, então, mande um remédio para aliviar os sofrimentos!

– Ir, não posso, meu amigo – diz-lhe francamente o grande médico maranhense –, mas vou dar-lhe uma receita. Ela melhorará imediatamente, e a criança nascerá sem dificuldade.

Escreve o récipe, dobra o papel, entrega-o ao interessado. Este corre à farmácia. O farmacêutico lê e sorri. O Dr. Maia, na sua atrapalhão de chefe de partido em dia de eleição, havia escrito:

– “Dez dúzias de foguetes de bomba real. Tome uma de duas em duas horas”.

Nesse palácio histórico, batido pelos ventos do mar, moravam “seu” Zé, e os seus empregados, e a Emília, e os parentes dela. E passava a morar, pela bondade dos dois, um menino que, ainda na véspera, dormira sem esperança junto a um forno de padaria.

LXIV HISTÓRIA DE TRÊS PRISIONEIRO

VOU ver se te arranjo um emprego... – prometera-me, na sua bondade, meu tio Emídio Veras.

E procurou cumprir a promessa. Até à véspera do seu regresso, tentou ele colocar-me de modo definitivo em alguma das casas comerciais com as quais tinha negócios. E os obstáculos, por toda parte, eram os mesmos. Português, na sua quase totalidade, o comércio maranhense preferia para empregado o menino ou o rapazola de além-mar, cuja dedicação ao trabalho, valorizada pela humildade do ânimo e pelo espírito de economia, constituía um dos orgulhos da colônia. Daí as dificuldades em obter um obscuro lugar de caixeiro-vassoura para um adolescente brasileiro, que se não subordinaria, talvez, ao mesmo regime nem poderia prestar, possivelmente, os mesmos serviços. No dia, porém, do embarque, meu tio me disse:

– Não consegui o que desejava, mas vais ter, pelo menos, o almoço e o jantar garantidos. Falei ao J. A. Santos para ficares no armazém dele até que te arranjem uma colocação na praça. Terás a comida e algum dinheiro para roupa lavada... Ficarás dormindo na casa da Emília até que te empregues. É possível, mesmo, que o J. A. Santos te deixe ficar no armazém na vaga de algum caixeiro que saia. É uma grande casa. Vamos lá, que eu te quero apresentar.

Descemos à Praia Grande. J. A. Santos & Cia. eram, na verdade, uma das firmas de maior prestígio e de maior solidez do Maranhão, em 1900. O fundador, Crispim Alves dos Santos, viera de Portugal ainda meninote, como tratador de uma vaca de leite, adquirida na sua aldeia por um comerciante de São Luís. Chegado ao Brasil, aprendeu a ler, e passou para o comércio. Operoso e hábil, impôs-se pelo trabalho e pela probidade, e por um tato especial para os grandes negócios. Montou uma fábrica de tecidos, que se tornou a primeira do Norte. E, em breve, passava a comerciar em

grosso, ficando a sua casa da Praia Grande como empório da produção da Fabril Maranhense. Seu irmão mais novo, João Alves dos Santos, mandado vir de Portugal, torna-se seu sócio. Crispim regressa para a Europa, milionário. E João Alves dos Santos fica no Maranhão como chefe da casa que se transforma em J. A. Santos & Cia.

É a esses patrões que meu tio me vai entregar, a título precário. Desço a ladeira do Vira-Mundo com esperança, mas penetro no armazém com enorme peso no coração. O prédio em que funciona a grande firma é mais um presídio do que um estabelecimento de comércio. Vasto, baixo, úmido e antigo, fica à Praça do Comércio, em frente à Casa da Praça, nome de um pequeno quadrilátero de pequenos armazéns portugueses. Os depósitos são extensos, escuros, e pavimentados de pedras de cantaria, contemporâneas dos governadores-gerais. Fardos de fazendas e caixas de vinho sobem, empilhados, até às vigas do teto baixo, de convento colonial. Fileiras de caixões de chita e morim estendem-se em duas ordens, como filas de sepulcros num cemitério. A luz que aí penetra vem por enferrujados e velhos varões de ferro, os quais gradeiam, de cima a baixo, todas as portas e janelas. À frente, duas portas abertas. E guardando essas duas portas, um homem chamado Carvalhinho, que fora das ordens de serviço, jamais dirigiu a palavra a um empregado.

Quando, em 1928, visitei, como deputado federal, o Maranhão, quis rever esse velho sobrado secular e reconstituir os dias passados à sua sombra. E fixei as impressões dessa visita. “Tenho desejo – escrevi, então – tenho desejo de ver o prédio em que eram estabelecidos J. A. Santos & Cia., casa poderosa e rica de que fui empregado eventual e humilde, ainda menino. Estão abertas as portas. É um café, o Café do Comércio, propriedade de um turco. Turco ou italiano. E eu me fico a pensar que as casas, como os homens, têm o seu destino, com as suas exaltações e as suas humilhações. A barbearia modesta pode ser, amanhã, elegante loja de modas. Na sala em que funcionou a livraria pode estabelecer-se, dentro de um ano, o seleiro, que vende arreios, ou o armeiro, que vende punhais. A lição de humildade imposta a J. A. Santos & Cia. foi, todavia, injusta e alarmante... Entro no café. Sento-me. Revejo tudo. Ali, onde se acha aquela mesa encardida, ficava eu, de espanador na mão, a olhar a rua agitada, como um prisioneiro que espiasse o mundo pelas grades de ferro do seu presídio.

Ali, onde se amontoam aquelas sacas de café, era o escritório, com o sr. Carvalhinho, um homem vermelho, de cabelo grisalho e duro, cortado à escovinha, e a quem eu respeitava como a um inquisidor-mor.”

Na ocasião em que meu tio me levou a esse estabelecimento, o chefe da firma, João Alves dos Santos, achava-se na Europa. Dirigia os negócios da casa, como gerente, esse sr. Carvalhinho. E eu, desde essa hora, senti o que era o comércio como escola de disciplina e, em particular, naquele tempo, o comércio do Maranhão.

A casa abria as portas às sete horas. Ao chegarmos, eu e mais dois companheiros varriámos o armazém todo e o escritório. Em seguida, espanávamos os caixões de fazendas, que haviam dormido fechados. Às seis horas, antes de cerrar as portas, púnhamos as tampas, de novo, em todos os caixões, que haviam passado abertos à espera de fregueses. Durante o dia, ficávamos de pé, como três “garçons” que servem a mesa de um fidalgo. Se aparecia um retalhista que desejava algumas peças de chita ou de morim, o sr. Carvalhinho é quem tratava com ele.

Nos, os empregados, tínhamos como função, apenas, abrir e fechar os caixões e passar o dia com o espanador na mão, espanando vagamente as amostras ou as caixas todas as vezes que o gerente se voltava para o nosso lado, nos seus passeios nervosos, que iam aumentando para o lado da tarde, e à proporção que o seu rosto se avermelhava com as visitas a uma prateleira do escritório, de onde vinha, não raro, o barulho de um copo fazendo cócegas numa garrafa.

A casa fornecia almoço e jantar aos seus empregados, havendo, para isso, cozinha e mesa no andar superior. A primeira dessas refeições era, sempre, excelente. O sr. Carvalhinho almoçava aí, e a cozinheira, uma velha escura e misteriosa que devia ter sido seduzida pelos holandeses, preparava sempre um guisado de carne ou uma fritada de camarão. O jantar, porém, era intolerável. Sabendo que somente compareciam os três caixeiros do armazém, a megera não nos dava senão charque em água e sal acompanhado de um pirão feito com varredura de trapiche. Nesse pirão encontrávamos grãos de milho, caroços de mamona, pedaços de fósforos, e encontraríamos, procurando bem, até cascas de banana e pontas de cigarro.

– É patifaria dessa velha – dizia-me um dos companheiros; – ela recebe dinheiro para nos dar no jantar comida igual à do almoço. E fica com o cobre!

Ninguém se achava, entretanto, com ânimo de reclamar. Dessem-nos pedra. E, com o pavor que o sr. Carvalhinho nos infundia, comeríamos pedra.

LXV
VOLTA À LIBERDADE

NÃO ME FORAM necessários muitos dias, evidentemente, para verificar que esse regime de trabalho, ou de ociosidade forçada e incômoda, não me servia. Procedendo da vida quase selvagem, com o instinto da liberdade fervendo no sangue, parecia-me ofensivo à dignidade humana o modo por que eram tratados, ou se deixavam tratar, os empregados de J. A. Santos & Cia.. Viviam de pé, como crianças de castigo. E se o sr. Carvalhinho, nos seus passeios nervosos, se voltava para o lado em que eles se achavam, cada um corria logo para o espanador, e punha-se a espanar melancolicamente o espanado. Emprego triste e monótono. Monótono e sem esperança, porque, um século que ali se deixasse ficar uma pessoa, não passaria, jamais, da vassoura e do espanador, com a circunstância, ainda, de assistir à depressão do caráter e à anulação da própria personalidade. Permanecessem, lá, durante um mês, o Cid e Baiardo, protótipos da bravura e altivez, e poderiam ser atrelados, cabisbaixos e mansos, ao carro do sultão Murad.

Os condenados a esse destino eram, então, três, contando comigo. O mais velho era um piauiense grosso, moreno, soturno e pesado. Chamava-se Odorico Barros. Não falava: não sorria, espanava. O outro, descendente de ingleses, não esperava senão o dia da libertação. Guilherme Webster era o seu nome. Em ambos havia, porém, um rancor surdo contra aquela situação humilhante, que os transformava em escravos cujo castigo era mais revoltante que o do chicote, porque se resumia no desprezo votado pelo homem que é servido ao homem que serve.

Não tivesse eu, mesmo, assim, aos treze anos, esta paixão pela vida intensa e ativa, que ainda hoje me acompanha, e ficaria, talvez, satisfeito com aquele regime. A Emília assegurava-me o café e a casa. J. A. Santos & Cia. davam-me almoço e jantar. Que desejaria mais um menino que não tem a quem prestar contas dos seus atos, e que devia ficar contente com a

conquista do pão sem a obrigação de produzir outra coisa, senão poeira com a vassoura e o espanador? Eu era, porém, como uma caldeira a que sobrasse a pressão. O trabalho era uma válvula de energias que dormiam em mim. Boa ou má, a atividade era, para mim, mais do que uma aspiração moral: era uma necessidade orgânica.

E de tal modo que, ao fim de dez dias, resolvi retomar o fio do meu destino, voltando a fazer asneiras sob a minha responsabilidade. “O homem realiza grandes cousas por instinto, como o pássaro empreende as suas viagens guiado por uma misteriosa carta de velha geografia que carrega no seu cérebro” – diz Renan. Eu trazia, dentro em mim, um roteiro, que consultava inconscientemente nas horas de sono. E foi após uma dessas consultas noturnas que deliberei, com energia, tornar ao convívio dos tipos, ao cheiro da tinta de impressão.

Tomada essa resolução, comuniquei-a aos companheiros de presídio comercial.

– Como é que você vai sair, sem licença de seu tio? – estranhou um deles.

– Saindo – respondi. – Vou ao sr. Carvalhinho e comunico.

– E você tem coragem?

– Vocês vão ver.

Uma hora depois, passeava o gerente, em mangas de camisa, vermelho, as mãos para as costas, a cabeça de alfineteira ameaçando o teto baixo, quando eu, com escândalo dos meus dois irmãos de vassoura e espanador, aspirei o ar fundamente, como um homem que vai pegar um touro a unha, sunguei a calça de cassineta, e marchei, resoluto, para o sr. Carvalhinho.

– Que é? – indagou ele, franzindo a testa, com aquele espanto arrogante com que o gigante Golias viu a aproximação de Davi.

– Venho comunicar ao senhor que deixo hoje o serviço.

– Por quê?

– Porque arranjei um emprego. Sou tipógrafo, e pretendo viver do meu ofício.

– Está bem – concordou, modificando a fisionomia para melhor, como quem compreende que não está mais tratando com um escravo do seu pirão.

Fui ao interior da casa. Vesti meu paletó. Empunhei o meu chapéu. Abracei os dois companheiros de dez dias com a emoção de um forçado que acaba de cumprir a sentença, mas deixa na prisão amigos, que ignoram, ainda, se soará, também, para eles, a hora da liberdade. Encaminhei-me para o gerente.

– Já vou – disse.

– Espere aí.

Entrou no escritório, abriu o cofre. Voltou:

– Tome.

Entregou-me uma cédula, dobrada em quatro. E estendeu-me a sua mão gorda, em despedida.

Cheguei à rua. Examinei o dinheiro. A cédula era de cinco mil réis.

LXVI
OUTRA VEZ COM BENJAMIN FRANKLIN

A INSISTÊNCIA com que eu voltava a pensar nas tipografias, e o desejo que manifestava de seguir, entre os ofícios, aquele que mais de perto se relacionava com a carreira das letras, dá-me a compreender que estas eram, na verdade, em mim, uma predestinação. Estava traçado nas folhas do Grande Livro em que os deuses lavram a missão final de cada criatura, que eu devia ser, um dia, escritor. Não podendo, pelas minhas condições de pobreza, visar diretamente esse fim, designaram-me eles outros caminhos, que foram ter, todavia, ao mesmo termo. Porque os homens, com o seu destino, são como os navios que fazem a navegação do Amazonas. Os de máquinas poderosas, e cujas hélices podem vencer as correntezas do rio largo e aberto, atiram-se por ele diretamente, desafiando o dorso das ondas e a velocidade vertiginosa das águas. As lanchas e os navios menores vão pela margem, entrando pelos paranás, subindo um estreito, descendo outro, mas vencendo sempre alguma distância, após algumas horas de marcha. A viagem que os transatlânticos fazem em quatro dias, os pequenos gaiolas fazem em dez ou em doze. Uns e outros, porém, um dia, acabam chegando a Manaus.

Eu tinha que ser homem de letras, que aprender a técnica do meu ofício, que entrar na intimidade dos homens de pensamento. Não podia estudar. Não podia comprar livros. Que fizeram os deuses? Encaminharam-me para as tipografias, puseram-me em contacto com a palavra escrita, deram-me a conhecer através dos artigos que compunha os grandes espíritos de todos os tempos. Ganhando meu pão, iluminaria o meu cérebro. “Netuno, divino e sublime espírito – grita Aspásio num epigrama de Crinágoras; – tu és doce e propício a outros navegadores que atravessam o mar Egeu; quanto a mim, perseguido por um vento da Trácia, eu te agradeço o refúgio que me ofereceste pelo caminho até que chegasse ao porto de meu destino!” Os ventos que me faziam mudar de rumo colaboravam

no êxito da minha viagem. Os céus, melhor do que eu, sabiam a que regiões me levavam.

Por essa época, havia aparecido no Maranhão uma folha diária, e com oficinas próprias, de publicação matutina. Era o *Jornal da Manhã*, dirigido pelos drs. Agripino Azevedo e Joaquim Franco de Sá, os quais viam a ser, aquele, de 1927 a 1930, meu companheiro de representação na Câmara Federal, e este, em 1931, meu colega na fiscalização do ensino secundário, no Rio de Janeiro. O lugar de secretário era ocupado por Luís Carvalho, poeta piauiense que também foi deputado pelo Maranhão e fazia, por esse tempo, as suas humanidades em São Luís. A redação e as oficinas ficavam à Rua 28 de Julho e constituíam, na cidade dos velhos jornais e dos velhos prelos, uma novidade, com as suas instalações limpas, arejadas, e o seu material quase novo.

Uma noite, ao sair do armazém de J. A. Santos & Cia., eu tinha passado por esse local. O barulho dos tipos atraiu-me. Entrei. Pedi para falar ao chefe das oficinas. Apareceu-me um rapaz magro, alto, claro, e simpático, em mangas de camisa, os dedos sujos de tinta, de quem acabava de interromper a composição à mão.

– O senhor não precisa de um tipógrafo? – perguntei.

– Sabe compor?

– Alguma cousa.

– Quer começar hoje?

– Não, senhor; virei amanhã.

Foi isso que me levou, no dia seguinte, ao gesto heroico de falar ao sr. Carvalhinho. E à noite, por volta das sete horas, entrava, eu, nas oficinas do *Jornal da Manhã*.

O chefe saiu ao meu encontro. Mostrou-me o lugar em que devia deixar o paletó e o chapéu. Entregou-me uma caixa de tipos para trabalhar, e um *paquet* para distribuir.

– Agora, componha-me essas duas notícias – disse-me, quando terminei, entregando-me duas tiras de papel, em caligrafia estreita e miúda.

Ao receber essa ordem, tive a impressão de que havia engolido todo o gelo de um quiosque de madeira que havia no Largo do Carmo, no Maranhão. Eu sabia compor, sem dúvida. Mas, até então, só havia conhecido dois compositores: eu e Floriano Serra, em Parnaíba. E, se estava certo

de que havia quem compusesse mais depressa do que eu, não imaginara, jamais, que houvesse profissional mais experimentado do que Floriano. E o que eu via ali à minha direita e à minha esquerda eram operários de uma agilidade que me parecia assombrosa, e diante dos quais o meu mestre da tipografia parnaibana seria, apenas, o que eu era diante dele: um aprendiz. E essa ideia tornava-se ainda mais perturbadora quando eu via os compositores, uma vez cheio o componedor, tomar o *paquet*, e passá-lo para o galeão, comprimindo-o entre o polegar, o indicador e o médio de ambas as mãos, sem recorrer à água, para ligar os tipos. Eu fazia aquilo; mas fazia com o *paquet* molhado. Fazia como via Floriano fazer, e como, na minha opinião, devia ter feito o próprio Benjamin Franklin, meu modelo imaginário.

À medida que o meu componedor se enchia, agravava-se a minha preocupação. Como devia eu proceder, na ocasião de retirar dali a composição? Molharia, ou não, os tipos?

– Não! – resolvi. – Não molho. Rir-se-ão de mim.

Cheio o componedor, pedi ao chefe das oficinas que me indicasse o galeão em que pusesse a matéria composta.

– Ponha-a aqui – disse-me ele, dando-me a tábua.

Segurei a composição, com os seis dedos. Ergui-a do componedor. Não estava ela, porém, ainda, à altura de um palmo quando me falta o equilíbrio da mão, e... a composição se desfez entre os meus dedos trêmulos, transformada num tumultuoso punhado de tipos!... Empalideci. Era o pastel. Era o desastre. Era o insucesso. Era o emprego perdido. Vi-me tomando o meu paletó e o meu chapéu, despedido no mesmo instante... Levantei os olhos para o chefe das oficinas, afim de ler, no seu rosto, a sentença fulminatória. E tive uma surpresa. O rapagão sorria, de bom humor. Os outros operários também sorriam, mas com simpatia.

– Ele está nervoso... disse o chefe. – Mas é assim mesmo...

– Comigo foi a mesma cousa... obtemperou outro. – Mas é assim mesmo que se vai adiante.

Não me recordo se chorei nessa hora. Se o fiz, não foi de pavor; não foi com a emoção do meu desastre. Foi de gratidão. Foi de reconhecimento àqueles homens de trabalho, que amparavam daquela maneira carinhosa um menino que vinha corajosamente trabalhar com eles, e con-

quitar, ao lado deles, um pouco de técnica e um pouco de pão. E o que mais me comovia era o modo por que me tratava o chefe da oficina, que compreendeu, desde esse instante, a precariedade da minha capacidade profissional.

Chamava-se Vasconcelos, esse homem bom e generoso. De família notável na vida econômica do Estado, era um réprobo, como eu. Por isso, não me desencorajou. Desculpou as minhas faltas; relevou os meus erros; fechou os olhos ou ensinou-me, quando eu claudicava por ignorância. E não esperou muitos dias para comunicar-me que ia ter um salário.

– Você vai ganhar como compositor de segunda classe – disse-me.

E mais claramente:

– Trinta mil réis por mês.

Não fiquei descontente. Ele, Vasconcelos, chefe da oficina, o primeiro a chegar e o último a sair, e responsável por todo o serviço, ganhava, por mês, cento e cinquenta mil réis...

LXVII
ORGULHO DE PROLETÁRIO

A VANTAGEM da nossa profissão é obrigar-nos a estudar sem querer... – disse-me, uma noite, Vasconcelos, chefe das oficinas do *Jornal da Manhã*.

E assim é, na verdade. O tipógrafo, mesmo o menos ativo, adquire diariamente pelo menos um conhecimento novo. Daí o número de homens cultos que se escondem nas oficinas gráficas, e a sua colaboração preciosa no triunfo público de muito jornalista. Ele é, geralmente, o guarda do idioma, a sentinela aduaneira que não permite o trânsito da falsa mercadoria, e que se sentiria comprometido perante os companheiros se não fiscalizasse a língua dos maus escritores cujos originais lhes passam pelas mãos. “O barbeiro é a pérola dos ofícios – diz, nas *Mil e uma noites*, um artista da profissão –; a mão do barbeiro paira sobre a cabeça dos reis”. Mas a mão do tipógrafo se eleva mais, porque paira sobre os espíritos. O autor produz a ideia; mas o tipógrafo é que é, na verdade, o semeador. Sem ele, a humanidade teria voltado da Renascença à noite medieval. É ele o pedreiro que levanta, sob a direção dos homens de pensamento, o edifício do mundo moderno.

O tipógrafo antigo, transformado no linotipista do nosso tempo, representa, assim, o ponto mais alto, na pirâmide operária. Ele é a coroa, e constitui, pode-se dizer, o elemento de ligação entre o proletário intelectual e a grande massa do operariado. Daí a felicidade com que, não raro, ele se transfere de uma profissão para outra, substituindo o componedor, ou a linotipo, pela mesa do gabinete, como escritor, ou pela mesa da redação, como homem de imprensa. Foi sobre a caixa de composição que Walt Whitman se fez poeta. Foi sobre esse mesmo aparelho de prestidigitação que Machado de Assis se fez romancista. E foi na oficina, que eu recebi, quase insensivelmente, esta paixão pelas letras, alegria e tormento da minha vida.

Certa vez deram-me, no *Jornal da Manhã*, para compor, um artigo do escritor Fran Paxeco. A ortografia era especial e sua. A letra, miúda, mas boa. E eu compus. Que orgulho senti, naquele momento, ao dar corpo àquelas palavras, palha solta do ninho daquelas ideias!... O autor as tinha imaginado e ordenado. Mas, eu, pequeno operário obscuro, é que as ia multiplicar e espalhar pelo mundo! E tive, nesse instante, orgulho de mim mesmo, e da minha profissão.

Circunstâncias outras se conjugavam para acordar, em mim, o interesse pelas belas e altas cousas do espírito. O trabalho na oficina era todo noturno, deixando-me o dia desocupado. A Casa Trasmontana, em cujo sótão eu dormia pela manhã, era justamente em frente à Biblioteca Pública. Da minha rede, eu via, lá dentro, os livros alinhados. E comecei a frequentar a sua sala de leitura, todas as tardes, isto é, depois do meio-dia, até às cinco horas. Lia, e as minhas predileções eram por Júlio Verne. Atravessei, com ele, a África. Visitei, em sua companhia, o México. E fui à Lua; e descí o Amazonas, e subi ao Himalaia; ora mergulhando nas nuvens; ora mergulhando no mar; cobrindo-me de gelo nos pólos; queimando-me com o sol nos desertos; mas enriquecendo a minha alma de sonho e meu espírito de conhecimentos, como companheiro invisível e nervoso dos seus viajantes imaginários.

Entre os empregados da Casa Trasmontana, e, conseqüentemente, entre os meus companheiros de moradia no sótão da Rua da Paz, havia um, português, chamado José André dos Santos. Devia ter vinte e quatro anos e era interessado na firma. Trabalhador e inteligente, possuía alguns livros que dormiam, guardados pela poeira, sobre um tamborete, a um canto do corredor. Encontrei aí os capuchinhos franceses Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, nas crônicas que César Augusto Marques havia traduzido. Havendo também uma edição francesa, procurei aprender esta língua, confrontando, à falta de dicionário, a tradução e o original. Cansei nos primeiros capítulos, e voltei a ler, apenas, a versão portuguesa. Lia, gostava de ler. Não me passava, porém, pelo cérebro, a ideia de que um dia viesse a escrever.

À noite, era, então, a oficina, a distribuição da matéria da véspera, a composição nova à claridade do gás, as provas tiradas à força de escova, as dez horas, em suma, de penoso trabalho para a honrada conquista dos dez tostões, à razão de cem réis a hora.

LXVIII
LAVADOR DE GARRAFAS

EU TRABALHAVA há um mês como tipógrafo, e sentia-me encantado com o meu ofício, quando, em agosto, a Emília me comunicou:

– Tu estás quase arranjado; sabes?

– Emprego no comércio?

– Sim; aqui em casa mesmo.

E como não me visse contente, como esperava:

– Esse negócio de jornal não adianta nada. O comércio é que te convém... Eu já falei com “seu” Zé, e ele ficou de me dar uma resposta qualquer dia destes. Aqui terás casa, comida, roupa lavada, e um ordenado. E, depois, tem futuro. Não é como no jornal.

Ao fim de uma semana a excelente criatura foi me despertar no sótão com a notícia que esperava há muito tempo: o sr. José Dias de Matos, o português com quem vivia e que foi, mais tarde, seu marido, havia resolvido a minha admissão como caixeiro da sua mercearia. O ordenado seria feito mais tarde. Mas eu o teria, com certeza.

– Vai receber teu dinheiro no jornal – acrescentou a Emília. – E amanhã poderás descer com os outros empregados.

Na manhã seguinte eu descia, efetivamente, às seis horas da manhã, em companhia dos demais auxiliares da casa, em número de quatro. Desci e, como já compreendia as obrigações de caixeiro novo, atirei-me, logo, à vassoura. Varri a mercearia toda, juntei o lixo. Espaneei o espanável. Pus à parede, fora, as tabuletas negras, com letreiros a giz, anunciando as especialidades da casa. Retoquei, com o pincel molhado de alvaiade dissolvido em álcool, os caracteres apagados. Preparei novas tabuletas, com letras tremidas, a fantasia: *Bacalbau novo – acaba de chegar! – Cebolas especiais–800 réis – ver para crer! Queijos holandeses – chegados pelo Anselm – um – 8\$500; – Fiambres de Lisboa libra 2\$400; Feijão preto – feijão cavalo – feijão frade português;*

– *Conservas Brandão Gomes – ervilha em lata – sardinha em azeite e em tomate – marmelada especial; Batatas portuguesas novas – quilo 600 réis.* E outras semelhantes, em que a minha mão curta e grossa punha toda a arte de que era capaz, e que era nenhuma.

A casa possuía, como disse, quatro empregados, quando eu cheguei; José André dos Santos, português, interessado nos negócios, encarregado do escritório e dos despachos na Alfândega; Osório Lima, primeiro caixeiro de balcão, brasileiro de sangue misturado; Zeferino, irmão de Emília; e Osvaldo, mulato, filho de um compadre de “seu” Zé, residente em São José de Ribamar. Eu era, porém, o último chegado. E foi nessa qualidade que, na manhã seguinte, recebi esta ordem de Osório:

– Hoje você vai para o tanque lavar garrafas. Amanhã é dia de engarrafar vinho.

Não esperei nova ordem. Vesti uma calça velha, arregacei as mangas da camisa, substituí os sapatos por uns tamancos, e sentei-me num caixote vazio, ao lado do tanque cheio d’água, e em que as garrafas jaziam mergulhadas. Uma tigela de folha com chumbo miúdo estava ao lado, tendo junto uma faca sem idade. E eu comecei a tarefa. Esvaziava a garrafa, metia-lhe pelo gargalo um punhado de chumbo de caça, sacudia-a, para fazer sair as manchas que se acumulavam lá dentro. Uma escova presa a um arame fazia sair o resto. Com a faca, raspava os rótulos, limpando o vidro externamente. Em seguida, passava água limpa diretamente da torneira, e punha a garrafa de boca para baixo, em um caixão especial, para escorrer. Limpeza absoluta, meticulosa, integral. Se alguém bebeu vinho da Casa Trasmontana de setembro de 1900 a agosto de 1901, pode ficar seguro de que as garrafas estavam limpas. Quem as lavava era eu.

No dia seguinte vinha o engarrafamento. Subia o barril, de quinto, do depósito, e era posto sobre um caixote; metia-se-lhe a torneira, abria-se-lhe o suspiro. E começava o trabalho mais amável da casa. Cheias as garrafas, eram arrolhadas à máquina. E, enfim, lacradas, e trazidas para as prateleiras.

Não obstante a humildade das funções, eu as desempenhava com alegria. Porque, como já disse em outra parte, para mim, tanto me encanta sentar-me na minha cadeira de acadêmico, forrada de veludo azul com frisos de ouro, como em um caixote de madeira, junto a um tanque, lavando

garrafas. O que me seduz é a atividade, o trabalho, a ocupação das mãos e do espírito. Eu sou como aquele velho general Adamoff, da novela *O sétimo companheiro*, de Boris Levenef, o qual não via nenhuma diferença entre a sua poltrona de professor da Academia Militar de Moscou, da qual fora diretor no Império, e a piscina do banheiro de quartel em que, com a vitória da Revolução, passou a lavar as calças dos soldados.

À noite, às oito horas, a mercearia fechava as portas. Corria a tomar o meu banho. Vestia-me. Atravessava a rua. Entrava na Biblioteca Pública.

E ia viajar com Júlio Verne.

LXIX
“SEU” ZÉ

REVENDO cuidadosamente as páginas do livro da minha vida, tenho a impressão de que foram esses, passados à beira de um tanque repleto de garrafas, os dias mais tranquilos que nela se encontram. Trabalhava muito, exercia funções humildes, mas era tratado com afabilidade e não sofria privações.

José Dias de Matos desmentia, na verdade, as tradições de grosseria, de brutalidade, do pequeno patrão português. Era um homem sem grande instrução, mas justo, bom e morigerado. Jamais o vi gritar com um empregado ou, mesmo, com um criado da casa. Fazia-se respeitar e estimar. E, com esse regime, conseguia dos seus auxiliares uma constante e inflexível dedicação.

Para ele, e para sua casa, eu trabalhava com alegria e interesse, como se trabalhasse para mim próprio. Certa vez, faltou farinha d'água na mercearia. Comuniquei-lhe isso e ele me ordenou que fosse à Praia Grande e comprasse alguns paneiros desse artigo. Sem paletó, mangas arregaçadas, quebrando as pedras da rua com os meus pesados sapatões de sola dupla, desci o Vira-Mundo, e procurei cumprir a ordem recebida. Só encontrei, porém, um paneiro nas condições que ele desejava. Ocupar um carregador para cousa tão pouca, era luxo. Atirei, assim, para o ombro, o paneiro, e levei-o da Praia Grande à Rua da Paz. É provável que alguém, vendo passar aquele menino de treze anos sob um peso quase igual ao dele próprio condenasse o patrão que o submetia a um esforço acima da sua resistência e da sua idade. Eu fazia aquilo, entretanto, por gosto e gratidão. Comovia-me o modo por que me tratava aquele homem de boa índole. Daí, dar-lhe, em dedicação e serviços, muito mais do que ele exigia de mim.

Outro encanto da casa era a mesa. Tendo a mercearia a seus pés, a Emília fazia questão de trazer todos fartos, e que ninguém se erguesse da cadeira sem estar com o estômago repleto e garantido por doze horas.

Aos domingos era o ajantarado, após o fechamento da casa, à uma hora da tarde. Trabalhava-se de barriga cheia e de alma alegre.

José Dias de Matos, o “seu” Zé de todos nós, era, por essa época, um homem de, mais ou menos, cinquenta anos. Rosto claro e comprido, ornado de louros e grisalhos bigodes portugueses. Altura um pouco acima de mediana. Calça branca, suspensório, colarinho e gravata. Completava-lhe a indumentária, quando saía para ir à Praia Grande, um paletó de casimira cor de macaco, e um chapéu de palha fresca e flexível, que amolgava como os de feltro e que ele atirava para um lado, numa elegância de leiteiro em tarde de domingo ou dia santo. Após o almoço, não desdenhava um charuto, cuja ponta mastigava continuamente, e cujo uso parecia, pelo trabalho que lhe dava, menos prazer do que uma obrigação.

E era, também, comerciante honrado. “Que alto pensamento teve a sociedade antiga – exclamava Edmundo de Goncourt, – proibindo a nobreza de consagrar-se ao comércio!” A observação é, no entanto, injusta em relação a José Dias de Matos, proprietário da Casa Trasmontana. No seu estabelecimento, o quilo era de mil gramas e um tostão se compunha de cinco vinténs. Era ele, em suma, um homem bom, e de bem.

E era por isso que eu varria sem constrangimento a sua mercearia, lavava com alegria as suas garrafas, e, futuro acadêmico e futuro deputado, subi, naquele setembro de 1900, as ladeiras de São Luís, carregando o seu paneiro de farinha.

LXX FIM DE SÉCULO

COSTUMA-SE dizer que o que acontece no primeiro dia do ano, acontecerá durante ele todo. Adotado o mesmo critério em relação ao século, ter-se-á explicado, talvez, a minha paixão do trabalho, e a atividade infatigável que me tem caracterizado a vida. É que eu passei a última hora do século XIX e a primeira hora do século XX trabalhando, como se elas não fossem, na existência de um homem, diferentes das outras.

A minha passagem pelos jornais, como tipógrafo, quer em Parnaíba, quer no Maranhão, tinha-me dado a noção, já, da majestade da hora que ia soar no surdo bronze do Tempo. Eu estava ao corrente da importância excepcional de que se revestia, para o mundo inteiro, aquela transição cronológica, e do interesse, da ansiedade, do nervosismo, com que os homens a aguardavam, como se o novo período da história humana trouxesse, a todos os povos, a felicidade e a redenção. Ao meu espírito infantil, a que o sofrimento e a experiência haviam dado vivacidade precoce, não escapava o relevo daquele acontecimento, que seria único na minha vida. E o que eu lia, e o que me rodeava, contribuía para acentuar aos meus olhos a culminância do fato de que eu ia ser testemunha.

O mês de dezembro de 1899 decorreu, na verdade, na esfera em que eu passava a exercer a minha atividade, festivo e animado. Os telegramas do Rio de Janeiro, que os jornais maranhenses publicavam, anunciavam grandes demonstrações de regozijo por toda parte. O “Século das Luzes” ia apagar-se, legando ao que lhe vinha suceder uma infinidade de conquistas que o anterior jamais imaginara. Que espantos, que prodígios traria no seu mistério o século que ia surgir? Que nome se lhe devia dar, no nascedouro? Tudo era alegria e esperança, em suma, no coração da humanidade alvoroçada. As minhas funções de obscuro empregado de uma casa destinada a satisfazer as fantasias da gula humana contribuía, igualmente, para acentuar no meu espírito o modo por que os homens felizes

interpretavam aquele salto imaginário no rio imenso dos tempos. Desde novembro, o depósito da mercearia se abarrotava de barris e de caixas, recebidas diretamente da Europa ou do Sul. Eram ameixas, fiambre, azeitonas, mortadela, tâmaras, figos, queijos holandeses, conservas francesas e do Porto, e vinhos da mesma procedência. As minhas mãos, calejadas na lavagem das garrafas no tanque da casa, tinham-se tornado roxas e engelhadas, ao contacto do Colares e do Bordeaux. E tudo isso ia sair, nos últimos dias do ano, para a alegria dos homens abastados.

Na véspera do Natal, o movimento de vendas fora considerável. O estabelecimento enchera-se de fregueses, que saíam carregados de embrulhos, ou que deixavam as suas notas de sortimento. Formiga diligente e pobre, eu me sentia feliz e contente, servindo as cigarras. Carregadores partiam com caixões e cestos, em que iam pacotes e garrafas. Do andar superior, onde a Emília multiplicava a atividade e os cuidados, desciam fiambres louros e tostados, com a sua gargalheira de papel recortado farfalhante, ornando o osso que fora a perna do porco. E assim fomos até meia-noite, quando se fechou a casa para recomeçar a faina no dia seguinte, às cinco e meia da manhã.

O 31 de dezembro foi, mais ou menos, como a véspera de Natal. Tendo, também, um bar, em que era servida cerveja do Rio e de São Paulo, a Casa Trasmontana ficava, às vezes, com as portas cerradas a partir das oito horas da noite, mas funcionava interiormente até nove ou dez, à disposição de pequenos grupos de beberrões, que permaneciam discutindo política, ou casos particulares, em torno das mesas redondas. E, naquela noite de fim de século, não foi aberta exceção: ficamos a servi-los até às dez horas, quando os mais retardados se retiraram.

Através das sólidas portas coloniais inteiriças, e reforçadas de chapas de ferro, como a dos conventos antigos, eu adivinhava o movimento que ia lá fora, nas ruas da cidade. Foguetes estouravam longe. Transeuntes satisfeitos falavam alto, estalando os pés no passeio. De meia em meia hora passava um bonde, com o seu áspero ruído de ferragens, ao trote ligeiro dos burros. O chicote estalava no ar, amarrando os gritos do cocheiro. E o barulho do veículo perdia-se à distância, desaguando no Largo do Carmo.

Às dez e meia, enfim, com as portas rigorosamente fechadas, e com os bicos de gás abrindo em pequenos leques nos diversos compartimentos

da velha casa de comércio, o sr. Dias de Matos torceu os seus fartos bigodes lusitanos e grisalhos, e ordenou:

– Vamos dar balanço nas mercadorias... Começemos pelas bebidas.

E tomando um caderno de papel, o lápis atrás da orelha, sentou-se a uma das mesas redondas.

Sem um protesto ou um movimento de má vontade, atiramo-nos, os cinco caixeiros, ao trabalho. Deitadas nas prateleiras, o gargalo para fora, como canhões de fortalezas de vidro, as garrafas de cerveja, de vinho, de *cognac* ou de *vermouth*, eram contadas, e anunciadas, em voz alta.

– Trinta e seis garrafas de *cognac* Macieira!

– Trinta e seis de Macieira... – confirmava o patrão, escrevendo.

– Vinte e duas de Colares nº 1!

– Vinte e duas de Colares nº 1... – repetia o sr. Dias de Matos.

– Quatorze meias ditas, idem!

– Quatorze meias ditas, idem...

De repente, reboa, longe, o apito de uma fábrica de tecidos. Um foguete estronda. Outras fábricas acompanham a primeira. Trepado em uma escada, eu conto, nesse momento, em uma prateleira alta, que fica sobre uma porta, algumas filas de latas de azeite de oliveira:

– Um, dois, três... quatorze... vinte... trinta... trinta e oito.

O buzinar das fábricas, o estrondar dos foguetes, a gritaria que vem das ruas, o Hino Nacional atacado ao piano em uma casa próxima, interrompem a minha conta, detendo-me o dedo sobre a tampa de uma das latas. Aquele momento é excepcional na História da Humanidade. A Civilização vira uma página lida sem saber que emoções lhe reserva a outra, que vai ler... De pé na escada, tudo isso me passa pelo pensamento. Ao fim, porém, de um minuto, continuo a conta:

– Trinta e nove, quarenta, quarenta e um, quarenta e dois...

E é ainda com a buzina de algumas fábricas retalhando o céu com o estilete sonoro, que anuncio, do alto da escada, para o patrão:

– Quarenta e dois litros de azeite português Brandão Gomes!

E ele, com a mesma fleugma, sem levantar a cabeça do papel em que escreve:

– Quarenta e dois litros de azeite português Brandão Gomes...

Foi assim, que, humilde caixeiro do século XIX, penetrei o século XX.

MEMÓRIAS INACABADAS

Obra póstuma

SUMÁRIO

I – No limiar do século	259
II – Fregueses da casa.....	262
III – Fregueses de luxo.....	267
IV – Figuras parnaibanas: “Tia” Pelonha.....	271
V – Figuras parnaibanas: Maria Rezadeira	273
VI – Iniciação artística.....	275
VII – Don Antonio etc. y Sepúlveda	279
VIII – Dois casamentos felizes.....	283
IX – O último estio de Atenas.....	286
X – A medicina da casa.....	290
XI – Carvalhais & Cia.	296
XII – Queixas surdas.....	300
XIII – O regresso.....	304
XIV – De novo em Parnaíba	308
XV – Uma confissão	311
XVI – A hora sagrada	314
XVII – Uma agulha perdida.....	317
XVIII – O primeiro soneto.....	319
XIX – Eu e Camões	323
XX – Voltando ao ponto de partida	327
XXI – De Cazuzza Porto a Augusto Comte	330
XXII – O vareiro	334
XXIII – A revelação	338
XXIV – Pensamento	342
XXV – Iniciação sentimental	345
XXVI – Tradições parnaibanas.....	349
XXVII – O caixão de Teresa.....	353
XXVIII – Inveja.....	356
XXIX – Sob a tormenta	358
XXX – Os Genus	362

I NO LIMIAR DO SÉCULO

QUANDO o século XX amanheceu, encontrou-me perfeitamente identificado com a vida comercial, e contente com ela. O trabalho tornara-se, para mim, não uma obrigação, mas um prazer; não um sacrifício, mas uma alegria. Todas as minhas horas pertenciam ao homem generoso que me dera o pão e o agasalho, e, mais que o agasalho e o pão, um tratamento paternal. Meu estômago era grato à sua mesa, e minha cabeça ao seu teto. Mais profundo era, porém, à sua bondade severa, e sempre igual, o reconhecimento do meu coração de órfão, que já se havia acostumado, quase, ao escárneo e ao desprezo. Dedicava-me aos seus interesses como se eles fossem os do meu pai. E sentia-me crescer, com isso, cada dia, na sua confiança e na sua estima.

Eu já disse, creio, na primeira parte desta obra, que um dos segredos da minha ascensão na vida é a perseverança. Tenho desejos de subir, mas não gosto de mudar de escada. Arbusto de raízes sôfregas, abro os braços, e floresço, e frutifico, onde me plantam. Na selva ou num horto, não invejo o terreno em que se erguem as outras, contentando-me com aquele que o Destino me deu, e do qual tiro para levantar a frente acima do meu bosque, toda a seiva que posso. Daí, a situação vantajosa que me cabia, dentro em pouco, no círculo estreito daquela casa de comércio. Não tendo conhecimentos na cidade, não saía, jamais, senão para ir à Biblioteca Pública. Aos domingos, “seu” Zé costumava abancar-se à sua mesa de jantar, depois do ajantarado, e entregar-se à extração de contas ou à feitura de despachos para a Alfândega. Uma tarde, perguntou-me se queria auxiliá-lo. Aceitei. E, daí em diante, enquanto os outros empregados passavam de bonde pela cidade, eu me impunha ao seu apreço, entrando na intimidade dos negócios da casa.

Esse convívio enchia-me de esperanças. Comecei a alimentar sonhos de vitória, dentro das possibilidades da minha vida. Via-me sócio de

José Dias de Matos e apontado, na praça, como um dos donos da mercearia. Fazia cálculos sobre a nova firma, da qual constaria o meu nome. E, tirando o lápis de trás da orelha, escrevia, seguidamente, em uma folha de papel de embrulho, que depois amarrotava e punha fora:

– Matos, Veras & Cia... Matos, Veras & Cia... Matos, Veras & Cia....

E puxava, por baixo, um rabisco elegante, que engrossava à proporção que se desenvolvia da direita para a esquerda.

De repente, ensombrou-me o espírito uma contrariedade. Osório Lima, então primeiro caixeiro da casa, começava a namorar a Mundica, filha da Emília, que “seu” Zé perfilhara. O Osório devia, portanto, após o casamento, entrar para a firma. E eu, intimamente, embora contrafeito, condescendia em dar-lhe sociedade. E passava a escrever:

– Matos, Lima & Veras... Matos, Lima & Veras... Matos, Lima & Veras...

Surgiu, entretanto, outra ideia. “Seu” Zé falava sempre em ir para Portugal, onde compraria uma quinta, na qual terminasse tranquilamente os seus dias, ao lado da Emília. Afastado da atividade comercial, passaria a sócio comanditário. Ficaríamos na casa o Osório e eu. E arquitetava a nova firma:

– Lima & Veras... Lima & Veras... Lima & Veras...

Ou, então, por melhor soante, comercialmente:

– Lima, Veras & Cia... Lima, Veras & Cia..., Lima, Veras & Cia...

Convém assinalar, talvez, aqui, o domínio absoluto que exercia, então, sobre mim, o espírito mercantil. Eu gostava de ler. Eu amava os livros e acentuara esse gosto na passagem pelas tipografias. Eles constituíam, todavia, para mim, um passatempo amável, um delicado recreio da imaginação. Não me passava, mesmo vagamente, pela ideia, tornar-me homem de letras. Nunca me ocorreu escrever um verso. Nunca pensei em uma frase bonita. O lugar que, no meu coração e no meu cérebro, devia ser ocupado, tiranicamente, mais tarde, pelos nomes de Homero e de Virgílio, de Heródoto e de Tácito, de Rabelais e de Dante, de Goethe e de Hugo, estava repleto de firmas comerciais: Lima, Ramalho & Cia., Cunha, Santos & Cia., Maia, Sobrinho & Cia., Jorge, Santos & Cia. Os varões insígnies que eu havia conhecido na *Galeria de homens célebres da antiguidade* tinham se dissipado como sombras. Uma firma comercial dava tal expressão de força aos homens que a constituíam, que eles eram, aos meus olhos, como

semideuses de nova espécie. É que eles representavam anos de trabalho, de esforço, de tenacidade, isto é, das virtudes cuja significação eu compreendia porque as havia tomado para base da minha prosperidade e da minha vida.

Os homens que nunca viveram no comércio não podem compreender, absolutamente, a mentalidade comercial. O comércio antigo constituía, sob o ponto de vista social, um mundo à parte, com a sua aristocracia e a sua moral, e um padrão especial para julgamento das virtudes e dos defeitos. O empregado de uma firma identificava-se de tal maneira com ela, que participava do orgulho dos chefes, no seio da classe. O auxiliar de uma grande casa exportadora ou importadora sentia tamanha vaidade da sua condição, que, despedido, não aceitava emprego senão em estabelecimento do mesmo gênero, e de equivalente prestígio na praça. Por isso mesmo, cada um procurava manter-se no lugar conquistado, sofrendo, embora, dos chefes, as mais terríveis humilhações. O patrão era quase um pai. E era preferível o castigo sofrido em família, ao desdém lá fora, diante dos companheiros. O empregado no comércio era, em suma, como essas senhoras que, no lar, apanham do marido, mas, nos passeios perante a sociedade, sentem profundo e secreto orgulho de serem portadoras do seu nome.

E eu, caixeiro de Dias de Matos & Cia., mercearia modesta, mas honrada, era animado pela mentalidade da minha classe. De passagem pela Praça Gonçalves Dias, rodeada de palmeiras, nunca levantei os olhos para contemplar o poeta, lá em cima. Nunca, porém, deixei de olhar uma casa de secos e molhados que havia quase à esquina, para, examinando-lhe o sortimento, e o letreiro das tabuletas, e a arrumação das mercadorias, estabelecer, com íntimo desvanecimento, confronto com as pilhas de latas de leite, de azeitonas, de marmelada, de ervilhas, de paio, de banha de porco, e com os caracteres góticos, feitos por mim, com alvaiade diluído, nas lousas de madeira da Casa Trasmontana.

Os grandes e opulentos príncipes italianos da Renascença tratavam com desdém um duque de Módena. E os vendeiros do Maranhão não eram mais, no meu julgamento, do que insignificantes duques de Módena, a que eu, caixeiro de confiança de Dias Matos & Cia., olhava superiormente, como um valido, prestigioso homem da corte, do doge de Veneza ou de Gênova.

II FREGUESES DA CASA

QUANDO leio as *Memórias* de Goethe, e vejo, lá, a galeria de grandes figuras a cuja sombra se formou o seu espírito, e examino a estatura dos homens de maior vulto que me coube contemplar, à distância, do balcão ou do tanque da Casa Trasmontana, é que avalio os recursos de que dispus para sair da mediocridade a que me votara o Destino. Houvesse eu encontrado a sombra, que fosse, de João Lisboa ou de Sotero, que se desdobraram em trabalhos e glória dentro da sua própria terra, e teria, talvez, recebido o eflúvio que delas emanava. Por isso mesmo, as pequenas entidades assumiam aos meus olhos proporções exageradas, e eu admirava cidadãos de Liliput como se eles procedessem de Brobdingnag.

Considerada um dos primeiros estabelecimentos da praça no seu gênero, e o primeiro pela sua seriedade, demonstrada na excelência e autenticidade dos produtos que fornecia, a Casa Trasmontana contava entre os seus fregueses algumas das figuras notáveis, ou simplesmente curiosas, que o Maranhão ainda possuía. Achavam-se entre elas, por exemplo, o poeta Joaquim de Sousândrade,¹ o jornalista Alberto Pinheiro, e o Dr. Brandão, engenheiro sexagenário que arquitetava, então, as mais famosas mentiras da cidade.

Sousândrade era, sem dúvida, entre eles, o mais considerável pela projeção do nome e pela originalidade do aspecto. Ao vê-lo, pela primeira vez, atravessar a rua, vindo da Biblioteca, eu começava a armar no rosto de menino um sorriso de espanto e de mofa, quando vi “seu” Zé encaminhar-se para a porta e recebê-lo entre mesuras respeitosas e de pouco emprego na casa, antes mesmo que ele tivesse pisado a orla da calçada.

¹ Na edição-base, o nome do poeta está escrito *Joaquim de Souzaandrade* e, mais adiante, *Souzaandrade*. Anotamos *Joaquim de Sousândrade* e *Sousândrade*, em atenção à grafia e prosódia prevalentes, e à vista do registro *Joaquim de Souzaândrade* e *Souzaândrade*, que vem na primeira edição deste livro. (Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 16). (Nota do Editor).

Era um velho alto, carão moreno e rigorosamente escanhoado, colarinho entalando o pescoço, cabeleira grisalha caindo, fofa, para os ombros, cobrindo a orelha, e, sobre essa cabeleira, que dava a impressão de achar-se empoadada, uma cartola, cuidadosamente posta e mantida em rigoroso equilíbrio. Calça de casimira escura, e de lista, descia-lhe até aos joelhos uma sobrecasaca abotoada e trespassante. No rosto largo, um sorriso polido, mas deixando à mostra uns grandes dentes cuidados. E, pendente de um fio negro, um monóculo, que levava de instante a instante, em gestos pausados, à órbita esquerda. Tipo de poeta ou de político norte-americano da primeira parte do século XIX.

– Sabe quem é esse? – sussurrou, a meu lado, Osório Lima.

Eu tinha visto, já, aquele sujeito não sei em que estampa de uma *História do Brasil*. Seria difícil, todavia, identificar essa estampa, depois de transformada em carne, osso, colarinho, cabeleira, sobrecasaca e chapéu de pêlo.

– Este é o grande Sousândrade... Dr. Joaquim de Sousândrade – tornou Osório, compreendendo a ignorância revelada pelo meu silêncio.

Depois da explicação, fiquei como estava antes dela. Eu jamais, na minha vida, ouvira, ou lera, aquele nome. Os poetas não tinham me interessado nunca. Em matéria de poesia, eu conhecia apenas os versos que minha mãe me fizera decorar em Miritiba, os de meu pai, os Oito Anos, de Casemiro de Abreu, com que minha mãe me fazia chorar, cantando-os em surdina, abraçada comigo, deitados na rede, quando eu contava precisamente a idade que o lírico celebrava; as quadras populares de Juvenal Galeno, e as rimas patrióticas de Dona Chiquinha Montenegro, professora municipal de Parnaíba. Poeta que não fosse cantado ao violão não ficava em minha lembrança. Eu tinha notícias de Gonçalves Dias pela estátua e pelas cousas que dele me contara Jovina Martins Ribeiro, senhora de Caxias, que o conhecera rapazola, na cidade em que ambos haviam nascido, e, mais vagamente, pelo “nosso céu tem mais estrelas”. Poesia para mim era o Bem Sei que Tu Me Desprezas, Bem Sei que Tu Me Abandonas, e o Perdão, Emília, para um Desgraçado. Daquele Sousândrade eu não tinha a menor ideia de ter ouvido cantar qualquer modinha.

Ele era, entretanto, uma individualidade curiosa, a última relíquia do velho Maranhão glorioso, e o remanescente vivo das altas figuras pa-

trimoniais da velha Atenas agonizante. Surgindo quando a grande geração se extinguiu, abandonou a pátria, e foi, no estrangeiro, afinar o espírito pelo rugido eólio dos ventos novos. Fixou residência nos Estados Unidos; fez-se, aí, republicano; e, fundando jornais de espírito brasileiro, repetiu, embora apagadamente, a missão evangélica de Hipólito José da Costa, o Paulo de Tarso da Independência, que pregava em Corinto o que devia ser ouvido em Jerusalém. Inteligência investigadora e rebelde, imaginou, então, um poema de proporções vastas, interessantes a todo o continente, do qual publicou um volume com os primeiros nove cantos, e que se tornou famoso pela bizarrria desconcertante da forma e das ideias. Camilo Castelo Branco, que o considerava o “mais estremado, mais fantasista e erudito poeta do Brasil” no seu tempo, achava que o seu poema “pesa e enfara pela demasia dos adubos”. Sílvio Romero apontava-o como o único poeta brasileiro que havia “tomado o faro do século”. Regressara, porém, para o Maranhão, e lá vivia, por esse tempo, isolado em uma velha quinta à margem do rio Anil. Cercada de grandes muros, essa propriedade tornara-se a gaiola enorme de um velho pássaro que não cantava mais. Lá dentro, à sombra das grandes árvores que rodeavam a casa e se debruçavam sobre o rio, o autor d’*O Guesa* e das *Harpas selvagens* lia Homero e Virgílio, no original. De tempos a tempos, vendia alguns metros de muro da chácara aos construtores, que aproveitavam o material, de primeira ordem, em novas edificações urbanas. E isso dava oportunidade ao velho poeta, que vivia dessas pequenas transações, para uma fase de fina ironia:

– Como vai o senhor, senhor Doutor? Está passando bem? – perguntavam-lhe.

E ele, a voz macia, o sorriso inteligente:

– Comendo pedras, meu senhor; comendo pedras...

Sousândrade entrava na mercearia, inclinava a cabeça, sorridente, num cumprimento a cada um, e, mesmo de pé, fazia a sua pequenina encomenda delicada: uma lata de espargos, um pouco de queijo, sardinhas de Nantes, e tâmaras ou ameixas. Sortimento para oito ou dez mil réis, que um empregado levava à quinta, e que ele, semanas depois, vinha pagar, com as cédulas miúdas e os níqueis rigorosamente contados. A sua freguesia não dava lucro. Mas enchia de orgulho a casa.

Alberto Pinheiro era celebridade de outro gênero. redator-chefe do *Diário do Maranhão*, folha cuja matéria principal era constituída pelos atos do Governo e pelos anúncios das companhias de navegação, tornara-se famoso na imprensa do Estado pelas tolices que escrevia. Era um velhote pequeno e ágil, de cabeleira alvoroçada e grisalha, no alto da qual acomodava, como um pequeno pássaro num grande ninho, um chapéu-coco, de extremidades estreitas e reviradas. Usava invariavelmente um velho fraque presumivelmente preto, antiquíssimo, que lhe deixava a metade do colete a descoberto, e cujas abas curtas se empinavam atrás, compondo a mais grotesca das caricaturas. Mastigava permanentemente um pedaço de charuto, que viajava da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, sob o bigode sarrento. Devia ser excelente pagador. Pelo menos, havia ordem de “seu” Zé para dizermos que não havia mais nenhuma das mercadorias que ele desejasse comprar. As que se achavam na amostra já estavam vendidas.

As vitórias jornalísticas de Alberto Pinheiro ficaram inesquecíveis no Estado. Certa vez, uma carroça esmagou, com uma das rodas, o pé de um pretinho que brincava em frente ao mercado. Alberto Pinheiro deu a notícia. E pôs o título: *Pé de Moleque*. Um dia, na pressa de encerrar o expediente da folha, noticiou ele o falecimento de um comerciante que se achava gravemente enfermo. O homem ainda estava com a alma neste mundo, e a família, no dia seguinte, foi pedir uma retificação, contestando o óbito. O jornalista corrigiu o engano, desdizendo-se a si mesmo. Dois dias depois, porém, o doente morre mesmo. E Alberto Pinheiro fez-lhe o necrológio, que principiava assim: “Até que, afinal, morreu o nosso distinto amigo, etc.” A coleção do jornal sério em que ele escreveu é, hoje, o melhor patrimônio humorístico da imprensa do Maranhão.

O Dr. Brandão era um freguês que não comprava nada. Assim, porém, que ele chegava, e sentava-se fora do balcão sobre algum barril de vinho ou sobre alguma caixa vazia, os empregados acorriam de todos os cantos do estabelecimento para escutar-lhe as narrativas imaginosas. O seu tipo era, já, uma anedota. Alto, uma barbicha à D. Quixote, a originalidade da sua indumentária consistia em um fraque de brim pardo, calça da mesma fazenda, e chapéu de palha de carnaúba. E, como complemento, um cachimbo que só lhe saía da boca no momento patético da narração.

Diplomado por uma das escolas superiores da Bélgica, dizia-se amigo íntimo do rei Leopoldo, que o tratava como irmão. Uma vez, achando-se em Paris, lembrou-se que, no dia seguinte, era o aniversário do seu real companheiro de turma e de pândega.

– Nesse tempo – dizia – não eram conhecidos os trens diários, e o que me poderia servir já havia partido. Tomei uma deliberação: aluguei um cavalo e parti, a toda carreira. De repente, começou a chover. A velocidade da corrida era, porém, tamanha, que a chuva apanhava apenas a anca do cavalo... De repente, o animal começou a cansar. Na carreira em que ainda ia, estirei a mão e apanhei um cipó que estava pendurado de uma árvore à margem do caminho. E chicoteei com ele o cavalo com tanta vontade que, no dia seguinte, pela manhã, eu pulava da sela em Bruxelas, na porta mesmo do palácio real. Como todos me sabiam íntimo da família, fui entrando, e ao ver o Leopoldo, atirei para cima de uma mesa o chapéu e o cipó e lançamo-nos nos braços um do outro. E está vamos ainda abraçados, quando ouvimos um grito desesperado, partido da saleta próxima. Corremos para lá, e que vimos? A Rainha, o terror estampado no rosto, correndo de um lado para outro, tendo uma cobra verde enrolada no braço!...

E o Dr. Brandão concluía:

– Eu tinha viajado léguas e léguas, a chicotear o cavalo com uma cobra viva, que havia agarrado pela cabeça, pendente de uma árvore, e que eu supunha fosse um cipó!...

O narrador, êmulo do Barão de Munchhausen, trazia sempre, para contar, dez ou quinze histórias como essa, que aprendia nos livros ou imaginava na ocasião. Esgotado, porém, o repertório, ia ao interior da casa. E como a passagem era por perto de um balcão interior em que ficavam as garrafas e os cálices de bebidas fortes, não regressava sem, no caminho, limpar a boca e a barbicha na manga do paletó...

III FREGUESES DE LUXO

ALÉM desses, que faziam pessoalmente as suas compras ou as suas encomendas, ou compareciam ao estabelecimento para dar a impressão de que a faziam, possuía a Casa Trasmontana a sua galeria de fregueses de luxo, isto é, dos que as mandavam fazer por escrito ou pelos criados, e cujas contas se ia receber a domicílio. Nesse número estava, em primeiro lugar, o Comendador Leite, pai do senador Benedito Leite, que era, por essa época, o chefe in-contrastável da política estadual.

O Comendador Leite era um homem moreno e enorme. De estatura acima de mediana, deixara crescer descompassadamente a barriga, sendo, talvez, o campeão de obesidade do Maranhão, de onde Artur Azevedo trouxera para os seus contos alegres todo um sortimento de capitalistas barrigudos. Residia à Rua Formosa, logo no princípio, em um daqueles vastos sobrados senhoriais, construídos no tempo em que a lavoura maranhense era uma das mais florescentes do Império, e cujas escadarias haviam sido feitas para dar passagem a oito pessoas de cada vez. Recordo-me que havia, lá no alto, uma claraboia em forma de cúpula, a qual fazia descer sobre as pessoas e sobre as cousas uma claridade suave e religiosa. E não evoco a figura do dono da casa, sem que ele me apareça à mesa, comendo. Apenas não o vejo presidindo almoços ou jantares patriarcais, à moda da terra. A mesa em que o encontrei, algumas vezes, quando ia receber a conta do mês, era ampla e solene, mas não tinha a toalha posta senão em uma das pontas. À cabeceira, sozinho, o Comendador. Diante dele, seis ou oito pratos pequeninos, com esquisitas gulodices, dando-me a impressão de que aquele septuagenário, era, realmente, um gastrônomo, preferindo a qualidade à quantidade.

– Quer almoçar? – perguntava-me, mastigando com volúpia que me fazia vir à boca, habituada aos suculentos pratos portugueses de “seu” Zé, uma porção d’água, que me engasgava sem que eu a tivesse bebido.

– Muito obrigado – dizia eu, recusando.

– Tome aqui... Pegue... – insistia o velho, espetando num garfo uma fatia de doce.

Eu me erguia da cadeira em que me haviam mandado esperar, tomava o doce na mão e voltava a sentar-me, agradecido, para comê-lo.

A sala em que o Comendador fazia as suas refeições solitárias ficava em frente à rua, no primeiro andar. Atrás, porém, ficava outra, com grandes rótulas abrindo para o quintal. Certa vez, fui conduzido a essa parte da casa, e contemplei, aí, um quadro legitimamente brasileiro, que nunca mais se me apagou da retina. Era uma sala ampla, e clara. No chão, de tábuas largas e limpas lavadas com sabão e casca de coco, que arrepiava as fibras da madeira, estendiam-se grandes esteiras de carnaúba, com arabescos coloridos. Sentada em uma das esteiras, tendo diante de si uma redonda almofada de fazer rendas, cujos bilros manejava, a esposa do Comendador, a mãe do senador federal Benedito Leite. E, em torno, trabalhando todas ao mesmo tempo, enchendo o ar do ruído característico dos caroços de tucum impelidos uns contra os outros, oito ou dez mocinhas e mucamas, cada uma na sua almofada. E o barulho era tanto, que se tinha a impressão de haver entrado em um viveiro, em que se achassem escondidos cem ou duzentos canários doidos. Chegado à porta, estaquei. Uma funda e doce emoção se apossou do meu coração caboclo. Senti-me, de súbito, em Miritiba, nos Morros, nos lugares de gente simples, em que as moças e as velhas viviam desse ofício tão casto, e tão favorável aos devaneios da imaginação feminina.

– Entre, meu filho! – ordenou a velhinha, detendo entre os dedos murchos os dois punhados de bilros.

E enquanto eu esperava o dinheiro, pôs-se a conversar bondosamente comigo, com ternuras e interesse de avó. Perguntou-me de onde eu era. Se ainda tinha pai. Quem era minha mãe. E uma porção de outras cousas inúteis, que só as senhoras idosas costumam perguntar aos meninos a quem nunca viram. Saí encantado e comovido. Aquela velhinha havia embalado nos braços o homem mais poderoso do Maranhão!...

Freguês de luxo era, igualmente, o Barão de Itapari, que morava nos Remédios, em um casarão rodeado de janelas, e que fazia canto com a praça em que se levantava a estátua do Cantor dos Timbiras. O conhecimento

deste fidalgo da Monarquia constituiu, entretanto, uma das minhas mais fortes e irremediáveis desilusões.

Eu tinha me habituado a imaginar os reis, as rainhas, e todos os demais personagens de uma corte, pelas figuras que eu havia visto nas cartas de baralho. Quando eu era menino, o valete era conhecido, também, com a denominação de *conde*. E como o *conde* usava, na carta, coroa, gabão de veludo, cabeleira e um bastão de ouro na mão enluvada, eu tinha a ideia de que todos os fidalgos deviam afinar pelo mesmo padrão, em indumentária. Os livros que eu havia lido diziam-me que não era assim. A impressão da infância ficara, porém, no subconsciente, e de tal modo, que preponderava, sempre, na minha imaginação. Um dia, “seu” Zé entregou-me uma conta, dentro de um envelope, dizendo-me:

– Vá à casa do Barão de Itapari, e receba isto. Ele pediu que a mandasse agora pela manhã.

Subi a Rua da Paz com a imaginação escaldando. Via-me à porta da casa, que eu já conhecia. Bateria palmas. E logo apareceriam dois pajens vestidos de veludo azul, calças presas acima do joelho, meias até à altura das calças, os quais me levariam à presença do Barão, numa grande sala de enfeites dourados. Sentado em uma cadeira de grande espaldar, colocada sobre um estrado, o Barão me receberia, de cara fechada. Entregar-lhe-ia a conta. O fidalgo voltar-se-ia, então, para o tesoureiro, e diria:

– Pague isso a esse menino.

O tesoureiro faria uma reverência, curvando-se todo, eu faria outra, e, ao fim de pouco tempo, eu me veria na rua, trazendo o dinheiro.

O coração batia forte, quando cheguei ao fim da Rua dos Remédios. Bati palmas à porta. Achei a pequena escada um pouco suja, mas era possível que aquilo fosse para disfarçar a riqueza que reinava lá dentro... Um instante mais e entreabre-se a porta do corredor escuro, dando passagem à cabeça de uma preta gorda, e beijuda, que indaga, numa voz gritante:

– Qui é?

Disse ao que ia. E ela:

– “Seu” Barão saiu agora mesmo... “Sinhô” corre que ainda pega ele no canto... Ele foi esperá o bonde no largo...

Desceu os dois ou três degraus. Chegou à porta. Estendeu os olhos e, em seguida, o braço:

– Ói, tá-colá ele...

Olhei. Em frente à igreja dos Remédios, ainda cercada de velhos andaimes, um cavalheiro vestindo paletó preto e comum, fumava um fim de cigarro, ao mesmo tempo que esgaravatava a terra com a ponta do guarda-chuva. Bigode negro, e, se bem me lembro, uma barbicha curta, da mesma cor. Figura vulgar de burguês. Cara de comerciante da Praia Grande. Encaminhei-me para ele. Entreguei-lhe o envelope quase com desprezo. Ele o abriu, examinou a quantia, cinquenta ou sessenta mil réis, meteu a mão no bolso da calça, pagou-me com displicência.

Agradei surdamente, e retirei-me. O homem continuou a esgaravatar a terra, e a fumar o seu cigarro. Olhei ainda de longe, para certificar-me. E sorri, superior:

– Sim, senhor!... Isto é que é um barão!...

Eu acabava de vender, na verdade, por cinquenta ou sessenta mil réis, que nem seriam meus, uma das mais lindas ilusões da minha meninice!...

IV
FIGURAS PARNAIBANAS: “TIA” PELONHA²

NA PEQUENA rua que liga a Praça da Matriz à Praça do Mercado, em Parnaíba, havia um resto de muro em pedra e cal, sustentando uma ligeira elevação do terreno. Sobre os escombros do muro, uma velha cerca de varas, arcos de barril, traves de madeira podre, pedaços de zinco, fragmentos de tábuas que o tempo devorara, estabelecia os limites de um quintal em que se erguiam mangueiras anciãs e entrelaçavam galhos de goiabeira sem idade. Lá dentro, por trás dessa arborização que peneirava a luz, esfarinhando-a na areia, uma casa de telha, antiquíssima, já sem reboque, o teto negro prognosticando desastre, portas e janelas sem pupilas, chão de tijolo, e que era, em síntese, menos um abrigo do que uma tapera. Dentro dessa casa, “tia” Apolônia, ou, melhor, “tia” Pelonha. E, em torno da casa, entrando e saindo, e guardando “tia” Pelonha, os seus vinte ou trinta cachorros.

“Tia” Pelonha era uma das figuras populares de Parnaíba. Grande, máscula, suja, ossuda como D. Quixote, a cabeleira grisalha e crespa alvo-rojada para cima, a face cavada, fisionomia nervosa e severa, pés enormes e sempre descalços, marchava a passos largos e rápidos como um general que tivesse perdido o seu cavalo no começo da batalha. Na sua casa não entrava ninguém. Não ia, também, à casa alheia, senão para entregar alguma roupa lavada ou para prestar pequenos serviços de quintal ou de rua. E quando abria o velho portão entrelaçado de varas e tábuas e saía, era acompanhada de uma enorme e tumultuosa matilha de cães de todos os tamanhos e raças, que lhe formavam o séquito, trotando uns à sua frente, outros ao lado, outros atrás, enquanto os demais, sem a abandonar, se espalhavam em torno, ladrando e correndo, e irrigando às pressas todos os

² Este capítulo, e o seguinte, estão visivelmente deslocados na sequência narrativa da edição que tomamos como base. Na primeira edição, aparecem como os capítulos XXV e XXVI, em seguida ao que se intitula Tradições Parnaibanas. (Nota do Editor).

postes do caminho. De súbito, “tia” Pelonha emitia um grito gutural e surdo, sem voltar o rosto nem abrir a boca. E, de pronto, a canzoada acorria toda, fechando círculo de proteção à sua pessoa, como soldados que, na hora do perigo, viessem oferecer a vida para defender o seu general.

“Tia” Pelonha é uma das reminiscências mais graves da minha infância de menino vadio, e talvez ainda viva, com o mesmo aspecto atemorizante, na memória dos meus companheiros daquela época. Figura áspera de feiteiceira, tipo autêntico de virago, não havia, entretanto, quem lhe dirigisse uma pilhéria ou soltasse um assobio à sua passagem. Jamais alguém penetrou no seu quintal para tirar fruta. Lá dentro, as goiabas amareleciam nos galhos, e viam-se, à sombra das mangueiras largas, as mangas apodrecendo no chão. Mas os meninos passavam de longe, encolhidos e silenciosos. Não se aproximavam, sequer, da cerca, por trás da qual a matilha corria e ladrava. Quando uma parte da cainçada saía, a outra formava pelotão, guardando a casa. E nada mais estranho do que o espetáculo dessa Diana suja, destacada das páginas rotas de uma triste mitologia dos miseráveis, ao atravessar a Praça da Matriz com a sua matilha ladrante. Ao vê-la à distância, os meninos que voltavam da escola enveredavam pelos corredores, procurando agasalho. Molecotes que iam a algum recado dos patrões, davam meia-volta e desapareciam, na carreira, nas ruas próximas. E “tia” Pelonha, magnífica na sua sordidez, a cabeça erguida, o passo de soldado que vai à guerra, se eclipsava ao longe, entre uivos e ladridos da sua devotadíssima guarda de honra.

No peito murcho, e masculino, daquela mulher que havia perdido o sexo, batia, no entanto, um coração. Não tinha amizades humanas, nem sabia sorrir. Mas amava os seus cachorros. Era para eles que trabalhava. Era para eles que vivia. O dinheiro que conseguia nos afazeres domésticos de que se incumbia era para eles. Com os níqueis que recebia em pagamento de serviços, ia, com eles, todas as manhãs, aos açougues e comprava pedaços de carne magra, ossos e vísceras, com que os sustentava. Para isso, reduzia a sua própria alimentação ao mínimo. O seu almoço, e o seu jantar, eram constituídos unicamente por farinha de pipoca, preparada numa lata, no fogo que fazia à sombra das árvores. E com isso ia ficando cada vez mais magra, óssea, mais masculina, mas, sempre de rosto alto, o passo esticando o vestido curto e sujo, e seguida, por toda parte, da alegria sinistra dos seus cães.

V

FIGURAS PARNAIBANAS: MARIA REZADEIRA

LIMITANDO, pelos fundos, com o quintal de “tia” Pelonha, estendia-se o da Maria Padre, ou, mais vulgarmente, da “tia” Maria Rezadeira. Esse era, porém, um quintal cheio, em que as ateiras se emaranhavam, e em que os mamoeiros precisavam esticar-se, para apanhar um pouco de sol. Galhos de laranjeira e cajueiro pulavam de vez em quando a velha cerca de troncos de carnaúba, para vir tomar fôlego na rua. E a pequena casa de telha, quase secular, essa mesma parecia empurrada pelas árvores, e de tal forma que os batentes de tijolos da porta iam acabar fora, na via pública.

Era dessa porta estreita, e de uma folha só, escurecida pelo tempo, que saía todas as manhãs, madrugada ainda, “tia” Maria. Era uma pretinha miúda, carapinha branca, sempre muito limpa e cuidada na sua saia preta e no seu casaquinho de morim. Na ponta dos pés, arrastando-as no seu passinho apressado, as chinelinhas de couro. No pescoço, os rosários negros, de grandes contas, que pareciam justificar aquela inclinação do seu corpo, quase infantil, para diante. E, nas mãos, ainda, um terço, que, para não perder tempo, ia sempre debulhando mesmo pela rua, nas suas numerosas viagens quotidianas entre a sua casa e as duas igrejas da cidade, a matriz e a do Rosário. Esta última era, todavia, por mais modesta e solitária, e por ser a do culto tradicional da raça negra no Brasil, a da sua predileção.

A profissão de “tia” Maria Rezadeira, como seu nome está indicando, consistia em rezar. De manhã à noite, não cuidava de outra cousa. Todo mundo fazia promessa de orações: quem as pagava, porém, era ela. Rezava terços, rosários, ladainhas, prometidos pelos outros. E não cobrava nada por isso. Não fazia preço. Cada um dava o que entendia, ou não dava nada. Quando ninguém fazia contas diretas com o céu, para que ela as pagasse, fazia-as ela mesma. E desde cedo lá se ia – cheque-cheque-cheque –, com a sua chinelinha arrastando, muito ligeirinha, rumo do Rosário ou da matriz, espanar os altares, mudar as toalhas, guardar ou tirar dos pesados gavetões da sacristia os paramentos do Senhor Padre, auxiliando o sacris-

tão nesses pequenos serviços da casa de Deus, e fazendo, a cada passo, uma genuflexão diante de cada santo.

Não obstante essa piedade toda, e a solicitude com que rezava por todo o mundo, “tia” Maria Rezadeira foi golpeada, um dia, fundamente, no coração. O único mestre-de-obras de Parnaíba, com honras de construtor, era o mulato Pedro Braga, que reunia a essa qualidade a de diretor e proprietário da única banda de música que a cidade possuía. Pedro Braga edificava os prédios, tocava clarineta, compunha dobrados, ensaiava os seus homens, conduzindo a sua filarmônica a batizados, casamentos, funerais, bailes e manifestações políticas. Pela manhã, porém, os músicos mudavam a roupa, e iam trabalhar em construções, cujas plantas eram levantadas pelo maestro. Por isso mesmo, casa que ele construía tinha de cair pelo menos três vezes. Antes do terceiro desmoronamento, não era considerada segura. A nossa, que minha mãe fez edificar, nos Campos, pagou esse imposto com absoluta regularidade. Um dia, meu tio Emídio Veras mandou reconstruir o prédio em que funcionava a sua casa comercial da Rua Grande, em frente ao Porto Salgado. As paredes haviam desabado apenas duas vezes quando lhe puseram a cumeeira, e iniciaram a cobertura. “Tia” Maria Rezadeira tinha um filho, Manuelzinho, que era carpinteiro, e tocava pistão na banda de Pedro Braga. Trabalhava ele nas obras, quando começou a chover. Quando se construía um prédio ideado por Pedro Braga e principiava a choviscar, a praxe era retirarem-se todos os operários, e ficarem de longe, esperando o estrondo. Manuelzinho, dessa vez, entendeu que não devia interromper o trabalho. De repente, um ruído cavo e rouco anunciou o desastre esperado. Correram todos a ver de perto. Não ficara, de pé, uma coluna ou uma parede. Apenas um monte de tijolos, barro, caibros e telhas quebradas. E, sob os escombros, Manuelzinho com as duas pernas partidas.

Não obstante isso, “tia” Maria Rezadeira não perdeu a confiança em Deus, nem deixou de rezar. Pelo contrário, passou a rezar mais ainda. E a correr para a igreja em hora ainda mais matutina, curvadinha para diante, a saia preta amarrada na cintura, o casaquinho de morim muito limpo, a carapinha muito branca, os rosários ao pescoço, o terço entre os dedos magros, muito ligeira no seu passo miúdo, a chinelinha de couro na ponta do pé – cheque-cheque-cheque...

VI INICIAÇÃO ARTÍSTICA

A MINHA cultura artística, em relação ao teatro, fez-se gradualmente. O primeiro espetáculo a que assisti, foi, ainda, em Miritiba, e eu devia contar uns cinco anos. Tenho-o diante dos olhos, quando os fecho, como se o tivesse assistido ontem. Era uma sala grande e quadrada, o chão de barro batido, na rua fronteira ao rio. Na sala, com as costas para a porta de entrada, numerosas cadeiras, todas ocupadas por pessoas de consideração. Em uma das cadeiras, eu, não me lembro se em companhia de meu pai, de minha mãe, ou de algum parente nosso. Os artistas eram apenas dois: um homem e um urso. O urso constituía, porém, a figura principal. Era, mesmo, tão importante, que eu, que não conservei o nome do homem, guardei o seu. Chamava-se Miguel.

Miguel era um artista soturno, e de poucas palavras, ou, melhor, sem palavra nenhuma. Amordaçado, com uma corrente ao pescoço, outra no focinho, era um animal respeitável, mas obediente. Com a mão na corrente que se prendia à argola das suas narinas, o domador, um cigano de faixa vermelha à cintura e turbante da mesma cor, ordenava:

– Levanta, Miguel!

Miguel fazia um esforço mole sobre si mesmo e punha-se de pé.

– Bota *zipingarda* no ombro, Miguel!

Miguel segurava a tranca da porta que o homem lhe entregava, e punha-a desajeitadamente ao ombro.

– Marcha, Miguel!

Miguel marchava, o passo pesado e molengo, e pele grossa e gorda derramando-se pelo corpo, no meio do silêncio fundo, e constrangido, da plateia desconfiada. E tão impressionante era aquele silêncio humano, que eu guardei no ouvido, até hoje, os ruídos da corrente do urso de Miritiba, assinalando, na minha memória, a primeira impressão artística recebida numa sala fechada. Outros espetáculos tinha eu visto, e vi depois, aí mes-

mo, na minha vila natal. Estes não passavam, todavia, de cenas ao ar livre, e limitadas a saltos de macaco por dentro de um arco de barril, suspenso na mão do cigano, que explorava esse artista.

Em Parnaíba, o espírito encontrou, já, ambiente mais civilizado. O homem e a mulher substituíram, aí, o urso e o macaco. A cidade não possuía, é certo, um teatro. Havia, porém, à Rua Grande, ao lado de uma vasta casa térrea, de azulejo azul, um armazém com uma passagem lateral, o qual supria, quanto possível, essa falta. Quando ali aportava, procedente de Teresina ou do Maranhão, uma pequena companhia dramática, ou algum ilusionista solitário, tinha de fazer tudo: tinha de montar o tablado para o palco, de improvisar o pano de boca, de alugar os candeeiros de querosene para a iluminação. Aos espectadores cabia arranjar as cadeiras. Cada família, ao dirigir-se para o teatro, levava um ou dois moleques conduzindo à cabeça a mobília da sala de jantar. Por isso mesmo, a chegada de uma família determinava, invariavelmente, distúrbios inomináveis na plateia: as cadeiras, superpostas, enganchadas umas nas outras, tombavam, às vezes, sobre os espectadores que haviam chegado primeiro, ferindo cabeças e rompendo vestidos. Os mais previdentes, para conseguirem melhores lugares, mandavam, cedo ainda, essas peças do seu mobiliário, ligando-as umas às outras, com barbante grosso, arame ou corda de tucum. À saída, porém, a balbúrdia era irremediável. Mal descia o pano, os moleques, empregados das famílias que se achavam lá dentro, invadiam o armazém promovido a teatro, tomando conta das cadeiras, as quais lhes eram imediatamente postas à cabeça, formando verdadeiras montanhas, que se iam chocando umas nas outras, e levando, na passagem, chapéus de homens e de senhoras, e deixando um arranhão ou um “galo” em cada testa desprevenida.

Nós estávamos, já, há três ou quatro anos, em Parnaíba, quando ali desembarcou a primeira companhia dramática digna de memória. Compu-nham-na dois casais de artistas e uma ou outra figura de bastidor. Dirigia-a o ator espanhol Máximo Gil, que vivia maritalmente ou era efetivamente casado com a atriz Beatriz Rosália. O outro casal era constituído pelo ator, também espanhol, Antônio Perales, e pela atriz brasileira Maria Isabel. Máximo Gil era, já, um pouco avançado na idade e na gordura, e Beatriz Rosália não devia ter, então, menos de quarenta anos. Perales era moço,

de pele cor de rosa ou cor de vinho, e Maria Isabel era igualmente jovem e bonita. Não obstante a disparidade dos dois casais, e na falta de um terceiro, a população da cidade dividiu-se em dois partidos, como reminiscência do que se fazia no Rio no tempo da Delmastro e da Candiani, e no Recife, nos dias de Emília das Neves e Eugênia Câmara. Os partidários de Maria Isabel justificavam o seu entusiasmo com a mocidade e a beleza do ídolo. Os de Beatriz Rosália, com a perfeição da sua arte. E, na conformidade da tradição, estabeleceu-se que esse entusiasmo se concretizaria nas homenagens prestadas a uma e a outra nas festas de benefício. Rapazes, os mais distintos de Parnaíba, entre os quais um dos meus tios e um dos meus primos, subiram ao palco para representar na qualidade de amadores. Outro, Luís de Moraes Correia, que é, atualmente, professor da Faculdade de Direito do Ceará, escreveu um dramalhão à velha maneira portuguesa, intitulado *24 de Janeiro ou a Independência do Piauí*. E esse dramalhão, em honra de Maria Isabel, foi levado à cena pela rapaziada mais elegante da cidade.

Lembro-me ainda, perfeitamente, do sucesso comovente desta festa excepcional. Entre os personagens da peça figuravam diversos militares da guarnição de Oeiras, capital do Piauí em 1824. Como não eram conhecidos, porém, os uniformes da época, os oficiais do exército português daquele tempo se apresentaram, todos, vestindo a farda de cadetes da Escola Militar do Ceará. E a representação correu bem. Apenas, ao entrar em cena, o meu primo se aproximou de meu tio, e saudou:

– Como vais tu, Jorge?

– Jorge, não – protestou meu tio –; eu sou Fernando... Jorge é você...

Os partidários de Beatriz Rosália não quiseram parecer menos intelectuais no seu culto. Entre eles, havia um, charadista exímio, que teve uma ideia feliz: lembrou que, sobre a porta principal do armazém que servia de teatro, se abrisse um grande livro, iluminado por velas escondidas, e sobre o qual se debruçasse uma grande rosa de papel. Era um logogrifo, e queria dizer: “Rosa lia”...

O sucesso foi absoluto, completo, integral.

Anos depois, tive notícias da companhia que tanto abalara a pacatez de Parnaíba. Máximo Gil morrera no Amapá, onde se dissolvera a última empresa ambulante que organizara. Em 1906, quando já residia no Pará,

desembarquei, doente, em Camocim. Em frente ao porto, havia um pequeno hotel, onde um casal, dono do estabelecimento, criava uma dúzia de filhos.

O hoteleiro era Antônio Perales.

A hoteleira, Maria Isabel.

VII DON ANTONIO ETC. ETC. Y SEPÚLVEDA

QUANDO, em 1900, cheguei ao Maranhão, era isso o que eu conhecia em matéria de arte teatral. Isso, e nada mais. É de imaginar, pois, a impressão que me causou um espetáculo em um teatro com o seu palco definitivo, possuindo a sua ordem de camarotes, com os candeeiros de querosene substituídos pelos bicos de gás, e com artistas que se diziam procedentes da Europa, com escalas pelo Rio de Janeiro ou pelo Pará. Vem a propósito, aqui, informar que eu não tinha, até então, a menor ideia do que fosse um camarote de teatro. Camarote de navio, eu sabia o que era. E como os mesmos nomes me sugerissem ordinariamente as mesmas cousas, devo confessar que o camarote de teatro, constituiu, para mim, uma dolorosa decepção.

A Casa Trasmontana, de Dias de Matos & Cia., ficava, como tive ocasião de dizer, à Rua da Paz, esquina da Travessa do Teatro. No quarteirão fronteiro, à esquina da Rua do Sol, isto é, uma distância inferior a uma centena de metros, estava o Teatro São Luís, que tem, hoje, o nome de Artur Azevedo, e acabava de sofrer uma reforma reputada considerável para a época e para o meio. Com o seu pequeno bar, em que se vendia cerveja do Rio e de São Paulo, e se retalhava uma cachacinha fina para viciados que usavam gravata, era natural que os artistas de teatro se tornassem frequentadores do estabelecimento, indo molhar, ali, a garganta e avivar a memória, antes ou depois dos ensaios. Devia ser assim. E assim era. Quando se põe o milho junto à galinha, é, evidentemente, para a galinha comer.

Em princípios de 1901, foi ter a São Luís, levada não sei se do Rio ou de Belém, uma companhia dramática, das maiores que por ali tinham passado desde a proclamação da República. O teatro do Maranhão é, porém, para as empresas que o procuram, o que é o seu porto para os navios: quando é grande, encalha. E foi o que sucedeu com essa, que, se não me

engana a memória, ali permaneceu mais de cinco meses, e dali saiu aos pedaços.

Dessa companhia, e constituindo um dos seus elementos ornamentais, fazia parte um galã, de nacionalidade espanhola, e de nome Sepúlveda. Os espanhóis, por esse tempo, dominavam, como se vê, nos mercados teatrais do Norte, colocando naquela parte do Brasil, ao mesmo tempo, as suas passas, os seus figos e os seus atores de terceira escolha. Sepúlveda tinha essa origem e era uma curiosa figura de homem. Alto, robusto, grande e bela cabeça, carão largo e escanhado, usava, posto de lado, dominando a cabeleira revolta, negra e encaracolada, um chapelão de feltro de grandes abas, como o dos toureiros da sua terra, e não abandonava um bengalão que pesava oito quilos, com o qual batia seguida e nervosamente no chão, como quem está procurando dinheiro enterrado. Legítimo tipo da sua raça, era espetaculoso e quixotesco. Possuía um vozeirão de tenor constipado, e gabava-se, a todo instante, da sua genealogia, dizendo-se descendente das maiores famílias da Espanha, e parente de Cervantes, cuja linhagem desdobrava, cada dia de modo diverso, de acordo com os recursos ocasionais da imaginação. Devia ter uns quarenta anos e chamava-se, no seu nome civil, mais ou menos assim: Don Antonio Miguel Rodrigo de Rodríguez Saavedra López Menéndez Puente de la Cuenca de Aguilar Gutiérrez de Aragón y Sepúlveda. E dizia tudo isso com uma voz tão cheia, e um orgulho tão fundo, que parecia verdade.

Logo à chegada no Maranhão, Sepúlveda começou a frequentar o bar da Trasmontana. Figura simpática e insinuante de espadachim, captou, logo, a estima da casa, e, em particular, a minha, que corria a servi-lo, quando ele batia vigorosamente com o seu bengalão na tampa da mesa de ferro. A sua tentação não era, todavia, a cerveja, nem o conhaque, nem o vermute, nem o xerez patricio, que a firma importava diretamente: era a aguardente nacional, o parati indígena, a cachaça cabocla, a tiquira maranhense, cristalina, límpida, transparente, servida no copito sem pé, lavado na hora, e cheio até à borda. Sepúlveda sacudia-o na garganta, de uma vez, e ficava com o rosto para cima, em êxtase, os olhos fechados, sentindo a volúpia do paladar. Ao fim de dois minutos, abria os olhos, estalava a língua, e lambia os beiços, deliciado. E pedia outra dose, para repetir a cerimônia.

Foi este Sepúlveda que me proporcionou a ventura de assistir ao primeiro espetáculo, em que não figuravam urso, nem Máximo Gil, nem Rosália, nem Perales, nem Maria Isabel. Ia ser levado à cena o *Don César de Bazán*, que Dumanoir e d’Ennery foram buscar em Victor Hugo, e Sepúlveda me disse, entregando-me um bilhete para o “galinheiro”:

– Toma, rapaz... Não deixes de ir... Vais ver o que é artista... Quando eu representava isso em Madri era um delírio... Don César é um dos meus melhores papéis...

E engrossando a voz, já empastada pelo álcool:

– E é natural... Don César de Bazán era meu parente... Estava ligado à nossa família por Don Beltrán de Castillo Hernández y Hernández, que foi casado com dona Consuelo Martínez de Molina, sobrinha dos marqueses de Vila Hermosa.

E desenrolava uma genealogia infundável, para concluir, limpando a boca úmida com a manga do paletó preto:

– Vai... Não deixes de ir aplaudir-me hoje... Vais ver o que é a voz do sangue...

À noite, fechada a mercearia, e obtida a licença de “seu” Zé, meti-me na indumentária groenlandesa trazida de Parnaíba, e, com o meu bilhete na mão, penetrei no “galinheiro” do Teatro São Luís. O coração batia-me forte, denunciando a emoção. E tinha o pensamento em Parnaíba, desejando que minha mãe me visse ali, como convidado do maior artista da Espanha, quando o pano subiu e começou a representação. Exceção feita dos camarotes, tudo me parecia maravilhoso: os bicos de gás, as cadeiras presas no chão e pertencentes ao próprio teatro, o pano de boca enfeitado de figuras simbólicas, o vestuário das senhoras, os fraques dos cavalheiros, o conjunto, em suma, daquela festa elegante. E ninguém, talvez, batia mais palmas do que eu, à medida que as cenas se desenrolavam entre os aplausos entusiásticos da plateia. De repente, porém, entra Sepúlveda, e solta uma das grandes frases de efeito. Foi um sucesso. Encarnando a figura boêmia e simpática de Don César, Sepúlveda estava, aos meus olhos, magnífico, soberbo, inigualável. Caracterizado como convinha, o rosto alto, o porte majestoso e arrogante, a capa sevilhana, de forro vermelho, atirada para as costas, o vozeirão enchendo o teatro e reboando por ele todo – o seu aspecto ressumbrava nobreza e bravura. Pouco a pouco, auxiliando

a beleza do papel com os recursos da sua estampa, ia ele conquistando a casa. E de tal modo que, quando, no último ato, o público, arrebatado pelos seus gestos e pelas suas hipóboles, passou a aplaudi-lo com delírio, foi tamanho o meu orgulho, que tive ímpetos de pular para cima do banco do meu “poleiro”, e gritar, metendo inveja àquela gente toda:

– Esse homem é meu amigo!... Quem vende cachaça para ele sou eu!...

Do dia seguinte em diante, comecei a servir Sepúlveda com um respeito ainda mais profundo. Tão profundo, que, dos dez cálices de parati que ele bebia, eu só lhe cobrava três.

VIII DOIS CASAMENTOS FELIZES

FOI nesse ano de 1901 e durante a minha permanência na mercearia da Rua da Paz, no primeiro andar, o acontecimento mais importante da história da família: realizaram-se ali, no mesmo dia, dois casamentos.

José Dias de Matos vivia maritalmente com a Emília há dez ou doze anos. Montara-lhe casa. Recolhera sob o mesmo teto o pai e a mãe da companheira. Empregara o seu irmão. Reconhecera, como sua, a filha pequena que ela trouxera. Procedera, em suma, como um legítimo português, que troca a sua terra pela terra que o acolhe, e, sobretudo, como um homem de nobre e generosíssimo coração. E viviam bem, os dois. Poucos casais legitimamente constituídos viveriam, por essa época, ou viverão hoje, no Maranhão, em tão completa harmonia. Se discutiam ou rezingavam na intimidade da sua alcova, o eco alarmante dessa discórdia não descia as escadas nem chegava, sequer, à sala de jantar. E “seu” Zé vivia feliz. E a Emília também.

E a menina perfilhada chegara, todavia, aos dezoito anos, e fora pedida em casamento. Osório Lima, primeiro caixeiro da casa, rapaz trabalhador e honesto, era o noivo. E o casamento foi marcado. Uma semana antes começaram a subir a escada dos fundos o fiambre inglês, vestido na sua camisa de pano, polvilhada de sal fino, em que atravessara o oceano; e o açúcar para os doces, e a louça nova, para o banquete de núpcias. Ao lado, porém, do movimento do pessoal subalterno, havia outro, mais importante, acionado por fios invisíveis. Tratava-se de legitimar a união de “seu” Zé com a Emília!

O casal não tinha, por escrúpulos naturais, muitas amizades. Entre estas havia, entretanto, uma, que era mantida com apreço particular: o comendador Domingos Gonçalves da Silva, ou melhor, o Comendador Mingote, como o conhecia a cidade. Pequeno, claro, sexagenário, cabelo completamente branco, bigode da mesma cor e caprichosamente cuida-

do, trajando sempre com apuro um fraque preto, era, parece, homem de fortuna, colocada em ações de empresas industriais, de cuja diretoria fazia parte. Residia no Largo do Carmo, em uma casa térrea, de azulejo, de janelas sempre fechadas. Não era freguês da mercearia, mas aparecia por lá, à noite, duas ou três vezes por semana, sendo recebido com grandes aleluias por “seu” Zé, que se dobrava e desdobrava em atenções respeitadas. Por seu lado, a Emília possuía uma velha amiga, que estava sempre no pavimento de cima quando Mingote se achava no de baixo. Era mulher clara, gorda, de cabelo em ondulações pequeninas, e morava para os lados de São Pantaleão. Quando a mulata ia visitar a Emília, o comendador surgia, para visitar “seu” Zé. E, às vezes, subia. Subia pela escada dos fundos, sempre distinto e solene, e lá ficava na sala de jantar, conversando como se nunca tivesse visto a visitante. Depois, vim a saber que a mulata era mantida pelo velho capitalista, que não subia, aliás, a escada dos fundos da mercearia sem parar no primeiro degrau, a fim de puxar do bolso um espelhinho e dar um último retoque às pontas empinadas do fino bigode branco.

Na semana que precedeu o casamento da Mundica, o comendador passou a frequentar a mercearia todas as noites, demorando-se em conversa particular com o dono da casa. Às vezes, aparecia à tarde. Confabulavam, e, quando ele se retirava, o proprietário da Trasmontana se encaminhava para a prateleira das caixas de charutos, mordía a ponta de um, acendia-o, e punha-se a passear de um lado para outro, a mordê-lo, e a cuspir, como era de seu hábito nos dias de alegria ou de aflição. Até que, uma tarde, toda a casa, lá em cima, se mostrou riosamente festiva: “seu” Zé concordara em solenizar o casamento da filha adotiva, casando-se, no mesmo dia, com Emília! Haviam servido de intermediários nas negociações o comendador Mingote e a mulata. A princípio, o honrado comerciante lusitano relutara. Vivia com a rapariga há muitos anos. Gostava dela. Fizera testamento deixando-lhe o que possuía. O casamento era, assim, uma formalidade que lhe parecia ridícula, na sua idade. Mas acabou capitulando. Quando as mulheres querem, os deuses concordam. E, se não concordassem, desabaria o Olimpo, esmagando os homens.

Resolvido isso, fizeram-se os preparativos. A Emília casaria pela manhã, e a filha à tarde. E assim foi. Um sábado, pela madrugada, o merceiro meteu-se em um carro, com a companheira, e as testemunhas do

ato religioso. Estava atrapalhado, aos cinquenta e tantos anos, na sua indumentária de noivo. Era hábito seu, desde rapazola, usar chapéu de palha, mole, batido no meio, e que equilibrava no alto da cabeça, lançado para trás, e de lado, numa inclinação muito mais acentuada que a da torre de Pisa. Na manhã do casamento impuseram-lhe uma cartola. “Seu” Zé aceitou-a. Colocou-a, porém, na posição em que costumava trazer o chapéu de palha, e de tal modo, que ia batendo com ela na cara de todo o mundo.

À tarde, foi o casamento da filha com o primeiro caixeiro da casa. Almoço à portuguesa, farto e suculento, com leitoa assada e peru cheio. A mercearia fechou ao meio-dia, para que todos se sentissem contentes. Muita cerveja. Muito vinho, engarrafado por mim. Após o almoço, desci para o armazém, fiz um monte de sacos no alto de um jirau de tábuas, em que se guardavam caixas vazias e dormi, comendo tâmaras. Acordei para o jantar. Festejei de novo o peru e a leitoa. E dormi outra vez.

Na manhã seguinte, “seu” Zé se ergueu às seis horas, e encaminhou-se para o banho. A Emília fez o mesmo, e foi cuidar da casa. O Osório desceu a abrir a mercearia. A Mundica foi ajudar a mãe, pondo em ordem a desordem festiva da véspera. Os quatro recém-casados, em suma, estavam de pé. Apenas eu tentei levantar-me, e caí.

Havia apanhado, com o peru e a leitoa, uma das maiores indigestões da minha vida.

IX O ÚLTIMO ESTIO DE ATENAS

ENQUANTO eu, no balcão da Casa Trasmontana, embrulhava açúcar e pesava batatas, ou, no seu tanque, lavava as garrafas para encher do mais vermelho e genuíno vinho português, a quinze metros de mim se elaborava, sem que eu o suspeitasse, o destino literário do Maranhão. Diante da formiga anônima, e sem que ela as ouvisse, cantavam as primeiras cigarras do último estio de Atenas.

O Maranhão ressonava, desde o crepúsculo vespéral da monarquia, quando haviam emigrado para o Sul e para o Norte os mais belos espíritos que a Província então produzira, num fundo sono, vizinho da morte. De súbito, aparece-lhe, cercado da sua glória risonha e nascente, em visita ao seu berço natal, em 1889, Coelho Neto. À sua voz de pastor, as ovelhas se levantam. A juventude maranhense, vencida antes de combater, toma-se de coragem. Um sopro ardente de vida e de esperança congrega os atenienses, que já haviam esquecido os grandes vultos da pátria. E funda-se a Oficina dos Novos, destinada a operar, num milagre, a ressurreição do espírito literário, e que veio a oferecer, efetivamente, ao Maranhão, a sua última geração de escritores com projeção fora do Estado.

Quando, em 1900, eu entrei, como caixeiro, para a mercearia à Rua da Paz, germinava precisamente no edifício fronteiro a semente que a mão de Coelho Neto lançara. Do meu balcão, ou do meu tanque, nos momentos em que me punha de pé, a fim de reanimar a musculatura cansada, eu via entrar, todas as tardes, ou à noite, os lavradores encarregados de fazer fecundar aquela semente. Eram eles, além de outros menos expressivos na ação e na figura, Antônio Lobo, Fran Paxeco, Francisco Serra e Antônio Marques, aos quais devia caber, especialmente aos dois primeiros, a missão de galvanizar para as letras, numa tentativa suprema e heroica, o velho Maranhão de Odorico e de João Lisboa, de Gomes de Sousa e de Sotero, de Gonçalves Dias e de Henrique[s] Leal.

Diretor da Biblioteca Pública, Antônio Lobo era, por esse tempo, o mais belo espírito da sua terra, entre aqueles que nela viviam. Escritor elegante e ágil, com uma cultura científica invulgar, que o conhecimento das boas-letas enfeitava e coloria, estava ele indicado, pela sua função e pelo seu prestígio, para congregar e orientar a mocidade, e conduzi-la à vitória segura. Contava, então, trinta anos, e era, de pessoa, pequeno e bem posto. Trajando, quase sempre, terno preto, de paletó abotoado, usava barba cerrada e negra, que o tornava extremamente parecido com os retratos de Silva Jardim. Vítima de um insulto cerebral, deixara-lhe este um cacoete impressionante, que consistia no repuxamento violento e inesperado do queixo para o ombro esquerdo, num movimento sacudido, como se quisesse mordê-lo. Orador notável, adquirira fama com essa atividade do espírito, e de tal modo, que o brilho da palavra fazia esquecer o ridículo trágico e imprevisto da mímica, no momento em que as rédeas dos nervos lhe puxavam, como a um potro bravo, o rosto para o lado. Neurastênico, esgotado pelo trabalho e pela enfermidade, o animador de 1900 viria a ser, para desgraça das letras maranhenses, o suicida de 1916.

Fran Paxeco, escritor português, discípulo e devoto de Teófilo Braga, chegara ao Maranhão, procedente de Manaus, onde o seu temperamento combativo lhe havia criado grandes e aborrecidas incompatibilidades. Idólatra do seu mestre, saíra a defendê-lo de Sílvio Romero, que o acusara de gravíssima desonestidade literária. João Barreto de Menezes, filho de Tobias Barreto, surgiu em defesa de Sílvio. Fran Paxeco volta à imprensa, investindo contra Tobias. E o resultado foi um pugilato em uma das praças públicas da capital amazonense, a partida de Fran Paxeco para o Sul, e a perfídia de João Barreto de Menezes, que, segundo se tornou corrente em todo o Norte, fazendo uma alusão espirituosa à transformação do nome de Francisco Pacheco em Fran Paxeco, mandou gravar no castão da sua bengala a seguinte legenda comemorativa: “Esta bengala, no dia tanto de tal, tirou, em Manaus, o cisco das costas de um galego insolente.”

Aportando ao Maranhão, Fran Paxeco viveu aí como na sua terra. São Luís era, aliás, por esse tempo, uma cidade portuguesa, e em que dominava, ainda, o reinol. O diretor de uma das folhas mais vibrantes da cidade era o português Manuel de Bittencourt. À frente do diário que defendia o Governo estadual, estava o português Carvalho Branco, a que o Partido

oficial, reconhecido pelos serviços relevantíssimos que ele lhe prestara nos trabalhos de alistamento eleitoral, havia dado, numa recompensa expressiva, o privilégio para fabricar caixões de defunto. O comércio era, quase todo, português. De modo que, estabelecendo-se na capital maranhense, Fran Paxeco se sentia tão à vontade como se tivesse desembarcado no Porto ou em Lisboa. As vantagens que ele trazia, com a sua vivacidade e com o seu entusiasmo, justificavam, aliás, a cordialidade do acolhimento. Habitado a olhar o português como gente de casa, a mocidade maranhense, que saía do Liceu, e se iniciava nos cursos superiores fora do Estado, saudou Fran Paxeco à chegada, e proclamou-o um dos seus guias e mestres. E o hóspede se identificou de tal maneira com ela, que olvidou a sua condição de estrangeiro, e passou a participar da atividade social da terra generosa com uma solicitude bárbara, mas que era, em tudo, de uma sinceridade intensa e profunda. Miúdo e barbado, era, todo ele, nervos e cérebro. Mais tarde, tirou as barbas. Mas conservou inalteráveis o temperamento, o espírito e o coração, até o dia em que Portugal o removeu para Cardiff, como vice-cônsul, isto é, em um posto equivalente ao que o Brasil dera, ali, anos antes, a Aluísio Azevedo.

Francisco Serra, sobrinho de Joaquim Serra, e descendente de João Francisco Lisboa pelo sangue materno, era o secretário da Biblioteca. De estatura mediana, rosto coberto de espinhas, bigode espichado e ralo, era o mais velho dos “novos”, e escrevia uns sonetos parnasianos, em alexandrinos que os companheiros admiravam. Devia ter, então, uns vinte e quatro anos, e anunciava, por essa época, um livro de versos, que tomaria o título de *Medalhas*. Morreu tuberculoso, anos depois, em Minas Gerais, cujo clima procurara, com esperanças da cura.

De todos esses operários, de cujas mãos saiu a obra heroica e titânica da ressurreição das letras maranhenses, trabalhada na Oficina dos Novos, nenhum me foi familiar. Jamais voltaram para mim, que os olhava com respeito, os seus olhos ilustres. Eu os tinha como semideuses, como personagens felizes, estranhos ao meu pequeno mundo. Uma das minhas vaidades era, mesmo, quando via Fran Paxeco entrar na Biblioteca, dizer aos meus companheiros de balcão:

– Eu já compus, na tipografia, um artigo dele...

E os meus companheiros sorriam, com indisfarçada incredulidade.

Uma figura houve entretanto, no Olimpo, que permitiu a minha aproximação. Foi Raul Astolfo Marques, que se tornou conhecido, mais tarde, nas letras regionais, como Astolfo Marques, unicamente. Era homem de cor, de tez escura e embaciada, como a dos negros que sofrem do fígado. De estatura mediana, a fronte larga e fugidia, boca enorme e bigode ralo, possuía dentes enormes e brancos, que fazia aparecer a cada instante, sob a beiçorra da raça. Era amanuense da Biblioteca, mas desempenhava todos os misteres de servente: varria o salão, espanava as estantes, etiquetava os livros, enchia o filtro, molhava uma planta que havia à porta, e atravessava duas, três vezes, diariamente, a rua, para ir buscar, na Casa Trasmontana, um refresco de tamarindo para Fran Paxeco, Francisco Serra ou Antônio Lobo. Era, segundo me disseram, filho de uma preta, lavadeira e engomadeira. E a isso devia ele, talvez, a alegria de exhibir, pondo em destaque o seu terno de casimira azul-marinho, cuidadosamente passado a ferro, os mais duros e lustrosos colarinhos do Maranhão.

Humilde e obscuro, mas infatigável no estudo e no trabalho, Astolfo Marques fez-se de tal modo indispensável aos homens brancos a quem servia, que, na organização da Oficina dos Novos, eles se viram forçados a dar-lhe um lugar a seu lado. Em breve, era ele o secretário-geral da associação. Escreveu, então, em estilo sem brilho, mas de observação meticulosa e precisa, quatro ou cinco volumes de contos e de pesquisas históricas. E acabou tuberculoso, como Francisco Serra, aos trinta e poucos anos de idade.

Eram esses os chefes do movimento literário cujo objetivo era a ressurreição de Atenas, e que se processava naqueles anos de 1900 e 1901, a poucos passos de mim. De um lado da rua, em torno às mesas, curvados sobre os livros, eles estudavam, discutiam e meditavam. Do outro lado, junto a um tanque de mercearia, eu, um saco de estopa sobre os joelhos, metia chumbo miúdo pelo gargalo das garrafas vazias.

Metia-lhes chumbo, e sacolejava-as.

X

A MEDICINA DA CASA

O MEU ESTADO de saúde era, nesse momento, para apreensões, e, ainda mais, e maiores, quando eu, com o relativo bem-estar que o emprego me assegurava, e com o hábito das boas e das más leituras, começava a tomar algum entusiasmo pela vida. Não possuía amigos nem tinha namoradas. Não pensava em amor. E se algumas vezes me passava pela imaginação de adolescente a figura morena de uma rapariga alegre que morava numa rua próxima, e cuja graça estava toda, aos meus olhos, em um grande sinal escuro sobre o lábio superior, e que parecia uma grande formiga a subir-lhe para o nariz, era tão vagamente, que eu não imaginei, jamais, transportar aquele sonho para os domínios da realidade. O dinheiro custava-me tanto a ganhar, que eu não compreendia, absolutamente, como se podia gastar em um instante de prazer, o que custava, às vezes, uma semana de trabalho.

A doença, que então se caracterizou, vinha de longe a espreitar-me. E tão traiçoeiramente, que, ao ser assaltado, não reconheci, sob a máscara do mal novo, os traços do mal antigo. Dois ou três meses após a minha entoadada para a Casa Trasmontana, comecei a sentir insônias, acompanhadas de sufocações. Na minha rede do sótão da Travessa do Teatro, ficava até alta madrugada com os olhos abertos, vendo espichar-se na parede, com os seus raios vermelhos e azuis, as varetas de fogo do pequeno leque do gás. Os galos acordavam e eu ainda não tinha dormido. Queixei-me à Emília.

– Isso é fraqueza. Mas, mamãe vai arranjar remédio que ou você dorme ou diz por que não dorme!

À noite, depois que me recolhi, a velha Nicota subiu, efetivamente, as escadas do sótão, arrastando, com o seu passo pesado e lento, o pequeno corpo mulato e a grande cabeça branca. Trazia à mão uma tigela, repleta de massa escura e indistinta.

– Que é isso, tia Nicota? – indaguei.

– É sopa de cavalo-cansado, pra você tomar, e dormir.

E repetiu o diagnóstico da Emília:

– O que você tem é fraqueza... Do tempo que você andou por aí de barriga vazia...

Olhei a tigela enorme, e a massa que a enchia. Tia Nicota havia deramado, nela, meia garrafa de vinho tinto, do melhor e mais forte vinho de mesa da Trasmontana. Quebrara, dentro, alguns pedaços de pão torrado. O pão amolecera, e inchara. Sobre ele, havia polvilhado canela. E era essa massa explosiva que ali estava, para que a comesse e dormisse.

A papa de pão e vinho e canela estava gostosa, na verdade. E eu a devorei. Mas não cheguei ao fim.

– Coma o resto... Vamos!...

Fiz um esforço. Engoli as últimas colheradas, e tombei para um lado, bêbado, não sei se de sono, ou de vinho. Dormi. Mas, ao acordar, quase me não podia mover. O fígado estava enorme, e doía-me desesperadamente. Na outra noite, a velhinha voltou. Repeti o remédio. Ao fim de uma semana estava, porém, dispnéico, ansiado, o fígado enorme. Compadecida, a Emília fez-me descer do sótão, instalando-me na cama de casal da sua alcova, passando, com “seu” Zé, para um quarto próximo. Supunham, parece, que eu ia morrer. O organismo reagiu, todavia, com os recursos que a idade lhe facultava. E, em breve, isto é, poucos dias depois, eu descia para o trabalho, e subia, à hora do almoço, para encher-me de carne e feijão.

A medicina da Casa Trasmontana, quer no andar térreo, quer no sobrado, era, aliás, quase sempre violenta. Certa vez, ao abrir uma caixa de conservas portuguesas, de Brandão, Gomes & Cia., pedi a um dos companheiros que segurasse a tampa, cujos arcos de ferro faziam pressão para baixo. O companheiro descuidou-se, largou a tampa crivada de pregos, um dos quais me varou o dedo médio da mão esquerda, cravando-se de novo na caixa e deixando-me preso, como numa ratoeira. O trabalho não foi pequeno para libertar-me sem me rasgar o dedo ao meio. Assim, porém, que me libertaram, “seu” Zé, vendo-me com a mão em sangue, ordenou:

– Azeite! Tragam azeite quente!

Um empregado trouxe, em uma pequena cuia, um pouco de azeite de oliveira. O Batista, velho carroceiro da casa, correu com um canudo de palha, tirado a uma capa de garrafa. Molhou o canudo no azeite, chegou-o a uma chama de vela, e, à medida que o líquido fervia, deixava-o pingar na ferida. Em seguida, amarraram-me o dedo. E eu ainda o tenho, na última falange, ligeiramente defeituoso, e transformado em sede de todos os panarícios que Deus me dá.

Mas, se “seu” Zé possuía remédios um pouco bárbaros para os outros, tinha-os, também, para si mesmo. As suas receitas mereciam confiança porque ele próprio as tomava. Um dia, apareceu em São Luís, procedente de São Paulo, um homem moreno e grosso, de bigodes negros, óculos negros, vestido de preto, e que não ria nunca. Chamava-se Lucas do Prado, e, como todos os indivíduos que usam esse cognome no Brasil, mesmo quando se trate de pseudônimo, era, à sua maneira, parente de Dona Veridiana. Andava em viagem de propaganda de um sistema de curar pela água fria, o do dr. Kulme.³ E contava maravilhas do processo. Honrado bebedouro de viajantes na cidade sem atrativos, a Casa Trasmontana tornou-se o ponto infalível das palestras monossilábicas do apóstolo da água fria. E tão convincentes foram, não as suas palavras, mas os gestos e os resmungos que as substituíam, que, dias depois, “seu” Zé mandava comprar dois metros de borracha, para lavagens internas.

José Dias de Matos era um português asseado. Tomava banho frio todas as manhãs, em um banheiro de tábuas, que havia embaixo, no quintal. Banho de cuia, com água de barril, por falta de chuveiro. E, junto do barril, uma torneira, que o enchia. No dia seguinte ao da compra do tubo de borracha, com o respectivo bico, “seu” Zé desceu com ela. E quando, à tarde, Lucas, o apóstolo-médico, chegou para a palestra em que não falava, contou-lhe a sensação:

– Tomei um choque, porque a água estava com muita força; mas, depois, senti-me bem.

E explicava como fizera:

– Pus o bico da borracha onde devia pôr, e liguei-o à torneira do encanamento d’água. Abri a torneira duma vez, e o raio da água me entrou

³ Anote-se a diferença deste nome na primeira edição: dr. *Kulme*. (Nota do Editor).

com tanta força que, se eu não dou fora com os aparelhos, a água fria me saía pela boca!

E esfregando as mãos, alegre, com uma expressão muito sua:

– Chiça!...

Lucas rosou que ele devia continuar, repetindo o processo todas as manhãs, lavando-se por dentro todas as vezes que se fosse lavar por fora. E o certo é que “seu” Zé melhorou das palpitações cardíacas de que se queixava nos últimos tempos. Tornou-se mais rosado, mais alegre, mais lépido. E passou a recomendar aos fregueses mais íntimos a borracha de Lucas do Prado.

Meses após a sopa de cavalo-cansado, comecei a sentir os pés inchados. Os olhos começaram a estender cortinas sob as pálpebras. E um entorpecimento me tomava todo, diariamente, à proporção que entardecia.

– Vá a um médico – aconselhou Osório Lima.

– Eu não conheço nenhum.

– Ali, o Dr. Juvêncio. É um bom médico...

– Quanto se paga?

– Dez mil réis... Eu tiro da gaveta e lhe debito.

Aceitei. O Dr. Juvêncio Matos morava perto, na Travessa do Teatro, por trás da Biblioteca Pública, em um sobradão de azulejo azul e sujas sacadas de ferro. Subi a enorme escada, e bati palmas. O doutor veio, ele mesmo, abrir uma porta que dava para o corredor. Estava se vestindo, e repuxava os suspensórios, acomodando a camisa branca, de peito engomado. Homem baixo, grosso, de carão gordo, aspecto de poucos amigos. Disse a que ia.

– Entre.

Entrei na sala vasta e vazia, que não se sabia se era sala de visitas ou quarto de dormir. Consultório é que não era. Mostrei meus pés inchados. Chamei a atenção para as minhas pálpebras. Calado, o homem me olhava, e continuava a repuxar a fivela dos suspensórios. Ao fim de alguns instantes, diagnosticou:

– Isso é anemia... Vou receitar-lhe um vinho quinado...

Foi ao interior da casa, e voltou com a receita. Recebeu os meus dez mil réis, meteu-os no bolso, como se estivesse esperando por eles para sair, e, sem uma palavra de agradecimento ou de despedida, fechou-me a porta

nas costas, como se eu lhe tivesse ido cobrar uma conta... O seu vinho quinado não fez senão agravar os meus males. Continuei inchando. O ventre começou a tornar-se timpânico, principalmente na segunda parte do dia. Sobreveio uma febrezinha triste, visita de cada tarde.

– Vá ao Dioclécio, menino! O Dioclécio vale mais do que todos os médicos do Maranhão! – recomendou-me o Pijuba, empregado da Companhia do Gás, que vestia rigorosamente de preto, e deixara crescer o *cavaignac* de azeviche depois que lhe morrera a mulher, cuja lembrança procurava esquecer com alguns cálices vespertinos do melhor parati da Trasmontana.

Dioclécio Rabelo era proprietário de uma farmácia à Rua Grande. Não era longe. Fui. Sujeito moreno, gordo, moreno e alegre. Para carregar o corpo enxundioso, escancarava as pernas curtas, que pareciam trazidas de empréstimo. Dioclécio examinou-me:

– Isso não é nada, menino! – disse-me. – Isso é o cigarro... Deixe de fumar!

Escancarei os olhos. Eu não fumava. Eu só havia fumado, na minha vida, um cigarro, furtado a meu tio Tancredo, em Parnaíba. Mas vomitara tanto que nunca mais quisera outro.

– Mas eu vou dar-lhe um remédio... Aqui está... Uma pílula ao almoço, outra ao jantar...

Paguei o remédio e saí. A ciência médica principiava a despertar-me desconfiança. Na mercearia, Osório lembrou-me:

– Por que você não vai passar uns dias no Anil?

– Na casa de quem?

– Na casa do Lauriano.

O Lauriano era o barbeiro do Anil. Mulato moço, magro e triste. Morava em uma casinhola baixa, escura, em que ele fazia a barba tateando a cara do freguês, depois de lhe haver esfregado sabão no nariz.

– Você fala com o “seu” Zé?

– Falo. E você pode preparar as suas cousas para ir amanhã, à tarde.

O Anil é o principal subúrbio de São Luís. Um grupo de pequenas casas de comércio para suprir os operários de uma fábrica de tecidos de algodão, e, em torno, algumas chácaras pitorescas, hoje quase abandonadas.

Lá estive uma semana, sem que a febre vespertina me deixasse. As pernas continuavam inchadas.

E eu voltei triste, pensando ainda mais seriamente na vida à medida que se me apresentava a perspectiva da morte. Não contando ainda quinze anos, e longe da minha casa, eu começava a compreender o valor da saúde na batalha que travara, desde a infância, contra o Destino. Mas, não imaginava, sequer, que devia lutar com ele, até o fim, em prélios desiguais, em que, à semelhança daqueles cavaleiros carlovíngios, o adversário me investiria lépido e repousado, fazendo faiscar ao sol as armas novas, e eu o receberia cambaleante no meu cavalo, com a espada partida, elmo roto, escudo quebrado, e o peito coberto de feridas, vestígio dos embates da véspera.

XI
CARVALHAIS & CIA.

CORRIA, assim, mais ou menos tranquila, a minha vida, e enfeitada de aspirações que não ultrapassavam o ambiente em que exercia as minhas humildes funções de caixeiro, quando o Demônio foi ao Pará, meteu-se na pele picada de bexigas do meu tio Antoninho, que era ali o guarda-livros Antônio Doroteu de Campos, e desembarcou em São Luís, à minha procura.

Ia a Parnaíba em viagem de repouso, e foi visitar-me, na Casa Trasmontana. Apresentei-o, com orgulho, a “seu” Zé. Beijei-lhe a mão miúda e magra, com indisfarçada vaidade, diante dos meus companheiros de balcão. E tal foi a impressão que lhe causei com a minha indumentária de lavador de garrafas, vendedor de cebolas, e de candidato a sócio do merceiro português, que ele me disse, a voz surda:

– Peça licença a seu patrão, mude a roupa, e vá procurar-me no Hotel Central. Mas vá hoje porque o vapor sai amanhã.

Pedi a permissão necessária, corri ao sótão, meti-me no terno trazido um ano antes de Parnaíba, o qual já me deixava de fora uma polegada de cada braço e um palmo de cada perna, enfei o único par de botinas que possuía, e que só ainda me serviam porque deixavam em liberdade três dedos de cada pé, e corri ao lugar marcado para o encontro, no Largo do Palácio. Arrancado à modéstia e à uniformidade da minha vida, meu coração era como o índio que pousa o ouvido na terra, e adivinha, mais do que ouve, os ruídos surdos da tempestade que vem longe.

Ter um tio no Pará, era, então, em todo o Meio Norte, o mesmo que possuir, feita, metade da fortuna. Há uma *charge* francesa, em que, em um salão parisiense, palestram duas damas elegantes, quando passa, a pequena distância, um rapaz admiravelmente posto, cujas maneiras e roupas denunciavam prosperidade e distinção.

– Quem é? – pergunta uma.

– Não conheces? É um felizardo.

– Tem fortuna própria?

– Não; mas tem um tio que é mendigo em Nova York!

O tio do Pará era, sempre, um tio de Nova York ou da Califórnia. Aos olhos do nordestino, valia mais ser mendigo em Belém ou em Manaus, do que fazendeiro no Ceará ou usineiro em Pernambuco. E o meu tio Antoninho vinha do Pará. Vinha, e trazia fraque e chapéu-coco, e um guarda-chuva de seda, de cabo de prata. Por isso, ao ver-me no Hotel, os seus olhos foram, direito, pousar nas minhas botinas:

– Quanto custa um par de botinas aqui? – perguntou-me.

Eu não sabia. Como nunca me havia passado pelo pensamento o luxo de comprar calçado novo, jamais me havia ocorrido adquirir um conhecimento que me não seria de nenhuma utilidade.

– Tome – disse-me ele, tirando da carteira nova uma cédula de vinte mil réis. – Vá comprar um par de botinas, e volte.

Saí contentíssimo. Na Rua de Nazaré havia uma sapataria, de um homem chamado Oséias, sujeito magríssimo, casado com a senhora mais gorda do Maranhão. Comprei as botinas de elástico, e regressi ao Hotel, fazendo gritar as suas rangedeiras, escada acima. Tio Antoninho fez-me sentar e, após algumas indagações sobre a minha vida, sentenciou:

– Aqui, no Maranhão, não há futuro nenhum. Você deve ir para o Pará.

– Meu tio poderá arranjar-me um emprego por lá? Eu prefiro em mercearia.

– Arranjo, pois não! Eu vou até Parnaíba, e, na volta, logo que chegue ao Pará, tratarei disso.

No dia seguinte, embarcou. Passou em Parnaíba dois meses, e tornou para Belém. O que não tornou mais, desde esse encontro, foi o sossego ao meu coração e ao meu espírito. As suas palavras sobre a inutilidade do meu esforço no Maranhão tiveram, para mim, a significação do grito daquele garoto do conto antigo, que descobriu que o rei estava nu. A Casa Trasmontana, que constituía até então o meu orgulho, a minha esperança de pobre, a minha vaidade de caixeiro obscuro, começou a parecer-me pequena, suja, escura, insignificante. Quando à mesa do bar se sentava algum sujeito procedente do Norte, corria a servi-lo, a fim de obter infor-

mações sobre a vida de um caixeiro como eu, em uma cidade como Belém. Indagava sobre os ordenados, sobre as despesas. Fazia cálculos. Tomava apontamentos. Um dia, um deles me disse:

– Se você apanhasse um lugar na Casa Carvalhais, estaria com a fortuna feita.

O nome soou sonoramente aos meus ouvidos. Pedi informações a outros fregueses:

– A Carvalhais – disse-me um – é a maior mercearia do Pará. E os empregados acabam sempre como sócios.

Essas palavras delinearam, no meu cérebro, um sonho largo e impreciso, que a imaginação definiu e enfeitou. Horas depois, ao servir cerveja a dois fregueses, um deles disse ao outro:

– Este menino é esperto. Está aqui, está sócio do português.

– Eu – intervim, com superioridade. – Eu estou aqui, agora, por pouco tempo...

Eles ficaram calados, e eu insisti:

– Estou de viagem para o Pará... Tenho lá um tio guarda-livros, que me arranjou um emprego...

E sem que eles, ainda dessa vez, me perguntassem nada:

– Vou ser caixeiro da Casa Carvalhais...

– Boa casa! – confirmou um. E acrescentou o estribilho:

– É a maior do Pará.

Ao fim de uma semana, eu estava absolutamente certo de que meu tio já me havia arranjado o emprego prometido, e de que esse emprego era na Casa Carvalhais. Via-me, por isso, nesse estabelecimento, que eu situava num prédio enorme, que ia de uma rua a outra, atendendo a um e a outro freguês, pesando charque, embrulhando queijos, ou me movia, contente, naquela atividade febril, tão diversa da pasmaceira do Maranhão. E quando o espírito regressava dessa viagem pelas terras do sonho, e eu, de pé, olhava as mesas de ferro pintadas de amarelo-palha, ou o balcão sujo em que zumbiam moscas, ou o tanque repleto de garrafas, ou mesmo a velha carteira em que me empoleirava para extrair as contas do fim do mês, sentia-me tão diminuído, tão humilhado, que perdia, inteiramente, o gosto de trabalhar. Até então, eu me comprazia em escrever, em uma folha de papel, com um rabisco por baixo: Dias de Matos & Veras... Ma-

tos, Veras & Cia... Agora, porém, já eram outras firmas em que afinava a minha pena: Carvalhais, Veras & Cia... Carvalhais & Veras... E sentia-me, repentinamente, feliz. Havia, já, sonhos de califa na cabeça desorientada desse pequeno sapateiro de Bagdá.

XII

QUEIXAS SURDAS

RAZÃO mais poderosa para o meu afastamento da casa em que fora recebido com as festas bíblicas da parábola do Filho Pródigo estava, todavia, no desgosto secreto e profundo que me trabalhava o coração. A minha enfermidade, que era uma inflamação do fígado, complicada com um princípio de polinevrite, e que teria tomado esses e outros nomes ainda mais complicados se eu não fosse um simples e anônimo caixeiro de mercearia, alarmava-me intimamente. Mais, porém, do que a doença, me preocupava a minha situação junto à Emília, que, não obstante o seu excelente coração brasileiro, não podia ver com simpatia o meu crescente prestígio perante o “seu” Zé, com evidente prejuízo do seu irmão, mais antigo na casa do que eu, e, ainda, com ordenado inferior.

Eu começava a ser, parece, aos seus olhos, um usurpador, um intruso, uma espécie daquela raposa do conto infantil, que o lavrador acolhe em uma noite de temporal, fazendo-lhe a cama sob o mesmo telheiro em que abrigava as galinhas. O meu amor ao trabalho, o meu esforço para subir, para impor-me, pareciam-lhe adulação. E a injustiça me doía, me magoava, sobretudo partida de um coração que tão vivamente se impusera ao meu pela beleza da sua caridade. Após o casamento de sua filha com Osório, a casa comercial ia se tornando um círculo de família a que eu era estranho, e que se comprazia, como em toda parte em que as mulheres intervêm na vida e nos interesses dos homens, em miúdas intrigas domésticas. E isso feria o meu orgulho, flor de cardo que nascia, torturada e vermelha, no deserto dos meus dias, entre as pedras da minha infância infeliz.

Uma particularidade vinha, ainda, agravar o meu constrangimento. Homem extremamente confiante, José Dias de Matos não exercia uma vigilância rigorosa, e diária, sobre as férias de balcão. Neste havia apenas uma gaveta, em que era recolhido o produto das vendas, acumulando-se, aí, cédulas graúdas e miúdas. De súbito, porém, a conselho de Osório, que

lhe chegou através dos lençóis da família, começou a contar e a recontar o dinheiro, a testa franzida, como quem se acha tomado de grave preocupação. Compreendi, em breve, que a casa estava sendo prejudicada com a subtração de dinheiro, e que, entre as pessoas suspeitas da prática desse crime, estava eu. Eu era, mesmo, o único entre os empregados sobre o qual podia cair essa desconfiança, pois que todos os mais eram, já, membros da família. E isso foi um golpe terrível contra o meu coração. Eu conhecia, por havê-la surpreendido, a mão que praticava, na gaveta da mercearia, a leviandade em que eu incorrera, dois anos antes, contra a de meu tio, em Parnaíba. Mas não podia denunciar. O criminoso de agora desfrutava a inteira confiança da Emília, que desfaria todas as acusações que eu fizesse, impugnando todas as provas que eu apresentasse.

E eu sofri, então, uma dessas torturas surdas que só compreenderão, talvez, os que se viram acusados sendo inocentes. Eu tinha contra mim o meu passado. Eu trazia, recente ainda, a responsabilidade de uma falta que me fazia suspeitado, onde eu estivesse, toda a vez que se praticasse uma desonestidade. E eu não tinha culpa nenhuma! Eu tinha as minhas mãos limpas e havia jurado a mim mesmo, e à minha mãe, nunca mais repetir, em nenhuma circunstância, o ato que havia envergonhado a sua pobreza heroica, e a memória honrada de meu pai. E, sofrendo assim, eu verificava que o maior castigo de quem comete um crime não está na punição que recebe pelo mal que praticou, mas em ser acusado, mais tarde, daqueles que não cometeu. Eu não sei, em suma, de pena que doa mais, na terra, do que aquela que se cumpre sendo inocente.

A “seu” Zé repugnava, parece, admitir a minha culpabilidade. Para melhor vigilância, tirou-me ele do balcão, e entregou-me o pequeno escritório, onde o guarda-livros, o velho Antônio Gomes Pereira, que aparecia ali uma vez por semana, começou a ensinar-me escrituração mercantil. O Conta-Correntes passou a ser escriturado por mim. Tirava as contas mensais, fazia os despachos da Alfândega. Mas, embora prosperando, não me sentia bem. A alma sofria como o corpo.

Uma dificuldade surgia, entretanto, impedindo o meu afastamento por iniciativa minha: como deixaria a casa em que fora tão carinhosamente acolhido em uma das horas graves da minha vida[?]

A ingratidão foi, sempre, para mim, um dos defeitos de mais difícil assimilação. É-me fácil esquecer aquelas que praticam comigo, as quais pouco me doem, pelo hábito, que adquiri, de recebê-las. Quando, porém, eu próprio as cometo, não há, para julgá-las e puni-las, juiz mais inflexível, nem carrasco mais impiedoso do que eu. Revoltam-se, contra elas, e sobem fios subterrâneos da minha alma, todas as vozes da minha consciência. A prática da ingratidão é, finalmente, em mim, um ato de heroísmo. Quando eu quis abandonar a casa J. A. Santos & Cia., nada me deteve: marchei para o gerente, o áspero sr. Carvalhinho, e, como lhe não devia qualquer atenção, despedi-me, sem nenhuma cerimônia. Na Casa Trasmontana, a situação era diversa: a Emília me havia recolhido na rua, quando eu me sentia enfermo e tinha fome, e “seu” Zé me orientava como quem deseja, à semelhança do Criador, tirar alguma cousa do Nada. O reconhecimento, não obstante as queixas que eu reprimia, me tornava covarde. Aqueles laços invisíveis eram mais resistentes que os meus pulsos.

O Destino estava, porém, à esquina, à minha espera. Certo dia, em fins de agosto de 1901, “seu” Zé, que se sentia adoentado, resolveu passar algumas semanas fora de São Luís, em companhia da Emília. Escolheu, para essa estação de repouso, a Maioba, lugarejo da ilha. Osório Lima, promovido a interessado nos negócios da firma desde o seu casamento com a filha adotiva do patrão, ficou com a direção provisória da casa. E isso me libertou do constrangimento em que me encontrava. Três ou quatro dias após a partida dos dois, procurei Osório, e disse-lhe:

– Venho comunicar-lhe que vou deixar a casa e peço-lhe mande tirar a minha conta.

– Por quê? Houve alguma cousa?

– Não; como você sabe, meu tio me prometeu um emprego no Pará.

E, agora, arranjou.

Enchi o papo, e acrescentei:

– Arranjou um lugar para mim na Casa Carvalhais.

– Você embarca daqui para o Pará?

– Não. Vou primeiro a Parnaíba, tratar dessa inchação das pernas.

Passo lá um mês, e de lá embarco para Belém, diretamente.

Osório ainda insistiu:

– Por que você não escreve a “seu” Zé, pedindo uma licença?

Recusei a proposta.

– Não vale a pena. Tenho já a minha colocação no Pará.

Osório extraiu, ele próprio, a minha conta, tomando por base o ordenado do ano anterior, que havia sido de 100\$000 por mês no encerramento do balanço. Deduzidas as mensalidades de 50\$000 que a casa mandava pagar à minha mãe, em Parnaíba, restava-me um saldo de cento e trinta e tantos mil réis. Pedi dessa quantia 50\$000 em dinheiro, e fiz, com o restante, um sortimento de comestíveis, em que figuravam pacotes de maisena, latas de leite condensado e de ameixas, caixinhas de figos e tâmaras, e pacotes com alguns quilos de açúcar, de feijão e de café, que encheram uma caixa, como as de cerveja. Adquiriti uma passagem, de terceira classe, para Amarração. Passei um telegrama ao tio Antoninho, no Pará, comunicando a minha partida para Parnaíba, onde ficaria aguardando a sua ordem de embarque.

Abracei os companheiros. E parti.

XIII O REGRESSO

ERA em setembro de 1901, mês dos grandes ventos marítimos, e das grandes chuvas traiçoeiras, no litoral do extremo Norte. O *Cabral*, pequeno navio da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, soltou dois apitos saudosos na manhã clara, remexeu as águas verdes com as hélices, e saiu à barra, em direção ao sol. Dobrou a fortaleza da Ponta da Areia, assaltada pelas ondas. Defrontou o farol de São Marcos, empinado na ribanceira. E começou a cabritear, ganhando o largo, afirmando, na marcha veloz, mas incômoda, a fama, que legitimamente conquistara, de pior navio de passageiros entre os dez, ou quinze, que espinoteavam naqueles mares.

Portador de um bilhete de terceira classe, adquirido por vinte e cinco mil réis, eu não tinha direito ao menor conforto ou à menor consideração. Minha grande mala e o caixão de mercadorias haviam sido postos ao relento, no convés, sobre as tábuas que fechavam um dos porões. Se eu tivesse rede, podia armá-la, pendurando-a entre dois ferros. Se não tivesse, dormiria sobre a mala, ou sobre algum pedaço de encerado, estendido no chão. Assim havia, parece, um quarto de século antes, viajado, de regresso ao Rio de Janeiro, meu pai, cujo destino eu, em parte, reproduzia. Se chovesse durante a noite, correria a abrigar-me nos corredores escuros e estreitos, sujos de carvão, por onde transitava o pessoal das máquinas. Tudo dependia da resistência das minhas pernas, e da sua capacidade para equilibrar-me, sem ponto de apoio, sob os pinotes do navio.

De terceira, era eu o único passageiro. Lá em cima, no outro convés, havia gente de primeira. Três ou quatro cavalheiros e duas ou três senhoras. Escanchado na minha mala, erguia eu, de vez em quando, para lá, os olhos, que deviam assemelhar-se, na inveja que os enchia, aos do homem rico, ao descobrir, das fogueiras do Inferno, o pobre Lázaro lá no alto, no Paraíso, nos braços do Senhor. O meu anjo da guarda não andava, todavia,

por esse tempo, como hoje anda, distante de mim. E tanto velava por mim nas horas difíceis, que algumas horas depois da partida, ao erguer a vista, descobri, em cima, na amurada, fumando um charuto, e apenas desfigurada pelo boné de viagem, uma cara conhecida. O dono da cara também me reconheceu e gritou:

– Ó menino Veras! Que é que você faz aí?

Respondi, tão alto quanto era possível, mas o vento levou para o mar, como folhas arrebatadas a uma árvore, as palavras que eu dizia.

– Suba até aqui... Venha cá... – ordenou o passageiro de primeira, berrando para baixo, e indicando-me com o dedo uma escadinha de ferro por onde devia subir.

Era José Tito, o comerciante da Praia Grande, a quem meu tio Franklin, dezesseis meses antes, havia incumbido de arranjar-me um emprego em São Luís. Tendo muitos negócios com o Piauí e o porto do Ceará, viajava constantemente naquelas regiões, visitando os fregueses. E aí ia, mais uma vez, na sua infatigável peregrinação. Desprendi-me, assim, da mala, e subi a escadinha de ferro.

– Para onde você vai? Para Parnaíba? – indagou.

– Sim, senhor.

– Deixou o emprego na mercearia? Por quê?

– Porque arranjei outro, melhor, no Pará.

– Ahn, está bem. E vai viajando de proa?

– Vou, sim senhor.

– E onde dorme?

– Não sei.

Emendei logo:

– Em cima da mala.

O comerciante sorriu, sem tirar o charuto da boca. E disse-me, pausadamente:

– Você não sabe, ainda, o que é viajar à proa. Daqui a pouco a água começará a lavar o convés, e você terá que sair dali... E comida, você trouxe?

– Não, senhor. Passageiro de terceira classe não tem direito a comida?

– Tem, mas não come.

Indagou:

– Você tem aí cinco mil réis?

– Tenho, sim, senhor.

– Pois, eu vou falar ao cozinheiro. Ele lhe dará um prato ao almoço, outro ao jantar. Você dá cinco mil réis a ele... E onde você muda a roupa?

– Em parte nenhuma. Eu vou assim até Parnaíba.

José Tito reconheceu, mais uma vez, que se achava na presença de um rapazola decidido a receber a vida como ela viesse. E ofereceu:

– Eu tenho um camarote. Não digo a você para dormir lá, porque é proibido. Mas, quando você quiser mudar de roupa, me diga. Eu aviso o criado de bordo.

Chamou o taifeiro que passava. Disse-lhe algumas palavras, que me diziam respeito. E voltando-se para mim:

– Tire uma roupa velha na sua mala, e vá mudá-la no meu camarote... O criado já sabe.

E empurrando-me para a escadinha:

– Vá.

Obedeci. Tirei a roupa que o sr. Leôncio me fizera quase ano e meio antes, e cuja calça me dava já por cima das botinas de elástico, vesti uma calça de trabalho e uma camisa digna de um passageiro de terceira classe em navio costeiro, e vim sentar-me, de novo, no trono da minha mala. O mar, azul e empinado, era aquele mesmo que me trouxera. Mas eu não era mais o mesmo, nem era a mesma a alma com que eu voltava. Ao passar por ali, cerca de ano e meio antes, eu levava comigo a saudade e a esperança. E, agora, que levava, de regresso, no coração? Uma grande e feia mentira! Uma ilusão quase morta, e a perspectiva de novos dias tristes, sem emprego, tornando mais amargos os dias da velha e pobre mãe, cada vez mais pobre, mais velha e mais doente!

A solidão diante do oceano imenso fazia-me voltar à realidade da vida. Meu tio arranjar-me-ia, mesmo, o emprego no Pará? Mas, se isso lhe era fácil, por que não obtivera, e não me fizera, logo, a comunicação? Era, porém, tarde demais para o arrependimento. E para consolar-me, lembrei-me da minha doença, dos meus pés e das minhas pernas inchadas, da opilação do meu rosto, e resolvi, com os tabiques de uma frágil mentira, disfarçar o frontispício de uma crua verdade.

– Não! – deliberei. – Não direi à minha mãe que abandonei o meu emprego. Dir-lhe-ei que vou de licença, para tratar da saúde... Licença de dois meses... Até lá, receberei a resposta de meu tio.

Assaltava-me, todavia, uma reflexão:

– Mas, licença sem ordenado? Como poderei explicar à minha mãe a minha presença em Parnaíba, licenciado, e sem dinheiro nenhum, mesmo para mandar lavar a minha roupa?

O oceano viu que aquelas cogitações eram complicadas demais para a alma de um meninote que ainda não havia completado quinze anos. A um movimento do leme, o *Cabral* ofereceu o costado às ondas que o assaltavam. Uma destas, avançando, montanhosa, varreu o convés em que eu me encontrava. Um lençol d'água espumante lavou-me dos pés à cabeça, indo de um lado a outro do navio, e voltando para o mar. Corri para um dos corredores, escorrendo água. E aí fiquei, até que, por interferência de José Tito, meu caixote e minha mala foram transportados para lugar mais seguro, e cobertos com encerado, que os preservasse contra a fúria das vagas. Até que chegou a noite, e eu passei sentado sobre a minha bagagem, os olhos perdidos na escuridão, sozinho com os meus pensamentos. Um farol, a grande distância, faiscou durante largo tempo na amplidão marítima, como um pingo de luz ardente num profundo céu sem estrelas. Era, talvez, o de Pedra do Sal, pois que havíamos passado o de Sant'Ana durante o dia. Acompanhei-o com os olhos, até que ele se perdeu no horizonte.

E, pela manhã, com o sol varrendo o firmamento azul e ensaboando o mar, surgiram alvas e enormes, umas sobre as outras, as dunas de Amarração, encarneiradas no litoral.

XIV DE NOVO EM PARNAÍBA

CERCA de duas horas depois, visitado o navio pelo Dr. Joca Basto, médico da Saúde do Porto, vindo de Parnaíba, com o seu fraque e o seu chapéu-coco, em um escaler impelido por quatro vogas, passava-me eu, com o meu caixote e a minha mala, para uma pequena canoa a remos. Amarração dormia ao sol, entre os seus morros enormes e nus, como um pequeno lagarto preguiçoso. Soprados do mar alto, os ventos brincavam com a vila, dando-lhe cada dia, ou durante cada noite, uma fisionomia caprichosa. Carregando, nas asas invisíveis, nuvens turbilhonantes de areia fina e branca, levantavam eles, entre dois vizinhos fronteiros, montanha tão alta, que de uma casa não se divisava, sequer, o teto da outra. Moradores que dormiam tendo entrado pela porta, viam-se, não raro, pela manhã, na necessidade de sair pela janela. Coqueiros que, hoje, nas praças, ameaçavam tombar, com as raízes à mostra, amanhã estavam sepultados, e com os cachos de frutos enterrados na areia. E o que os ventos faziam na terra, imitavam as águas no porto, mudando o canal cada semana, no fundo móvel do mar.

E, uma hora mais, começava eu a subir o rio. Um passageiro de primeira classe dividiria comigo as magras despesas da viagem. O dorso nu, ou aparecendo através dos rasgões da roupa de algodão grosseira, a que a folha do murici ou do cajueiro havia dado a cor do sangue coagulado, os remadores faziam roncar a água, mergulhando profusamente a espátula dos remos, e batendo com os cabos, ritmicamente, na borda da embarcação. O sol ardente arrancava centelhas à água escura e fresca. E eu, enquanto a canoa avançava, ia identificando os velhos lugares que eu conhecera em menino. Aqui era o Testa-Branca, designação antiquíssima de um barranco arenoso e nu, debruçado sobre o rio. Adiante o Curtume com a sua arborização baixa e alegre, com as lavadeiras acoradas na margem, cantando e fazendo estalar a roupa ensaboa na tábua inclinada sobre a correnteza.

As moitas, cobertas de roupa que seca, dão a impressão de que a praia se acha, até longe, coroada de neve. Quase chegando à cidade, a Coroa, com o seu casarão pobre, quase toda de palha, e revelando no nome o pedaço de terra conquistado ao rio. E, finalmente, Parnaíba, com o edifício amarelo da Alfândega, e o cais do Porto Salgado, dando acesso à Rua Grande, e campo, antigamente, das minhas traquinagens mais perigosas.

A canoa encalhou na tabatinga da margem, e eu, pulando do alto da mala, pisei, de novo, a terra em que vivia minha mãe. Caboclos e pretos, sentados na pedra do cais, olhavam a bagagem dos recém-chegados, sem se oferecerem, entretanto, para carregá-la. Fiz um gesto com a mão, chamando um deles. Um caboclo velho mexeu-se lentamente, e, lentamente, desceu a rampa de pedra. Perguntei-lhe por quanto levava aquela bagagem aos Campos.

– Dois mil réis – respondeu.

Era todo o dinheiro que me restava. E, espantando os conhecidos que encontrava pelo caminho, os quais ignoravam o meu regresso, lá me fui, Rua Grande acima, gozando o meu momento de notoriedade, e esquecendo, nele, a preocupação que me afligira durante a viagem. De repente, dobro a esquina da casa do sr. Leôncio de Oliveira, de cuja calçada alta empinava outrora os meus papagaios coloridos e alegres. Uma rajada de vento recebeu-me, como uma vaia de garotos invisíveis. O cemitério branqueou à esquerda, no fim da rua marcada pela cerca de carnaúba do nosso quintal. Dou mais alguns passos, vencendo uma pequena elevação de areia. E eis-me, ofegante, e pálido de emoção, à porta da nossa casinha a qual tem uma das folhas abertas, deixado à vista o alpendre largo e claro. Minha irmã, que se encontra ao fundo, caminha para mim, sem pressa nem surpresa, como se estivesse ali à minha espera. Não tem uma palavra de espanto. Não tem uma palavra de admiração. Noto que está de luto, e, como não vejo ali minha mãe, tenho um pressentimento terrível e subo, correndo, ao seu encontro, os dois degraus de tijolo.

– Onde está mamãe?

– Está doente, lá dentro. Está te esperando...

– A mim? Como foi que ela soube que eu vinha?

– Foi a lavadeira que te viu, quando a canoa passou no Curtume. Ela veio correndo até aqui, pedir as alvíssaras.

Entrei. Minha mãe estava no seu pequeno quarto, na sua rede. Adoecera dias antes, de cansaço. Continuava trabalhando muito, apesar de constituir um auxílio considerável a mesada de cinquenta mil réis que eu lhe mandava. Abraçamo-nos os dois, chorando, debruçando-me sobre a rede em que ela se encontrava.

– Que vieste fazer, meu filho? – indagou ela, como quem adivinha uma catástrofe.

Senti que uma lâmina, afiada e aguda, me atravessava o coração. E eu lhe menti.

– Vim de licença, mamãe. Estava adoentado, e pedi para vir tratar-me aqui.

Levantei um pouco a bainha da calça, desamarrei o cordão da ceroula de algodãozinho que ela própria havia feito e, para convencê-la:

– Olhe como eu estou!

O edema continuava. Minha mãe examinou-o, e tranquilizou-me:

– Não é nada. Ficarás bom depressa.

E acrescentou, como quem teme as represálias do céu:

– Se Deus quiser...

Sáímos para o alpendre, eu e minha irmã. As duas tias abraçaram-me, achando-me crescido e forte. Indaguei o motivo por que minha irmã se achava de luto. E ela me explicou: tratava-se, parece, mais de um caso de amizade do que de parentesco. Eu notava, porém, em todos, um constrangimento, um mal-estar, uma contrariedade indisfarçável. Ninguém sentia, parece, alegria com o meu regresso. E eu sentia tanto arrependimento de ter vindo, como se, voltando, eu tivesse cometido um crime que infamasse a família.

E, no entanto, nada disso acontecia. A desconfiança estava em mim mesmo. A atmosfera incômoda que me cercava era apenas a emanção da minha consciência. Os meus modos, os meus silêncios, a minha inquietação, denunciavam o meu pensamento, as minhas preocupações interiores. Felizmente, chegou a hora de abrir o caixote em que vinham as lembranças humildes. Entreguei a cada um o presente que lhe trazia. Instantes depois chegava a minha irmã casada, vermelha de sol, e sempre alegre, surpreendida pela notícia que um molequinho lhe foi levar, correndo, no desempenho da sua função de telefone vivo.

E passei, nesse dia, uma tarde quase feliz.

XV UMA CONFISSÃO

EU TINHA dito à minha mãe, à chegada, que ia a Parnaíba licenciado pela Casa Trasmontana. Dissera isso na certeza de que meu tio, recebido o telegrama que lhe mandara de São Luís, providenciaria os recursos para o meu embarque. Decorreu, porém, o primeiro mês. O silêncio do meu tio desolava-me. Para não confessar a minha precipitação, escrevi secretamente ao sr. Dias de Matos, desculpando-me do meu gesto, abandonando-o na sua ausência, e pedindo-lhe que me aceitasse, de novo, como seu empregado. E quando sabia da chegada de um vapor na Tutóia ou na Amarração, corria, aflito, para a agência do Correio, à espera da carta que me livrasse daquela situação, resultado previsto e natural da leviandade e da mentira.

Um dia, o agente gritou o meu nome. O envelope era de Dias de Matos & Cia. Abri-o, o coração em alvoroço. Era uma carta lacônica, singela, em estilo comercial, começando pelo “prezado amigo e senhor” e acabando pelos “criados atentos e obrigados”. Nela, diziam-me os signatários lamentar não me poderem atender, devido à má situação dos negócios na praça. E só. “Seu” Zé não me queria mais!... “Seu” Zé me abandonava em Parnaíba, punindo severamente, e merecidamente, a minha ingratidão.

À minha mãe não escapava, porém, a mentira com que eu tentava explicar a minha situação. A minha chegada imprevista, sem dinheiro para regressar e, mesmo, sequer para quaisquer pequenas despesas durante o período da licença, davam-lhe a compreender que eu lhe não estava dizendo a verdade. Até que, cerca de dois meses após o meu regresso, tomou ela própria uma resolução.

– Humberto, vem cá... – disse, como nos tempos em que me chamava para aplicar-me uma surra de corda.

Entrou para o seu quarto, fez-me entrar, fechou a porta. Sentou-se na sua rede.

– Senta-te aqui... – convidou.

Sentei-me a seu lado. E ela, docemente, passando-me a mão pelos cabelos:

– Tu sabes que um coração de mãe não se engana... E o meu nunca me enganou, em relação a vocês... Por isso, dize-me a verdade: tu perdeste o teu emprego no Maranhão, não perdeste?

Olhei-a. A sua fisionomia era bondosa e tranquila. Os seus olhos, postos nos meus, convidavam-me à confissão:

– É, mamãe, é verdade – gemi, surdamente. – Mas não foi por mal... Eu lhe conto.

E contei. Contei o susto que havia tomado com a minha enfermidade, com a inchação progressiva dos meus pés e das minhas pernas. Contei-lhe a confiança que tivera na promessa do tio Antoninho, no telegrama que lhe passara, no logro de que fora vítima. Omiti, apenas, a minha leviandade, a minha ingratidão, abandonando a Casa Trasmontana durante a ausência de “seu” Zé. E mostrei-lhe a carta que havia recebido dele, em resposta àquela em que lhe oferecia novamente os meus serviços. E minha mãe me ouviu calada, sem impaciência, e sem me fazer a menor admoestação. O fatalismo começava a arraigar-se na sua alma, dando-lhe a compreender a inutilidade do esforço humano contra a deliberação inclemente dos deuses.

– Tu não fizeste por lá nenhuma tolice? – indagou, olhando-me nos olhos, segurando-me o rosto com ambas as mãos.

– Juro que não.

– Juras pelas cinzas do teu pai?

– Pelas cinzas do meu pai!

Minha mãe refletiu durante alguns instantes.

– Vamos, então, recomeçar a luta... Assim, desempregado, é que tu não podes ficar. Mas, onde arranjar um emprego nestes tempos, principalmente depois do que aconteceu contigo na casa do compadre Emídio?

Sofri, nesse momento, por ter feito sofrer mais uma vez a minha mãe. Mas, senti desafogo por lhe haver confessado a verdade da minha situação. Respirei fundo. Eu recordava, nesse momento, esses criminosos que, depositários únicos do segredo do seu crime, se sentem desoprimidos

no dia em que confessam e são condenados à morte, preferindo a forca ao remorso.

Parnaíba era, ainda, por essa época, uma pacata cidade provinciana, bocejando à margem do seu rio, e pedindo milagres ao céu com os quatro braços das suas duas igrejas. Em dois anos, não sofrera a menor modificação. Não se calçara uma rua, não se plantara uma árvore, não se edificara um prédio, não se verificara o menor prenúncio de renovação. As mesmas casas comerciais que eu deixara funcionando continuavam com os mesmos empregados. Por isso, a geração que surgia para a vida prática não tinha, à sua espera, senão a ociosidade. Os pais encaminhavam os filhos nos seus ofícios. E quem não tinha pai, como me acontecia a mim, não contava senão com a inatividade ou com o exílio.

Uma esperança vaga tomava-me, todavia, ainda, o coração: um chamado do tio Antoninho, com a descoberta do emprego prometido. As semanas iam, porém se passando. Minha mãe passava as noites em claro, pensando no meu destino. A casa era sustentada, agora, como outrora, por quatro mulheres heroicas, pois que minha irmã legítima tomara, como costureira, o lugar da outra, filha natural de meu pai, que se casara. Meus tios nada mais remetiam da Amazônia. E eu me sentia humilhado, diminuído, ferido no meu orgulho de homem, comendo aquele pão humilde e pobre, amassado, com tanto esforço, por aquelas miúdas mãos infatigáveis.

XVI A HORA SAGRADA

FOI por esse tempo que surgiu, e verdadeiramente, em mim, a paixão literária, É possível que eu a tivesse trazido do Maranhão, escondida nas camadas subterrâneas do espírito. No discurso com que me recebeu na Academia Brasileira de Letras na noite de 8 de maio de 1920, Luís Murat, examinando a passagem da minha oração em que eu atribuía à influência de Coelho Neto a modificação do meu destino, opinou pela falsidade dessa suposição. O sentimento literário estava em mim, e quaisquer que fossem os fatores externos, eu viria a ser, tarde ou cedo, prosador e poeta. O que eu supunha causa desse fenômeno, constituía, e apenas, um pretexto para a revelação, que se daria, em qualquer circunstância.

É possível que, durante a minha permanência no Maranhão, eu tivesse lançado às leiras mais profundas do cérebro, ignoradamente, o gosto da criação. Ele ficara, todavia, no subconsciente, como a semente d'annunziana, que os gelos do inverno escondem, mas que germina tempos depois, quando lhe é propício o clima da primavera. O que é verdade é que, um dia, eu me sentei em uma pedra tosca, na ponta da calçada de nossa casa, na parte que dava para o quintal, tendo à mão dois jornaizinhos literários, publicados em São Luís. Intitulava-se um *Os Novos*, e era órgão da Oficina dos Novos, associação constituída pela geração moça, orientada por Antônio Lobo e Fran Paxeco. *Renascença* denomina-se o outro, e reunia uma dissidência combativa e heroica, sob a chefia de Nascimento Moraes. O primeiro era sereno, ponderado, mergulhado em sonho e meditação. Trazia versos de Francisco Serra, Costa Gomes, e outro, cujo nome se me apagou na memória; e prosa de Godofredo Viana, Domingos Barbosa, Viriato Corrêa, João Quadros e Astolfo Marques. A. J. Alves Farias, que foi mais tarde, no Rio, diretor do Lloyd Brasileiro e era, então, chefe do distrito telegráfico no Maranhão, assinava uns alexandrinos severos em que havia tamareiras debruçadas no deserto. O outro periódico

era mais variado e mais vivo. Nascimento Moraes, professor de português, criticava a língua d'*Os Novos*, arremetendo de palmatória em punho contra os rapazes do outro grupo. O que, porém, caracterizava a *Renascença* era a fartura de sonetos. Nas suas seis páginas amplas, espalhavam-se mais de trinta, cada um dos quais assinado por um poeta novo. Desses poetas, ao que parece, não vingou um só. À semelhança do que sucede, às vezes, às ninhadas de peru, desapareceram todos. O que mais me impressionou foi, todavia, um de nome Otávio Galvão, autor de quatorze decassílabos realistas de que faziam parte estes, num terceto, que nunca mais me desapareceu da lembrança:

E, enquanto lá por fora cai a chuva,
A carne agrilhoadada de desejos
Treme de gozo ao lado da viúva!

Nos trinta e dois anos que rolaram sobre essa tarde parnaibana em que, na calçada do quintal de nossa casa, mergulhei na leitura d'*Os Novos* e da *Renascença*, eu li grandes poemas, as obras capitais de quase todos os gênios da humanidade. Li Homero e Virgílio; Hesíodo e Ovídio; Dante e Petrarca; Ariosto e Tasso; Shakespeare e Klopstock; Lope de Vega e Camões; Schiller e Goethe; Longfellow e Victor Hugo. Milhões de versos passaram sob os meus olhos, entraram pelo meu entendimento, fixaram-se na minha memória, viveram na minha imaginação. Nenhum deles conseguiu, entretanto, jamais, apagar no meu cérebro esses três decassílabos de Otávio Galvão. Viva eu um século e eles viverão comigo. E quem sabe se, abusando da minha inconsciência, não serão eles as palavras que me irão à boca, profanando a santa hora da minha morte?...

Maranhão Sobrinho colaborava nos dois jornais, emprestando a cada um deles, com um punhado de versos, uma das asas da sua inspiração. Lembro-me, ainda, de dois sonetos seus, que vinham, se bem me lembro, n'*Os Novos*. Tinham por título Símbolos. Serão citados, porém, mais adiante, em momento mais oportuno.

Concluída a leitura das duas folhas maranhenses, quedei-me quieto, os olhos perdidos no horizonte, que os coqueiros de Dona Páscoa enfeitavam de aranhas buliçosas. Seria difícil fazer versos? Evidentemente,

não; porque, se fosse, aqueles jornaizinhos não estariam repletos. Quem, porém, me ensinaria a fazê-los?

Resolvi examinar mais profundamente o assunto, consultando os almanaques, viveiro inesgotável de poetas. E levantei-me.

O primeiro raio de sol havia tocado a semente. Ia começar, no meu coração e no meu cérebro, o milagre da germinação. Soara, para mim, a hora sagrada.

XVII UMA AGULHA PERDIDA

HÁ UNS dezoito anos, aproveitando o exemplo e seguindo o rastro de Machado de Assis, que escrevera um apólogo sobre a Linha e a Agulha, eu imaginei outro, em que figuram a Agulha e o Alfinete. Espetados em uma almofada de costureira, encontram-se, um dia, o Alfinete e a Agulha. Entroolham-se por um instante, e põem-se a trocar impressões cerimoniais. Até que, de repente, a Agulha se queixa, melancólica:

– Estou fatigada como o senhor não faz ideia. Passei o dia inteiro a arrastar um retrós cinzento, através de um vestido de seda, e de tal modo, que não posso, sequer, me mover. À tardinha, era tal a minha irritação, que até espetei, com raiva, o dedo da costureira.

– Coitadinha!

– De quem? De mim?

– Não. Da costureira.

– Ah!...

Dominado por um instante o seu despeito, a Agulha torna:

– O senhor é que é feliz...

– Eu?

– Sim. O senhor não tem obrigações, não anda, não se mexe... Leva uma vida de capitalista, sem riscos, sem cuidados, sem dificuldades... E eu só desejava saber por que é que existem, no mundo, Agulhas e Alfinetes!

– Agulhas e Alfinetes?

– Sim: criaturas que trabalham e criaturas que, como o senhor, não fazem nada.

O Alfinete sente-se picado, e toma a ofensiva:

– A senhora não sabe, então, que é uma simples Agulha?

– Sei.

– E não sabe que, sendo Agulha, é mulher?

– Sei.

– E não sabe por que é mulher?

– Não.

O Alfinete sorri, perverso, e explica:

– É porque não tem cabeça!...

No apólogo do ironista insigne, a Agulha se lamenta, sobretudo, do destino que lhe coube, e que consiste em enfiar nos tecidos a Linha, a qual vai, assim, à festa, enquanto ela, que lhe servira de guia, fica, tristemente anônima, esquecida de todos, no silêncio e na escuridão da almofada da costureira. E é essa página de profunda malícia e de mordente sabedoria que me vem à memória, todas as vezes que me lembro de um homem que serviu, mais ou menos, de Agulha, na história pitoresca da minha vida.

Chamava-se ele Luís Dourado e era empregado do comércio, em Parnaíba, no Piauí. Alto, magro, pernilongo, possuía, contudo, o rosto cheio e redondo, imberbe por natureza e coberto de espinhas por hereditariiedade. Trabalhando no escritório e nos armazéns da maior casa exportadora do Estado, tinha, pelo livro e pelas letras, uma paixão instintiva e pertinaz. Fundador de um pequeno estabelecimento destinado à importação de obras literárias, e que funcionava unicamente à noite, devo-lhe eu os primeiros volumes que li sem que fossem de empréstimo. E quando, em 1902, escrevi a primeira tolice que se fixou em letra de fôrma, foi Luís Dourado quem a publicou, em jornalzinho do tamanho de uma folha de papel de cartas, e que não tinha mais de duas colunas em cada página.

Luís Dourado foi, assim, a primeira Agulha que orientou, no vestido de chita ou de seda da literatura nacional, este pobre fio de Linha que sou eu.

Em uma visita que fiz, em 1906, a Parnaíba, pedi notícias da minha Agulha.

— O Dourado foi para o Rio de Janeiro, e está empregado, lá, no comércio.

Anos depois, em outra viagem, fiz a mesma indagação. E a resposta foi triste:

– O Luís Dourado morreu no Rio de Janeiro!...

Hoje, quem está no Rio sou eu. E não vou, aqui, a um cemitério, visitar um morto querido ou levar outro para lhe fazer companhia, sem que me pergunte, a mim mesmo, olhando aquela multidão de túmulos iguálados:

– Onde estará, nestas areias, perdida a minha Agulha?

XVIII O PRIMEIRO SONETO

QUANDO, em uma pequena cidade do interior brasileiro, um espírito ingênuo amanhece espontaneamente para as letras, é como quem desperta, madrugada ainda, num quarto fechado. O seu mundo se reduz àquele âmbito. Lá fora, as primeiras claridades do sol põem em relevo os edifícios, as árvores, as montanhas. Aquele que acordou não vê, entretanto, senão os seus pequenos móveis familiares. A literatura nacional glorifica, no País todo, as suas figuras de maior porte. Para o moço do sertão que se inicia, essas entidades capitulares não existem. Seus mestres são os poetas da sua cidade, que o mundo ignora, e toda uma fauna de escritores de terceira ou quarta ordem, que nascem e morrem nos almanaques e nos jornais de propaganda, e de que o principiante nunca mais terá notícia, se romper o casulo e desferir, um dia, o seu voo.

No ano em que desembarquei, pela segunda vez, em Parnaíba, Alberto de Oliveira, Bilac, Raimundo Correia e Vicente de Carvalho eram, já, grandes nomes nacionais. Não aparecendo, porém, por lá, os seus livros, os poetas que eu conhecia, e invejava, eram unicamente os que colaboravam no *Almanaque de lembranças*, no *Almanaque das senhoras*, no *Almanaque de Pernambuco*, e em dois almanaques do Rio Grande do Sul. Infatigável decifrador de charadas, meu primo Canuto Veras possuía coleções quase completas dessas publicações curiosas. Daí, o culto que votei, então, a uns poetas que se chamaram Demóstenes de Olinda, Luís Pistarini, Damasceno Vieira, Teodoro Rodrigues, Alcebíades Neves, e a inveja surda com que via o retrato e a biografia de poetisas de quatorze anos, e que, nessa idade, já haviam publicado o seu livro. Oh, César, como eu compreendi a tua angústia ante a notícia das vitórias de Alexandre! Oh! Alexandre, como eu senti o desespero do teu coração quando te falavam dos louros de Milcíades!... Aquelas mulheres, quase meninas, possuíam um

volume de versos, ou de fantasias, e, com ele, a glória, a notoriedade. E eu, aos quinze anos, não tinha sequer, ainda, um soneto, ou um conto!...

A minha primeira ideia foi escrever um soneto. Era mais curto, e, aparentemente, mais fácil. Como era, porém, que se fazia um soneto? Por essa época, em Parnaíba, somente três pessoas escreviam versos: Dona Francisca Montenegro, a mais antiga e tenaz poetisa do Estado, João Vieira Pinto, lavrador e salineiro, para os lados de Amarração, e Armando Madeira, guarda-livros de temperamento bizarro, que guardava com excessiva gravidade o segredo da sua inspiração. Qualquer deles era, para mim, inabordável, E, como Prometeu, resolvi, sozinho, arrancar aos deuses a chama do fogo sagrado.

A primeira dificuldade estava na metrifcação. Um verso comum devia ter dez sílabas. Tomava o almanaque, escolhia um soneto, e punha-me a contar-lhe as sílabas, gramaticalmente:

— Errado! — exclamava. — Tem onze!

Contava outro:

— Quatorze!

Não era possível. Ou as sílabas não eram contadas daquele modo, e, nesse caso, não eram sílabas, ou, então, aqueles poetas eram todos idiotas. Na dúvida, resolvi escrever um soneto, contando as tais sílabas como as havia encontrado na gramática de João Ribeiro. E foi um tormento. O assunto, encontrei-o sem dificuldade. Meu primo Canuto Veras, dono dos almanaques que me instruíam, tinha uma namorada. Eu não tinha nenhuma. Deliberei, por isso, cantar a namorada dele.

Nada há, todavia, mais difícil na terra do que encontrar uma rima, seja esta a mais banal, quando se começa a fazer versos. Não obstante, venci o obstáculo. Cheguei ao primeiro terceto, no qual, para falar na saia curta que a moçoila usava, não trepidei em afirmar que a referida saia “cheirava a murta”. No segundo, a inspiração estacou. Era indispensável a rima para “tu”. Dois, três dias de luta. E, afinal, a descoberta feliz: concluí o soneto dizendo que os olhos da moça eram... de grisú!

Terminada a obra de arte, e passada a limpo na melhor caligrafia comercial, com riscos, feitos a régua, por baixo do título, pus-me a pensar na sua publicação. Aquela maravilha não podia permanecer desconhecida, na escura gaveta sem chave de uma pequena mesa do nosso alpendre. Dante,

inédito, teria morrido tão ignorado como o seu sapateiro. As soluções para o meu caso não eram, entretanto, numerosas. Parnaíba possuía, por essa época, unicamente um jornal, o qual aparecia aos domingos. Intitulava-se *O Nortista*, e constituía o único veículo da literatura municipal. Pertencia, porém, à família Morais Correia, inimiga tradicional da família Veras, isto é, dos meus tios e de todos os seus parentes e aderentes. Quando um Correia andava pela rua, ao chegar em frente à casa de um Veras, descia a calçada e passava para o lado oposto. E nunca houve um Veras, que, mesmo pela madrugada, com a cidade deserta, pisasse a pedra da calçada de um Correia. Os ódios de família não podiam, porém, privar o gênero humano daquela preciosidade que eu havia concebido. E como a criação poética se desenvolvia em mim de acordo com o espírito prático, a fórmula surgiu: assinei o meu soneto com um pseudônimo, e passei a rondar, depois das oito horas da noite, a redação d'*O Nortista*. Por duas ou três vezes avancei até à porta, fechada desde as seis. Faltava-me coragem. Até que, na terceira ou na quarta noite, avancei resoluto, o rosto vermelho de vergonha, como se toda a cidade presenciasse o meu gesto, curvei-me e enfiei o papel por baixo da grade. E fugi, rápido, como se acabasse de imitar Jean-Jacques, deixando um filho legítimo na portinhola da Casa dos Expostos. O coração batia-me apressado. Eu tinha a impressão de que havia cometido um crime.

No domingo seguinte procurei, ansioso, *O Nortista*. O soneto não vinha naquele número. Nos domingos que sobrevieram, a ansiedade era a mesma. E foi a mesma desilusão. E estava certo, já, de que a minha literatura havia sido levada para o quintal pela vassoura da redação, quando minha mãe, uma tarde, me chamou, e disse-me:

– Toma estes três tostões. Vai na loja de “seu” Jonas e compra um carretel de linha 60, e um papel de agulhas.

Após a minha chegada do Maranhão, minha mãe me havia feito, ela mesma, uma calça e uma blusa de brim pardo, abotoada até ao pescoço, para dispensar a camisa. Meti-me nesse uniforme, e saí. Minha mãe era Veras. Eu também era. “Seu” Jonas era Correia. Mas, como o carretel de linha era mais barato na casa de “seu” Jonas, minha mãe punha à margem as rivalidades de família, que lhe não interessavam, e preferia a sua linha e as suas agulhas. Fui, assim, à loja de “seu” Jonas, e fiz a compra miúda. E

continuava encostado no balcão, na atitude ociosa de quem saiu de casa sem hora marcada para voltar, quando o bacharel Francisco de Moraes Correia, sócio e irmão do dono da casa, e diretor d'*O Nortista*, que media alguns metros de chita para um caboclo que se achava a meu lado, se deteve, olhando para o bolso pequeno da minha blusa, que me ficava à altura do peito. De repente, estendeu a mão, e, segurando um papel que ali estava com a ponta de fora, indagou:

– Essa letra é sua?

– É, sim, senhor – respondi, trêmulo.

– Venha cá – disse, abandonando o freguês, e chamando-me para uma porta que havia ao lado, e dava para a rua.

Fui. E ele, pondo a mão no meu ombro:

– Foi você que meteu uma poesia ali, por debaixo da porta?

– Fui, sim, senhor.

– Eu a encontrei. Mas não pude publicar. Os versos não estão certos... Mas você deve continuar... O principal é conhecer a metrifcação... Você quer aprender? Eu falo com o Armando Madeira...

E batendo-me de novo no ombro:

– Procure o Armando... Ouviu?

– Sim, senhor – prometi, envergonhado.

Não procurei, jamais, o poeta guarda-livros, que foi, aliás, mais tarde, meu amigo. Minha ignorância assentava em alicerces; não sei se de orgulho ou de pudor. E como o verso se apresentava exigente e eu não podia ir para diante sem auxílio alheio, resolvi deixá-lo para mais tarde, e começar pela prosa.

XIX EU E CAMÕES

ENTRE os livros amáveis que meu primo Canuto Veras possuía na sua estante fechada, achavam-se alguns de Coelho Neto, autor a quem consagrava admiração comovida e profunda. *Baladilhas, Rapsódias, Fruto proibido, O morto, O rajá de Pendjab, A descoberta da Índia, O rei-fantasma, Bilhetes postais*, lá estavam, enfileirados na prateleira mais alta, destinada às obras da maior devoção. E como ele me houvesse franqueado essa pequena biblioteca, exigindo, apenas, que tivesse cuidado com as encadernações, foi a esse escritor que me atirei, tomando-o para meu modelo e meu mestre. O seu orientalismo encantava-me. A sua linguagem seduzia-me. Um e outra eram, então, duas expressões de mistério. E o mistério exercia, naquele instante, sobre o meu espírito, irresistível atração.

Lidos as *Baladilhas* e o *Fruto proibido*, considerei-me em condições de escrever contos e fantasias. Um daqueles faquires ali encontrados havia posto os olhos na semente maravilhosa que germinara em dois dias. E escrevi um conto. E depois outro. E um terceiro. Contos fúnebres, fantásticos, em que havia mochos e ciprestes, e sombras de mortos, e cruzes de cemitério. Os próprios assuntos eram, se me não engano, surrupiados ao mestre, e modificados, apenas, pela minha ignorância. E estava satisfeito comigo mesmo, e pensando, já, no meu retrato e na minha biografia, no *Almanaque de lembranças* ou no *Almanaque das senhoras*, quando transpirou e atravessou o rio, chegando à casa de residência de meu tio Emídio Veras, a notícia de minha atividade literária:

– Traze, Humberto; traze aqui o que tu escreveste. Vem ler para a gente! – pediu uma das minhas primas.

Outra, a quem eu dava o tratamento de madrinha, por haver saltado comigo uma fogueira de São João, insistiu:

– Eu gostaria de ver o que tu escreveste. Quem sabe se não serás um dia um segundo Coelho Neto?

Coelho Neto havia, com a sua excursão de 1899, enchido todo o Norte dos ruídos metálicos da sua glória. Havia batizado com o seu nome colarinhos e rosas, chapéus e valsas, ruas de cidade e quitutes de sertão. Ser, um dia, Coelho Neto, era, pois, receber a senha para a imortalidade.

Essa insistência amiga deu-me coragem para a revelação. Seria o meu primeiro público, depois de minha mãe. A minha obra literária limitava-se, ainda, àquelas três produções, que eu não poderia dizer, evidentemente, se eram de Coelho Neto ou se eram minhas. Mas constituíam, já, então, um início. As pirâmides, que desafiavam os séculos, tinham começado por uma pedra.

Uma tarde, resolvi satisfazer a curiosidade, possivelmente irônica, da família. Eu continuava a morar nos Campos, em nossa pequena casa, em companhia de minha mãe e de minhas tias. Minhas primas residiam na outra margem do Parnaíba, em frente à cidade. E foi essa distância que eu venci, para ler os meus contos. Levava-os no bolso de cima, da minha blusa de brim pardo. Chegando à beira do rio, notei que a maré se achava de enchente, e que o vento forte, soprado das bandas do mar, tornava mais rápida a correnteza. Na margem, em um pequeno porto destinado unicamente a pequenas embarcações particulares, balançava-se, com o seu remo dentro, uma canoa que reconheci como de meu tio, deixada ali por algum empregado. Desamarrei-a, pulei para dentro, e, sentando-me à popa, comecei a remar, em direção à outra margem do Parnaíba. Havia passado mais de um ano longe dali, mas era, ainda, o mesmo caboclinho destemido, sabendo manejar um remo e governar uma canoa. Ao chegar, porém, ao meio do rio, o vento aumentou, e a correnteza também. Ondas miúdas, mas velozes e doidas, quebravam-se de encontro ao casco da embarcação, que as ia saltando e vencendo, a esmagar de vez em quando algumas vagas atrevidas, que se dissolviam espadanando espuma fervente. Essa luta com o vento e a água enchia-me de prazer, de uma alegria intensa e interior, determinada pelo contacto, de novo, com os meus elementos familiares. Mas obrigava-me a multiplicar o esforço, a apressar as remadas, ora passando o remo para a direita, ora para a esquerda, transformando-o em leme, a fim de firmar a canoa, que o vento e a água desgovernavam. Em breve, porém, alcançava o remanso da outra margem, e conseguia aproar exatamente no

porto do meu tio. A canoa tinha sido completamente lavada pelas ondas, e eu, por milha vez, estava com a roupa quase molhada.

Ao chegar ao pátio da casa, minhas primas já se achavam no alpendre, à minha espera. Tinham-me visto, daí, em luta com as águas agitadas. Tia Mariquinhas, uma das maiores expressões da bondade humana que eu tenho conhecido na terra, aguardava-me, inquieta, com uma censura, em que havia muito carinho e nenhuma indignação. Cessado, porém, o alarma, uma das minhas primas indagou:

– E os contos? Trouxeste os contos?

Fiz um sinal afirmativo, com a cabeça:

– Então, lê... Vamos ler!

– Espera, menina, deixa Humberto descansar! – protestou minha tia, sempre com os seus cuidados de mãe para todo mundo.

Notando que havia, mesmo, interesse pelo que eu havia escrito, levei, com um sorriso de vaidade, a mão ao bolso do peito da blusa. Mas o sorriso se desfez logo. Baixei os olhos para verificar, com a visão, se era verdadeira a desgraça que me era anunciada pelo tato. O bolso estava completamente vazio! Corri para o porto. Vasculhei a canoa. Nada! Ia e vinha, entre o alpendre e a margem do rio. Minhas primas auxiliavam-me.

– Perdi! – exclamei, desconsolado.

– Perdeste todos?

– Todos.

– Mas tens a cópia em casa, não tens?

– Não; não tenho cópia nenhuma.

Um silêncio de compunção tarjou a notícia do meu infortúnio. Minha tia teve uma esperança:

– Quem sabe não ficou no porto, do outro lado?

Desfiz essa ilusão generosa. Não, não tinha ficado no outro porto, do lado da cidade. No momento de tomar o remo, na canoa, eu ainda vira o papel no meu bolso, com a ponta de fora. Os meus contos, o rio levará! Na batalha contra o vento e as ondas, agitando violentamente o remo, os originais haviam caído na correnteza, e sido arrastados, rio acima, pela maré de enchente. À semelhança de Camões, a minha glória havia começado por um naufrágio. Apenas, para desgraça minha, eu não me havia lançado à água com os meus manuscritos.

– Ora, que pena! – exclamou uma das moças.

Tomei uma xícara de café, e regresssei para a cidade, indo atravessar o rio em outro porto, onde a municipalidade mantinha uma canoa destinada ao transporte de cargas, homens e animais. Ia sucumbido, vencido, aniquilado. Fui ainda ao lugar em que havia embarcado à tarde. Percorri uma parte da ribanceira, com a esperança de um milagre, na ilusão de que aquelas águas restituíssem os pedaços do meu sonho como as do Helesponto haviam restituído a Hero o corpo inerte de Leandro. E nada encontrei. Os ventos e as águas haviam se apossado dos primeiros frutos da minha desastrada inspiração!

Cheguei em casa triste, com um grande peso na alma, e com a fisionomia tão abatida que minha mãe me perguntou:

– Não gostaram?

Não respondi. Mergulhei a cabeça entre os braços, e, sentando à minha pequena mesa, desatei a chorar.

XX
VOLTANDO AO PONTO DE PARTIDA

ENQUANTO a minha pena voava por essas alturas, minha mãe refletia sobre a situação do seu filho. Aquela vida ociosa, ou pouco menos do que isso, não podia continuar. A máquina de fazer meias estava cansada e já bamboleava as agulhas no insano esforço da produção. O fio encarecera, e, como só era importado mediante encomenda, ficávamos, minha mãe e eu, únicos operários da indústria pobre, sem aquele ganha-pão. As suas mãos entregavam-se, então, à costura. E eu, à leitura e à manipulação dessa literatura irrisória, que ficava, então, na minha gaveta do alpendre, por falta de um jornal que a publicasse.

Convém acentuar, todavia, que, se eu não tinha editor, possuía, em compensação, público, que me animava. Constituía-o Firmino Sampaio, meu antigo professor de Latim e Francês, o qual, tendo ouvido, certa vez, a leitura do Naufrágio, que eu lhe fizera, não me encontrava na rua sem pedir-me que lho repetisse, quase sempre em presença de terceira pessoa. E não tinha eu terminado, quando a sua admiração irrompia:

– Isto é que é! Puro Coelho Neto!...

E, com um sorriso, que não sei, até hoje, se era de ironia ou de bondade:

– Assim é que eu gosto... Não é para todo mundo, não!

Eu me tornava todo vermelho. Mas gostava.

Um dia, tornei ao soneto. Dessa vez era um alexandrino, ou, pelo menos, em versos, ou linhas, que eu supunha, pelo comprimento, obedecerem a esse metro. Intitulava-se O Banquete de Petrônio e inspirava-se no *Quo vadis?*, de Sienkiewicz. Eu havia catado no romance do polaco, e nos contos de Coelho Neto, uma infinidade de iguarias, gregas ou romanas. Frutas e aves. Peixes e condimentos. Cobri, com eles, a mesa do Árbitro das Elegâncias. E, na presença dos convidados e dos escravos, matei

o dono da casa... Firmino Sampaio achou admirável. Pedia-me que lho recitasse. E, quando eu terminava:

– Assim é que gosto.. Não é para todo mundo, não!

Vagava eu por essas regiões do espírito, quando minha mãe, uma tarde, me chamou, e disse-me:

– Teu tio Emídio falou-me na conveniência de dar-te uma ocupação. E ofereceu-me um lugar para ti na loja dele.

– Mesmo depois do que houve, mamãe?

Minha mãe quedou-se em silêncio. Uma nuvem de tristezas ensombrou-lhe o rosto. E, após um instante:

– Teu tio tem bom coração, meu filho... Vai lá, e fala com ele, ou com o Canuto.

Fui. Meu tio não estava. Estava meu primo. Pedi-lhe que me concedesse algumas palavras em particular, e passamos para a casa contígua. Disse-lhe o que minha mãe me havia comunicado. Agradei. E acentuei:

– Peço a você que esqueça o que eu fiz... Eu era uma criança... Hoje, sou um homem...

Canuto não me quis ouvir. Bateu-me na perna interrompendo-me:

– Não se fala mais nisso...

E, pondo-se de pé:

– Venha trabalhar amanhã.

No dia seguinte, lá estava eu, pela manhã, abrindo as mesmas portas, varrendo o mesmo chão de pedras, espanando as mesmas peças de chita, arrumando as mesmas prateleiras, como há dois anos passados. Dera uma volta por longe e voltava ao mesmo lugar. E a circunstância de me ver ali, de haver sofrido tanto e sem proveito, punha em minha alma um desencanto, uma tristeza funda, que eu procurava, inutilmente, vencer. Era preciso, porém, trabalhar. Era preciso auxiliar minha mãe.

O ordenado que meu tio me fez foi de cinquenta mil réis por mês. Cinquenta mil réis, casa e comida. E eu determinei, logo, que a metade desse dinheiro caberia à minha mãe. A princípio, recusei a moradia. Preferia, pela manhã e à noite, fazer a caminhada, de um extremo a outro da cidade, para ir dormir em nossa casinha dos Campos. Estava, ainda, em tratamento da enfermidade contraída no Maranhão. O chá de flor de mata-pasto grande começava, todavia, a realizar prodígios. Quando me

restabelecesse, iria morar na casa do lado da loja, fazendo companhia a meu primo.

Chegado em casa, acendia-se o candeeiro grande, e eu me punha a ler. Por volta de meia-noite, a manga do vidro se tornava quase negra, com a fumaça ao querosene. Soprava a chama. E ia deitar-me, sonhando com aquela gente que se movia nos versos, nos livros de viagens e nos romances. E, não menos, com a que realizava as viagens, escrevia os romances, e fazia os versos.

E foi assim que me encontrou o ano de 1902.

XXI
DE CAZUZA PORTO A AUGUSTO COMTE

HÁ, no interior da África, uma ave pernalta que, depois de emplumada, põe um ovo rigorosamente estéril e que, desobrigada dessa maneira com a Natureza, passa muito tempo sem tornar à postura. Não lhe guardei o nome. O seu exemplo me ficou, todavia, inconscientemente, na memória, e eu o segui abandonando a atividade criadora após a publicação desta fantasia. Nesse Naufrágio eu tinha mergulhado demais.

Passei, então, a consumir na leitura o tempo que me era tomado pelo trabalho da criação. O dia inteiro, das sete da manhã às sete da noite, eu o passava, agora, de novo, encostado ao balcão de E. Veras & Filhos, medindo varas de morim, metros de chitas e côvados de algodãozinho a caboclos de camisa para fora da calça. O espírito, inquieto, trabalhava sozinho. Assim, porém, que se fechara a casa de comércio, eu me passava para a residência vizinha, acendia o lampião de querosene, e, curvado sobre a grande mesa que havia no centro da sala, me punha a devorar, com sofreguidão, os livros de meu primo. Então, não era mais apenas a literatura que me seduzia e encantava. Eu queria conhecer os segredos da Natureza e arrancar aos filósofos as verdades colhidas por eles no estudo e na meditação. Li, para começar, Luís Figuier, n?O *homem primitivo*. Peregrinei com Eliseu Réclus, tomando conhecimento das particularidades geográficas das cinco partes do mundo. Oito ou dez volumes da *Biblioteca das maravilhas* deram-me o gosto da ciência. Atravessei o continente africano com Capello e Ivens. E foi quando, um dia, entrei em contacto com Samuel Smiles, cuja tradução, em português, meu primo possuía.

Smiles foi, positivamente, o melhor amigo que encontrei na adolescência. Os seus livros, ricos de exemplos, coloridos com a vida de homens eminentes que haviam, pelo próprio esforço e pela tenacidade, subido do anonimato mais escuro aos esplendores da glória mais límpida, constituíram o maior incentivo do meu espírito e da minha vontade. Ao ler a história daqueles inventores, daqueles poetas, daqueles homens de Estado

que haviam marchado para a notoriedade como os Reis Magos marcharam para Belém de Judá, isto é, com os olhos fixos numa estrela, eu me enchia de coragem, e uma alegria intensa, e nova, se apossava de mim. *O dever, O poder da vontade, O caráter, Ajuda-te, A vida e o trabalho*, tornaram-se a minha Bíblia. Aqueles varões insignes, orgulho da sua pátria e do seu século, animavam-me do fundo dos tempos e dos túmulos, lembrando-me a sua pobreza, a sua fome, os seus tormentos, e o desassombro com que haviam vencido os obstáculos que os cercavam. Eu não receberia, com certeza, jamais, o prêmio que lhes havia coroado o estudo, a pertinácia e a resignação. Mas a alegria de conhecê-los, de saber que eles haviam sofrido o que eu sofria, era, já, um consolo para a minha humildade. Trabalhando e sonhando, eles tinham sido, de algum modo, meus irmãos.

Por essa época, exatamente, chegava a Parnaíba, procedente do Recife, onde se matriculara como ouvinte da Faculdade de Direito, o outro meu primo, antigo sócio da casa E. Veras & Filhos. Chegava, e trazia duas ou três dezenas de bons livros de filosofia e ciências. E, entre eles, além das obras adotadas no primeiro ano do curso jurídico, uma coleção de capa vermelha, em que figuravam Nordau, Luís Büchner, Spencer, Haeckel, e alguns outros ingleses e alemães. E eu me atirei a eles, famintamente, descobrindo, no que me contavam, um mundo novo, que meu espírito jamais suspeitara. Haeckel e Büchner integraram-me à Natureza. O evolucionismo, que doutrinavam, deu-me a consciência de um lugar definido no Universo. Um volume brasileiro de Teixeira Bastos, divulgando a obra de Comte, facultou-me a noção do que era o positivismo. E eu, filho de mãe católica, membro de uma família que não dera, jamais, um rebelde, levantei dentro de mim mesmo o grito de libertação, e, o peito inchado de orgulho, me proclamei, perante mim próprio, positivista!

Aquela atitude era, para mim, um desafio. Eu tinha dezesseis anos, e, desde os oito, ou os nove, a morte, e as cousas de além da morte, constituíam a minha constante preocupação. Certa vez, tendo andado a brincar com outros meninos pelos campos que principiavam pouco adiante da praça de Santo Antônio, tornara para casa, já noite, trazendo oito ou dez ovos de galinhas-d'angola, de uma ninhada que havíamos encontrado em uma grande moita de tucunzeiros, e tínhamos repartido irmamente. Entreguei-os, contente, à minha mãe. Esta, suspeitando, parece, que eu os

tivesse trazido de algum quintal, matou-me no rosto a alegria que eu nele trazia estampada.

– Não, senhor; não quero! Vá colocá-los no ninho de onde os tirou. Quem rouba os ovos de um bichinho desses, tenha ele dono, ou não, vai pagar no Inferno.

E num trocadilho, que nunca mais esqueci:

– Cada pena de um bichinho desses corresponde a uma pena que se tem de sofrer, quando chegar lá!

Avalei os tormentos que me esperavam. Cada ave, a nascer daqueles ovos, devia ter milhares de penas. Os ovos eram oito ou dez. Fiz a conta, tomei os ovos, e, àquela hora mesmo, fui deixá-los na moita onde os havia encontrado. Apenas, como o tucunzeiro detivesse já escuro, atirei-os de longe, sentindo que se espatifavam no chão. E tornei para casa, na carreira, com a alma desafogada.

De outra vez, num acesso de dúvida, consultei meu amigo Cazuzza Porto, filho do sapateiro Antônio Porto. A religião católica seria a verdadeira? O que o catecismo dizia estaria certo? Cazuzza não tinha hesitações a esse respeito:

– Você quer a prova? – disse.

Paramos, os dois, debaixo da amendoeira que havia em frente à sua casa. E ele:

– A nossa religião é a religião da cruz... Não é?

– Pois bem. Abra os braços assim... Abra.

Deu-me o exemplo, juntando as pernas e abrindo os braços, parados sob a amendoeira:

– Não é direitinho uma cruz? – tornou.

– É.

E ele, vitorioso, pondo-se a andar:

– Pois, então? A prova de que a religião da cruz é a verdadeira é que Deus fez o homem igual a uma cruz.

Senti a força do argumento, o qual pesou, durante muito tempo, sobre a minha incredulidade. Não obstante, eu pensava:

– O melhor, porém, é não morrer... Eu tenho nove anos... Posso viver ainda cinquenta... Quem sabe daqui até lá não se venha a descobrir um meio de ficar eternamente neste mundo?

Era essa esperança que às vezes ainda me animava, quando Comte e Haeckel, que divulgavam Darwin, me consolaram. O Inferno não existia. Eu não era, para a Natureza, mais importante que um lagarto, um elefante, ou uma formiga. Mas, que existisse, mesmo, o Inferno: não seria um consolo ir encontrar nele Comte, Darwin, Haeckel e Luís Büchner?

Essas reflexões me confortavam. E era mergulhado nelas que, alta noite, às vezes já pela madrugada, com os olhos cansados de ler à claridade melancólica do lampião de querosene, e o espírito cada vez mais ávido de conhecimentos, abria a porta, e saía para a noite estrelada. À minha esquerda, o rio, afogado na sombra, rolava para o oceano distante. Canoas e barças, ancoradas perto da margem, eram como grandes esquifes abandonados. À direita, a Rua Grande se estendia deserta, com os seus combustores tristes velando em cada esquina, e com as suas mungubeiras frondosas, pondo maiores sombras na sombra. Eu erguia a cabeça, de lado a lado, pela faixa ardente da Via Láctea. Enchia os pulmões de ar fresco, respirando com superioridade e com orgulho. Lá em cima ardiavam outros mundos. Laplace, que eu havia compreendido através de Haeckel, tinha-me revelado a harmonia das esferas. E eu me sentia feliz por não ser, no Universo harmonioso, senão um grão de poeira, subido da terra, e que se dissolveria na terra. Deus não existia! Deus era a Natureza! Deus era aquela força consciente, mas surda e cega, que fazia germinar a semente e sustentava os astros no firmamento enorme. Não havia Inferno! Não havia Céu! E eu, não temendo o Céu nem o Inferno, era, na minha humildade e na minha miséria, tão poderoso como um deus, porque podia compreender, aqui de baixo, os mistérios da vida e da amplidão!

De repente, à esquina do sr. Madeira Brandão, ouvia um sussurro, como de vozes humanas. Era o vento, a brisa noturna, sacudindo a fronde das mungubeiras. Um frio me percorria a espinha dorsal. O cabelo se me arrepiava. Um terror de morte me invadia. E o homem, rival dos deuses, e que não temia Deus, desatava em uma carreira doida pela rua deserta, sob a amplidão misteriosa e estrelada, e enveredava pela casa batendo a porta, como se viesse perseguido lá de fora por todos os monstros da Sombra e por todos os fantasmas da Noite.

XXII O VAREIRO⁴

O TRANSPORTE de cargas, no Parnaíba, é feito em barcas de grande largura e pequena profundidade. Embarcações para os rios de pouca água, chamam estas a atenção do viajante para a solução que os armadores fluviais encontram, com elas, para o problema comercial. De ferro ou de madeira, fabricadas nos estaleiros ingleses ou saídas das oficinas caboclas, nas cidades ribeirinhas, dão elas a ideia de *icebergs* escuros, descendo, ou subindo, a correnteza morena. Para compensar a falta de espaço no bojo raso, exageram os proprietários o seu carregamento no sentido da altura. As bordas da barca não saem d'água senão uns quatro dedos, no centro, e apenas uns trinta centímetros, na popa e na proa. Mas a montanha de couros, de sacas de algodão, de cera de carnaúba e de outros produtos da região eleva-se quatro, cinco, às vezes seis metros, acima do nível do rio. A embarcação desaparece quase, dando a impressão de que a sua carga viaja sozinha, rumo ao litoral. E o mesmo acontece quando sobe, levando os produtos da indústria civilizada para o conforto precário dos homens do alto sertão.

O que caracteriza esse gênero de transporte primitivo é, todavia, a força que o aciona. Força humana. Braço de caboclo. Músculo de negro. Energia de homem branco embrutecido pela pobreza. Mas é preciso contemplar estes heróis obscuros e anônimos na sua faina, para admirá-los. De um lado e de outro da barca, orlando a montanha de carga, estende-se um pequeno caminho de dois palmos de largura, e que vai do convés da proa ao da popa. É o caminho do vareiro. É a passagem dos tripulantes de bronze ou de ônix, que, com a robustez hercúlea do seu peito, levam

⁴ Aqui também, os/as leitores/as perceberão, sem dificuldade, que a descrição – tributo a certo “costumbrismo”, tardio, já, à época em que o Autor escrevia suas *Memórias* – corta a sequência narrativa e está deslocada em meio aos capítulos desta obra. (Nota do Editor).

aquelas toneladas de carga, no valor de centenas de contos, de Floriano a Parnaíba, rio abaixo, ou de Parnaíba a Floriano, rio acima, através centenas de léguas, vencidas penosamente.

Seminus, tendo apenas, entre a cintura e a coxa, um calção de zuarte ou de estopa, molambo que os mendigos recusariam, resto de uma calça ou de um saco, a musculatura à mostra, o vareiro é o pária soturno e heroico daquelas paragens. Dante não imaginou, jamais, para os seus réprobos, um círculo do Inferno em que se registasse a pena daquele suplício calado. Três, quatro, de cada lado da barca, munido cada um de uma vara que mede seis ou sete metros, e tão sólida que o seu peso é, já, suficiente carga para um homem, os vareiros vão, lentamente, passo a passo, um distante do outro, até à tolda da proa, e firmam a vara no fundo do rio. Fixam, em seguida, a parte superior, no músculo do peito, acolchoado de carne calejada pela constância do exercício. E, firmando-se aí, vergados para a frente, apoiados na vara, cuja maior parte mergulha na água, começam a caminhar vagarosamente, o passo medido, pela borda da barca, no rumo da popa. Eles caminham para trás, como quem volta para o lugar de onde veio. A embarcação caminha para a frente, avançando sempre. Cada passo que eles dão, regressando, a barca, na ascensão pesada, rio acima, conquista outro, para diante. Chegados à popa, retiram da profundidade a vara em que se apoiavam. Dirigem-se, de novo, para a proa. E, de novo, repetem a caminhada vagarosa e monótona, fazendo sempre o mesmo passo, naqueles quinze ou vinte metros do convés estreito. E a embarcação sobe o Parnaíba, de modo quase imperceptível. A água, na sua viagem para o oceano, chia docemente na proa de madeira ou de ferro, que a corta com preguiça. Cada palmo de caminho fluvial vencido custa o esforço de seis ou oito peitos musculosos e nus, em que se fixam as varas, entrando pela carne.

O trabalho do vareiro não pode ser mais triste, mais monótono. As tábuas, ou o ferro, em que pisa, são sempre os mesmos. E sempre o mesmo caminho que faz, movendo os seus passos vagarosos e medidos. A margem do rio modifica-se, é verdade. Mas, além de ser o rio sempre o mesmo, para vencer um estirão são necessárias duas horas. Ele sobe, assim, o Parnaíba, caminhando para trás. O rio todo, de Amarração ao último ponto navegável, quatrocentos quilômetros acima, é medido, desse

modo, dezenas de vezes, pelo seu passo. É esse, no mundo, o seu castigo. Foi essa, no berço, por ter nascido nas proximidades do rio, a sua condenação.

E essa faina não é apenas diurna. Sendo longa a viagem, que demora às vezes um mês, é preciso empurrar a embarcação dia e noite. E, assim, o vareiro lá está no seu posto, fazendo o seu pequeno caminho sobre o estreito passadiço de tábuas ou de ferro, à chuva e ao sol, sob a tempestade, tiritando de frio ou sob a canícula, o dorso estalando às chicotadas de fogo do céu. O dia morre. Surgem as estrelas. E o vareiro, curvado sobre a vara cravada no rio, marcha, vagaroso, fazendo, solitário, viagens de centenas de léguas, naquele caminho que não mede uma centena de passos. Às vezes, canta baixinho, em toada triste, uma cantiga saudosa e dorida, que trouxe do seu povoado ribeirinho. Quase sempre, porém, a sua canção é apenas um gemido, um lamento longo, a expressão de um esforço de músculos. Atira a vara ao rio. Finca-a na areia. Firma o peito na outra extremidade. E grita, soturno e magoado:

– U-u-u-u-êêôî...

E continua a caminhar em silêncio, no rumo da popa.

Na descida, com as águas baixas, o trabalho é quase o mesmo. A água não tem força para carregar a barca, e é preciso que o vareiro a auxilie, pelo canal estreito e traiçoeiro. No inverno, porém, é menor o trabalho, mas é maior o perigo. A água, impetuosa e vermelha, trazendo na viagem o barro de todas as ribanceiras lambidas e desmoronadas na passagem, tem a velocidade das torrentes. Carregada pelo rio, a barca se precipita, como se quisesse chegar mais depressa que ele. O vareiro não tem o trabalho de empurrá-la, de impeli-la; mas tem a defendê-la. Na velocidade com que desce os estirões, a embarcação vem, nas curvas do rio, de encontro às margens. E, então, é a vez do vareiro impedir o choque: lança a vara de encontro à ribanceira, ou ao fundo da água. A vara curva-se, à correnteza; às vezes, porém, o ergue no ar, suspende-o, atirando-o, como um boneco esfarrapado e sujo, sobre a montanha de carga. O vareiro vomita sangue. Faz mais uma ou duas viagens. Emagrece. A febre, que o visitava cada ano, torna-se a sua companheira de cada dia. Desembarca, para curar-se. Toma um ou dois remédios caseiros. Sustenta-se com as esmolos que lhe dão, no povoado em que agoniza. E morre, indo fecundar com a sua car-

ne mortificada, ou com os seus ossos, as ribanceiras do rio, que as águas avolumadas cobrirão nas enchentes do próximo inverno.

Assim vive, preso à sua vara, empurrando a sua barca rio acima, ou defendendo-a, rio abaixo, o vareiro do Parnaíba. E assim morre. Assim vivo eu, preso à minha pena. E assim morrerei.

– U-u-u-u-ôôôôô...

XXIII A REVELAÇÃO

ANTES, porém, que se tivesse arrancado, nos calendários da cidade, a última folha relativa ao ano de 1901, havia ocorrido na minha vida um acontecimento excepcional: eu tinha me matriculado entre os homens, cumprindo, pela primeira vez, os meus deveres de homem. Contava, precisamente, quinze anos e dois meses. Para um adolescente, não era tarde. Mas, para um menino brasileiro do Norte, criado às soltas, não era cedo.

Era noite de Natal, noite da mais linda festa cristã. O céu estava sem lua, mas de tal modo carregado de estrelas, que dava a impressão de que a lua o iluminava, escondida. Eu tinha ido à missa da meia-noite, na matriz da Graça. Antes da minha partida para o Maranhão, aquela festa, sem árvores de Natal nem brinquedos às crianças, se revestia, para mim, na sua simplicidade brasileira, de uma doçura indizível. Era a noite das gulodices, em que os velhos se enchiam de saudades, os moços se enchiam de sonhos, e os meninos se enchiam de doces. Naquele ano, porém, havia alguma coisa que me atordoava, contribuindo para que eu me não sentisse feliz. É que eu deixara de ser uma criança, e ainda não era um homem. Não me tentavam mais os pudins e os pães-de-ló, e eu não tinha, ainda, uma namorada. A lagarta morrera em mim. Sobre os seus despojos batia as asas, aflitivamente, mas ainda não voava, a borboleta. E eis que se dá o milagre. Faz-se a revelação.

O templo estava repleto. Os candeeiros de querosene, pregados às paredes, fumegavam o seu incenso escuro. Dois ou três candeeiros grandes, suspensos no centro da nave, auxiliavam essa iluminação. Os altares, pontilhados de velas, e cobertos de palmas de rosas de papel, renovadas naquele fim de ano pela devoção das senhoras parnaibanas, faiscavam, numa grande orgia de luz e de cores. Na assistência promíscua, viam-se moças de sociedade e caboclas do rio acima, rapazes da cidade, que anda-

vam de botina o ano inteiro, e lavradores das ilhas do Delta, que haviam trazido as suas na ponta do cacete, para calçá-las à porta da igreja e tirá-las de novo, depois da missa. Um cheiro honesto de mofo e de maresia, cortado, aqui e ali, num mover de leque ou num puxar de lenço, por uma onda exótica de perfume civilizado.

Eu me encontrava à porta central da matriz, à esquerda de quem entra, junto à grande pia de pedra ali existente, e em que haviam mergulhado a cabeça quase todas as crianças de Parnaíba. De súbito, vejo, em um grupo de mulheres do povo, trajando vestidos de chita novo ou de morim lavado, uma rapariga de olhos negros e vivos, mulata clara, cabelo crespo e repuxado para trás, dentes miúdos, fisionomia brejeira, de gente de cidade. Ao dar com os meus olhos nos seus, senti um estremecimento por todo o corpo, um calefrio delicioso, e uma vontade doida de me fechar. O magnetismo daqueles olhos tinha me penetrado. No altar-mor, o Padre Leal, cuja besta esquipadeira esperava selada, lá fora, para conduzi-lo imediatamente a outros pontos da freguesia, a fim de dizer outras missas antes de amanhecer, encurtava o latim, para acabar depressa. O velho Macário, seu sacristão, a capa de morim dura de goma, chocalhava a campã de instante a instante, marcando com ela os instantes solenes da cerimônia. A mulata ajoelhará-se com as companheiras. Eu ficara de pé, encostado à pia, ou a um dos pilares que sustentavam o coro. A mulata rezava, e, de vez em quando, punha os olhos em mim. Eu não rezava. A incredulidade e, mesmo, o sacrilégio, davam, na minha opinião, maior importância aos homens, aos olhos das mulheres. De repente, ressoaram os hinos católicos, festivos e comovidos. Os sinos repinicaram, alegres, nas duas torres, como as aves alvissareiras daquela madrugada nascente. Girândolas subiram ao céu, riscando o firmamento polvilhado com a poeira dourada das estrelas. E a multidão, bulhenta e feliz, desaguou na Praça da Matriz e nas ruas laterais, derramando-se em seguida pela cidade, em grupos grandes ou pequenos, a caminho das festas ou do porto, ou rumo de casa, para o seu repousado sono cristão. Vai alvorecer o dia mais bonito da cristandade! Acaba de nascer Jesus, em Nazaré!

Residindo, ainda, em casa de minha mãe, eu, não tendo convite para nenhuma festa, devia tomar o caminho dos Campos. Quando dei por mim, ia, porém, já, em sentido diverso, em direção ao Porto Salgado. A mulatinha,

esbelta e alegre, ia em um grupo de outras, suas conhecidas, parentas ou amigas. Eu a acompanhava de longe, com um grande susto no coração. Onde ia eu, Senhor Deus? Que força me arrastava naquele rumo, que eu queria voltar, e não podia? Um susto, um desejo, uma emoção profunda me dominava inteiramente a vontade. O corpo se movia, caminhava, e a alma, parálitica, ia arrastada por ele. Entretanto, como eu me sentiria feliz, se um conhecido, caixeiro ou comerciante da praça, me visse naquela ocasião! Como eu me sentiria orgulhoso se, no dia seguinte, ou no outro, em uma palestra de balcão ou numa conversa de porta, se viesse a dizer que eu tinha sido encontrado na Rua Grande, pela madrugada, perseguindo um grupo de mulatas ou de caboclas!...

À esquina da Rua Duque de Caxias, o grupo estacou. Despedidas, abraços, algazarra. A rapariga destacou-se, atravessou a Rua Grande, e as companheiras continuaram. Entre dois estabelecimentos comerciais, havia um muro, com uma série de portas. Eram quartos isolados, compartimentos de um telheiro baixo, espécie de cortiço do Norte, sem qualquer dependência para a higiene do morador. Diante de uma dessas portas, a mulata parou. A chave estalou na fechadura, mas a dona da casa não entrou, detendo-se à espera. Criei coragem, e atravessei a rua. Parei diante dela, calado. Faltava-me o fôlego.

– Entre – disse a rapariga, mergulhando na escuridão.

Entreí, detendo-me a um passo da porta, que se fechou atrás de mim. Passos se arrastaram para um pouco mais longe. Um fósforo cintilou. Uma lamparina de querosene, suja, bruxuleou, sobre um caixote, patenteando-me a pobreza, ou, antes, a miséria circunjacente. O chão, de tijolo, achava-se esburacado, como se por ali passassem carroças, veículos de grande peso. O teto, baixo, inclinava-se para o interior, ficando quase à altura da mão. Porta, não havia senão aquela, por onde eu entrara. E o quarto era tão estreito, que a rede o atravessava, de uma parede a outra. Rede imunda, escura, e sem varandas. Rede que substituía a cama dos prostíbulos civilizados. Rede em que havia, talvez, areia dos pontos mais remotos da cidade, trazida nos pés sujos dos caboclos urbanos e dos mulatos pacholas da redondeza. A um canto, um baú de folha amassado. Na tampa do baú, pintadas, algumas rosas. Símbolo, talvez, daquela alma. Símbolo, talvez, daquele coração de mulher desgraçada.

De pé, eu contemplava tudo isso, contando, com a mão no bolso da calça, as cinco moedas de dois tostões que possuía, quando a rapariga voltou-se, e pôs-me a mão ao ombro.

– Você é sobrinho de “seu” Emídio?

Confirmei surdamente.

– Eu vi logo... Você tem uns traços do Quincas... É seu primo... Não é?

Confirmei de novo. E ela:

– Eu gostei de você, por isso... Eu sou doida por ele! Desde mocinha... Eu fui criada na casa do coronel Joaquim Antônio, pai de “seu” Mundico... Me dê um abraço, para eu pensar que é o Quincas... Upá!...

.....

.....

Eram quase três horas da manhã quando eu atravesssei, de novo, rumo da casa, o Largo da Matriz, inteiramente deserto. Os galos amiu-davam em todos os poleiros de Parnaíba. Como as estrelas eram boni-tas! Como era cheirosa a manhã! As pernas tremiam-[m]e. Meu corpo doía, machucado. Mas eu me sentia feliz. Um contentamento me invadia, dando-me vontade de cantar e de chorar. Uma vontade doida de que tudo aquilo passasse, para que eu voltasse a renovar a tortura deliciosa. E como eu compreendia, agora, a vida! Como eu descobria, agora, em todas as cousas, o sentido novo do Universo! Só agora eu começava a sentir! Só agora eu começava a viver!

Ao chegar em casa, tirei a chave, que se achava embaixo da porta. Entrei, sem fazer ruído. Minha mãe estava, porém, acordada, e tossiu, dan-do-me a entender que vira a hora do meu regresso. Estendi-me na rede, no alpendre. Quando despertei, era dia alto.

E ah! que lindo dia foi, para mim, nesse ano de 1901, o Dia de Natal! Quem nascera não tinha sido o Cristo. Havia sido eu!...

XXIV PENSAMENTO

EU TINHA sete anos quando o conheci. No dia da minha chegada a Parnaíba, em companhia de minha mãe e de minhas duas irmãs, fomos para a casa do meu tio paterno Emídio Veras. À hora do almoço, não nos puseram à mesa, a mim e à minha irmã pequenina: estendeu-se no chão de tijolo do quarto contíguo uma esteira de carnaúba, na qual nos sentamos os dois, e mais os nossos dois primos menores.

As colheres em punho, conversávamos animadamente os quatro, mentindo uns aos outros, quando ele chegou. Mais de casa do que nós, aproximou-se do grupo, e enfiou familiarmente o seu focinho, farejando os pratos. Ao vê-lo, pus-me de pé, em defesa.

– Sai, Pensamento! – exclamou minha prima, abanando com a mão, num gesto de quem enxota.

E tranquilizando-me:

– É manso... Não morde, não...

Tentei ainda, diante da informação, abusar da boa índole do intruso, cuspiendo-lhe no focinho. Mas a minha prima atemorizou-me:

– Ih! Isso não se faz! Quem cospe em gato ou cachorro, quando morre, e chega no céu, tem que lambe o lugar em que cuspiu.

Calado e firme, ele contemplava, de pé, impassível, o grupo de crianças das quais a mais velha era eu. Os olhos dourados faiscavam-lhe na meia escuridão do aposento, mas ele não se movia. De vez em quando, apenas, batia uma das orelhas, afastando uma pequena mosca impertinente.

Foi então que o examinei, embora sem a simpatia e a estima que lhe consagraria depois. Quando dois seres vivos cobiçam o mesmo prato, é inteiramente impossível qualquer entendimento entre eles. Era um canzarrão gordo, pesado, e de pêlo em que se entremeavam os fios pretos e cinzentos, e que desfrutava, na casa, de um prestígio quase humano. Não havia notícia de jamais haver mordido alguém. Divertia as crianças, afagava os adultos, e era de tão apurada sensibilidade que se erguia de onde

estava, e ia deitar-se longe, à menor observação que lhe fizessem. De uma probidade invulgar na sua espécie, passaria um dia inteiro com fome, mas não meteria o focinho numa panela, mesmo que a deixassem no chão. Era honesto, pacífico, educado e bom. Não há lembrança, mesmo, de que tivesse levantado a perna diante de um muro, ou junto a um poste de iluminação, na presença de senhoras.

Três ou quatro anos depois, foi meu tio, com a família, residir em um sobrado, e minha mãe e nós em nossa casa térrea, nos Campos. Pensamento sofreu com aquela mudança. A vida em um primeiro andar tornara-se incompatível com o peso do seu corpo e a fadiga da sua idade. Não podia manter lá em cima os seus velhos hábitos higiênicos nem, tampouco, descer as escadas para realizar na via pública as necessidades vergonhosas, mas irrecusáveis, ditadas pela Natureza. O sobrado não tinha quintal. Mas Pensamento descobriu que nós, em nossa pequena casa dos Campos, dispúnhamos de terreno vasto, capaz de fazer a felicidade de mais um pobre, isto é, de mais um cachorro. E passou a viver em nossa companhia. Vivia como hóspede, mas não podia haver hóspede menos incômodo. Pela manhã, quando se abria a porta, ele aguardava um pouco o descuido da família, e entrava. Entrava, atravessava o alpendre, e ia para o quintal, onde havia feito, já, à sombra de um casa-cedo enfeitado de amarelo, a sua cama, na areia macia e clara. Não pedia água; nem comia. Queria apenas sombra. Sombra, silêncio e solidão. E honrava com isso o seu nome, porque é sempre na sombra, na solidão e no silêncio, que vivem e morrem os pensamentos...

Uma grande tristeza, adoçada de resignação, enchia-lhe, parece, aquele resto da vida. Mas, ainda assim, não perdera o sentimento da obediência, que constituía uma das virtudes fundamentais do seu caráter. E tão dócil se conservara, que, para fazê-lo erguer-se da sua cama de areia e partir, ligeiro, para a casa do seu dono, bastava que minha mãe dissesse no alpendre:

– Lá vem meu tio Emídio!...

Tio Emídio jamais lhe batera. Como, porém, era barulhento e não sabia falar senão ralhando, Pensamento lhe votava um respeito supersticioso. A simples enunciação do seu nome ia arrancar o velho cão ao sono mais profundo, trazendo-o à realidade. E de tal modo que, descoberto o prestígio daquela notícia, eu passei a divertir-me com a credulidade do

canzarrão amigo, gritando, a cada instante, toda a vez que o via enrodilhado no seu macio leito de areia frouxa:

– Lá vem meu tio Emídio!...

Passaram-se os tempos. Meus primos, companheiros daquele primeiro almoço em Parnaíba, deixaram a cidade, indo estudar nos Estados vizinhos. Eu parti para o Maranhão, levado pelo Destino. Voltei. Meu tio residia, já, na outra margem do rio, em uma grande chácara ensombrada, em que eram numerosos os cajueiros copados. Dias após o meu regresso, atravesso o Parnaíba em visita aos parentes. Do apêndice da casa, escuto grandes uivos tristes, em que há dor e saudade.

– Que é isso? – indago.

– É o Pensamento – dizem-me.

– Ainda vive?

– Vive; mas está por pouco tempo.

Quis vê-lo. De longe, ele me reconheceu, e uivou mais longamente. Eu, porém, quase não o reconheço. Um cão reconhece um amigo quando este é lançado à miséria. Um homem não conhece o mais familiar dos seus cães quando esse cão emagreceu. Era horrível o quadro que se apresentava aos meus olhos. Grande, magro, e velho, Pensamento tornara-se a mais dolorosa das ruínas. Estampavam-se-lhe nos olhos injetados os maiores sofrimentos que podem torturar um cão. Uma corrente de ferro, presa à sua coleira, tinha a outra extremidade amarrada ao tronco do cajueiro. Ao lado, um prato repleto, em que ele não tocara, e uma bacia com água. E justificando todo aquele tormento, uma enorme chaga no ventre, pela qual começavam a aparecer os intestinos. Moscas zumbiam alto, atraídas pela carniça viva. E a corrente, com o seu sinistro ruído de ferro, dava, com elas, a música oportuna para o horror daquele espetáculo.

Afastei-me, o coração tomado de pena, a alma tomada de espanto. No dia seguinte, o velho cão amigo não se levantou mais. Os intestinos rolaram-lhe pela enorme ferida aberta, misturando-se com a areia e com os restos de folhas, espalhados no chão. E ele morreu espojando-se nas próprias entranhas, rasgando-as com os dentes para precipitar o termo daquela vida!

Morreu assim o Pensamento... E quantos pensamentos, no cérebro do homem, não vivem, e não morrem assim!...

XXV INICIAÇÃO SENTIMENTAL

COM o desabrochar do espírito, dos dezessete para os dezoito anos, era natural que me desabrochasse, também, o coração. A sede de amor é como a que nos aflige a garganta. Quando se tem sede, qualquer água serve.

Eu senti, sempre, necessidade imperiosa de amar apaixonadamente. Hoje, vencido ao Cabo Tormentoso dos quarenta e cinco anos, meu coração dorme, cansado. Mas, como ele sofreu, coitado!, e sempre inutilmente!... Da encosta íngreme da montanha gelada, posso estender, enfim, os olhos pela planície, onde ainda descubro sinais dos meus passos nos carvões ardentes do caminho..

Ao chegar a Parnaíba, em 1902, de regresso do Maranhão, encontrei a cidade numa fase de festas familiares. Havia muito rapaz e muita moça para casar. E logo vieram os bailes, que eram realizados cada sábado. Às vezes, dois por semana. Que é um baile senão uma feira, de raparigas, obrigada à música? Lançado de súbito nesse turbilhão alegre, que a intimidade dos meus primos me facilitava, eu podia ter, possivelmente, uma namorada. Mas eu nunca encontrei uma, e isso por um motivo curioso: é que eu só vejo se uma mulher é bonita ou feia quando alguém me chama a atenção. Daí, este caso singular: eu me apaixonar, quase sempre, pela namorada dos outros. Também, é nisso, unicamente, que eu me tenho deixado suggestionar pela opinião alheia. Em tudo o mais, em política, em literatura, em negócios, eu só me oriento por mim. Pertencço, nas cousas graves da vida, ao número dos homens que não pedem conselho e que, quando o recebem sem pedir, o atiram fora, desconfiados.

A minha iniciação literária guarda o vestígio daquele defeito. Ao empregar-me em Parnaíba, em fins de 1902, no estabelecimento comercial de meu tio, um dos meus primos, sócio da casa, mantinha namoro lírico, a distância, com uma bonita morena de olhos satanicamente negros, de

nome Alice, irmã de um nosso amigo. Eu tinha quinze anos; a morena devia andar pelos dezoito ; e meu primo, e patrão, pelos vinte e dois. Pois bem: foi essa namorada, que eu mal conhecia de vista, a moça que mais me impressionou... por informações, a ponto de lhe eu ter feito o meu primeiro soneto, aquele famigerado soneto em que falo em “olhos de grisu”. De viagem para o Pará, ia no mesmo vapor *Mlle. G. S.*, namorada do meu primo Nestor Veras, que foi mais tarde meu cunhado, e que a acompanhou, amarrado pelos olhos, até Araiões. E o meu sonho, todo o meu sonho de menino feio, era que o meu primo regressasse prontamente, a fim de que me “apaixonasse” pela rapariga no resto do caminho! Também, tudo isso ficava apenas no desejo, na aspiração íntima e silenciosa, porque me faltava coragem para o resto... Eu sou – acreditar-me-á alguém? – o homem que nunca fez uma declaração de amor!...

Não sei se todos os adolescentes são como eu era, em cousas de sentimento. É provável que não. Ao ver uma mulher do seu agrado, o rapaz de dezoito a vinte anos, dominado pela libido, faz, logo, ordinariamente, cálculo do prazer que lhe daria o seu corpo, imaginando o gosto do seu beijo e a doçura do seu abraço. Eu nunca fui assim. Ao encontrar a criatura que me despertasse interesse, o que me vinha à imaginação era a ideia do lar feliz, tranquilo e pobre, com ela a meu lado. Nunca idealizei a mulher sem a casa. O lar foi sempre, aos meus olhos, o complemento do amor. Isso pode ser, todavia, explicado. Já naquele tempo eu havia lutado muito, e sonhava, já, com o repouso, compensação anônima dos tormentos sofridos. O mau rico, no Inferno, não pensava senão na gota d’água de Lázaro...

Foi assim que desembarquei no Pará. O coração sentia fome. Eu sentia saudades de alguém. Mas, quem seria esse alguém, essa criatura ideal, que eu jamais vira?

Certo dia, tive uma visão “dela”, uma ideia do que “ela” podia ser. Foi no primeiro mês após a minha chegada a Belém. Ia eu pela Rua João Alfredo, quando, entre a Praça da Independência e a Travessa São Mateus, vi, andando ao lado de um ancião, corretamente vestido, uma encantadora menina de uns quatorze anos. Não sei se os seus olhos me acariciaram por engano, ou, mesmo, se atentou para mim. Na minha idade, isso era secundário. Ama-se por amar, à revelia da mulher amada. Ela pode, mesmo,

jamais saber disso, sem que essa circunstância atenuasse a paixão. O coração dos dezesseis aos vinte anos é um vagabundo que procura emprego, mesmo para trabalhar de graça.

A menina que eu vi era bonita? Não sei dizê-lo, pois só a vi uma vez. Além do mais, eu nunca fiz questão de mulher deslumbradoramente linda. O que me encantou sempre foi a doçura da fisionomia, uma certa candura, a graça honesta e simples, aquela tonalidade que reflete no rosto a bondade e a pureza do coração. E a mocinha que eu vi era assim. Morena, pele feita de pétalas de rosa-chá. Era alourada, tinha olhos claros e vestia de branco. Vestido de renda, e de gosto.

Olhei-a de passagem, e acompanhei-a passivamente como o cão faminto acompanha o transeunte que leva na algibeira um sanduíche de fiambre. Vi-a entrar em uma casa de comércio, com o ancião. Fiquei fora, na rua. Quando saíram, segui-os até à esquina. Tomaram um bonde. Tomei o mesmo carro, no último banco, e fiquei a admirar em silêncio aquele vultozinho adolescente que me causava tantas pancadas no coração.

Ao tomar o carro, tateava o bolso, como quem não ignora que a Pobreza costuma, às vezes, pregar peças à Felicidade. Toda a minha fortuna consistia em um níquel de duzentos réis, que eu guardava desde a véspera para almoçar uma posta de peixe no mercado público. Veio o condutor. Paguei meia passagem, cento e vinte réis, até o Largo da Pólvora. Piquei com quatro vinténs, e lá me fui, rodando, cidade acima.

No Largo da Pólvora, em frente ao Café da Paz, o bonde parou. Fim de secção. A menina e o pai, ou avô, não se moveram do lugar. Moravam, com certeza, em Nazaré, para onde ia o carro.

Agora, que fazer, se a minha fortuna de desempregado estava inteira naqueles quatro vinténs, que não davam para ir mais longe? Tive ímpetos de pôr-me de pé, e gritar: “Quem dá uma esmola de dois vinténs a um sonhador a quem faltam apenas quarenta réis para realizar o seu sonho de felicidade?” Preferi, porém, saltar. E saltei, e encostei-me triste, a um poste, a olhar melancolicamente o bonde, até que este desapareceu na curva distante, levando dentro, a trote de burro, um retalho do meu sonho, um pedaço do meu coração... Em seguida, regressei a pé para a cidade, para a água-furtada do Ver-o-Peso, à qual cheguei estafadíssimo, e passei, até a noite, sem comer.

Já nesse tempo, as mulheres me tiravam o almoço. Só mais tarde, muito mais tarde, é que passaram a tirar-me, também, o jantar...

Mlle. M. M. G. era uma das moças mais lindas com que eu havia, até então, deparado. Alva, de pele de seda, possuía uns belos olhos escuros e farto cabelo castanho. A boca era um encanto e os dentes miúdos um brinquedo para os beijos. Vestia sempre de branco, vestido fresco de linho e rendas, pondo em realce a beleza das mãos fidalgas e o colo macio como uma onda de neve. Até então, fora a mulher de melhor trato, ou antes, a primeira mulher de luxo que meus olhos tinham visto.

Vê-la e sonhar com ela acordado foi o primeiro trabalho do meu coração. Ter-se-ia ela, porém, apercebido disto? Apresentado à família, ao pai, à mãe e ao irmão, passei a frequentar a casa. Ao ver-me, a moça, que devia ter a minha idade, cumprimentava-me e ficava por isso mesmo. Às vezes, ria de uma pilhéria, de um dito proferido. O comum, porém, era conservar-se calada, séria, olhando e escutando como simples espectadora. Diante daquele enigma, eu me perdia em conjecturas. Uma vez por outra a Vaidade me dizia: “Quem sabe se isso não é amor, e se o silêncio não é, mesmo, a voz do seu coração?” O Bom-Senso, meu amigo velho, vinha, porém, e tapava a boca à Vaidade. Não seria aquela mudez uma demonstração da pobreza de espírito que alguns conhecidos lhe atribuíam? Palrador e jovial, o cunhado, que era meu amigo, foi buscar, um dia, o álbum de retratos da família, e pôs-se a mostrar-mos:

– Este aqui é irmão de minha mulher. Está no hospício, no Rio de Janeiro... Esta aqui é Fulana, está louca também...

E fechando o álbum:

– A família é toda assim. O mais ajuizado quis inventar a navegação aérea: cortou duas folhas de coqueiro, subiu ao telhado, pôs uma folha debaixo de cada braço e atirou-se de lá. Morreu da queda.

Mlle. M. M. G. era, porém, para mim, uma obsessão. Ninguém lhe conhecia namorados. Por que, pois, aquele feitio? Só hoje posso responder a mim mesmo. *Mlle.* M. sabia-se bonita e gostava do luxo. O seu ideal era um marido rico, uma instalação suntuosa, joias nos dedos, carro à porta. Mas sabia-se pobre, e condenada a viver entre pobres. O seu silêncio, o seu recolhimento de alma, eram, assim, o único protesto que encontrava contra a modéstia da sua condição.

XXVI
TRADIÇÕES PARNAIBANAS

PARNAÍBA nada havia mudado naquele ano e meio. Mas eu havia mudado muito. O meio exerce influência mais sensível e rápida sobre a formação dos indivíduos do que o tempo. O vegetal que muda de clima não obedece, no desenvolvimento, ao mesmo ritmo daquele que permanece no solo em que nasceu. E o homem se acha sujeito, nesse particular, às mesmas leis que presidem o crescimento das plantas.

O sofrimento, e o panorama de outra cidade, haviam dado uma sensibilidade nova aos meus olhos e ao meu entendimento. Espetáculos e figuras que me eram familiares despertavam, agora, a minha atenção. As torres da matriz de Nossa Senhora da Graça, que, antes da minha partida, me pareciam de altura enorme, agora se tornavam baixas e humildes, dando-me a impressão de que a igreja se havia afundado na terra. De regresso de Brobdingnag, o capitão Gulliver abaixava a cabeça para passar sob os portais das casas inglesas, os quais ficavam, todavia, quase dois metros acima do seu cabelo. Procedendo do Maranhão, a cidade dos casarões de três e quatro andares, eu olhava, agora, para os poucos sobrados parnaibanos tomado de comiseração. Começava a distinguir e a comparar. Formava-se, em mim, uma individualidade, com as faculdades de julgamento e raciocínio. Foi por esse tempo que eu assisti, com interesse, a um São Gonçalo, festa religiosa que se extinguiu, e que, vulgaríssima até anos antes, havia constituído um dos encantos da minha meninice.

O São Gonçalo era realizado, primitivamente, à porta dos cemitérios. Levado a efeito em consequência de uma promessa feita às almas do Purgatório, achavam os devotos que era esse o local mais conveniente. Não tinham as almas necessidade de abandonar o seu remanso para verificarem a liquidação da dívida com elas assumida. O último vigário havia, porém, proibido essa profanação. E as promessas desse gênero passaram a ser pagas, se não na porta, pelo menos nas proximidades da casa dos mor-

tos. A nossa casa dos Campos ficava, como tenho dito, nas proximidades do cemitério. E foi aí que testemunhei a agonia e a morte dessa antiga e fúnebre tradição parnaibana.

À porta do cemitério, ou nas proximidades dela, armava-se um arco de folhas de coqueiro, sob o qual ficava o autor ou autora da promessa. Pencas de banana, ou de laranja, molhos de cana; cachos de coco verde, araticuns e atas; mangas e cajus; tudo isso era pendurado ao arco, para, à semelhança do que eu vira no Massena, no tempo de meu pai, ser vendido em leilão. De um lado e de outro do devoto, formando duas alas, uma em frente da outra, de pé, velhas negras e caboclas, cantando louvores ao senhor São Gonçalo. Indo e vindo como nas quadrilhas, trocando de lugar, passando as de uma extremidade para outra extremidade, mas cantando sempre, as pretas e caboclas gemem sempre a mesma melopeia, em que não são raros os vocábulos africanos e indígenas. No meio do povo, um barril, com aluá, e um caneco de folha, em que todos bebem. A algazarra aí é enorme, e termina, quase sempre, em barulho, com estalidos de cacetes, que se cruzam no ar. E se a festa, com isso, não termina toda, faz-se o leilão das prendas, e termina tudo ao primeiro canto do galo, porque, como o fantasma do rei Hamleto, a essa hora todas as almas se recolhem. O produto do leilão é destinado, parece, à missa pelo repouso dos que padecem no Purgatório. É provável, porém, que poucas tenham saído de lá com o produto desses leilões.

Outra antiga tradição, cujo declínio começava, era o jejum à custa alheia, Sexta-feira da Paixão. Em todo o Norte era seguido esse regime. Não sei, todavia, de cidade em que ele tomasse tamanhas proporções. Sexta-feira, pela manhã, desde as seis horas, começavam as ruas centrais de Parnaíba a encher-se de uma população adventícia, vinda de todos os bairros pobres e, mesmo, das vilas e povoados mais próximos. Vaqueiros e lavradores, carregadores do porto e operários de todos os ofícios urbanos, tudo isso descia em primeiro lugar para a Rua Grande, que, dentro em pouco, enxameava de homens de camisa por fora da ceroula, e de mulheres e crianças, cada um dos quais trazia à mão um saco, de acordo com as forças do portador. As casas comerciais, grandes ou pequenas, abriam apenas uma porta, à qual eram postos um saco de farinha, uma caixa de bacalhau cortado em pedaços, e, não raro, também, um caixão repleto de

pães, mandados fazer de encomenda. Indo de porta em porta, essesromeiros gemiam, gritavam, pediam, diante de cada porta:

– Uma esmola, para jejuar hoje... Uma esmola, para jejuar hoje!...

Encarregado de distribuir o bródio, o caixeiro do estabelecimento comercial, ou o criado da família rica, deitava, em cada saco aberto diante dele pelas mãos dos pedintes, meio litro de farinha, um pão e um pedaço de bacalhau. Dentro em pouco, os sacos estavam abarrotados. Mas, mesmo assim, os pedidos continuavam:

– Uma esmola, para jejuar hoje!... Uma esmola, para jejuar hoje!...

A circunstância de achar-se repleto o saco do romeiro não era motivo, entretanto, para que se lhe negasse a sua parte. Porque o mérito não estava em dar para quem precisasse, mas em dar, qualquer que fosse a condição do pedinte. E como, nesses dias, cada família pusesse na rua, com um saco, todas as pessoas da casa, o resultado era recolher, cada uma, naquela manhã de penitência, comida suficiente para as indigestões de uma semana. Algumas iam em casa esvaziar o saco, e voltavam, repetindo a colheita nos bairros familiares. E, tudo isso, em bandos alegres e bulhentos, que tornavam o dia mais triste do catolicismo em um dos mais festivos e tumultuosos da cidade.

Essa comemoração não era, no entanto, direito exclusivo das classes pobres. Entre a gente rica ou remediada, a animação é a mesma, na manhã de Sexta-feira Santa. Não se conhecendo ali as festas da Páscoa, dá-se o mesmo cunho alvissareiro a algumas horas do dia da Paixão. Desde cedo, criados cruzam as ruas conduzindo bandejas com guardanapos gomados ou toalhas de fino crivo. São garrafas de vinho do Porto, latas de conservas, pedaços de bolo, embrulhos de camarão seco, latas de leite condensado, que as famílias abastadas permutam entre si, ou mandam às mais pobres, ou de boa condição social. Em nossa casa, por exemplo, não dávamos senão aos pedintes ambulantes, que recebiam o seu pão de quarenta réis ou a sua tigela de farinha. Mas recebíamos bandejas repletas, especialmente da casa do tio Emídio e da senhora Martins Ribeiro, que nunca se esquecia dos pobres. Naquela manhã, eram certas as palmas à porta da rua.

– Entre! – mandava minta mãe, chegando ao apendrer.

O criado entrava, a bandeja coberta por um guardanapo de linho, circulado de listas vermelhas ou azuis.

– Está aqui, que Dona Antoninha mandou para Dona Anica, Dona Delmira e Dona Ritinha e os meninos jejuarem hoje – declarava o portador.

Meus olhos se acendiam. Vinha para junto da mesa, ver os presentes. Mas, em geral, tudo aquilo ficava guardado para os dias solenes do ano. Porque, pouco mais tarde, íamos para a casa do tio Emídio, no outro lado do rio, onde, ao meio-dia, reunida a família toda, se punha à mesa, composto apenas de peixes, mariscos e ervas, o almoço mais lauto de todo o ano, e cuja fritada de camarão me deixava quase imóvel, de barriga cheia.

O jejum era, então, em Parnaíba, a maior mentira que os homens pregavam a Deus.

XXVII
O CAIXÃO DE TERESA

EM PARNAÍBA, a rua que passa ao lado da Santa Casa de Misericórdia chama-se Coronel Pacífico. À esquina, em um quadro feito de tinta escura, lia-se, quando ali cheguei em 1894, e ainda se lia em 1903, esse dístico, em tinta branca. No prédio enorme, que toma todo um quarteirão, em que funcionam hoje os serviços da caridade urbana, residia, há sessenta ou setenta anos, esse homem poderoso. Membro, dos mais proeminentes, da aristocracia da Província, possuía numerosos escravos e grandes terras. O seu gado mugia em nove comarcas do sertão e os seus negros enchiam toda a praça fronteira, à hora da bênção a seu senhor. Um orgulho fundo enchia-lhe, por isso, o largo peito brasileiro, e era com displicência altiva que passava a mão pela barba grisalha e espalhada, que, aberta em leque, lhe cobria o coração.

Das suas escravas, uma houve que conseguira o milagre da alforria pelo trabalho. Rezando e penando, juntando o vintém ao vintém, comprara, primeiro, a liberdade, e, em seguida, para pagar a Deus a bênção da liberdade, adquirira um caixão de defunto. Era o resultado de uma promessa que fizera. Prometera a Deus que, se um dia fosse livre, ofereceria à igreja do Rosário um caixão enfeitado como o dos brancos para conduzir os escravos ao cemitério. Que eles tivessem, na morte, uma igualdade que não haviam conseguido em vida. O caixão levá-los-ia a enterrar e voltaria para a igreja, à espera de outro viajante da Eternidade. A caminho do outro mundo, naquele esquife agalado, que substituiria a rede humilde e suja, o escravo teria a ilusão póstuma de que morreria redimido. E Teresa, a velha preta, era feliz e rezava consolada, porque dera esse último sonho de liberdade aos seus irmãos.

O negro era, porém, antigamente, não só animal de trabalho como objeto de ridículo. Ao passar o caixão de um branco, os transeuntes se calavam, compungidos, murmurando um “Deus te leve!”, com a pena e

o terror no coração. Se era, porém, o caixão de Teresa que atravessava as ruas, aos ombros de quatro negros que levavam a enterrar um companheiro, os brancos paravam pilheriando, e as senhoras corriam para a janela, sorrindo, numa zombaria alegre da última vaidade daqueles homens de cor. E quem melhor sorria, do alto do seu orgulho de homem branco e de homem rico, era o coronel Pacífico, antigo senhor da Teresa, diante de cuja casa, no outro lado da praça, para que ele sorrisse mais, ficava o cemitério.

Um dia, partiu o coronel, a cavalo, a visitar as suas numerosas fazendas do sertão. No segundo dia de viagem, ao apeiar-se em uma das povoações das margens do Parnaíba, teve uma síncope e morreu de repente. A população rodeia-lhe o corpo, compadecida e preocupada. Sepultá-lo no cemitério local, cercado de varas e esburacado pelos tatus, é desrespeito a homem tão poderoso. Amarrar o cadáver à sela de um cavalo a fim de conduzi-lo, por terra, para Parnaíba, é missão impiedosa e difícil, pelas vinte e quatro horas de marcha, que são necessárias. E como o caminho mais curto e cômodo é o rio, resolvem os moradores colocar o corpo sobre uma tábua, colocar a tábua sobre os bancos de uma canoa, e fazê-la descer, à força de remos, a toda velocidade, rumo da Parnaíba. Se os remadores não descansarem, remando dia e noite, lá chegarão em vinte e quatro horas. Fez-se isso, e a canoa partiu.

Animados pela esperança de uma larga recompensa, os tripulantes da embarcação fúnebre fazem-na voar pelas faces barrentas do rio. Horas seguidas, os remos roncavam em ritmo surdo, deixando para trás os redemoinhos gorgolejantes das águas. Ao anoitecer, param para repousar um instante, no porto de um povoado. Os remadores encaminham-se para uma taberna e põem-se a beber. À meia-noite, embriagados todos, voltam para a canoa, e na exaltação do álcool, resolvem compensar as horas perdidas remando com maior fúria. Como tenham trazido para bordo um garrafão de aguardente, remam e bebem. E remam e bebem ainda quando, à primeira claridade do dia, um deles solta um grito:

– Cadê o defunto?

O morto havia, realmente, desaparecido. Com o impulso da canoa para a frente, o corpo se havia deslocado no rumo da popa sem leme, e, por aí, caído n'água... A embarcação faz, porém, meia volta, e, em breve,

os seus homens encontram o cadáver que descia na correnteza. E embarcado, começa, de novo, a corrida vertiginosa da canoa, rio abaixo. Até que se ouve outro grito:

– Pega o homem!

Era o corpo do coronel que havia, de novo, caído n'água. E como, ao reavê-lo, os remadores, completamente bêbados, não o punham convenientemente sobre a tábua, tantas vezes o repescassem quantas ele voltava à água, forçando os tripulantes ora a mergulhar, ora a nadar, para que a embarcação não chegasse a Parnaíba sem a sua carga fúnebre. Da última vez, para não interromperem mais a viagem, e, mesmo porque o cadáver já tivesse entrado em putrefação, os canoieiros deliberaram:

– Deixa o homem na água mesmo!

E, amarrando o defunto pelo pé, prendem a corda à popa da canoa, e rebocam-no rio abaixo, rumo de Parnaíba.

Ao chegarem aí, o corpo em franca decomposição, foi arrastado para a praia. O mau cheiro espalhado e a notícia da ocorrência fazem correr para o porto metade da população. A família do morto, surpreendida pelo acontecimento que a cobre de dor e de luto, movimenta-se. É preciso, quanto antes, dar sepultura àqueles despojos macabros, que jazem sobre a areia, à margem do rio. Os marceneiros, chamados, declaram que só no dia seguinte poderão dar pronto um caixão.

E é quando alguém lembra:

– E o caixão da Teresa?

A ideia é aceita, embora com constrangimento. Vem o caixão, que se achava na sacristia do Rosário. O caixão, promessa da negra velha.

E o corpo do coronel Pacífico atravessou a cidade, entre o dobre funerário dos sinos das duas igrejas de Parnaíba, no caixão de enterrar escravos, aos ombros de quatro escravos, que tapavam o nariz...

XXVIII INVEJA

A VIDA, na redação do *Notícias*, diário paraense em perpétua agonia, era uma espécie de campeonato de resistência à fome, em que entravam todos os trabalhadores do jornal. Com a falta de pagamento, os ocupantes dos cargos de relevo iam desertando os postos, sendo substituídos, automaticamente, pelos seus subordinados, que aceitavam, sôfregos, o mandato, na vã esperança de, com o prestígio novo, liquidarem a dívida velha. E tantas haviam sido as substituições, que ao ser, eu, admitido como revisor, desempenhavam, já, as funções de diretor e secretário, dois antigos repórteres, os quais tinham conquistado, com a preguiça do estômago, uma situação que, ordinariamente, se consegue com a atividade do cérebro.

Raimundo Fernandes e Manuel de Azevedo chamavam-se esses dois abnegados, que haviam chegado aos postos supremos na redação nesse campeonato gástrico da inteligência. O primeiro, de cor branca, pequeno e ágil, devia andar pelos vinte e oito anos e fazia, quando o promoveram a primeira vez, a reportagem comercial da folha. O segundo, da mesma idade, era mulato, quase preto, e tão melífluo de maneiras, que, ajudado pela cor e pela gesticulação pausada, mais parecia a sombra de si mesmo. Cada um deles havia feito, no início da carreira, um soneto. E esse soneto aparecia, reeditado na primeira página, toda a vez que o autor conseguia uma promoção dentro do jornal, e, ainda, em todas as edições festivas da folha. Eram versos descritivos, de uma vulgaridade comovedora, levando, todavia, o soneto do secretário, alguma vantagem, na inspiração lírica, sobre os quatorze decassílabos do diretor.

Não obstante a vastidão do prédio, todos os serviços intelectuais do jornal funcionavam na sala da frente, ocupando uma grande mesa central. Essa mesa era a do diretor, a do secretário, a dos redatores, a dos repórteres, a da revisão. E isso porque o resto da casa, no primeiro andar, se achava inteiramente desprovido de mobiliário. O pessoal em atividade era pouco, mas a casa estava cheia, por uma circunstância curiosa: é que,

fatigado de trabalhar sem receber o seu salário, o redator, o repórter e o revisor, não tendo aonde viver, se instalavam em uma das dependências da redação, e aí ficavam residindo, com a rede armada a um canto ou, simplesmente, com um monte de jornais para servir-lhe de cama. À noite, ou pela madrugada, iam todos para a sala, disputando-se, para dormir, duas velhas cadeiras de balanço, ou aguardando algum visitante extraviado que os convidasse para um café, no botequim contíguo à Biblioteca Pública, no andar térreo do sobrado em que morava o Barão de Anajás.

Era esse momento que Manuel de Azevedo, com a sua risonha maldade de poeta mulato, escolhia para nos humilhar, a todos: por volta da meia-noite, punha-se de pé, desembrolhava um pão, dos que naquele tempo custavam cem réis, dentro do qual se estirava um pedaço de carne fria, e, depois de no-lo oferecer rapidamente, punha-se a comê-lo com voluptuosa indolência, passeando de um lado para outro do salão.

Eu tenho, algumas vezes, na minha vida, sentido inveja. Tive-a, ao ver um homem rico no seu carro; um homem de saúde, na sua alegria; um homem glorioso, com o seu nome trombeteado pela fama, ou um homem amado, levando pelo braço uma linda mulher. Jamais, porém, asseguro, fui tão fundamente ferido por esse baixo e implacável sentimento, como naquelas noites, e daquele mulato, ao vê-lo andar de um lado para outro, comendo aquele pedaço de carne, dentro daquele pão! Tão viva era, mesmo, a impressão que me deixava esse espetáculo, que, suponho, se tivessem filmado a minha figura em uma daquelas horas, eu seria apanhado com os olhos presos naquele homem feliz, à semelhança do cão faminto que acompanha cada gesto da mão que conduz a sua ração de migalhas. Certa vez, ao ver Manuel de Azevedo desembrolhar o seu pão adubado de carne, e mordê-lo, senti-me subitamente mal. A vista se me turvou, uma palidez profunda cobriu a minha fisionomia, e um frio leve me correu pelo corpo, ao mesmo tempo que um suor gelado me banhava a testa e descia, fino e lento, pelo meu rosto desfigurado.

Era fome.

XXIX SOB A TORMENTA

UMA SEMANA após o meu desembarque em Belém, passada a emoção feliz que me causara o progresso e o movimento da cidade atordoante, os nervos enfermos começaram a dar sinais evidentes do seu antigo desequilíbrio. As dificuldades do momento e as preocupações com o futuro desciam do cérebro ao coração. No Maranhão, aos treze anos, eu me vira sozinho, mas exceção feita da nevralgia facial, gozava saúde. Agora contava dezesseis anos. Tinha, porém, medo de tudo, e via em cada canto, a cada instante, o fantasma da loucura ou da Morte. Era a neurastenia que aprofundava as suas garras de ferro no meu organismo, e que me não abandonaria senão depois dos trinta anos, para atormentar-me, embora, pelo resto da vida, com ameaças periódicas.

Eu me encontrava, ainda, residindo na casa de Nelson Sampaio, à Travessa Rui Barbosa, quando, um dia, ao ouvir um gramofone, fiz uma reflexão:

– A memória, segundo li em Nordau, é determinada pela fixação de uma gota de sangue nas células cerebrais. Despertada a atenção do indivíduo por um dos sentidos, sobe essa gota de sangue por um filamento nervoso e vai colocar-se na célula correspondente. Mais tarde, toda a vez que uma sensação idêntica ferir esse nervo, a memória evocará o fato anterior, de modo que, enquanto essa gota de sangue não secar, restará, no cérebro, a lembrança do acontecimento que a determinou.

E indagava:

– Mas como é que um gramofone repete a voz humana, sem essa gota de sangue? O homem, fazendo reproduzir a sua própria voz por uma simples máquina da sua invenção, faz com singeleza o que Deus fez complicadamente. Apenas, o homem repete o que ouve, porque pensa. Mas quem nos diz que um gramofone não pensa?

Essas cogitações multiplicavam-se no meu cérebro, cada vez mais complexas e extravagantes. Ao fim de alguns instantes, um suor frio me banhava a testa, o coração desatava a bater celeremente, e uma dolorosa agonia me tomava todo, como se eu fosse morrer. Para fugir a esse tormento, comecei a evitar os gramofones. Quando, na rua, ouvia o berro de algum a grande distância, regressava, para tomar por outro caminho. E como, para ir da casa do Nelson à cidade tivesse de passar pelo Reduto, local em que eram numerosas as casas comerciais, cada uma com a sua trompa estrondante, via-me obrigado a dar grandes voltas pelas ruas centrais do bairro, para ir tomar o bonde alguns quarteirões adiante.

Com a mudança para a companhia do meu tio, comendo apenas uma vez por dia, tomando o café dos Genus diversas vezes no correr da tarde, e passando as noites sem dormir, curvado, com fome, sobre a mesa de revisão do *Notícias*, o meu estado de saúde se agravou. A ideia da loucura não me abandonava. Ao ler nos jornais a informação de que havia sido levado para o hospício um alienado, ficava repentinamente lívido, e o suor gelado me corria pela espinha, com se a razão me fosse faltar naquele instante. E o mesmo me sucedia quando me assaltavam pensamentos filosóficos, ou religiosos. Para fortalecer a minha incredulidade, robustecendo o positivismo de que Augusto Comte havia lançado a semente no meu espírito, corria frequentemente à Biblioteca Pública e pedia um autor que me confortasse naquele abandono, Spencer e Pierre Laffite, Darwin e Haeckel, homens de ciência e indagadores vagos do mistério das cousas, a todos pedia, ansioso, um amparo. Para compreendê-los fazia-se mister, porém, um esforço acima da minha capacidade de entendimento. E regressava mais vencido, mais cansado, mais abandonado dos homens que me haviam arrebatado o Deus de minha mãe, e, assim, mais atormentado na minha solidão!

O que me afligia e atordoava não era, todavia, o pavor do Inferno católico, o castigo na outra vida, a privação possível da bem-aventurança assegurada aos que tivessem fé. Os meus tormentos neste mundo já eram tantos que pouco me preocupavam os do outro. O que me perturbava e desorientava era o conhecimento, que eu tomara, da situação miserável do homem na Terra e no Universo. Eu tinha crescido na certeza de que o homem era o rei das cousas criadas, e de que tudo girava, no mundo, em

torno dele. E eis que, lendo os mestres, conversando os espíritos culminantes do meu século, verificava que os mais esclarecidos, os mais fortes eram, em relação aos fenômenos da Vida e da Morte, tão ignorantes quanto eu! De que tinham servido, então, os milênios rolados desde a origem das cousas para o abismo dos Tempos? Que tinham feito filósofos e cientistas, homens de pesquisa e homens de meditação, que eu, chegando tão tarde no planeta, lançava, ainda, e debalde, o grito surdo do meu espírito, pedindo a todos os ventos uma voz enérgica e segura que me desvendasse a Verdade? Eu não pedia o Paraíso nem temia as chamas infernais. Eu queria, apenas, que alguém me decifrasse o mistério que me cercava! Deus não existia? Mas, se ele não existia, por que tantos homens eminentes proclamavam a sua existência? Existia? Mas, se ele existia, por que tantos sábios insignes o negavam diante do mundo?

Certa manhã, tendo regressado do *Notícias* pela madrugada, não pude dormir um só instante, com fome. Tinham-me faltado, nesse dia, como em muitos outros, os trezentos réis para o café com pão dos canoieiros, vendido em carrocinhas, na doca do Ver-o-Peso. Era um domingo, e a manhã desabrochava fresca, linda e clara. Para fugir a mim mesmo, aos pensamentos que me perseguiram na solidão, saí para a rua. Subi a Travesa Marquês de Pombal. Subi a Pedro Raiol. Saí no Largo da Sé. O jardim estava deserto. Em frente, erguia-se a catedral, vetusta, severa, imponente. Achava-se aberta para a missa dominical. Atravessei a rua. Entrei. O templo estava quase vazio, e pareceu-me, assim, mais vasto, mais solene, mais austero. Velas tremeluziam no altar, ao fundo, multiplicando-se no ouro católico dos ornamentos. Entrei a furto, passos calados, como quem penetra a horas mortas em casa alheia e vê, na sala silenciosa, um caixão entre quatro círios. De repente, estala, no coro, o órgão. Uma onda de harmonia desce do alto e espalha-se por toda a nave, deixando no ar, fervendo, a espuma invisível do som. Outra onda se derrama. Outra mais. Pessoas espalhadas pelo templo se ajoelham, contritas, batendo no peito. Procurei Deus no meu coração. Não o achei. Tentei ajoelhar-me. A mentira da minha fé revoltou-me a mim próprio. A música religiosa continuava a derramar-se, a diluir tudo, a envolver todas as cousas numa atmosfera de paz, de renúncia, e de doçura cristã. Olhei as pessoas que me cercavam. Todos rezavam, a cabeça baixa, a alma recolhida, o joelho no chão. Só eu

não rezava! Só eu não tinha fé! Só eu não tinha Deus!... O suor, gelado, borbotou-me na testa fria. Uma agonia invadiu-me o cérebro. Uma nuvem toldou-me os olhos. Procurei sair dali, correr, fugir, fugindo àquele cenário, fugindo a mim próprio. Encontrei uma das portas laterais. Atravessei a rua. Desci, de novo, cambaleante, quase correndo, a Rua Pedro Raiol. Mas não cheguei ao seu fim. Em determinado momento as pernas me faltaram. Encostei-me a uma porta fechada, e deixei-me escorregar para o chão. Sentei-me no batente de pedra. Mergulhei a cabeça nas mãos. E deixei-me ficar assim, ali, não sei quanto tempo, até que passasse a tormenta, a tempestade de fogo e cinza, que rolava tumultuosamente no meu cérebro.

Pessoas que se encaminhavam para a missa detinham-se, curiosas. Olhavam e passavam. Não sabiam elas que se estava decidindo, ali, naquele instante, o destino de um Deus no coração de um homem.

XXX OS GENUS

NA ÁGUA-FURTADA do pequeno sobrado da Travessa Marquês de Pombal, à doca do Ver-o-Peso, em cujo andar térreo zumbiam as moscas nas prateleiras vazias de R. S. Lobo & Cia., firma em que meu tio era guarda-livros, residiam três estudantes, caricatura melancólica e faminta dos Três Mosqueteiros. Filhos de um velho cearense que fabricava tijolos e telhas para os lados do Maguari, mandara-os o pai estudar em Belém, consignados à casa comercial que vendia na praça os produtos da sua olaria. Pouco a pouco, porém, foi o industrial se endividando. O gordo caboclo paraense Raimundo Lobo, chefe da firma credora, não atirou os rapazes à rua: cortou-lhes, apenas, o jantar que lhes dava na sua casa de residência, e exilou-os para o forro do estabelecimento, onde, para se instalarem, tiveram que dar combate desesperado, e contínuo, aos morcegos e às aranhas.

Quando transportei a minha mala para o quarto do meu tio, no primeiro andar, estavam, já, os Genus, na água-furtada. Chamavam-se, eles, Joaquim, Antônio e Pedro. Contando dezenove anos, Joaquim, o mais velho, cursava, por esse tempo, o terceiro ano da Escola Normal. Era alto, magro, braços finos e longos, os ombros subidos e o busto vergado, lá em cima, pela tuberculose, que o levaria quatro ou cinco anos mais tarde. O cabelo gorduroso e úmido escorria-lhe de instante a instante para a testa pálida, cobrindo-lhe os olhos encovados, que lhe ardiam na caveira viva. A boca desdentada possuía um ornamento único: um canino inferior, amarelo, e agressivo, que não se escondia nunca, vindo acomodar-se como o das feiticeiras, sobre o lábio superior. Tossia muito, e queixava-se, já nessa época, de frequentes arrepios de febre.

Antônio andava pelos dezessete anos. Ao contrário do irmão, era de estatura mediana, entroncado, sólido, o carão largo, a testa estreita, o cabelo duro, partido ao lado. Boca rasgada, de dentes fortes e bem plantados,

mas sem que tivessem, jamais, entrado em contato com a escova. Uma penugem quase invisível, mas densa, lhe cobria o rosto, anunciando barba forte e cerrada no futuro. Era terceiranista do Ginásio Pais de Carvalho. E Pedro copiava, nos seus quatorze anos, os traços de Antônio. Era, apenas, mais baixo, alourado, e trazia os dentes mais sujos. Estava matriculado, também, no Ginásio, e frequentava o primeiro ano, após dois ou três de Seminário.

Merece registo, aqui, o heroísmo desses rapazes, no esforço que faziam para se libertarem da ignorância. Tudo conspirava contra eles, na luta em que se empenhavam. Faltavam-lhes não somente os recursos materiais e prosaicos, mas, ainda, essa claridade do espírito, que mostra, a quem marcha, as pedras do caminho. E, no entanto, eles avançavam. E quantas vezes me não compadeçi, intimamente, de Antônio, o mais estudioso dos irmãos, ao vê-lo passar três, quatro horas seguidas, curvado sobre a *Gramática da língua grega*, decifrando a pequena lição passada pelo Barão Paungarten, e em que eu o auxiliava, às vezes, aprendendo com ele! A sua vontade era, porém, de ferro, e a tenacidade acabava por dominar a natureza.

Casado em segundas núpcias com uma rapariga da idade dos seus filhos, o velho Genu foi, pouco a pouco, descurando o destino dos seus rapazes. O barco em que ele mandava os seus tijolos chegava, sempre, aos sábados, e trazia aos moços estudantes unicamente isto: um paneiro de laranjas, um pacote de café, e cinco mil réis em dinheiro. Alimentação e tônico de emergência, preparado cinco ou seis vezes por dia em uma velha máquina, o café acabava, quase sempre, na quarta-feira, quando acabavam, também, as laranjas, em cujas cascas, espalhadas pelo soalho, os moradores tropeçavam a cada instante. Para aguardar a chegada do barco, passavam eles, então, a tomar chá de cascas de laranja, o qual servia, diziam, para corrigir os distúrbios nervosos e gástricos ocasionados pelo excesso de café nos outros dias da semana.

O velho Raimundo Lobo morava em Batista Campos, acima da praça deste nome, isto é, em uma das extremidades da cidade. Para ir de Ver-o-Peso à sua residência, tinha-se que atravessar Belém de lado a lado. Mas os Genus faziam, diariamente, esse percurso. Faziam-no para almoçar. E faziam-no a pé, ida e volta, por não possuírem dinheiro para o bonde. Apenas, como esse trajeto lhes saísse caro, consumindo-lhes os velhos

sapatos, tiveram eles uma ideia: reforçaram o solado, por fora, com tampas de latas de manteiga. Um quarteirão antes da sua chegada à casa do velho Lobo, a família já sabia da sua aproximação, pelo barulho das tampas de latas nas pedras do calçamento. A ideia foi de Pedro. Onde há um Pedro há, sempre, um Malazartes.

O chefe da firma R. S. Lobo & Cia. possuía, porém, dois filhos, estudantes, como os Genus.

Quando eu me instalei no prédio da Travessa Marquês de Pombal, lavrava, já, entre eles e estes, uma dissensão surda, que se manifestava em atos de irrefragável hostilidade. Marinho Lobo, mulato de gaforinha alta, partida ao lado, era o mais violento e impiedoso na ofensiva. Uma das suas primeiras providências, para irritar o inimigo, consistiu em tomar-lhes a chave que permitia aos Genus a entrada pela Travessa Marquês de Pombal, facultando-lhes a passagem unicamente pelo portão, isto é, pela Travessa do Seminário, onde era lançada, então, grande parte do lixo dos sobrados vizinhos. E, em seguida, cortou-lhes a água, fechando o registro, que ficava no interior do armazém.

Os Genus não aceitavam, porém, esses desafios. Antônio traduzia, então, nas suas lições do Ginásio, os *Comentários*, de César, e aprendia, com os gauleses de Vercingetórix, a tática dos fracos contra os adversários poderosos. Que podiam fazer, na verdade, eles, naquela emergência, quando tinham necessidade de concluir o seu curso e não contavam com qualquer auxílio, paterno ou de estranhos? Pacientes e calados, comiam, envergonhados, o pão alheio, e recebiam o agasalho do alheio teto, fornecido de má vontade.

E estudavam. Estudavam desesperadamente. Exaltando-se com café. Acalmando-se com chá de laranja.

COLEÇÃO GEIA DE TEMAS MARANHENSES

- | | |
|---|---|
| 1 O Maranhão histórico
<i>José Ribeiro do Amaral</i> | 8 Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense
<i>Mílson Coutinho</i> |
| 2 Administrações maranhenses (1822-1929)
<i>Henrique Costa Fernandes</i> | 9 O Maranhão e o Piauí no espaço colonial
<i>Mílton Torres</i> |
| 3 Brinquedos encantados
<i>Albani Ramos</i> | 10 História do Maranhão
Volume I - A Colônia
Volume II - A Monarquia
<i>Carlos de Lima</i> |
| 4 A Revolta de Bequimão
<i>Mílson Coutinho</i> | 11 Quadros da vida pinheirense
<i>Jerônimo de Viveiros</i> |
| 5 Maranhão - um litoral de histórias e encantos
<i>Felipe Goifman</i> | 12 A Balaçada
<i>Astolfo Serra</i> |
| 6 Peixes do Mearim
<i>Edén do Carmo Soares</i> | |
| 7 Dicionário de teatro
<i>Ubiratan Teixeira</i> | |

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Da arte de falar bem
José Chagas

São José de Ribamar - a lenda
Antônio Miranda

Chão do tempo
Antônio Martins de Araújo

São Luís: alma e história
Albani Ramos

Revista Literária Portal do Coroadinho

Livro impresso em papel Pólen 85g/m², composição na tipologia Garamond, em corpo 12/14,4, 10/12, e capa em papel Supremo 250g/m², na Halley S.A. Gráfica e Editora, Av. Industrial Gil Martins 250, São Pedro – 64019-630 – Teresina – Piauí – Brasil.
